

VOLUME  
XXXVII  
Nº 1

**BOLETIM DO  
ARQUIVO DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA**

2024

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

## FICHA TÉCNICA

### DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

### CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)  
Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)  
Ilídio Pereira (AUC - ilidio@ci.uc.pt)  
José Pedro Paiva (FLUC - leipaiva@fl.uc.pt)  
Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)  
Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

### COORDENAÇÃO

Gracinda Maria Ferreira Guedes

### SUPERVISÃO EDITORIAL

Mara Alexandra Dias Almeida

### CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)  
Agustín Vivas Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)  
Ana Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)  
Ana Isabel Lopez Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - ailopezsalazar@hotmail.com)  
Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)  
António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - aresendeo@gmail.com)  
Bernard Vincent (EHESS, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)  
Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bves@fcsb.unl.pt)  
Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caioboschi@hotmail.com)  
Carlos Alberto Avila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)  
Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)  
Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museu.ulisboa.pt)  
Dalila Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - dalilarodes@gmail.com)  
Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)  
Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)  
Dania Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniailp@yahoo.es)  
Evergton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evergtons@gmail.com)  
Fátima O Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - m-fatima.oramos@dglab.gov.pt)  
Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)  
Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)  
Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)  
Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)  
Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)  
Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)  
Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)  
Giuseppe Marocci (Univ. de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marocci@gmail.com)  
Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)  
Heloísa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)  
Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)  
Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)  
Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)  
Isabel Vargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)  
Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)  
Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)  
Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)  
Joana Antunes (Univ. Coimbra, Portugal - joana.filipa.antunes@gmail.com)  
Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - joanabrites@hotmail.com)  
João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaovalvesdias@gmail.com)  
João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)  
João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)  
José Luis Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)  
José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - jardimbr@gmail.com)  
José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)  
José Múrio de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemuriodecarvalho@gmail.com)  
José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscte-iul.pt)  
Judite Gonçalves de Freitas (Univ. Fernando Pessoa, Porto, Portugal - jfreitas@ufp.edu.pt)  
Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)  
Laurinda Abreu (Univ. Evora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)  
Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)  
Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)  
Luis Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)  
Luis Miguel Nunes Corujo (Univ. de Lisboa, Portugal - luiscorujo@campus.ul.pt)  
Luis de Vasconcelos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)  
Mafalda Soares da Cunha (Univ. de Évora, Portugal - msc@uevora.pt)  
Manuel José de Sousa Barbosa (Univ. Lisboa, Portugal - menmanuel@sapo.pt)  
Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)  
Margarida Sobral Neto (Univ. de Coimbra, Portugal - marnet95@gmail.com)  
Maria Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)  
Maria Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)  
Maria de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)  
Maria do Rosário Morujão (Univ. Coimbra, Portugal - mrbmorujao@uc.pt)  
Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Univ. Católica de São Paulo, Brasil - mismatos@pucsp.br)  
Maria José Azevedo Santos (Univ. Coimbra, Portugal - mazevedo\_santos@yahoo.com)  
Maria Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)  
Maria Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)  
Maria Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)  
Mário Farelo (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - mario.farelo@fcsb.unl.pt)  
Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.uminho.pt)  
Natália Bolfarini Tognoli (Univ. Federal Fluminense, Brasil - nataliatognoli@id.uff.br)  
Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)  
Patrícia Souza de Faria (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)  
Paulo Batista (Univ. Evora, Portugal - pjmb@uevora.pt)  
Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)  
Renato Rocha Souza (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil - renato.souza@fgv.br)  
Rui Cascão (Univ. de Coimbra, Portugal - raifcascao@gmail.com)  
Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)  
Sandra Costa Saldanha (Univ. Coimbra, Portugal - sandrasaldanha@netcabo.pt)  
Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dgpcc.pt)  
Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)  
Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME  
XXXVII  
Nº 1

# BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

## INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

## ISSN

0872-5632  
2182-7974

## DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

## DOI DO VOLUME

[https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_37\\_1](https://doi.org/10.14195/2182-7974_37_1)

## MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra  
Arquivo da Universidade de Coimbra  
Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal  
URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

## ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE®

Scopus®

DOAJ

DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

MIAR





# Sumário

<b>NOTA DE APRESENTAÇÃO</b> .....	7
-----------------------------------	---

## ESTUDOS

A demografia do Porto no início da Idade Moderna..... Fabiano Ferramosca	11
As evidências documentais da gestão urbanística em Portugal: o caso de Sines (1914-1951)..... Sandra Patrício	27
eticista digital: uma função emergente no campo da Informação..... Moises Rockembach e David Geerts	75
O arquivo do Pontifício e Real Colégio de São Pedro (1545-1834) .....	95
Ana Maria Leitão Bandeira	
Os inventários de extinção dos conventos em 1834: uma tentativa de reconstituição de dois cartórios de instituições religiosas de cariz beneditino – Rendufe e Tomar .....	157
Maria João Oliveira e Silva e Joana Lencart	
Um Debate a três conceitos: Preservação, Restauro e Conservação .....	175
Tomás Cunha	

## RECENSÕES CRÍTICAS

Kingston, R. (2011). The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive. <i>Libraries &amp; the Cultural Record</i> , 46(1), 1-25. ....	185
Pedro Diogo Pereira Câmara	
Vaquinhas, N. (Ed.). (2020). <i>Atas do III Encontro de História de Loulé</i> . Câmara Municipal de Loulé. Arquivo Municipal. ....	191
Carlos Guardado da Silva	



## Nota de apresentação

PROF. DOUTORA MARIA CRISTINA VIEIRA DE FREITAS

Diretora do Arquivo da Universidade de Coimbra

Este novo número (vol. XXXVII, n. 1) do BAUC é publicado pouco mais de um mês após as comemorações do Dia Internacional dos Arquivos que, como sabemos, celebra-se, anualmente, a cada 9 de junho. No presente ano, o tema trabalhado pelo CIA/ICA, junto da comunidade arquivística internacional, foi simples e direto: *CiberArchives*. Com uma temática aparentemente tão abrangente, fomos desafiados/as a não apenas acolhermos, novamente, reflexões e críticas sobre os impactos das tecnologias nos arquivos, mas também a abraçar novas discussões igualmente relevantes para nós e nossas agendas, porque ligadas ao tema principal selecionado e aos objetivos e "desafios societais" que nos aguardam (por ex., a inteligência artificial e outras tecnologias avançadas a serviço dos arquivos). No seguimento das reflexões havidas, o CIA/ICA acaba de distribuir um curto questionário entre os seus membros associados, onde procura saber a sua opinião sobre formas de pensar, agir e perceber os arquivos, numa sociedade que pretende ser (mais) diversa e (mais) inclusiva, atendendo mais e melhor aos apelos relacionados com a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) proclamados pela UNESCO na sua Agenda 2030.

No panorama internacional, verificam-se, no terreno, estratégias importantes e que vão ao encontro dos desafios apontados. Já, de facto, muito se discute e se trabalha pela justiça social nos arquivos, pela igualdade de oportunidades no acesso à informação, pelo direito que possuem comunidades autóctones e grupos sub-representados ou marginais (ou marginalizados) à participação e à representação em arquivos oficiais ou mesmo pelo justo dever, que também pertence a essas mesmas comunidades e grupos, de criar, organizar, representar e sustentar os seus próprios arquivos, no âmbito das suas próprias coletividades. Temas tão desafiantes e acutilantes como estes dificilmente seriam debatidos há um século atrás. Hoje, felizmente, expressam-se livremente, quer na literatura científica visível na área, quer nas pautas de trabalho e nas práticas arquivísticas, de onde podemos recolher bons exemplos.

Sem perder de vista o momento presente, como se verá, os textos publicados neste número espelham interesses e abordagens diversas (demografia, gestão urbanística, ética no meio digital, conservação e preservação, estudos e reconstituições de arquivos pretéritos, entre outros), trazendo-nos tópicos e reflexões que apoiam o cumprimento dos objetivos do BAUC, de ouvir e dar voz a pesquisas sobre o presente e o passado de coletividades e a discussões que nos aproximam de assuntos emergentes, cuidados e tratados com a transversalidade merecida.

Por fim, sem deixar para trás a sua essência, o BAUC aproveita este momento para também dizer aos seus leitores/as e autores/as que vem estudando e negociando formas de se associar aos novos paradigmas internacionais de divulgação da ciência, procurando alcançar uma maior fluidez no acesso aos textos publicados. Com o findar de um ciclo, esperamos poder partilhar novidades nessas matérias. Por agora, como habitualmente, desejamos boas consultas, leituras, reflexões e críticas.

Coimbra, 11 de julho de 2024.

A handwritten signature in black ink, reading "Cristina Quintal". The signature is written in a cursive style with a long horizontal flourish underneath.

**Estudos**



# A demografia do Porto no início da Idade Moderna

## The demography of the Oporto city in the early modern age

FABIANO FERRAMOSCA

Técnico Superior na Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[fabiano.ferramosca@gmail.com](mailto:fabiano.ferramosca@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9506-5602>

Artigo entregue em: 22 de agosto de 2023

Artigo aprovado em: 5 de março 2024

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar a demografia da cidade do Porto na década de 1520. A fonte utilizada é primordialmente “O Livro da Abertura da Rua das Flores” (de 1521-1527), que divide os habitantes em diversas categorias fiscais e por circunscrições; iremos assim quantificar os habitantes de acordo com essas categorizações, detetando disparidades de riqueza nas diferentes partes da cidade, o peso da finta para o orçamento doméstico e finalmente calcular o crescimento da população desde 1438.

**PALAVRAS-CHAVE:** Demografia; Idade moderna; Porto; Século XVI.

### ABSTRACT

This work pretends to study the demography of the Oporto city in the 1520's. The main source used is “O Livro da Abertura da Rua das Flores” (from 1521-1527), that divides the population in different tax-payers categories and by

circumscriptions; we will this way quantify the population using those criteria, find the economical differences in the various parts of the city, the weight of the tax for tax-payers and finally calculate the grow of the population since 1438.

**KEYWORDS:** Demography; Modern age; Oporto; XVI century.

## Introdução

A segunda metade do século XV e o XVI representou um período de grande transformação e dinamismo em Portugal do ponto de vista económico, social e cultural, acompanhado por um forte crescimento da população que inverteu o que tinha sido a tendência de contração demográfica do século e meio anterior (Rodrigues et al., 2008). No entanto, são escassas as fontes existentes com dados demográficos que permitam efetivamente conhecer os valores reais da população para o período referido. Para a cidade do Porto existe uma fonte que irá ser utilizada neste estudo para procurar colmatar essa lacuna. Assim, pretende-se estudar a demografia do Porto no início da Idade Moderna utilizando como fonte principal “O Livro da Abertura da Rua das Flores”. Esta fonte fiscal foi criada para registar o lançamento de um imposto para o pagamento das obras de construção de uma nova rua. Neste livro, a cidade está dividida em onze circunscrições, e em cada circunscrição, os habitantes estão divididos em duas categorias principais: os contribuintes que pagam a finta e os isentos (ambas estão por sua vez subdivididas em outras, que irão ser examinadas posteriormente). Este estudo irá procurar quantificar a população registada na cidade do Porto quer nas suas diversas circunscrições fiscais, quer na globalidade, fazendo também a análise quantitativa dos dois grupos fiscais segundo essas divisões; esta metodologia irá permitir detetar disparidades de riqueza e de ocupação e variação populacional nas diferentes circunscrições da cidade. Finalmente, comparando os valores pagos pelos contribuintes com tabelas de salários e bens, é mostrado o peso que o imposto tinha no orçamento doméstico.

### 1. O livro da abertura da Rua das Flores

Em 1521, D. Manuel I ordenou a construção de uma nova rua no Porto quer para embelezar a cidade, quer para facilitar o tráfego da cidade; essa rua

denominada “Rua de Santa Catarina das Flores”, com o tempo ficaria conhecida apenas por Rua da Flores, uma das principais artérias da cidade (Santos, 2010).

Para obter os fundos para a sua construção foi lançada uma finta (um imposto excecional para um determinado fim, em que todos os contribuintes registados pagariam um valor fixo) que ficou assente no “livro da abertura da rua fermosa das flores”. Desconhece-se a data exata da sua elaboração (no registo do arquivo consta a data de 1521-1527); sabendo que a ordem de construção foi dada em 1521, a finta deve ter sido lançada nos anos seguintes sem se poder precisar a data (Oliveira, 1973, pp. 242-246). As obras duraram diversos anos (Afonso, 2012), mas desconhecemos se existiram mais fintas, ou se foi lançada apenas uma.

O mesmo problema se levanta em relação ao livro em si: foi elaborado a partir de uma lista existente ou foi criado especificamente para esta finta? Um século antes (1439), para a construção de outra rua, um livro semelhante fora elaborado e este fazia menção a dados anteriores, o que pressupunha já outras listas. Existiria uma cadeia de relação entre ambos, com listas periodicamente atualizadas, tendo começado antes de 1439, prolongando-se depois no tempo até data incerta só restando por puro acaso estes dois exemplares? Não temos forma de o saber. No entanto, os formatos são demasiado semelhantes para serem mera coincidência (nome da circunscrição, listas de nomes, estatuto e valor pago), mesmo que tenham algumas diferenças.

Estes dois livros mostram um profundo conhecimento do espaço e do tempo (e dos homens e mulheres) que estavam sob a alçada do poder concelhio. Os livros são assim instrumentos de trabalho da burocracia e um meio para atingir os fins propostos, o de contabilizar os contribuintes para assim poder pagar a rua (Fossier et al., 2019), mas também uma manifestação do poder da administração que procura adquirir um monopólio não apenas da violência física, mas também do consentimento das pessoas submetidas à alçada do seu poder (Bourdieu, 2014). Esses livros faziam assim parte de uma longa tradição em Portugal, que vira outros documentos de uma natureza semelhante serem criados (mesmo que para fins diferentes): inquirições, contos de besteiros, diversos registos de taxas, etc.

O livro da abertura da Rua das Flores foi elaborado assim por ordem do Rei pela câmara do Porto, sendo um documento administrativo que como dissemos procura registar os contribuintes. Dispomos de muito poucas informações sobre como era elaborado; no entanto, a partir da própria natureza da informação facultada e de outras listas semelhantes, podemos tentar reconstituir o processo.

Existia um escrivão responsável pelo registo (pela consistência da letra, ao longo do livro, podemos deduzir que foi apenas um). Para obter os dados

sobre os contribuintes (e os isentos), o escrivão contava com o apoio de representantes locais (os jurados) que lhe forneciam as informações para a sua localidade, e entregavam as quantias correspondentes<sup>1</sup>.

Nesse livro estão registadas as divisões fiscais do termo do Porto, numa vasta área que vai desde as vizinhanças de Vila do Conde (a norte), até perto de Santa Maria da Feira (a sul). A cidade aparece dividida em diferentes circunscrições que são identificadas por vezes pelo nome de uma porta de muralha e outras por nomes de ruas (infelizmente isso só nos dá de uma forma muito vaga as dimensões dessas circunscrições, sendo impossível fazer comparações das áreas ocupadas de forma rigorosa; pior ainda, alguns dos nomes são ilegíveis, o que dificulta a identificação dessas divisões). Estão também registados os nomes dos habitantes com o valor que pagaram ou no caso de não o fazerem, o seu estatuto. Aproveitando esse fato, iremos assim estudar a demografia da cidade do Porto em si nas circunscrições, para elaborar o perfil social dessas zonas.

O pagamento da finta era feito de uma única vez; os que a pagavam, estavam divididos em duas categorias: os “inteiros” que pagavam quinze reais (era escrito o nome e à frente a quantia paga) sendo exclusivamente homens e os “cabaneiros” que pagavam metade, sete reais e meio (por se considerar que os seus rendimentos não lhes possibilitava o pagamento integral - neste caso, aparecia o nome, à frente escrito cabaneiro e depois o valor pago), podendo incluir homens e mulheres (estas deveriam ser viúvas ou solteiras a residir sós). Essas quantias eram iguais às exigidas aos contribuintes do termo.

Os que não pagavam eram um grupo heterogéneo. O primeiro grupo é o dos cidadãos. Eram uma minoria na cidade que elegia os detentores dos principais cargos concelhios que governava a cidade (Machado, 1997), pertencendo esses detentores a um grupo ainda mais restrito de famílias abastadas; outro grupo (mas ligado aos cidadãos) era constituído pelas viúvas dos cidadãos: embora pertençam ao mesmo grupo social, optámos por separá-lo dado que o escrivão tomou essa opção.

Um terceiro grupo de isentos é o dos pobres. Com efeito, estes não tinham rendimentos que lhes permitissem pagar a finta.

Mais complicado é uma multiplicidade de nomes que aparecem sem terem pago mas sem uma justificação consistente, que representam 10% (na tabela 2 surgem com a designação “não paga”). Qual o motivo? Seriam um grupo privilegiado que dispensava o registo (algo que duvidamos dado o escrivão ser

---

<sup>1</sup> É difícil responder sobre qual o grau de fiabilidade dos dados: é provável que existissem fraudes e erros; no entanto, em outras fintas, lemos correções dos escrivães de erros detetados. É de supor que existiriam mecanismos de controlo para esta finta também.

tão meticuloso)? Pessoas que não puderam pagar por qualquer motivo na data acordada ou que ainda faltava confirmar (neste caso seria uma simples questão de método por parte do escrivão)? Os clérigos que estão aparentemente ausentes da lista (mas nesse caso seria de esperar que tivessem uma indicação para além do nome)? Sem mais informações, não se pode tirar qualquer ilação e decidimos por isso colocá-los como grupo à parte dentro dos isentos.

Finalmente temos os nomes de algumas pessoas que têm à frente escrito “finado” (ou seja, falecido) e decidimos não os incluir. O seu número baixo (três) dá-nos informações, mas levanta problemas. Esse registo é provavelmente uma atualização de uma lista dos contribuintes. Mas de quando? Dado o seu baixo número, esta lista deveria ter sido atualizada a partir de outra muito recentemente, pois custa-nos acreditar que durante um ano (ou mais), a cidade tivesse tido apenas 3 falecimentos. Mas quão recentemente? Algumas semanas? Dias? Não temos forma de o saber. Decidimos então que colocar esse número nas estatísticas sem possuir mais informações, não traria qualquer benefício para o estudo em causa.

Assim, podemos concluir que existia uma lista de nomes prévia e que o contacto com a realidade do pagamento, implicava a sua atualização periódica.

A lista de nomes coloca questões interessantes. É uma lista que servia como fonte fiscal obviamente, mas considerou-se que para além de ter de se registar os que pagavam e os que eram demasiado pobres, foram incluídos também os que tendo direito de cidade, estavam isentos (assim como as viúvas que mantinham esse privilégio), assim como numerosos outros casos.

Sabemos que existem certas camadas da população que não aparecem como os clérigos. Isso levanta a questão de saber porque é que determinados privilegiados aparecem na lista (como os cidadãos) e outros não; será que os cidadãos estariam dispensados desta finta mas não de outras taxas e portanto eram registados na mesma? Ou seria para outros fins? De qualquer modo, dado que representavam na prática unidades económicas autónomas, que provavelmente viviam na sua própria casa, permitem-nos alargar a visão do espectro social da cidade.

A realidade descrita dos isentos na cidade do Porto é bastante mais complexa do que a do termo (neste, eram unicamente registados os pobres, não havendo indicação dos privilegiados) (Ferramosca, 2021). Sabemos que quer na cidade quer no Termo existiam clérigos (que nunca são indicados) e no termo existiam nobres que também não são registados (na cidade do Porto nunca poderiam ser registados nobres, uma vez que os costumes da cidade impediam a sua residência); assim esta lista está de algum modo incompleta para mostrar o completo retrato social da cidade.

As crianças não são registadas e as mulheres casadas também não, dado que o responsável pelo pagamento seria o marido; as mulheres só surgiriam registadas se estivessem a viver de forma independente (no caso de serem solteiras a viver sozinhas ou viúvas, sendo então registadas como cabaneiras); as viúvas dos cidadãos eram registadas, mas como atrás indicámos, estavam isentas do pagamento.

O lançamento de fintas para pagamento da abertura da rua não era uma realidade nova no Porto: quase um século antes em 1437 (Ferramosca, 1998), uma outra finta fora lançada para o pagamento de outra rua. Infelizmente não foi feita qualquer lista de nomes na cidade, sendo apenas registado o total pago; pode-se, no entanto, a partir desses dados fazer uma comparação e mostrar uma hipotética evolução da população da cidade.

No entanto queremos fazer uma ressalva muito importante: a questão dos critérios metodológicos utilizados pelos escrivães da época é um problema, assim como a sua fiabilidade. Decidimos para melhor exemplificar essa problemática, elaborar uma tabela com os valores retirados de duas fontes diferentes para as mesmas circunscrições em períodos cronológicos muito próximos para assim comparar os dados demográficos e mostrar o problema que implica trabalhar com fontes diversas: por um lado o livro da rua das flores e por outro, o numeramento de 1527.

<b>Circunscrições</b>	<b>Contribuintes e isentos no Livro da Rua das Flores</b>	<b>Fogos no Numeramento de 1527</b>
Couto de Pedroso	87	148
Couto de Avintes	79	93
Couto de Grijó	75	88
Julgado de Gondomar	230	286
Couto de Bustelo pertence (atualmente a Penafiel)	48	111
Couto de Fonte de Arcada (no numeramento aparece como comenda de Fonte de Arcada - atualmente pertence a Penafiel)	61	62
Couto de São João da Foz	226	286
Julgado de Refojos	739	1059
Honra de Frazão (atualmente pertence a Paços de Ferreira)	96	121

Tabela 1 – Comparação dos valores populacionais no livro da rua das flores e no numeramento de 1527.  
 Fonte: A tabela foi criada pelo autor com os dados disponíveis em duas fontes diferentes, por um lado, o livro da rua das flores e por outro a tese de João Alves Dias (1996) que contém os valores populacionais do numeramento de 1527.

Como já referimos antes, o livro da rua das flores terá sido elaborado entre 1521 e 1527; o numeramento entre 1527 e 1532; isso significa que na melhor das hipóteses podem ter registos do mesmo ano, na pior, podem ter uma diferença de 10 anos (o que já é considerável). O que observamos é que se obtém contagens muito diferentes com o numeramento a ter números muito mais elevados (com uma exceção, o Couto de Fonte de Arcada que tem números estranhamente semelhantes). Não negando que se os livros forem de anos diferentes, fenómenos como migrações ou picos de nascimentos de uma vintena de anos antes se refletissem no período do numeramento e possam alterar os dados, parece-nos que as discrepâncias se devam sobretudo a formas de contar diferente, pois o primeiro livro é uma fonte fiscal logo procura abarcar quem contribui (ou potencialmente o poderia fazer com a justificação da sua isenção) e o segundo pretende registar os fogos, logo provavelmente mais gente (a começar pelos clérigos e nobres que são os grandes ausentes do livro da rua das flores, mas provavelmente outros casos de que ignoramos de todo). São assim duas realidades diferentes; é certo que a maioria dos contribuintes do primeiro livro correspondem provavelmente a fogos também (e no quadro fazemos na prática essa comparação de dados como se fossem), mas não são efetivamente as mesmas realidades descritas. Assim, os números do livro da rua das flores têm de ser encarados com cautela: eles não representam números absolutos de fogos, mas dão uma ordem de grandeza.<sup>2</sup>

## Perfil social e demográfico por ruas

Vamos agora apresentar os valores para as diferentes circunscrições da cidade. Como dissemos anteriormente, essas divisões oferecem-nos dificuldades de interpretação, pois elas abarcam zonas da cidade, que estão resumidas a “da porta “A” à porta “B” (ou por vezes da rua “A” à rua “B”) ignorando nós quais as numerosas ruas intermédias que eram abarcadas nessa designação. Isso reduz infelizmente a qualidade da informação obtida sobre essas circunscrições, assim como já dissemos, o facto de alguns nomes estarem ilegíveis.

Na tabela seguinte, iremos apresentar os valores percentuais de cada grupo fiscal dentro de cada circunscrição, para assim permitir comparar o nível de riqueza das diferentes circunscrições.

---

<sup>2</sup> Não fizemos a mesma comparação entre os valores da rua da Flores e o numeramento para a cidade do Porto, porque o numeramento não tem números para a população intramuralhas, mas soma esta com a de parte do termo, o que torna inviável a comparação.

<b>Circunscrições</b>	<b>cidadãos</b>	<b>pobres</b>	<b>viúvas</b>	<b>não paga</b>	<b>inteiros</b>	<b>cabaneiros</b>
Porta da Lingueta até (ilegível)	10%	0%	7%	6%	56%	20%
Porta (ilegível) até porta dos banhos	13%	0%	6%	2%	64,5%	13,5%
Porta da ribeira até porta de cimo de vila	9%	2%	3%	17%	34%	33%
Porta da lingueta até porta Lada	0%	2%	1%	5%	55%	36%
Porta da virtude até (ilegível)	26%	1%	4%	11%	45%	13%
Rua de S. Nicolao à porta nova	13%	0%	2%	16%	53%	16%
Rua de S. Nicolao à rua nova	24,7	2,6	5%	19%	24,7%	23%
Rua das Congostas até ao largo de S. Domingues	3,7	0%	1,5%	18,8%	58,6%	17%
Largo de São Domingos à porta do Olival	6,7%	0,75%	0,75%	7,5%	58,65%	25,5%
(Ilegível)	3%	4%	0%	10%	60%	23%
Rua de S. Miguel até (ilegível)	0%	3%	1%	4%	76%	16%

Tabela 2 – Grupos fiscais da cidade. Fonte: elaborada pelo autor

Ao analisar os pagamentos, podemos constatar que existiam diferenças de riqueza em diferentes partes da cidade. Em determinadas circunscrições como a da rua de São Nicolao até à rua nova só os cidadãos chegavam a 25% dos habitantes (o que era expectável, dado que a rua nova fora construída com diversas preocupações urbanísticas, sendo ampla, e com edifícios com bons materiais). Poderia mesmo suceder que esses cidadãos se concentrassem numa única rua e deixando os outros não cidadãos em ruas vizinhas

que fariam parte da circunscrição (mas reconhecemos que não temos forma de comprovar isso). Notamos assim que as ruas com maior percentagem de cidadãos são as do sudoeste: porta dos Banhos, porta da Virtude, rua de São Nicolao à porta Nova e rua de São Nicolao à porta Nova.

Pelo contrário, na rua de São Miguel só existiam contribuintes e pobres (não arriscamos muito ao justificar isso com o facto de ser na zona da antiga judiaria, o que a tornaria uma zona menos nobre evitando as elites residirem aí, ficando provavelmente os cristãos-novos a continuar aí a viver).

Na tabela três, iremos mostrar qual o valor percentual que as circunscrições representavam em relação ao total da cidade e os números absolutos para assim ver quais as zonas geográficas mais povoadas da cidade.

<b>Circunscrições</b>	<b>% em relação à cidade</b>	<b>Números absolutos</b>
Porta da Lingueta até (ilegível)	9%	129
Porta (ilegível) até porta dos banhos	9,1%	130
Porta da ribeira até porta de cimo de vila	9,4%	134
Porta da lingueta até porta Lada	11,3%	164
Porta da virtude até (ilegível)	8,3%	119
Rua de S. Nicolao à porta nova	8,9%	128
Rua de S. Nicolao à rua nova	7,9%	113
Rua das Congostas até ao largo de S. Domingues	9%	129
Largo de São Domingos à porta do Olival	9,3%	133
(Ilegível)	10,3%	148
Rua de S. Miguel até (ilegível)	7%	100

Tabela 3 – Percentagem de habitantes por circunscrição. Fonte: elaborada pelo autor

Apesar das falhas da identificação das ruas, notamos que existe uma maior incidência na existência de circunscrições na zona ribeirinha com pelo menos 5 divisões identificadas- porta da Lingueta (esta servindo de ponto de partida para dois outros pontos), porta dos Banhos, porta da Ribeira (esta é um caso um pouco diferente, dado que abarca uma imensa área), porta Nova, restando 6 para o resto da cidade (e algumas destas circunscrições

ilegíveis podem ser também nas imediações do rio). Ou seja, embora as divisões administrativas, tenham valores semelhantes em populações (a amplitude vai de 7% para 11,3%), a zona que convivia nas proximidades do Douro era mais densamente povoada que o resto da cidade.

## Os números da cidade

Temos um total de 1425 pessoas registadas. Se equiparmos cada uma dessas pessoas registadas a um fogo e considerarmos um valor médio de 4,5 habitantes por fogo, obteremos um valor aproximado de 6500 habitantes para a cidade; este valor é apenas teórico, porque não temos forma de o comprovar; as 1425 pessoas registadas, sim.

Desse valor total, 1077 (75,5) são contribuintes e 371 (24,5%) são isentas de pagamentos.

Dos contribuintes totais, os inteiros correspondem a 53,4% e os cabaneiros são 22,1% do total. A proporção entre inteiros e cabaneiros entre si é de 69,8% para o primeiro e 30,2% para o segundo. No termo, a proporção entre os dois grupos é de 82% e 18%, o que mostra um maior número de cabaneiros na cidade (quase o dobro). Isso significa que existia uma maior proporção de pessoas que na cidade tendo algum rendimento, não conseguiam ter o suficiente para serem registadas como inteiras.

É possível dividir os isentos em diferentes categorias (ao contrário do que sucedia no termo, em que apenas surgiam os isentos por pobreza). Os cidadãos representando a elite da cidade são 9,5%. As viúvas dos cidadãos são bastante menos com 2,7%; os pobres são 1,4%. finalmente os que não pagam e que ignoramos o motivo são 10,7%.

Uma parte substancial da cidade por um motivo ou por outro estava livre do pagamento da finta; entre cidadãos e viúvas temos mais de 14%, ao contrário do que sucedia no campo; se acrescentarmos os que não contribuem (mas de que ignoramos o motivo), obtemos 1/4 dos habitantes.

## Custo de vida

Decidimos fazer uma breve comparação do que representaria o valor de 15 reais em salários e bens. Começamos com um problema: não temos a certeza da data do livro que varia entre 1521 e 1527 e em 6 anos muita coisa pode mudar (sabemos que em 1521 e 1522 houve falta de cereais no

Porto, mas 1527 foi um ano de relativa abundância, e pagar um imposto num ano de fome ou de preços baixos é radicalmente diferente (Dias, 1998, pp. 11-52)). Por outro lado, não existem dados para os salários e preços no Porto; fomos então obrigados a utilizar os de outras cidades e decidimos utilizar o ano de 1527, o único em que conseguimos obter informações para diferentes preços e salários; temos consciência que utilizar os dados de outras cidades corre o risco de distorcer a realidade, mas consideramos que apesar de tudo a comparação pode ser útil<sup>3</sup>.

Assim, diariamente em Lisboa um trabalhador não especializado ganharia 32,5 reais; um pedreiro consideravelmente mais, 55 reais. Em Coimbra em trabalhador não especializado 30 reais (um pouco menos que Lisboa, o que faz sentido porque a capital deveria ter um custo de vida superior), um carpinteiro 50 reais.

Em Lisboa com 8,7 reais comprava-se 1 kg de bife, por 10,9 reais 1 kg de carneiro ou de porco; com 1,9 real comprava-se 1 l de cevada; para o vinho só temos o preço de 1524 que é de 5,2 reais por litro (o preço seguinte, de 1532, é de 5,4 por litro, portanto o preço em 1527 não deveria andar longe destes valores); para o carvão temos o preço de 1525 (que é o mesmo de 1528) que é 0,2 reais por kg.

Em Coimbra com 1,9 real comprava-se 1 litro de cevada (o mesmo que em Lisboa). Com 2,3 comprava-se 1 litro de centeio, com 3,8 comprava-se 1 litro de trigo.

Assim, o valor da finta era o equivalente a metade do salário de um trabalhador não especializado. À partida não parece muito, mas se imaginarmos que para além dos produtos com preços disponibilizados aqui, haveria outros alimentos assim como diversas despesas (alojamento, roupa, impostos e taxas, filhos para alimentar), essa finta suplementar seria complicada de gerir, sendo ainda pior ainda num ano de carestia.

## **Evolução da população**

Um século antes fora lançada uma finta (1438), com o mesmo propósito de construir uma rua (Amaral & Duarte, 1985). Foram registados os contribuintes inteiros, cabaneiros e numerosas outras informações (os falecimentos,

---

<sup>3</sup> Para poder fazer essas comparações, utilizámos os dados do projeto "Prices, Wages and Rents in Portugal (1300-1910)": ([http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page\\_id=56](http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page_id=56)); (Palma & Reis, 2018); (Costa & Reis, 2015).

os números dos que mudaram de estatuto de contribuinte, a respetiva justificação). No entanto nessa finta não foram registados o número de habitantes (ou os nomes) na cidade do Porto, apenas o valor total pago (Ferramosca & Duarte, 2001); ora como no livro da rua das flores temos o número de habitantes (e contribuintes), em princípio bastaria comparar o valor pago em ambas as fintas para com alguns cálculos obter a evolução da população.

Decidimos assim, utilizando diversas informações do livro de 1527 extrapolando-as para o de 1438 (a proporção de inteiros e cabaneiros, a percentagem de isentos), para assim obter o quadro da população.

Infelizmente deparámo-nos com diversos problemas: é que enquanto no livro da rua das flores o valor base é de 15 reais (e metade para os cabaneiros), um século antes diferentes povoações pagavam 30 reais ou 21 de valor base para os inteiros (e metade respetivamente para os cabaneiros); qual destes valores se deveria selecionar para a cidade do Porto? Pareceu-nos pouco provável que a cidade fosse impor o valor de tributação mais elevada para os seus residentes, portanto o valor de 21 reais (e de 10,5 para os cabaneiros) faria mais sentido; exceto que matematicamente os valores não batem com o total pago, enquanto com valores de 30 reais (e 15 de cabaneiros) sim (a menos que na cidade do Porto se pagasse um outro valor por nós desconhecido e que não ficou registado)<sup>4</sup>.

Outra diferença: a judiaria estava registada à parte no livro de 1438 (embora fosse dentro do espaço da muralha); essa zona que aparece no livro da rua das flores como “rua de São Miguel” está incluída na cidade. Ora para poder fazer uma comparação válida da evolução entre os dois períodos, tivemos de excluir a rua de S. Miguel (dado que mais uma vez não sabemos quanto era o valor pago pelos judeus individualmente em 1438 nem o seu número).<sup>5</sup>

Um dado bastante dúbio é o da proporção de contribuintes inteiros e cabaneiros: em 1527 estes representam cerca de 30% dos contribuintes. Seria assim também em 1438? Como já dissemos anteriormente, em um século muita coisa pode mudar. No entanto iremos utilizar essa proporção para 1438.

O mesmo problema se passava com os isentos: existiriam eles em tal número antes do reinado de D. Afonso V? Decidimos calcular a população com esse número de qualquer modo.

---

<sup>4</sup> O valor do real variou com o tempo. Em 1437 teria 0,307 gramas de prata, em 1527 cerca de 0,59. Portanto os 30 reais de 1438 acabavam por ter um valor semelhante aos 15 de 1527, se ignorarmos outros fatores (Ferreira, 2007).

<sup>5</sup> Existia outro potencial problema: desconhecemos com rigor o modo como o édito de expulsão dos judeus afetou a comunidade.

Temos plena consciência que utilizar fontes fiscais com um século de diferença tem riscos: não há certeza de que as metodologias de contagem fossem iguais. Mesmo na mesma época, era fácil os valores variarem (como já indicámos anteriormente na comparação do livro da rua das flores e numeramento).

Para 1527 temos 985 contribuintes (uma vez excluídos os habitantes da Rua de São Miguel) e 340 isentos (respetivamente 74% e 26%).

Em 1438, a cidade pagou 10800 reais. Partindo do princípio de que os cabaneiros representariam um valor aproximado de cerca de 30% (tal como em 1527), mas sem nos preocuparmos demasiado com este valor de forma absoluta e em vez disso que o dinheiro pago no total batesse certo, obtivemos 280 contribuintes inteiros (que pagando 30 reais cada, daria 8400 reais) e 160 cabaneiros (que pagando 15 reais cada daria 2400 reais; somados os dois valores, obtemos a soma de 10800 reais) e um total de 440 contribuintes. Com este valor, podemos calcular o crescimento para 1527 em 123%, ou seja, a cidade mais que duplicou (é necessário atender ao período de profunda depressão em que o país estava em 1438 (Oliveira Marques, 1987). Podemos somar ainda cerca de 160 isentos (para perfazer os 26% de isentos como no livro da rua das flores), o que daria uma população de 600 entre contribuintes e isentos (cerca de 2700 fogos).<sup>6</sup> Estes valores são muito inferiores às estimativas que foram feitas por outros autores (Andrade et al., 1990).

De qualquer modo, o crescimento que aqui calculámos é superior ao detetado nas povoações do termo que é de 87%.

Estes valores como já referimos, partem de muitos pressupostos que podem estar completamente errados á partida. No entanto decidimos efetuar este exercício na mesma para dar uma estimativa do que poderia ter sido o crescimento da cidade.

## Conclusão

Tendo sido lançada uma finta para pagamento dos custos da construção de uma rua na cidade do Porto por ordem de D. Manuel, foram registados os contribuintes, assim como os isentos, estando a cidade dividida em diver-

---

<sup>6</sup> De qualquer modo, decidimos fazer uma simulação com a cidade a pagar 21 reais por inteiro e 10,5 por cabaneiro e os valores (não batendo o pagamento total com o que foi declarado por uma diferença de 4 reais) são obviamente diferentes: temos 400 inteiros e 229 cabaneiros, dando à volta de 629 contribuintes; se acrescidos dos isentos (270 para dar os 26%), temos um crescimento de 71% num século (um pouco mais parecido com o termo). Vale o que vale, a partir de contas que não batem certas à partida.

sas circunscrições. A zona ribeirinha e as suas imediações eram de forma geral as mais prósperas e densamente povoadas. Os números que obtivemos rondam os 1250 fogos, o que daria cerca de 6500 pessoas; o entanto, a ausência dos clérigos nesta contagem (e talvez alguns familiares e dependentes), significa que os números seriam provavelmente superiores.

Embora sem poder dar certezas absolutas, o crescimento da população da cidade deve ter ultrapassado os 100% no período de 1438 a 1527, números que acompanham a tendência que é apontada para o país.

## Bibliografia

### Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Porto/Casa do Infante [Porto]. (1438-1440). Livro da Receita da Rua Formosa, código parcial 2213.

Arquivo Histórico do Porto/Casa do Infante [Porto]. (1521-1526), Livro da finta para pagamento das despesas que se hão-de fazer na rua nova das Flores, código parcial 2215.

### Estudos

Afonso, D. (2012). *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Amaral, L., & Duarte, L. (1985). *Os homens que pagaram a rua nova*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Universidade do Porto.

Andrade, A., Gonçalves, I., & Oliveira Marques, A. H. (1990). *Atlas de cidades medievais portuguesas* (Vol. I). Instituto Nacional de Investigação Científica.

Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado: Curso no Collège de France (1989-1992)*. Edições 70.

Costa, L., Palma, N., & Reis, J. (2015). The great escape? The contribution of the empire to Portugal's economic growth, 1500-1800. *European Review of Economic History*, 19(1), 1–22.

<https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/17891/wp1307.pdf?sequence=1>

Dias, J. (1996). *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na 1ª metade do séc. XVI)* (Vol. I). Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Dias, J. (1998). A população. In J. Serrão, & A. H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal* (pp. 11–52). Editorial Presença.

Ferramosca, F. (1998). *O Porto Medieval e o seu Termo segundo o livro da Rua Nova*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Ferramosca, F. (2021). Entre a Idade Média e Idade Moderna: a evolução demográfica do Termo do Porto. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 34(2), 49–68. [https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_34\\_2\\_3](https://doi.org/10.14195/2182-7974_34_2_3)
- Ferramosca, F., & Duarte, L. M. (2001). *Livro da Abertura da Rua Nova*. Patrimonia Historica, Cascais.
- Ferreira, S. (2007). *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fossier, A., Petitjean., J., & Revest., C. (2019). *Écritures Grises: Les instrument de travail des administrations (XII-XVII siècles)*. Écoles nationale des chartres, Écoles françaises de Rome.
- Machado, M. (1997). *O Porto de D. Manuel a S. João III (1518-1530)*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira Marques, A. H. (1987). A população. In J. Serrão, & A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal na crise dos séc. XIV e XV: Vol. IV*, (pp. 15–45). Editorial Presença.
- Oliveira, J. (1973). *O espaço urbano do Porto*. Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos.
- Palma, N., & Reis, J. (2018). From convergence to divergence: Portuguese economic growth, 1527-1859. *Journal of Economic History*, 79(2), 477–506. [https://ehes.org/wp/EHES\\_137.pdf](https://ehes.org/wp/EHES_137.pdf)
- Rodrigues, T., Moreira, M., Sousa, J., & Henriques, F. (2008). *História da população portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*. Edições Afrontamento.
- Santos, M. (2010). *A rua nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



# As evidências documentais da gestão urbanística em Portugal: o caso de Sines (1914-1951)

## Documentary evidence of urban management in Portugal: the case of Sines (1914-1951)

SANDRA PATRÍCIO<sup>1; 2</sup>

Responsável pelo Arquivo Municipal de Sines  
Arquivo Municipal de Sines; Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa;  
História, Território e Comunidades, NOVA FCSH, Portugal,  
ssilva@letras.ulisboa.pt  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4613-1036>

Artigo entregue em: 19 de setembro de 2023  
Artigo aprovado em: 23 de janeiro de 2024

### RESUMO

Entre 1914, ano da restauração do concelho de Sines, e 1951, data do *Regulamento Geral de Edificações Urbanas* em Portugal, o licenciamento de obras particulares em Sines, uma das mais vetustas competências municipais, resultou numa colecção de requerimentos que permite introduzir o estudo da

---

<sup>1</sup> Nota: a autora escreve ao abrigo do antigo acordo ortográfico, de 1945, por estar em desacordo com o seu objectivo de unificação da ortografia do português em todos os países de língua oficial portuguesa, que considera um valor sócio-cultural intrínseco, assim como o desaparecimento, na língua, das marcas da sua evolução a partir do Latim.

<sup>2</sup> Agradeço aos revisores anónimos os comentários e sugestões muito pertinentes e desafiantes, que procurei integrar no artigo e que melhoraram muito o seu conteúdo.

gestão urbanística de um município em particular, o de Sines, que não resultou na produção de processos de obras particulares.

Começa-se por recensear os trabalhos científicos no que concerne aos conceitos de arquivos de arquitectura e processos de obras particulares através de uma revisão da literatura. Numa segunda fase, tendo por base o método de investigação documental, analisa-se o quadro regulador, em contraste com a documentação produzida e o contexto local. Identificam-se e analisam-se os instrumentos que regularam a gestão urbanística de Sines desde a restauração do concelho no período em questão. Conclui-se com a caracterização da dinâmica do licenciamento e as suas dificuldades, à luz dos seus regulamentos e do contexto local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivo Municipal de Sines; Postura municipal; Processos de Obras Particulares; Documento de Arquitectura.

#### **ABSTRACT**

Between 1914, the year of the restoration of the municipality of Sines, and 1951, when it was published the *General Regulation of Urban Buildings* in Portugal, the licensing of private works in Sines, one of the oldest municipal competencies, resulted in a collection of requests that allow us to introduce the study of the urban management of one municipality in particular, that of Sines, which did not result in the production of private building work record files.

The first step is to review the scientific literature on the concepts of architectural archives and private construction processes. In a second phase, based on the documentary research method, the regulatory framework is analyzed in contrast to the documentation produced and the local context. The instruments that have regulated urban management in Sines since the restoration of the municipality during the period in question are identified and analyzed. It concludes with a characterization of the dynamics of licensing and its difficulties, in the light of its regulations and the local context.

**KEYWORDS:** Sines Municipal Archive; Municipal regulations; Private building work record files; Architectural Record.

## **1. Introdução**

A gestão urbanística é uma competência municipal secular, que gerou os maiores volumes documentais existentes nos arquivos municipais, espe-

cialmente no período contemporâneo (Batista, 2021, p. 79). Os documentos daí resultantes, entre os quais se encontram os processos de obras particulares, são também fontes fundamentais para a história social e urbanística de cada concelho, além da utilidade óbvia para as administrações e para os cidadãos, embora nem sempre testemunhem a história integral de um edifício (Patrício, 2022, p. 79).

Tendo em conta a complexidade de um estudo que implica informação arquivística, e, em simultâneo, o conhecimento de uma função municipal, ou, por outras palavras, um estudo que orbita entre a ciência da informação e a administração local, a revisão da literatura vai ser desenvolvida em três camadas: o conceito de documentos de arquitectura e a sua evolução; as funções municipais de licenciamento de obras particulares; o conceito e a prática da unidade de informação processos de obras particulares.

A introdução inclui a revisão de literatura e a apresentação e discussão das características e limites das fontes. Esta parte do estudo conclui-se com a análise do quadro regulamentar local, nomeadamente as posturas municipais e as suas revisões.

Na segunda parte, após a discussão de conceitos e das potencialidades das fontes, analisa-se a colecção de requerimentos, em contraste com o contexto regulador identificado e as evidências da fiscalização do seu cumprimento.

## 1.1 O conceito de documentos de arquitectura e a sua evolução

O estudo mais recente e mais abrangente acerca do conceito documentos de arquitectura, inclusive portuguesa, é de autoria de Israel Guarda (2022), um artigo publicado num dos números do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* de 2022 e 2023 coordenados por Paula André e Paulo Batista. Parte da constatação de que a «documentação de arquitectura» teve um «impulso significativo», nomeadamente no que respeita aos arquivos de arquitectos em instituições arquivísticas. O artigo analisa o tratamento arquivístico nessas instituições para «avaliar em que medida as estratégias seguidas reflectem as condições específicas dos documentos» (Guarda, 2022, p. 95), concluindo pela ausência de procedimentos normalizados e pelo foco nos «documentos de desenho».

O conceito de documento(s) de arquitectura surgiu primeiro nos museus, enfatizando o seu carácter de obra de arte e de documentos individuais produzidos por um autor. Israel Guarda cita a conferência *Towards standards*

for *Architectural Archives*, organizada em 1982 pela International Confederation of Architectural Museums, The International Council Museums, The International Council of Monuments and Sites, Union International de Architects e a UNESCO (Guarda, 2022, p. 97, nota 4).

Assim se compreende a definição de Harvey, citado por Lathrop (1980): «estes [documentos de arquitectura] emanaram dos processos de projeto e construção, servindo em primeiro lugar o propósito de convergir ideias abstratas para clientes e construtores concretizarem em realidade» (como citado em Guarda, 2022, p. 97). A definição exclui os documentos resultantes dos procedimentos administrativos de licenciamento de um imóvel, e centra-se nos documentos produzidos no decurso da construção de um edifício. Também uma definição mais recente, a de Lowell (2015, como citado em Guarda, 2022, pp. 99-100), refere-se aos documentos de arquitectura como «documentos de negócio, criados por um indivíduo ou por uma empresa vocacionada para a área de projecto».

Para Guarda, o desafio aos arquivistas está em «garantir que o seu tratamento arquivístico reflecta todas as dimensões indicadas» (2022, p. 100), o que se deverá reflectir numa classificação «que mantenha activa a estrutura de relações da documentação». Se este é um imperativo para o tratamento arquivístico de qualquer conjunto documental, a diversidade de tipologias, o respeito pelas fases administrativas dos projectos e as dificuldades de acondicionamento e preservação tornam estes desafios ainda mais relevantes. O autor cita Cook (1996) em relação ao contexto de produção muito específico dos documentos de arquitectura: «Não se pretende recuperar apenas o documento de arquitectura, mas toda a informação associada e o conjunto de relações (privadas, institucionais, interinstitucionais), que define o seu contexto particular de produção». Daqui se conclui que é necessária «uma estratégia concertada por parte das instituições arquivísticas e um empenho redobrado do arquivista» (Guarda, 2022, p. 100).

Guarda identifica ainda três áreas de investigação em Portugal referentes aos documentos de arquitectura: empreitadas públicas (Guarda, 2022, pp. 101-102); processos de obras particulares (Guarda, 2022, p. 102); tratamento de documentos e arquivos de arquitectura em si, nomeadamente a proposta de João Vieira (como citado em Guarda, 2022, p. 102). Esta é a perspectiva que mais interessa ao autor, pois traz uma proposta de tratamento da documentação arquitectónica com influência sobre os procedimentos do trabalho seguida pelo Sistema de Informação do Património Arquitectónico. Vieira «entende a documentação arquitectónica como a metainformação da arquitectura e do património arquitectónico» e, portanto, valoriza a «inter-relação

funcional entre um módulo especializado na descrição e controlo de objectos arquitectónicos e outro dedicado à descrição de documentos de arquivo» (Vieira, como citado em Guarda, 2022, p. 102). Resulta na associação entre um registo de objecto arquitectónico e o registo documental, mas, adverte Guarda, «a operacionalidade apresenta-se complexa e tende a subalternizar a descrição documental (...) em benefício do objecto arquitectónico» (Guarda, 2022, p. 102). É atribuído um identificador único ao registo do objecto arquitectónico relacionado ao registo documental. Mas apenas se aplica aos edifícios construídos, desconsiderando os projectos que não foram concretizados, e corre o risco de obnubilar o contexto de produção.

Segundo Vieira (2010, p. 27), a noção de que um documento de arquivo é prova de uma «transacção jurídica concreta» é insuficiente, dada a natureza da actividade que o produz, a arquitectura. Esta área do saber e do fazer é complexa, sublinha, entendida como um conjunto de actividades humanas para a construção de edifícios e estruturas que modificam o espaço e têm valor patrimonial e histórico, e que escapa a definições mais estritas. Logo, o tratamento arquivístico actual apenas engloba uma parte do uso do documento de arquitectura, o primário. Esta noção desconsidera os documentos de arquitectura produzidos pela Administração Local. De facto, importa não esquecer que produção inclui não só a criação de documentos, mas também a sua recepção e custódia com os objectivos de desenvolver uma actividade e cumprir uma missão (ODA, 2007, pp. 59, 65). A «produção está ligada ao acto ou ao processo prático em que procede ao registo de informação», (Corujo, 2023, p. 31), o que inclui documentos criados e documentos recebidos pela organização.

Daqui se conclui que Vieira apenas se refere às instituições de memória que conservam arquivos de arquitectos, dado que, do nosso ponto de vista, os documentos de arquitectura da Administração Pública Portuguesa se enquadram também na produção de documentação administrativa que documenta uma transacção, neste caso a construção de infra-estruturas e o ordenamento do território como funções do Estado Português, cujo valor transcende o seu carácter utilitário para a administração. Mas a crítica de Vieira é certa, quando identifica que a gestão se limita ao valor de prova dos documentos de arquitectura, desvalorizando o seu carácter de memória e de património. Esta desvalorização, contudo, não é específica destas unidades de informação, mas dos arquivos em geral, e verifica-se, num primeiro nível, na falta de investimento nos edifícios onde esses documentos se conservam, nos recursos humanos e nos recursos técnicos disponíveis. Num segundo nível, a falta de investimento tem consequências nas funções arquivísticas em si, nomeadamente nas

tarefas de descrição e indexação, que pode não incluir elementos fundamentais para representar e recuperar informação de documentos específicos como são os de arquitectura (Vieira, 2010, pp. 17-18). Trata-se de adicionar camadas de informação, não de isolá-las ou excluí-las, pois as duas visões não devem excluir-se, mas complementar-se.

O Sistema de Informação do Património Arquitectónico (SIPA) serve para a investigação da história dos edifícios considerados com valor arquitectónico, não para aquela dos edifícios comuns. Serve, e muito bem, embora não se reconheça completamente esta funcionalidade, para apoiar as funções administrativas de projectar e executar obras de conservação e restauro nos edifícios com valor arquitectónico do Estado. Esta abordagem permitiu, entre 1996 e 2001, preparar a documentação, ao nível do documento simples e da sua indexação básica, embora sem descrição, para assegurar um acesso imediato via digital. Foi um amplo investimento em tecnologia (*hardware* e *software* para a digitalização e programação de bases de dados) que permitiu poupar em recursos humanos qualificados, nomeadamente arquivistas. Os recursos humanos contratados foram-no de forma passageira e, em 2021 (Figueiredo, 2021), os recursos humanos adstritos ao projecto estão reduzidos ao essencial. A descrição não se aprofundou e nada indica que as normas de descrição arquivística foram ou serão respeitadas.

Segundo Figueiredo, a partir de 2007, após a instalação de um edifício construído para arquivo, deu-se o início de um período de desinvestimento em recursos humanos, técnicos e financeiros. Apesar disso, em 2017, após a Resolução do Conselho de Ministros 21/2016 e a noção de partilha de conhecimento científico em acesso aberto, houve a possibilidade de retomar o trabalho de inventário e a sua qualificação, nomeadamente o inventário do património imóvel classificado e a base de dados de património classificado móvel. Mas esse trabalho é feito por bolseiros, pelo que não vai ser sistemático, não há referências à contratação de arquivistas, e o seu foco é o património arquitectónico, não o arquivístico.

No fundo, consiste numa abordagem custodial dos arquivos como auxiliares de outros campos do saber, neste caso da arquitectura, que considera os documentos de arquivo como unidades de informação singulares e autónomas, sem contexto. Deste ponto de vista, acompanhamos Israel Guarda, quando conclui: «a operacionalidade apresenta-se complexa e tende a subalternizar a descrição documental (...) em benefício do objecto arquitectónico» (2022, p. 102).

O referencial *A guide to the archival care of architectural records 19th and 20th centuries* foi publicado em 2000, pela secção do Conselho Internacional

de Arquivos dedicada aos documentos de arquitectura, e pode ser útil neste contexto. O documento identifica três origens dos documentos de arquitectura: administração pública e outros organismos; ateliers de arquitectos; empreiteiros, empresas de engenharia civil e escritórios de engenheiros civis. Os documentos de arquitectura têm sido vistos como objectos valiosos, obras-primas, que são vendidos individualmente e chegam a museus, bibliotecas e até a colecções arquivísticas como objectos individuais, e assim descritos e geridos. São preferidas as normas biblioteconómicas e museológicas, raramente as arquivísticas. O manual, pelo contrário, assume-se dedicado aos documentos de arquitectura produzidos como resultado da prática da arquitectura como actividade empresarial:

In contrast, this guide emphasizes the care of groups of architectural records created in the course of the modern practice of architecture. These records provide evidence concerning the relationships of architects, contractors, and clientes of every social level, and reveal the new reality created by the accelerating tempo of modern times. (...) this guide seeks to focus attention on bodies of records created by architects within the context of their firms and the business of architecture. (ICA, 2000, p.16)

O arquitecto, para este guia, não é um artista isolado, mas um participante do processo colectivo da construção contemporânea.

Além de documentos de arquitectura, também surge na literatura a noção de arquivos de arquitectura. Desta forma, nem sequer a designação da unidade de informação é consensual. Existe uma grande variabilidade internacional, embora, desde os anos 60 do século XX, tenha havido um esforço da parte das instituições custodiantes para definir e sistematizar conhecimento sobre o tratamento arquivístico, a conservação da documentação e a preservação do património arquivístico (Conde, 2015).

Para Franco (2004), por exemplo, os arquivos de arquitectura são representações do processo criativo do que foi construído ao longo do tempo, enquanto testemunhos de obras perdidas ou destruídas. Neste âmbito, são «substitutos do património irrecuperável (...) [fundamentais para a] compreensão da vida e da cultura dos povos.

Hildesheimer (1986) propôs uma definição alargada de arquivos de arquitectura, que são todos os documentos referentes à arquitectura ou ao urbanismo (trabalhos públicos e de ordenamento do território, emanados das administrações centrais e locais e gabinetes de arquitectura). Incluem

desenhos arquitectónicos, peças escritas, desenhos e esboços, cadernos, notas de recepção e licença de trabalhos de construção.

Os estudos sobre documentos ou arquivos de arquitectura ora enfatizam a sua génese e a sua condição enquanto criações intelectuais que se materializam em edifícios, de que os documentos são testemunhos e que, portanto, ambas as instâncias são património; ora se enfatiza a génese na função administrativa de licenciamento da edificação e o seu testemunho documental. As consequências são ou a valorização do documento simples e a descrição por inventário, ou a valorização da organicidade dos documentos, e a sua descrição arquivística enquanto unidade de informação múltipla.

Uma outra perspectiva dos documentos de arquitectura provém no Brasil e de Espanha. No Brasil, a tipologia documental é um método de identificação que incide sobre a documentação acumulada e pretende, através da análise da espécie e do tipo documental, conceitos da diplomática, identificar as unidades arquivísticas básicas para as funções arquivísticas, as séries documentais (Rodrigues & Viana, 2023, pp. 113-114).

No caso dos documentos de arquitectura, estes resultam da actividade de construção de edifícios. São produzidos por entidades públicas e privadas. A actividade é licenciada e controlada pelos órgãos públicos, de que resultam documentos que «registram as várias da atividade projetual (planejamento, concepção, execução e manutenção do espaço)» (Rodrigues & Viana, 2023, p. 121). Como tal, para o seu tratamento arquivístico, cujos fins são a sua preservação como valor de prova e o acesso por todos os interessados, os autores utilizaram o método de identificação para a «correta identificação da tipologia documental». Este método é considerado o melhor para o tratamento dos «arquivos de arquitectura», designação que é usada, por vezes, em vez de «documentos de arquitectura» (Rodrigues & Viana, 2023, p. 109). Por «arquivos de arquitectura» entende-se os «documentos que registram as etapas da atividade projetual e as fases da representação do processo criativo, testemunho gráfico e iconográfico dos projetos edificados como referência de uma época [não inclui os projectos de edifícios não edificados], um estilo e de uma técnica construtiva» (Rodrigues & Viana, 2023, p. 109).

A arquivística brasileira acompanha a produção espanhola de estudos teóricos e aplicados aos documentos administrativos para identificar as partes que os integram, os seus caracteres internos e externos, conceitos da diplomática, para funcionarem como base do tratamento técnico arquivístico. Para a arquivista espanhola Antonia Herédia Herrera (2007), tal como para a brasileira Heloísa Bellotto (2004), a Tipologia Documental supera a Diplomática. Portanto, este método tem como objectivo a identificação/

formação das séries documentais. Em Espanha o «termo tipologia documental passa a ser usado para designar o conjunto dos documentos de arquivo ou área de estudos sobre o documento e o tipo documental», citando Heredia Herrera (2007).

No caso dos documentos de arquitectura, este é um método privilegiado para, na documentação acumulada, identificar a série, unidade arquivística fundamental. É um «método de identificação arquivística aplicado ao estudo da tipologia documental acumulada nos arquivos» para a identificação da proveniência e da produção documental. Os documentos de arquitectura têm como génese a construção de edifícios. Quando os edifícios são públicos, os documentos de arquitectura constituem prova e são de conservação permanente. Podem ser produzidos por órgãos públicos ou por privados (pessoas colectivas e individuais). No caso da construção por privados, o planeamento, a construção, a manutenção e a reutilização, até à demolição, são fiscalizados por órgãos públicos, de acordo com Ferreira (2021, pp. 5, 8; Batista, 2011).

O Brasil também desenvolveu esta área de estudos, que entre nós não é tida como um campo científico em particular, mas, frequentemente, como uma etapa no estudo de um sistema de informação fechado, o estudo orgânico-funcional. O estudo inaugurador foi mesmo o de Ribeiro e Fernandes, em 2001, relativo à Universidade do Porto, a que seguiram vários outros<sup>3</sup>.

Outro contributo inovador vindo do Brasil para a compreensão dos documentos de arquitectura vem da área da difusão, nomeadamente o

---

<sup>3</sup> Identificação feita a partir dos títulos dos trabalhos finais de mestrado identificados por Carlos Guardado da Silva entre 2003 e 2012 (2019, pp. 33-51): Carvalho, C. C. R. C. V. (2009). *O Sistema de Informação do Tribunal Colectivo dos Géneros Alimentícios: estudo orgânico-funcional, produção e tramitação documental*. Évora: Universidade de Évora; Gomes, L. I. E. (2012). *A estrutura orgânico-funcional da Administração da Universidade de Coimbra e a sua projecção no respectivo arquivo*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras; Oliveira, M. A. T. (2010). *O sistema de informação de Mario Cesariny: estudo analítico, organizativo para a sua dinamização*. Porto: Faculdade de Engenharia; Sousa, D. M. D. (2009). *Celeiro Comum de Grândola: da História Administrativa à produção de um instrumento de descrição documental*. Évora: Universidade de Évora; Vaquinhas, N. M. C. (2008). *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve: 1700-1750*. Évora: Universidade de Évora. Acrescenta-se ainda alguns títulos mais recentes: Rodrigues, S. (2017). *O Sistema de Informação Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. Lisboa: Edições Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Patrício, S. (2021). *Sistemas de Informação Locais: Sines 1655-1855*. Lisboa: Edições Colibri. No domínio da historiografia, o estudo de José Subtil sobre o Desembargo do Paço é já um estudo orgânico-funcional sobre um produtor de documentos de arquivo, compreender o contexto da criação do arquivo da instituição em relação com os contextos históricos em que actuou. Subtil, J. M. L. L. (1996). *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

estimulante artigo de Mónica Frandi Ferreira, na senda de Lira et al. (2021), publicado no já referido número duplo do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra que versa sobre documentos de arquitectura. Esse contributo é a consideração dos documentos de arquitectura, enquanto prova e resultado do controlo da actividade de obras e edificações, como oficina para o ensino, pesquisa historiográfica e iniciativas de preservação do património cultural. Tal como acontece com os processos de obras particulares portuguesas, a série tem valor activo, uma produção corrente, mas também valor definitivo, têm carácter permanente, quer quando respeitam a edifícios construídos, alterados e demolidos, como às obras não edificadas (Ferreira, 2023, p. 60). O enfoque não está na excepcionalidade do documento simples pelo seu valor artístico ou histórico, explica a autora, recorrendo a Parrela (2013), mas na unidade de informação processo de obra particular, aquela que não desconsidera as relações orgânicas dos documentos de arquivo e que dão significado e valor a estas unidades.

Tendo em conta esta diversidade e os vários produtores e entidades custodiantes de documentos de arquitectura ou arquivos de arquitectura, podemos, a partir de Guarda (2022) e do referencial do Conselho Internacional de Arquivos (2000), identificar as origens funcionais dos documentos de arquitectura em arquivos portugueses<sup>4</sup>:

- a. Empreitadas públicas (Administração Central, Administração Local, Empresas Públicas);
- b. Licenciamento de obras particulares (Administração Local);
- c. Arquivos de arquitectos (Arquivos definitivos nacionais, regionais e locais; arquivos de instituições privadas).

---

<sup>4</sup> A este respeito, se consultarmos a plataforma CLAV, que alberga a Lista Consolidada dos processos de negócio da Administração Pública portuguesa elaborada com o objectivo de normalizar as práticas de classificação e avaliação da informação pública, podemos encontrar várias áreas de actividade que produzem documentos/arquivos de arquitectura. Este referencial tem como assumpções: a avaliação e a classificação da informação produzida pelas administrações públicas deve ser «suprainstitucional, transversal e funcional» (Lourenço & Penteadó, 2016, p. 23) e identifica as suas funções, actividades e processos de negócio; responsabilidade partilhada entre produtores (donos e participantes) nos processos de negócio no que respeita à avaliação e acções de destino final (Lourenço et al., 2019, pp. 21-22); aplicação da avaliação *a priori* (Lourenço et al., 2019, p. 16). Daqui decorre que os produtores são descentralizados, participam de formas diferentes na produção da informação e esta não está centralizada num só local, o que é uma visão partilhada por Cook, 2001, como citado por Corujo, 2023, p. 5, quando o arquivista canadiano defende que dada a emergência dos documentos electrónicos, a proveniência «estará relacionada mais com actividades e funções do que com a estrutura e o tempo» (Corujo, 2023, p. 51). Apesar da produção ser descentralizada, a as decisões de avaliação são centralizadas pelo órgão coordenador (Corujo, 2023, p. 147).



Figura 1 – Origens funcionais dos documentos/arquivos de arquitectura portugueses  
 Fonte: Elaboração própria a partir de Guarda, 2022 e ICA, 2000.

## Licenciamento de obras particulares e as unidades de informação

No âmbito do licenciamento de obras particulares pelas câmaras municipais, destacam-se os trabalhos de Paulo Batista sobre os processos de obras particulares nos arquivos municipais (2011, 2021). No importante artigo de 2011, publicado em Espanha, o arquivista analisa as técnicas de gestão aplicadas aos processos de obras particulares. A solução encontrada pelo Arquivo Municipal de Lisboa é singular, pois, de acordo com Paulo Batista, questiona a teoria das três idades e o conceito de *records continuum*, assim como o serviço e as funções tradicionalmente associadas aos arquivos intermédios. Portanto, a posição do Arquivo Municipal de Lisboa alinha-se com a perspectiva canadiana de arquivística integrada.

A série processos de obras particulares é a mais consultada e a mais volumosa do Arquivo. É diversa ao nível cronológico e informativo. São conjuntos documentais relacionados com um edifício, que documentam a vida de um imóvel desde a sua construção até à sua demolição. O Arquivo Municipal de Lisboa é, portanto, um «elemento de suporte à decisão das operações de licenciamento urbanístico, principalmente a verificação de antecedentes» (Batista, 2011, p. 17, nota n.º 22). No caso do Arquivo Municipal de Sines, como se verá, as unidades de informação mais antigas não correspondem a esta definição, pois desconhecemos a fase da construção dos edifícios do actual centro histórico, que não se encontra documentada.

Em 1985 foi criado o Arquivo Intermédio no Alto da Eira, em Lisboa (Batista, 2011, p. 4), com dois objectivos: receber os documentos com utilização reduzida pelos serviços; concentrar documentos por vários depósitos dispersos. É o local onde se processa a avaliação, com o objectivo de determinar o destino final de eliminação ou conservação permanente. Apesar desta

vocação inicial, o Arquivo Intermédio começou a incorporar também documentação de carácter definitivo, colocando assim em causa a ideia de arquivo intermédio. É o caso dos processos de obras particulares, que têm uso primário até à demolição do imóvel e depois conservam o seu uso secundário.

Certas unidades de informação caracterizam-se pelo «facto de serem abert[a]s, ou seja, susceptíveis de constantes integrações de documentação mais recente, podendo receber ao longo do tempo novos processos de licenciamento ou de alteração, em função da actividade e das intervenções de que o imóvel seja objecto» (Batista, 2011, p. 4). Esta documentação é o melhor exemplo da «realidade da continuidade entre as fases da vida dos documentos». Esta noção é reforçada pelo facto de o processo de obra demolida ter valor como fonte para a história urbanística de Lisboa» (Batista, 2011, p. 5).

A série processos de obras particulares ilustra, como consequência, a dificuldade de «estabelecer um período de actividade, semiactividade ou inactividade de um documento, pelo que se deve ter em conta alguma flexibilidade para delinear a fronteira entre estas fases» (Batista, 2011, p. 5). Batista remete para Rousseau e Couture, que sintetizam a problemática com uma frase lapidar: «A prática confirma que a linha traçada entre o período de actividade e o de semiactividade tem muito mais a ver com um elástico do que com uma corda esticada» (Rousseau & Couture, 1998, p. 116).

São duas as características dos processos de obras particulares que se coadunam com arquivística integrada segundo Batista (2011, p. 5):

- a) [demonstram] a longevidade do ciclo de vida dos documentos;
- b) Impossibilidade da sua conservação nos serviços produtores, incluindo quando os processos estão abertos, dado o seu volume.

Tendo em conta estas duas características, Paulo Batista conclui: o «Arquivo Municipal de Lisboa contraria a tendência nacional de uma visão redutora dos arquivos, sobretudo, dos arquivos intermédios e põe em causa a teoria das três idades» (Batista, 2011, p. 5). Admite, portanto, que a visão integrada de Rousseau e Couture obriga a uma intervenção precoce nos arquivos. Nesse sentido, é «essencial intervir no início do ciclo de vida dos documentos, ou seja, no momento da produção ou mesmo antes (Batista, 2011, p. 6). O Arquivo Municipal de Lisboa cumpre este desiderato, segundo Batista, através da colaboração com os serviços produtores para uniformização na organização dos processos e dos procedimentos para a transferência de documentos. A execução do segundo objectivo da arquivística integrada pelo Arquivo Municipal de Lisboa, segundo Paulo Batista, parte do princípio

de que o processo de gestão é «uma linha de intervenções contínuas, integradas e globais», o que é garantido pela existência de seis grupos de trabalho no Arquivo Municipal de Lisboa que asseguram o tratamento dos processos de obra em várias fases (Batista, 2011, p. 6, nota 28, p. 18).

Concordando com Silva e Ribeiro (2000, pp. 88, 93-94), Batista conclui que existem de facto duas fases: «um arquivo administrativo/corrente e um arquivo definitivo/inactivo em que os documentos podem ser úteis ou não a uma instituição». Citando Rousseau e Couture (1998, p. 127, nota 4): «O documento é útil e activo, ou já não é útil e torna-se inactivo e deve ser eliminado ou transferido para o arquivo definitivo. Em casos destes, as três idades passam a ser apenas duas».

Se esta perspectiva já individualiza o Arquivo Municipal de Lisboa em relação a outros arquivos municipais, para Batista, a melhor proposta teórica para garantir a fluidez da gestão integrada e assegurar a «inexistência de rupturas», é aquela do *records continuum*, modelo nascido na arquivística australiana (Cunningham, 1996, como citado em Batista, 2011, pp. 7-9). Para o modelo de *records continuum*, o documento é o mesmo objecto seja qual for a prática do ciclo de vida em que se encontra, os seus atributos permanecem iguais. A terminologia das três idades significa somente três fases arquivísticas diferentes, mas orientadas para a mesma política de gestão documental:

Arquivo corrente»» tratamento

Arquivo intermédio»» tratamento

Arquivo definitivo»» conservação e difusão

Batista demarca-se então da teoria das três idades, mas aproxima-se da arquivística integrada, que se radica na arquivística canadiana. Partilha elementos com a abordagem de Silva e Ribeiro<sup>5</sup> e de *records continuum*: «prevê a intervenção do arquivista na produção e em todos os instrumentos da gestão documental que a antecedem, deixando de existir fases distintas ou fechadas nos documentos em suporte digital e em suporte papel, mas apenas uma fase contínua» (Batista, 2011, p. 8).

---

<sup>5</sup> De acordo com a recente obra de Luís Corujo, que é já de referência para a arquivística enquanto ciência da informação no que respeita à avaliação de informação arquivística, as abordagens da avaliação arquivística em Portugal são eminentemente duas, a de Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, e a do órgão coordenador da política arquivística portuguesa (Corujo, 2023, pp. 133-149, 405). Já os estudos académicos (Corujo, 2023, pp. 149-154), «são sobretudo estudos de natureza técnica muito assentes em estudos de caso» (Corujo, 2023, p. 152). Neste sentido, parafraseando Silva, Ribeiro, Ramos e Real (1998, p. 210), enquadram-se ainda na fase técnica e custodial da história da arquivística, o que comprova a conclusão de Corujo.

Também para o órgão de coordenação da arquivística nacional<sup>6</sup> a documentação/informação tem um ciclo contínuo marcado por várias etapas que se retroalimentam até ao destino final. Este último, após cumprimento do prazo de conservação administrativa, pode ser de conservação permanente, conservação permanente parcial por amostragem e eliminação (Chaves & Lourenço, 2016, p. 3). A noção do ciclo de vida dos documentos é partilhada com o referencial Moreq2010 (European Commission, 2011): após a sua criação, são exercidas várias acções sobre a informação até ao momento da destruição lógica e física sem que, no entanto, haja uma eliminação definitiva. É salvaguardada sempre a metainformação descritiva e o comprovativo da destruição (Lourenço et al., 2019, pp. 92-93).

No entanto, as abordagens quer de Batista quer da DGLAB, adverte Luís Corujo, tal como outras perspectivas portuguesas ou internacionais, não podem ser consideradas pós-modernas *tout court*. Algumas incluem elementos da «arquivística moderna, schellenberguiana, juntamente com aspectos identificados com a arquivística pós-moderna» (Corujo, 2023, p. 149). Desta simultaneidade resultam duas percepções distintas, uma que as situa «numa posição intermédia entre a arquivística moderna e a pós-moderna», ou, por outro lado, como abordagens holísticas e abrangentes que incluem e ultrapassam os quadros teóricos passados e presentes. Assim, de acordo com Corujo: «Ou seja, a primeira é feita à luz de uma visão de rotura e mudança súbita, e a segunda interpretação é feita numa lógica de evolução contínua» (Corujo, 2023, p. 149). De facto, se Batista elogia o modelo *records continuum*, a sua utilização pelo Arquivo Municipal de Lisboa concretiza-se somente numa parte da informação que custodia (25% do total de 20 000 metros lineares de documentação em 2010, segundo Batista, 2021, p. 14). O autor não deixa de enunciar os pontos fracos identificados por Boles: confiança excessiva na «capacidade da tecnologia para regularizar e sistematizar procedimentos administrativos»; crença de que todos os documentos podem ser identificados no momento da criação (Boles, 2005, como citado em Batista, 2011, p. 11).

Os processos de obras particulares, enquanto unidades de informação, são, como consequência, o epítome do modelo *records continuum*: são resultado da produção de informação em várias etapas que tornam a unidade sempre activa, na medida em que novas acções os alimentam e, mesmo

---

<sup>6</sup> A designação do órgão de coordenação da política arquivística nacional flutua com as alterações orgânico-funcionais, mas, à data em que este artigo é escrito, designa-se Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

quando a utilização pela administração cessa, pois o objecto da transacção deixa de existir (a demolição do edifício), a utilização mantém-se, devido a outros interesses, como aqueles da investigação<sup>7</sup>.

De acordo com a Lista Consolidada, esse processo de negócio - 450.10.204. Licenciamento ou comunicação de obras de edificação - inclui a «apreciação de projeto de arquitetura». Consequentemente a recepção, acumulação e conservação de documentos de arquitectura descritos corresponde aos processos de obras particulares<sup>8</sup>. A Portaria n.º 112/2023, que entrou em vigor em Outubro de 2023, revoga a Portaria n.º 412/2001, na alteração feita pela Portaria n.º 1253/2009 de 14 de Outubro, que previa a conservação permanente após o prazo de conservação administrativa de 5 anos para a série Licenciamento de Obras Particulares (referência 479). O regulamento anterior a este, e o primeiro destinado às autarquias locais, é a Portaria n.º 503/86, de 9 de Setembro, a qual identifica os Processos de Obras Particulares, da área do Urbanismo, como de conservação «perpétua» e «global»<sup>9</sup>. Assim

---

<sup>7</sup> Mesmo neste exemplo pode argumentar-se que a administração ainda pode recorrer aos processos se pretende executar, através do seu uso, a sua função de dinamização cultural, no caso de, a partir dos processos de obras particulares, serem desenvolvidas actividades como exposições, publicações ou outras. É o caso da produção de exposições sobre urbanismo local anterior à época contemporânea por um arquivo municipal a partir de processos de edifícios demolidos e transformados, e de cartografia histórica. Outro exemplo é o uso da informação dos processos de obras particulares para a reconstrução e a reutilização de um edifício.

<sup>8</sup> Identificamos aqui outros processos de negócio que produzem documentos de arquitectura, de acordo com a Lista Consolidada, além dos processos de obras particulares, embora esta lista não seja exaustiva: 450.10.204 - Licenciamento ou comunicação de obras de edificação; 400.10.403 - Registo de fichas técnicas de habitação; 300.10.301-Demolição; 450.10.200 -Informações prévias; 450.10.205: Autorização de utilização de edificações, frações ou recintos fixos; 300.30.001-Compilação técnica de obra - Obras realizadas por empreitada de obra pública; 300.40.003 - Edificações de iniciativa pública; 300.40.503 - Conservação e valorização de edifícios, infraestruturas e equipamentos; 300.10.001 - Contratação de empreitadas de obras públicas de natureza não crítica; 300.40.001 - Loteamento, emparcelamento e fraccionamento de prédios; 300.40.002 - Urbanização de iniciativa pública; 300.40.003 - Edificação de iniciativa pública; 300.40.503 - Conservação e valorização de edifícios, infraestruturas e equipamentos. Para uma análise global da abordagem de classificação e avaliação do órgão regulador dos arquivos portugueses, ver com muito pertinência e exaustividade Corujo, 2023: 145-149. A consulta à plataforma é feita aqui < <https://clav.dglab.gov.pt/lcInfo> >.

<sup>9</sup> A primeira menção à eliminação de documentos, hoje considerada uma das acções possíveis de destino final, encontra-se no artigo 54.º do Decreto 19.952, de 27 de Junho de 1931, relativo aos arquivos distritais. Esta passagem proibia a venda ou destruição de documentos e objectos museológicos de entidades públicas sem a autorização da Inspeção de Bibliotecas e Arquivos. Além da eliminação, o instrumento previa a venda como destino final. A primeira tabela de selecção, embora ainda não fosse assim designada, dirigida às autarquias locais foi publicada em 1967, intitulada Relação Anexa à Circular L.º 39-A, P.º Z-1/12, N.º A-18/67, da 2.ª Repartição da Direcção-Geral de Administração Política e Civil de 16 de Março, destinada aos governadores civis. Estipula acções de destino final e torna obrigatória a elaboração de um auto quando da execução de uma acção de destino final que implicasse a perda de propriedade, quer esta resultasse na

sendo, no caso de se pretender conhecer a história de um edifício ou de conjunto num determinado espaço, estes processos são indispensáveis, e são produzidos pela administração local.

Daqui se conclui que a literatura se refere maioritariamente às instituições de memória que conservam arquivos de arquitectos, muito embora também a Administração Pública Portuguesa produza no seu exercício, e custodie, nos seus arquivos, documentos de arquitectura. Dado ainda que as acções de destino final para as agregações de documentos de arquitectura, de acordo com as portarias de gestão documental em vigor e com as futuras elaboradas de acordo com a Lista Consolidada são de conservação permanente, incluindo os desenhos de arquitectura, os arquivos da administração pública, mormente os arquivos municipais, são guardiães de informação insubstituível em relação à história de um edifício, e complementares no que respeita ao trabalho de arquitectos, engenheiros e outros profissionais da área do urbanismo.

Concluimos com a definição da Society of American Archivists, que define assim «architectural record»: documents and materials that are created or assembled as part of the design, construction, and documentation of buildings and similar large structures, and that are preserved for their administrative, legal, fiscal and archival value» (SAA, 2005-2023).

### 1.3. O quadro legal vigente

De forma a melhor compreender o contexto legal e a concretização das regras de gestão urbanística no concelho de Sines entre 1914, data da restauração do concelho, e 1951, data da publicação do Regulamento Geral de Edificações Urbanas (doravante RGEU), começa-se por contextualizar essa atribuição municipal no tempo. Recuamos ao século XIX, quando o concelho foi extinto, dado que em outro artigo (Patrício, 2022) já nos debruçámos

---

eliminação ou na venda de «espécies documentais existentes nos arquivos das secretarias das câmaras municipais», logo, documentação ainda não considerada de arquivo. Reconhecia-se a «excessiva acumulação de espécies documentais». Para isso inclui uma relação de documentos e seus respectivos prazos de conservação e acções de destino final, documento esse que regulou esta matéria nas autarquias até 1986, no que respeita às áreas de Contabilidade, Tesouraria, Execuções Fiscais, Contencioso dos impostos e outros rendimentos municipais. Outros documentos, como os livros de actas, correspondência recebida e o registo de correspondência, deviam ser conservados «perpetuamente». Os processos de obras particulares não foram mencionados, mas sim as cadernetas de licenças de utilização e de licenças para obras, que tinham um «número de anos de conservação em arquivo» de 30 e 15 anos, respectivamente, e conservação perpétua.

sobre esta temática na Época Moderna. Dado que não se identificaram estudos desta natureza em relação a municípios limítrofes de Sines, nem foi possível fazer trabalho de campo para o efeito nos mesmos municípios, nomeadamente os concelhos de Santiago do Cacém e de Odemira, não se inclui aqui a comparação com estas realidades, possivelmente iluminadora de possíveis divergências ou convergências.

A preocupação inicial das câmaras municipais em relação às obras particulares consistia em verificar se os espaços públicos estavam a ser usurpados pelos particulares. Na Época Moderna, a fiscalização era partilhada pela almotaçaria e pela vereação e, no caso do concelho de Sines, as evidências documentais mostram uma actuação municipal episódica. A história administrativa e custodial dos sistemas de informação e consequentes perdas documentais ao longo do tempo podem explicar, em parte, esta ausência, assim como a importância da oralidade nas práticas administrativas.

A gestão urbanística em Sines ainda era incipiente, destacando-se a protecção do espaço público e do direito à circulação, os dois grandes motores da fiscalização da acção construtiva dos particulares. A concessão de licenças e a fiscalização do espaço público foram documentadas nas vereações e nos provimentos em número reduzido, talvez por serem acções orais e da competência da Almotaçaria, cujo arquivo não se conservou (Patrício, 2021, pp. 187-189).

Estas características mantiveram-se curtos anos, no Liberalismo, durante o período em que o concelho de Sines subsistiu (1834-1855). O Código de Posturas de Santiago do Cacém, o concelho a que foi anexa a freguesia de Sines, continha duas posturas para reger o urbanismo, as posturas 15 e 44, respectivamente, promulgadas em 1839. Eram elas a proibição de construir balcões ou degraus que sejam impeditivos do trânsito e obrigatoriedade de comunicar à Câmara a reedificação de casas ou muros confinantes com terrenos públicos (Silva, 1869, pp. 129, 130-131). Não estavam, porém, em vigor na freguesia de Sines, que pôde manter as suas próprias posturas, mas não existem indicações se essa prerrogativa foi mantida até à restauração do concelho.

De qualquer forma, estavam em vigor as seguintes posturas, aprovadas em 1839: obrigatoriedade da remoção do entulho das obras entre outros desperdícios (postura 7ª e 13ª de Santiago do Cacém), e a obrigatoriedade de demolir imóveis em ruínas, postura 41ª (Silva, 1869, pp. 140, 142).

O edital de 20 de Fevereiro de 1836, emitido para a capital, tornou obrigatória a apresentação dos prospectos dos edifícios com o objectivo de «embelezamento ou aformoseamento da cidade». Encontramos neste edital

uma menção directa à importância estética do edificado. O Código Administrativo de 1842 e os códigos administrativos posteriores tornaram este procedimento obrigatório para todos os municípios: «onde o objectivo principal já não era apenas impedir a usurpação de áreas públicas, mas também o regramento do prospecto da cidade» (Pinto, 2016, p. 283).

Entretanto, nova legislação procurou regular a edificação de particulares. O Decreto com força de lei de 31 de Dezembro de 1864 tinha como objectivo estabelecer regras para a construção, a conservação e a polícia das estradas, bem como das ruas. As câmaras deveriam fazer a marcação dos alinhamentos dos edifícios urbanos; determinar o nivelamento, isto é, a altura das soleiras das portas de entrada dos edifícios em relação ao piso da rua; a altura dos edifícios e a largura das ruas.

As cidades de Lisboa e do Porto tinham regras mais específicas, que incluíam planos de melhoramentos e respectivas indemnizações aos particulares em caso de expropriação. É neste diploma que surge na documentação jurídica a palavra fachada como sinónimo para «parede exterior dos edifícios» (Pinto, 2016a, pp.170-173), e generaliza-se às posturas municipais em todo o país.

No entanto, a vigência do diploma foi breve, pois foi substituído pela Lei de 2 de Julho de 1867, a qual aumentou a altura autorizada dos edifícios e alterou as larguras permitidas às ruas. O objectivo da lei era, em primeiro lugar, regular a viação pública, e, secundariamente, as obras particulares, por via da harmonização das fachadas.

Várias câmaras municipais, apesar de o diploma apenas se dirigir às cidades de Lisboa e do Porto, também verteram as normas para as suas posturas, nomeadamente o estabelecimento de dimensões mínimas para a altura e a largura das janelas e das portas e a altura dos edifícios. Imperava o argumento estético, sendo que o modelo de regularidade e simetria era o de Lisboa pós-terramoto, que se generalizou a todo o país. Mas era um modelo reservado às fachadas, com uma «homogeneização visual e unidade arquitectónica das ruas», que mantinha os interiores na esfera da opção privada (Pinto, 2016a, p.172).

De acordo com o dicionário *Priberam*, estética é a «Ciência que trata do belo em geral e do sentimento que ele desperta em nós; beleza<sup>10</sup>». É um conceito nascido na filosofia clássica, pluri-semântico, que começou por ser uma teoria do belo, com Platão e Aristóteles; no século XVIII; com Hume

---

<sup>10</sup> “Estética”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2023, <https://dicionario.priberam.org/est%C3%A9tica>

e Kant, no século XVIII, desenvolveu-se a teoria do gosto; hoje, a estética é entendida como filosofia da arte (Almeida, 2003). Outros termos que surgem nos diplomas e documentação coevos e na literatura em relação com o urbanismo e as edificações urbanas. são «embelezamento» e «aformoseamento».

O termo «aformoseamento» é um adjetivo encontrado por Raquel Henriques da Silva na sua obra seminal *Lisboa Romântica. Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874* (1997). Através da análise dos documentos conservados no Arquivo Municipal de Lisboa, os prospectos exigidos para o licenciamento de obras particulares, assim como os contratos entre donos de obra e empreiteiros nos arquivos notariais lisboetas, foi possível caracterizar a evolução entre as práticas do século XVIII e aquelas do Liberalismo, de forma a identificar os traços de romantismo no urbanismo da capital.

Segundo a autora, o Romantismo na arquitectura de Lisboa foi mitigado pela «permanência de um gosto classicista e a quase total ausência de revivalismos medievais (...) onde o Romantismo se insinua, e se torna pertinente, e, de algum modo, no próprio urbanismo e na empírica reflexão sobre a cidade que emergeia» (Silva, 1997, p. 546). No que respeita às normas pombalinas, da análise dos documentos a autora conclui pelo empirismo e uma interpretação livre das mesmas por parte dos construtores e dos donos da obra (Silva, 1997, p. 491).

Quanto ao Romantismo, manifestou-se em Portugal através de várias áreas artísticas, como a literatura, mas, no que respeita ao urbanismo, o movimento encontra-se não na modernização, mas no termo coevo utilizado pelos técnicos e pelos jornalistas: «aformoseamento». Aformosear aproxima-se do pitoresco, como o «inacabado, sobreposto, obscuro» (Silva, 1997, p. 547). A beleza da cidade era uma mistura de vistas fragmentadas, as casas entendidas «não como máquinas de habitação, mas unidades inteiras de produção, com lojas e oficinas abertas para o exterior», uma imagem próxima da idealização medieval.

Os recursos usados para aformosear eram os da composição clássica com sinais de revivalismo, manutenção do despojamento maneirista e os fracos recursos disponíveis, de forma empírica e popular. Conclui: «Afirmava-se assim um desejo de liberdade de apropriação individual de normas, uma ânsia de *esteticidade* que haveria de ter, a partir de meados de oitocentos, uma notável corporização no uso dos azulejos de cobertura para forrar integralmente as fachadas, de algum modo transpondo para elas a cintilação dos passeios e praças *alindados* com os calcetamentos decorativos de basalto e calcareo preto e branco» (Silva, 1997, p. 549).

A este conceito junta-se o de embelezamento, identificado por Calmeiro (2013). As intervenções na modernização e nos melhoramentos nas cidades portuguesas do século XIX adoptaram os princípios de embelezamento urbano e de construção de uma paisagem urbana europeus, em desenvolvimento desde o século XVIII. Por paisagem urbana entende-se o «produto de arquitectura, não só como construção do território, mas como a forma urbana em si» (Calmeiro, 2013). Neste contexto se enquadrará o regulamento português de 1901, que veremos adiante. O embelezamento urbano pode resumir-se a três adjectivos: simetria, ordenação e salubridade.

Numa vila periférica como Sines, o gosto chegava por via dos periódicos e das viagens a Lisboa, e, possivelmente, era uma estética pragmática, limitada pelos materiais e recursos disponíveis e procurada pelos regulamentos locais. Veja-se este exemplo de um munícipe que, em 1920, pediu autorização para utilizar-se de um pequeno terreno, com o intuito de endireitar o valado da sua propriedade. De acordo com o despacho apostado no requerimento, que deferiu a pretensão, «a modificação em nada prejudica, embelezará o referido caminho<sup>11</sup>». Neste caso, embelezar significava somente endireitar um valado, não exigia obras de vulto.

Outro exemplo, este ao nível do espaço público e da constituição de espaços de lazer, encontra-se numa das posturas propostas em 1868 pela Junta da Paróquia de Sines tinha precisamente um objectivo estético, ao proibir a colocação de redes, cordas ou ferros de armações e outras artes no Revelim ou nos seus muros, por ser aquele um local usado para lazer: «porque o tornão indecente, e impedem de ser um lugar de recreio público<sup>12</sup>». Procurava-se tornar invisíveis as marcas do trabalho para iluminar as características pitorescas e recreativas do local.

No final do século XIX, começaram a notar-se as preocupações sanitárias. Em 1899 foi criada a Junta Central dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas e Comércio para dar parecer às licenças de construção emitidas pelas câmaras (Pinto, 2016a, p. 174).

O primeiro documento com preocupações sanitárias é o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, publicado pelo Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, apenas substituído pelo RGEU, em 1951. A fachada perdeu a primazia da regulação jurídica, em detrimento da estrutura cons-

---

<sup>11</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1920). Câmara Municipal de Sines, Licenciamento de obras particulares, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 45.

<sup>12</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1868). Junta de Freguesia de Sines. Actas da Junta de Freguesia de Sines, liv. 2, fl. 29v-30.

trutiva. A dimensão dos compartimentos, as comunicações verticais, a segurança contra os incêndios e a higiene tornaram-se fundamentais (Pinto, 2016a, p. 174).

No período específico que constitui o âmbito deste artigo estavam em vigor os códigos administrativos de 1878 e 1940. O Código Administrativo aprovado pela Carta de Lei de 6 de Maio de 1878 foi restabelecido pelo Decreto de 13 de Outubro de 1910, enquanto não se promulgava um novo instrumento. Substituíu o Código Administrativo aprovado pela Carta de Lei de 4 de Maio de 1896, considerado centralizador e pouco democrático: «de estrutura intensamente conservadora, que de modo algum se harmoniza com as doutrinas do sistema republicano» (Portugal, s.d, p. 4). As circunscrições administrativas existentes, nomeadamente os municípios, mantinham-se.

No entanto, durante a Primeira República não houve consenso em relação um novo código administrativo. Após várias discussões entre 1910 e 1913, foi possível a aprovação da Lei n.º 88, em 7 de Agosto de 1913, regulamentada e completada pela Lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916, a qual «passou a dirigir a vida administrativa a nível nacional» (Marques, 1991, p. 328).

O código de 1878, reposto em 1910, previa que as posturas e os regulamentos fossem aprovados previamente na Junta Geral de Distrito, o que foi confirmado pela lei administrativa de 1913 (Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, artigo 94, alínea 28). No que respeita às competências municipais relativas ao urbanismo, enquanto autoridade policial no concelho, à câmara competia fazer posturas segundo o código de 1878 (artigo 104):

- «7.º Para regular nos termos da lei respectiva o prospecto e alinhamento dos edifícios dentre das povoações»;
- «8.º Para ordenar a demolição dos edifícios arruinados, que puzerem em risco a segurança dos indivíduos ou das propriedades, procedendo vistoria e mais formalidades requeridas pela legislação respectiva».

As leis de 1913-1916 retomaram as atribuições municipais referentes ao urbanismo, nomeadamente: deliberar sobre as demolições de edifícios que ameaçassem ruína (Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, artigo 94, alínea 36); conceder licenças para a construção e reconstrução de edifícios (Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, artigo 94, alínea 37); regular o projecto e o alinhamento dos edifícios dentro das povoações e junto às estradas e a limpeza exterior dos edifícios (Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, artigo 97,

alínea 5). De acordo com este articulado, era exigida licença de construção, mas não a licença de utilização.

As funções executivas do município eram da responsabilidade das comissões executivas eleitas pelas câmaras, enquanto estas últimas desempenhavam funções deliberativas (Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, artigo 91) e nomeavam os vogais das comissões executivas (Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, artigo 94, alínea 28). O presidente da comissão executiva representava o município<sup>13</sup> (Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, artigo 100, alínea 9). Assim, as comissões executivas eram responsáveis por várias atribuições em relação ao licenciamento urbanístico, aquelas acometidas às câmaras nas alíneas 36 e 37 do artigo 94 e também a publicação das posturas municipais (artigo 104, alínea 1 da Lei n.º 88, de 1913, e artigo 55, alínea 1).

Do ponto de vista da «direcção da vida administrativa», durante o Estado Novo, parafraseando A. H. de Oliveira Marques, presidia o Código Administrativo publicado pelo Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de Dezembro de 1940. O concelho de Sines mantinha a classificação de terceira ordem, mas de concelho rural, pois a sua sede não era uma cidade (artigo 3.º, parágrafo 3.º do Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de Dezembro de 1940). É neste código que surge, como atribuição do Conselho Municipal (artigo 27, parágrafo 10.º), «Discutir e votar o plano de urbanização e expansão», ao qual se submeterão as deliberações sobre construções novas em áreas a urbanizar ou em urbanização», elaborado pela câmara municipal (artigo 51, alínea 15).

Em 1955, a Câmara Municipal de Sines adjudicou a elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Sines, o seu primeiro instrumento deste género, ao engenheiro Mário Granés Tavares e ao arquitecto José Frederico Ludovice, e posteriormente, nos anos 60, ao arquitecto João Fernando Martinez dos Santos<sup>14</sup>. Ainda antes da existência de um plano, já alguns

---

<sup>13</sup> O presidente da comissão executiva personificava a figura do presidente da câmara. O artigo 55 da Lei n.º 88, de 1913, atribuía ao presidente da Comissão Executiva publicar resoluções, avisos e regulamentos; ordenar as despesas previstas em orçamento, assinar a correspondência e a inspecção de todas as autoridades e repartições públicas. As atribuições poderiam ser distribuídas pelos vogais, como os pelouros municipais da monarquia. No Estado Novo, de acordo com o Código Administrativo de 1940, já depois da extinção da Administração do Concelho e o fim da divisão entre atribuições administrativas e executivas da Primeira República, «O presidente da câmara orienta e coordena a acção municipal, superintende na execução das deliberações da câmara e é o magistrado administrativo do concelho» (artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de Dezembro de 1940).

<sup>14</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1955-1959). Câmara Municipal de Sines, Instrumentos avulsos, maço 30, documento 3.

requerimentos eram indeferidos ou condicionados com o argumento de que não era possível aprovar os pedidos e realizar as obras sem a aprovação de um plano de urbanização<sup>15</sup>, que estava em curso. Mas será nos artigos referentes às atribuições das câmaras municipais e dos presidentes de câmara, no Código Administrativo de 1940, que se encontrará a regulação do licenciamento de obras particulares. As atribuições de «fazer, interpretar e modificar» regulamentos para o funcionamento interno dos serviços e posturas e regulamentos policiais (artigo 51, alíneas 1 e 2). No artigo 50, onde se descrevem as acções de polícia municipal<sup>16</sup>, entre a regulação do trânsito, o estacionamento ou a iluminação pública, encontramos uma atribuição «sobre a segurança, elegância, salubridade e prevenção de incêndio das edificações confinantes com ruas e lugares públicos;» (alínea 5). Cabia então à câmara garantir que as edificações confinantes com ruas e lugares públicos respeitavam condições gerais de segurança e salubridade, inclusive contra incêndios, assim como a «elegância», um conceito mais difuso e mais próximo do de estética.

Porém, é no artigo 5, entre as alíneas 18 e 22, que encontramos o licenciamento de edificações, a capacidade de demolição de construções sem licença, o embargo de obras ilegais, a importância do alinhamento com as construções já existentes. É na alínea 21 do artigo 51 que surge a exigência de obter uma licença de habitabilidade, após uma acção de vistoria, para o uso do edifício ou parte do edifício: «21.º Conceder licenças para habitação dos edifícios construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido grande modificação, precedendo verificação da habitabilidade por peritos em construção e salubridade». A alínea primeira do artigo 51.º identifica como elemento obrigatório da composição da comissão de vistoria o delegado de saúde sempre que a demolição ou beneficiação tivesse por motivo a salubridade pública. Como se verá, a postura municipal de 1950 da Câmara Municipal de Sines já respeitava o contexto jurídico em vigor.

---

<sup>15</sup> É o que se passa com um requerimento de 1951, em que o município pretendia reconstruir um muro que ruiu na Rua de São Sebastião, mas que recebeu o despacho “Autorizado, mas pendente do alinhamento previsto na ante-plano de urbanização. Que fale com o Sr. Presidente.» Estes adiamentos e indeferimentos podem ter estimulado a realização de obras não licenciadas. Arquivo Municipal de Sines [Sines]. (1951), Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 676.

<sup>16</sup> Acerca da utilização deste conceito nos séculos XVIII e XIX no contexto local, Patrício, 2021, pp. 101-102.

## 1.4 Fontes

Uma das fontes fundamentais para este exercício são os requerimentos de obras particulares acumulados pela Câmara Municipal de Sines, descritos no Instrumento de Descrição Documental n.º 25. Este documento regista, numa folha de cálculo, os dados existentes em cada requerimento de obra particular, objeto de acumulação pela Câmara Municipal de Sines, sem integração em processo de obra e descritos pelo Arquivo Municipal de Sines.

São campos de informação: o Número de Ordem atribuído, as Datas Extremas, Nome do Requerente, Dados Pessoais (residência, ocupação, estado conjugal, condições sociais), Tipo de Obra, Localização, Despacho, Observações, Cota e Processo Relacionado. De forma a preservar a ordem original destes requerimentos, sem, no entanto, omitir as relações entre os requerimentos e os processos de obras particulares, são feitas remissivas nas descrições arquivísticas de uns e outros. No instrumento de descrição documental n.º 25 acrescentou-se um campo com a equivalência para o processo de obra e, na aplicação de negócio de gestão urbanística, sempre que é conhecida a relação, faz-se também uma remissiva para a colecção no campo Observações. Os requerimentos datam entre 1915 e 1984, tendo sido produzidos pela Câmara Municipal de Sines na prossecução da sua competência de licenciamento de obras particulares no concelho da sua área jurisdicional, o concelho de Sines.

Em 1971, data da criação do Gabinete da Área de Sines, pelo Decreto-Lei nº 270/71, de 19 de Junho, a Câmara Municipal de Sines perdeu para este organismo as competências de licenciamento de obras particulares, até 1975. O Gabinete da Área de Sines, extinto em 1989, teve como objectivos principais: a implementação de uma zona concentrada de indústrias de base; a construção de infraestruturas portuárias, de transporte e urbanas; e a constituição de um organismo encarregado de levar a cabo o conjunto de trabalhos requeridos pelo estudo, projecto e financiamento, realização e gestão do complexo industrial e urbano a instalar. A sua área de jurisdição incluía todo o concelho de Sines e algumas áreas do concelho vizinho de Santiago do Cacém.

Os requerimentos entre 1915 e 1984 foram aqueles não inseridos pelo Gabinete da Área de Sines em processos, nem tão pouco pela Câmara Municipal; foram antes acumulados em conjunto com requerimentos anteriores, ordenados por ordem cronológica, sendo considerada a data da recepção como ponto de ordenação. Note-se que a agregação dos docu-

mentos relativos ao licenciamento de uma obra num edifício numa única unidade arquivística apenas se iniciou em Sines pela acção do Gabinete da Área de Sines. O Arquivo Municipal de Sines conserva várias guias de remessa de processos entre as duas instituições, durante o intervalo de tempo entre 1971 e 1975<sup>17</sup>. Até lá, como testemunha a colecção, eram formados processos anuais referentes a uma obra de edificação. Daqui resulta, por exemplo, que se quisermos conhecer as obras sujeitas a licenciamento camarário efectuadas pela Júdice Fialho e Companhia na sua fábrica de conservas em Sines, teremos de compulsar não um processo de obras, mas vários requerimentos, entre 1934 e 1952<sup>18</sup>, e os documentos que lhes estão anexos.

O Arquivo Municipal de Sines distingue-se assim do arquivo municipal português de referência para a gestão de processos de obras particulares, o de Lisboa. A organização do arquivo de obras particulares começou em Lisboa em 1941, com 905 processos relativos aos imóveis de 47 ruas, num período de intensa modernização da cidade, a que correspondeu uma grande produção documental. O objectivo foi a reunião, numa só unidade, de todos os documentos referentes a um edifício, documentando a sua história desde a construção ao momento da demolição (Batista, 2011, p. 12), ainda que a actuação possa não corresponder ao conceito de processo, tendo-se optado pelo termo, discutível, de macroprocesso. Já em Sines, a reunião dos elementos referentes a um edifício apenas se iniciou em 1971, e não abrangeu todos os elementos existentes, como se comprova pela existência da colecção. Duas explicações para este facto podem encontrar-se na modificação da toponímia e no carácter muito sumário da localização das obras nos requerimentos, o que dificultou essa agregação *a posteriori*.

O âmbito cronológico do instrumento excede o deste artigo, pelo que os requerimentos posteriores a 1951 não são incluídos nesta análise. O número dos requerimentos sobreviventes pode ser inferior ao número de requerimentos submetidos, mas que não se conservaram, dada a atribulada história administrativa e custodial do Arquivo Municipal de Sines (Patrício, 2021, p. 297). O seu número e a sua distribuição cronológica são indicativos e não podem ser considerados directamente como indícios da evolução de obras particulares entre 1915 e 1984. Para atingir esse desiderato é neces-

---

<sup>17</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1971-1975). Câmara Municipal de Sines. Guias de Remessa, cinco maços.

<sup>18</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1934, 1948, 1951, 1952). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimentos n.º 305, 572, 625, 694.

sário cruzar os requerimentos com as deliberações da Câmara Municipal nas actas referentes ao licenciamento de obras particulares, uma vez que alguns requerimentos não deram origem a qualquer obra.

Além deste instrumento, foram também consultadas outras séries e tipologias documentais para complementar e confrontar a informação constante nos requerimentos, nomeadamente os Regulamentos, Editais, Autos de Transgressão, Licenças de Habitabilidade e Actas.

## 1.5. O quadro regulamentar local

O código de posturas vigente na primeira República em Sines, impresso e conservado, foi o aprovado pela Junta de Freguesia de 30 de Junho de 1922<sup>19</sup>. O capítulo IX destinava-se a regular as «Edificações, reedificações e estética», entre os artigos 81.º e 87.º. A principal preocupação estava na aparência dos prédios, regulando as alterações das frontarias, apenas possíveis mediante licenciamento, proibindo a afixação de anúncios sem autorização, proibindo que as paredes e os vãos fossem sujos e exigindo a demolição ou a reparação das construções que ameaçassem a segurança pública. Não eram preocupação a salubridade e a segurança das edificações, e não era exigida uma peça desenhada das alterações ou de uma nova construção, com excepção das frontarias.

Apenas em 1950 foram exigidas quer as licenças de construção quer as licenças de habitabilidade pela Postura das Obras Particulares, nos termos do Código Administrativo de 1940, como virá a ser previsto pelo RGEU, de 1951. O diploma adensou a postura local, cujo artigo era lacónico - «Nenhuma casa construída de novo ou reconstruída poderá ser habitada sem licença da Camara<sup>20</sup>»). A obrigatoriedade de uma licença da construção reforçada pelo RGEU foi mais presente e respeitada em Sines do que a obrigatoriedade da licença de habitabilidade. Por exemplo, uma nota manuscrita colada ao edital de 1931, que alterou o artigo 84 do Código das Posturas<sup>21</sup>, referia-se explicitamente o Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951, e os

---

<sup>19</sup> Arquivo Municipal [Sines]. [1922]. Câmara Municipal de Sines, Regulamentos, Código das Posturas Municipais, maço 9, documento 20.

<sup>20</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1950) Câmara Municipal de Sines, Actas da Câmara Municipal de Sines, livro n.º 24 fl. 54v-55, artigo 7.º.

<sup>21</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1931). Câmara Municipal de Sines, Regulamentos, Edital da Câmara Municipal de Sines, maço 9, documento 21.

artigos 1.º e 2.º e à aplicação do Regulamento a todas as obras novas ou alterações, e às respectivas multas.

Entre 1919 e 1972, registaram-se vinte editais a intimar os proprietários e/ou usufrutuários de prédios e muros que os rebocassem e caiassem, o que significa que, muitas vezes, a determinação era desrespeitada. O primeiro edital, datado de 24 de Agosto de 1919, apenas «convida por este meio, os habitantes desta vila a mandar limpar e cair as fachadas dos seus prédios<sup>22</sup>». Mas, dado que os munícipes não respeitavam o edital, nem as posturas que previam a caiação, o convite tornou-se uma intimação. O edital de 20 de Agosto de 1927, em cumprimento do artigo 84.º do *Código de Posturas Municipais*, avisa «que serão autuados todos os que não providenciarem no sentido indicado no presente edito<sup>23</sup>». Em 1931, a multa é mencionada, no valor de trinta escudos. Além da caiação, o munícipe podia também pintar ou manter prédios e muros «revestidos de azulejos, ou qualquer material satisfatório, sob o ponto de vista estético e higiénico». Se se previa a caiação, a cor dos prédios e muros era branca. Sempre que se pretendia pintar de outra cor, acrescenta o edital, era necessário pedir autorização à Câmara, sob pena de uma multa de 50 escudos. Previa-se também um período de intervalo para a caiação ou a pintura, de forma a manter a estética do conjunto: caiação de três em três anos e a pintura, mais resistente, de cinco em cinco anos<sup>24</sup>. Como se verá adiante, não se conservou nenhum auto de transgressão neste sentido.

Os editais previam ainda um prazo para a pintura ou a caiação, de forma que, durante o período balnear, toda a vila resplandecesse. É notória a preocupação com a estética da povoação, que dependia cada vez mais do turismo, após a decadência das indústrias corticeira e conserveira (Patrício & Pereira, 2017, pp. 255-259). Um exemplo posterior ao âmbito deste estudo ilustra bem esta preocupação: em 1960, determinou-se o prazo máximo da caiação até 30 de Junho. A justificação é loquaz:

por haver reconhecido o grave inconveniente que representa o mau hábito de muitos, de mandar proceder já dentro do período da época balnear, aos trabalhos de caiação e pintura dos seus prédios desta

---

<sup>22</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1919). Câmara Municipal de Sines, Registo de editais, livro 1, 17v.

<sup>23</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1927). Câmara Municipal de Sines, Registo de editais, livro 2, fl. 28v.

<sup>24</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1931). Câmara Municipal de Sines. Registo de editais, livro 1, fl. 38-38v.

vila, facto em que nem só desorganiza, como ainda, acarreta prejuizos aos serviços camarários, muito especialmente os do fornecimento de energia eléctrica e da limpeza pública (...) todos [os munícipes] cumprirão os seus deveres, mandando rebôcar e cair as suas casas, contribuindo assim para que a Vila de Sines no próximo verão apresente, tal como todos o desejamos, um agradável aspecto aos seus visitantes que, de ano para ano, vêm aumentando.<sup>25</sup>

Uma vez que a primeira postura municipal siniense inteiramente dedicada às obras de particulares data apenas de 1950, não surpreende que os autos de transgressão das posturas municipais emitidos até à primeira metade do século XX raramente respeitassem às transgressões relativas a essa área da regulação municipal. Pelo contrário, reproduziam o quadro de licenciamento da Época Moderna (Patrício, 2021, pp. 102-105). Assim, eram cominadas transgressões às posturas relativas à circulação, inexistência de matrícula de veículos de tracção animal, divagação de gado pelas propriedades, preços do pão, travessia de propriedades vedadas, falta de limpeza dos valados, condução perigosa de veículos de tracção animal, utilização de pesos e medidas, poços não resguardados, exportação de arroz sem pagamento do imposto *ad-valorem*, venda de bens sem licença, violação dos horários de trabalho<sup>26</sup>. Esta parece ser uma realidade ainda rural, pelo menos até à primeira metade do século XX. Os agentes de fiscalização sucederam-se no tempo durante este período: Câmara Municipal de Sines, Administração do Concelho, Guarda Nacional Republicana, Posto Policial, Guarda Fiscal e Polícia de Segurança Pública. As excepções a este quadro são a infracção das posturas e editais referentes à obrigatoriedade de caiação das paredes e dos muros como é possível encontrar nos autos de transgressão de 1930<sup>27</sup>.

De acordo com a documentação compulsada, data apenas de 1942 a aprovação, pela Câmara Municipal, de taxas a pagar pelas «Licenças para execução de qualquer obra»<sup>28</sup>. As licenças eram válidas entre 15

---

<sup>25</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1960). Câmara Municipal de Sines. Registo de editais, livro 4, fl. 74v.

<sup>26</sup> Por exemplo, Arquivo Municipal [Sines]. (1923). Câmara Municipal de Sines. Autos de transgressão passados pela Guarda Nacional Republicana, maço 8.

<sup>27</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1930). Câmara Municipal de Sines, Autos de transgressão passados pela Guarda Nacional Republicana, maço 14.

<sup>28</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1942). Câmara Municipal de Sines. Registo de editais, livro 2, fl. 34v.

dias e um máximo de 180, com a possibilidade de renovação. O edital prevê ainda o pagamento de taxas pelas licenças de ocupação da via pública. A partir do ano de 1947<sup>29</sup>, começaram a ser cobradas, além da «tarifa geral para a execução de qualquer obra», as «tarifas de superfície nas licenças para obras de construção», de acordo com a área a construir; as «taxas de vistorias» e as licenças de habitabilidade e de ocupação de edifícios com uso não habitacional. Mantiveram-se as taxas para a ocupação de via pública.

Esta pode ser uma das razões para as sucessivas alterações ao Código de Posturas local. Apenas em 1924 o valor das cominações foi alterado pela Comissão Executiva, que deliberou a triplicação dos valores<sup>30</sup>. Houve novas redacções de vários artigos relativos à área do urbanismo ao longo do tempo e novas posturas *ad hoc* até à publicação do *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*, em 1951:

Quadro n.º 1 – Alterações ao Código das Posturas de 1922

Aprovação	Conteúdo	Artigo alterado
Sessão de 17 de Julho de 1928 <sup>31</sup>	Obrigatória a construção de um muro de alvenaria no extremo de todos os prédios rústicos confinantes com a via pública. O muro devia ser construído com «o alinhamento, condições e dentro dos prazos que a Câmara lhe marcar».	Não se aplica
Edital de 10 de Setembro de 1931 <sup>32</sup>	Actualiza as multas a pagar pelos donos de prédios de um ou mais andares em 30 escudos e 15 escudos para os prédios térreos. Adição de um parágrafo a obrigar os munícipes que quisessem alterar a cor branca do exterior dos seus prédios informar a Câmara de qual a cor a aplicar, sob pena de cinquenta escudos.	Código de Posturas de 1922, art.º 84

Fonte: Elaboração própria (2022)

<sup>29</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1946). Câmara Municipal de Sines. Registo de editais, livro 3, fl. 20v.

<sup>30</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1924). Câmara Municipal de Sines. Actas da Câmara Municipal de Sines, livro 17, fl.17-18.

<sup>31</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1928). Câmara Municipal de Sines, Regulamentos, Postura da Câmara Municipal de 20 de Julho de 1928, maço 21, documento 7.

<sup>32</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1931). Câmara municipal de Sines. Edital da Câmara Municipal de Sines de 10 de Setembro de 1931, maço 9, documento 21.

## 2. A produção documental

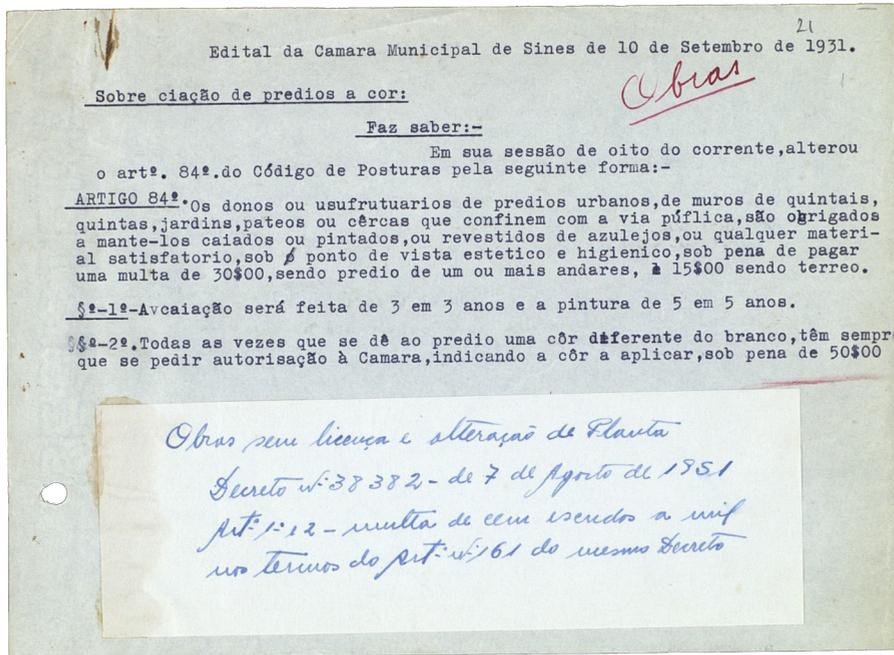


Figura 2 – Arquivo Municipal [Sines] (1931). Câmara Municipal de Sines. Edital da Câmara Municipal de Sines de 10 de Setembro, maço 9, documento 21.

Os regulamentos que foram aprovados pela Câmara Municipal de Sines influíram directamente na produção documental. A postura aprovada pela Comissão Administrativa na reunião de 17 de Julho de 1928 tornou obrigatória a construção de um muro de alvenaria no extremo de todos os prédios rústicos confinantes com a via pública. O muro devia ser construído com «o alinhamento, condições e dentro dos prazos que a Câmara lhe marcar<sup>33</sup>». A postura foi aprovada na sessão de 17 de Julho de 1928 pela Comissão Administrativa, sob proposta do Administrador do Concelho: «Atendendo a que é de aspeto horripilante por antihigiénico e inestético a existência de valados na vila confinantes com a via publica<sup>34</sup>».

<sup>33</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1928). Câmara Municipal de Sines, Postura da Câmara Municipal de 20 de Julho, maço 21, documento 7.

<sup>34</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1928). Câmara Municipal de Sines, Regulamentos, Proposta à sessão de 17 de Julho, maço 32, documento 2.

A partir de Agosto de 1928, os municípios começaram a requerer a prorrogação do prazo, fixado para Outubro. Não se localizou a informação que estabelecia as condições da construção, mas pelos requerimentos deduz-se que o prazo terminaria em Outubro e que os muros deveriam ser caiados. Os municípios argumentavam, e foram atendidos, que a falta de mão-de-obra impedia o cumprimento do edital: “não podendo cumprir o prazo por falta de pedreiros e caiadores<sup>35</sup>”. A existência do edital explica o segundo ano com mais requerimentos entrados. Esta postura foi uma das que geraram contra-ordenações em 1930, aplicadas aos «donos das casas na Rua Marquês de Pombal e Estrada do Cercal<sup>36</sup>». Os arruamentos eram locais de saída de mercadorias e de passageiros, sendo consideradas como a primeira face da vila visível pelos habitantes.

O requerimento dava entrada e era registado, sendo-lhe atribuído um número de registo. O documento, nos primeiros anos da restauração do concelho, era discutido na Comissão Executiva, de acordo com a legislação em vigor. A decisão era registada no livro de actas, não era emitida nenhuma licença e a decisão não era averbada no requerimento<sup>37</sup>. No entanto, os vereadores podiam visitar o local antes da deliberação<sup>38</sup>.

A partir da Ditadura Militar, a Comissão Administrativa começou a solicitar parecer ao Sub-Delegado de Saúde antes da deliberação para a autorização da obra<sup>39</sup>. As ideias higienistas e sanitárias desenvolveram-se no século XIX: a higiene pública com uma perspectiva social e holista, enquanto a higiene privada considerava a habitação, e os locais de trabalho (Pereira & Pita, 2011, p. 92), logo, com as condições da edificação privada e pública.

O parecer do Sub-Delegado de Saúde era determinante para a autorização da obra. Alguns dos requerimentos são acompanhados por plantas e memórias descritivas, cuja entrega não era obrigatória. Os requerentes utilizavam como argumento para a aprovação não a segurança ou as condições de salubridade dos edifícios, mas antes a harmonização e inclusão estéticas

---

<sup>35</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1928). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º175, 20 de Agosto.

<sup>36</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1930). Câmara Municipal de Sines, Autos de transgressão passados pela Câmara Municipal de Sines, IDD n.º 20, n.883.

<sup>37</sup> Por exemplo, Arquivo Municipal [Sines]. (1915). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimentos 1, 2 e 3.

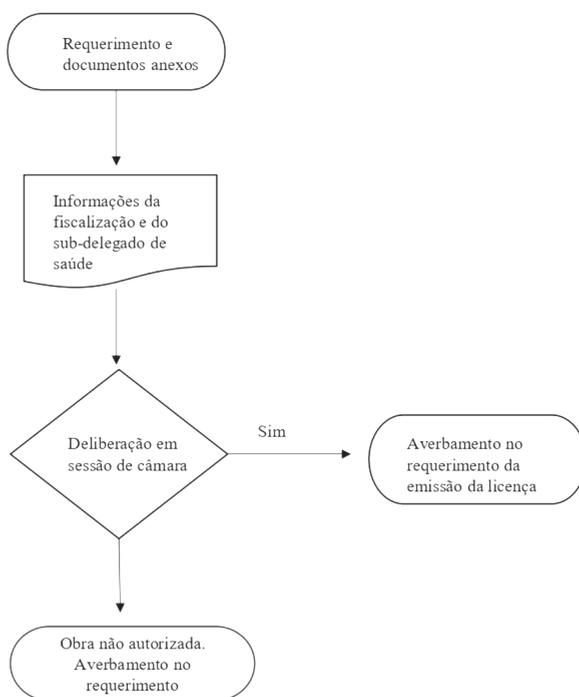
<sup>38</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1924). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 90, 26 de Junho.

<sup>39</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1927). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 107, 16 de Maio.

da construção no que já existia. Por isso o requerente, que pretendia fazer obras na sua casa na Rua Gago Coutinho, pede para fazer o alinhamento da frente da referida casa, conforme o *croquis* que juntou, «para enfeito de embelezamento e estética da rua João de Deus<sup>40</sup>». Ainda não era emitida uma licença, mas a deliberação começou a ser averbada no requerimento, a par do parecer do Sub-Delegado de Saúde.

O parecer deste último visava as «condições higiénicas»: respondendo os ofícios de dois de Novembro de mil novecentos e trinta e quatro, informo que o projecto de padaria que pretende construir no seu terreno, esta em condições higiénicas de lhe poder ser concedida a respectiva licença de construção<sup>41</sup>».

Fluxograma 1 – O procedimento de licenciamento segundo os documentos do IDD 25



Fonte: Elaboração própria (2023)

<sup>40</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1927). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 111, 7 de Julho.

<sup>41</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1933). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 312, 30 de Outubro.

A visita dos vereadores ao local era especialmente relevante no caso da autorização de direito de superfície para a construção de uma habitação precária no Sítio das Índias, mantendo-se assim um procedimento da Época Moderna. A câmara delimitava o local da construção e proibia o uso de materiais inflamáveis nas coberturas, como aconteceu em 1933: «Deferido depois da Câmara determinar o local, não podendo as barracas ser cobertas com palha ou colmo», como deliberado na sessão de 24 de Outubro de 1933<sup>42</sup>.

Em 1950, na sessão de 5 de Junho, foi aprovada uma nova «postura sobre obras», «por se reconhecer que, por antiquado, o *Código de Posturas Municipais* deste concelho não regulamenta convenientemente o assunto<sup>43</sup>». Entrou em vigor no dia 1 de Agosto do mesmo ano, tornando obrigatória a aprovação prévia de projecto de construção, reconstrução ou modificações em imóveis dentro do perímetro urbano da vila.

Quadro n.º 2 – A «Postura sobre obras» e as suas alterações

Data	Regra	Documentos a apresentar
Acta de 5 de Junho de 1950 <sup>44</sup>	Artigo 1º. Obrigatória a aprovação prévia de projecto de construção, reconstrução ou modificações em imóveis dentro do perímetro urbano da vila.	Projecto em triplicado acompanhado de requerimento selado. Apenas um exemplar do projecto deveria ser selado. A licença deve ser apresentada pelo requerente no local da obra; o triplicado também
	Artigo 2º. Os proprietários de prédios em ruína ou perigo de desabamento devem repará-los no prazo definido pela Câmara	
	Artigo 3º. Obligatoriedade de rebocar as paredes ou muros exteriores em mau estado de conservação.	

<sup>42</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1933). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 285, 19 de Outubro.

<sup>43</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1950). Câmara Municipal de Sines. Actas da Câmara Municipal de Sines, livro n.º 24 fl. 54v-55, 5 de Junho.

<sup>44</sup> Idem.

	<p>Artigo 4º. O entulho não pode ser «deitado de alto sem ser por meio de calhas completamente fechadas». Apenas pode ser depositado nos locais para isso destinados pela câmara. O dono da obra, no prazo de 15 dias após o fim da mesma, deve retirar os andaimes, reservar os entulhos e reparar o solo.</p>	
	<p>Artigo 5º. O dono da obra o empreiteiro é responsável pelo pagamento das multas.</p>	
	<p>Artigo 6º. Os proprietários são obrigados a manter legível o número da porta. Sempre que a autoridade competente proceder à numeração geral da rua os proprietários devem fazer numeração nova.</p>	
	<p>Artigo 7.º «Nenhuma casa construída de novo ou reconstruída poderá ser habitada sem licença da Camara.»</p>	Licença de habitabilidade
<p>Cópia da acta de 5 de Agosto de 1959<sup>45</sup>, alteração do artigo 1º da postura sobre obras</p>	<p>Obrigatoriedade de licença prévia para obras previstas pelo RGEU dentro do perímetro urbano. De acordo com o primeiro parágrafo, as edificações novas, reconstrução, ampliação, reparação e alteração de edificações estão sujeitas a licença, cujo requerimento deve ser acompanhado de projecto respectivo. Após a aprovação, a licença e o triplicado do projecto são entregues ao requerente, que deve conservá-los no local para que pudessem ser consultados pelos fiscais municipais.</p>	<p>Requerimento: nome do proprietário do prédio ou terreno; situação do prédio/terreno; área de terreno a ocupar pela obra, jardins, logradouros e anexos; descrição sumária dos trabalhos a realizar; prazo de realização Projecto: entregue em triplicado, deveria conter os seguintes elementos: (1) memória descritiva, (2) planta, alçados e cortes longitudinais, (3) planta topográfica do local, (4) cálculos de cimento armado sempre que aplicável.</p>

Fonte: Elaboração própria (2023)

<sup>45</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1959). Câmara Municipal de Sines, Regulamentos, Edital da Câmara Municipal de Sines de 5 de Agosto, maio 9, documento 22.

Apesar de o requerimento e o projecto serem obrigatórios desde 1922 para as fachadas, os documentos conservados foram, na sua maioria, os requerimentos. Consideremos aqueles que solicitavam autorização para uma construção nova, pois, de acordo com o Código das Posturas de 1922, era obrigatória a apresentação de um requerimento e um projecto. Dado que os requerimentos conservados datam somente de 1915, será esta a data extrema inicial a considerar.

A atribuição da licença de utilização é exigida pelo artigo 7º da postura de 1950. No entanto, não há referência à informação que nela deve constar nem se deve ser dada a cópia ou o original ao requerente. Em 1959<sup>46</sup>, uma alteração à postura tem precisamente o objectivo de clarificar os elementos a constar do projecto e do próprio requerimento. No articulado subentende-se que um exemplar ficaria na posse da Câmara Municipal, mas não é explícita a sua localização.

Para verificar o peso da área de urbanismo e, especialmente, das obras particulares na fiscalização municipal, fez-se uma amostragem dos autos de transgressão nos anos de 1922, 1928, 1931 e 1950, além da consulta dos autos de 1930 de forma não sistemática. O ano de 1922 foi seleccionado por ser aquele da publicação do primeiro Código de Posturas do concelho de Sines após a restauração do concelho; no ano de 1928, a acta de 17 de Julho obrigou à construção de um muro de alvenaria no extremo de todos os prédios rústicos confinantes com a via pública; em 1931, um edital duplicou as multas pagar pelos donos de prédios de um ou mais andares em 30 escudos e 15 escudos para os prédios térreos. Finalmente, o ano de 1950 viu ser publicada a primeira postura dedicada exclusivamente às obras particulares, precisamente um ano antes do *Regulamento Geral de Edificações Urbanas*. O objectivo é verificar quais as consequências da publicação de posturas relativas ao urbanismo no que respeita à fiscalização do seu cumprimento.

Nos quatros anos seleccionados, foram conservados 263 documentos, entre autos de notícia e autos de transgressão. De acordo com o capítulo primeiro do Código de Posturas de 1922, os «empregados da polícia municipal» encarregados de «vigiar o cumprimento das disposições deste código, levantando auto das transgressões» (artigo 1.º). O auto devia ser entregue na Secretaria da Câmara Municipal (artigo 4.º) e a importância deveria ser paga na Tesouraria (artigo 5.º), para evitar subornos aos «empregados da polícia municipal». Estes agentes poderiam ser as «autoridades administrativas», isto, um oficial da Administração do Concelho, e posteriormente o zelador da Câmara Municipal, mas também a Guarda Nacional Republicana (artigo 7.º), a Polícia de Segurança Pública (no ano de 1950) e a Guarda Fiscal em 1931. O código também reconhecia a competência de fiscalização ao

---

<sup>46</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1950). Câmara Municipal de Sines. Actas da Câmara Municipal de Sines, livro nº 24 fl. 54v-55, 5 de Junho.

sub-delegado de saúde «na parte que lhe competir», apesar de nos anos em amostragem não se tenha conservado nenhum exemplar. A mesma competência poderia ainda ser exercida por «quaisquer entidades por lei», o que enquadra a actuação da Polícia de Segurança Pública, em Sines, desde a década de 40 do século XX<sup>47</sup>.

O Código das Posturas, no seu artigo 6.º, mantém o princípio de os homens com autoridade, sejam pais, maridos, amos, tutores e donos e chefes de estabelecimentos os responsáveis pelas infracções, como superiores, «toda a vez que o inferior está ou vai em serviço do superior». Assim se explica que apenas as mulheres viúvas e solteiras pagassem as coimas pelas suas infracções. Uma permanência da tradição jurídica da Época Moderna (Patrício, 2021, p. 186).

Além dos autos de transgressões e das notas da contravenção entregues ao infractor, o código previa também, no seu artigo 10.º, um livro de registo dos autos onde constasse também a remessa dos autos para juízo, data do pagamento das multas e da entrega da metade que pertencia aos participantes das mesmas, um resquício da almotaçaria medieval e moderna<sup>48</sup>. A série autos de transgressão conservou-se praticamente intacta no Arquivo Municipal de Sines: 1915-1916; 1920-1928; 1935-1960; 1962-1977, num total de 42 maços<sup>49</sup>. Quanto aos livros de registo, apenas foram conservados, embora sem interrupções, entre 1932 e 1985, um total de três<sup>50</sup>. Apesar do Código de Posturas de 1922 postular a existência de um livro de registo, se foi produzido, não se conservou. Também não se conservou um livro com o mesmo teor no arquivo da Administração do Concelho.

Esta conservação pode explicar-se pelo facto de os autos de notícia (prazo de conservação administrativa de 10 anos, eliminação como destino final), os processos de contra-ordenação (prazo de conservação administrativa de 10 anos, eliminação como destino final), os livros de registo dos processos de contra-ordenação (prazo de conservação administrativa de 5 anos, conservação como destino final) e os verbetes de contra-ordenação (prazo de conservação administrativa de 10 anos, eliminação como destino final), apenas serem identificados

---

<sup>47</sup> Os primeiros autos de transgressão passados por esta autoridade datam de 1941, assim como a correspondência recebida da mesma. Arquivo Municipal de Sines. (1941). Câmara Municipal de Sines, Gestão Documental, maço 155; Arquivo Municipal [Sines]. (1941-1944). Câmara Municipal de Sines, Jurídico-Contencioso, maço 19.

<sup>48</sup> Por exemplo, o «Termo de postura que fizeram os oficiais da Camara sobre o peixe», de 20 de Dezembro de 1681, atribui o valor da coima em partes iguais ao concelho e ao denunciante: «para o conselho a metade e a outra pera quem o acuzar». Nem todas as posturas utilizavam esta modalidade. Arquivo Municipal [Sines]. (1681). Câmara Municipal de Sines, Registo de leis e Ordens, livro 2, fl. 85-86.

<sup>49</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1915-1977). Câmara Municipal de Sines, Autos de Transgressão, 42 maços.

<sup>50</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1932-1985). Câmara Municipal de Sines, Registo de autos de transgressão, três livros.

como tal pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, alterada pela Portaria n.º 1253/2009 de 14 de Outubro. Destas séries, apenas os livros de registo têm a conservação como destino final. A Portaria n.º 503/86, de 9 de Setembro, referia-se, tal como a Relação Anexa à Circular L.º 39-A, P.º Z-1/12, N.º A-18/67, da 2.ª Repartição da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, de 16 de Março, o fazia, a processos de transgressão fiscal e a livros de registo desses processos. Os livros de registo dos processos tinham uma conservação administrativa de 30 anos e como destino final a eliminação, por amostragem; já os processos deviam ser conservados durante 10 anos e depois igualmente eliminados, por amostragem.

Assim, embora a avaliação se tenha processado primeiro de acordo com a Relação Anexa à Circular acima referida, e depois com de acordo com portarias de gestão documental no Arquivo Municipal de Sines desde 1981<sup>51</sup>, o facto de as unidades de informação não serem identificadas directamente nos documentos reguladores entre 1986 e 2001 impediu a sua eliminação. Dado que não é possível utilizar portarias de gestão documental posteriores ao contexto de produção de documentos, pois não reflectem o mesmo contexto orgânico-funcional, tanto os autos como os livros de registo foram conservados.

Os livros de registo contêm informação sintetizada, nomeadamente o número de ordem, a data da entrada, a data do auto, a identificação do transgressor (nome, estado, profissão e morada), o nome e categoria do autuante, a disposição transgredida, a multa e o andamento, mas apenas os autos incluem a descrição da transgressão. A sua riqueza informacional aumenta com os pormenores do registo de alcunhas dos transgressores e com o léxico e a linguagem dos agentes policiais, que permitem observar a oralidade coeva registada para a posteridade.

Quadro 3 – Autos de transgressão

Ano	Nº de autos de transgressão
1922	67
1928	30
1931	117
1950	49
Total	263

Fonte: Elaboração própria (2023)

<sup>51</sup> Conservaram-se originais e cópias de informações elaboradas pelo Arquivo Municipal a dar conta da «inutilização» de documentos em 1981, 1982, 1983 e 1985. O primeiro auto de inutilização produzido de acordo com a Portaria n.º 503/86, de 9 de Setembro, data de 8 de Março de 1989. Arquivo Municipal [Sines]. (1981-1989). Câmara Municipal de Sines, Processos de Avaliação Documental, n.º 1.

O número de autos por cada ano da amostragem é heterogéneo e não segue uma progressão cronológica. Assim, é no ano de 1931 que se produziram, e conservaram mais autos, enquanto o ano de 1950 apenas contribuiu com 49 documentos. Não existe correlação entre o número de autos e a publicação das posturas relativas ao urbanismo, nem com o número de autoridades que autuavam os transgressores. No caso das «Edificações, reedificações e estética», em 263 autos, apenas 5 se referem quer ao código das Posturas de 1922 quer, especialmente, à postura de 1950 (2% do total). Apenas duas das transgressões se referem a obras particulares:

Quadro 4 – Transgressões às posturas de obras particulares

Ano	Transgressão	Norma transgredida
1931, Novembro, 16 (3 autos a três municípios)	«me ter sido participado, que o sr. (...) ter andado na noite de dez para onze do corrente mês a cair as portas de diferentes casas infringindo assim o Artigo 86º do Código de Posturas deste concelho de Sines»	Artigo 86 do Código das Posturas
1950, Agosto, 3	«esta a construir, uma porta fazendo uma porta anterior e tapando uma porta fazendo uma janela da dita, na sua propriedade urbana sita na Rua Marquês de Pombal». Construção no quintal	Artigo 1.º e 8.º do edital de 1950/07/21.
1950, Outubro, 30	«estava a construir uma casa de alvenaria de cal e tijolos, no quintal da sua residencia, sem estar muni-do do projecto e licença». O quintal estava já na Rua da Alegria	

Fonte: Elaboração própria (2023)

As duas transgressões de 1950 respeitam a uma construção a decorrer sem que o dono da obra tivesse a licença e o projecto à vista e, a segunda, em relação a uma porta que o munícipe desejava transformar em janela, lesando o interesse dos vizinhos. Os autos de transgressão são uma consequência da aplicação da nova postura municipal aprovada pela Câmara Municipal em 5 de Junho de 1950.

No ano de 1931, mais precisamente em 16 de Novembro, três municípios foram autuados por «caírem as portas de diferentes casas». De acordo com o artigo 86 do Código das Posturas:

Artigo 86.º – Todo aquele que riscar as paredes, portas ou janelas, fizer escritos ou desenhos, obscenos ou não, ou de qualquer forma sujar as mesmas paredes, será com a multa [Fl.14] de 2\$50 e pagará a despesa precisa para limpeza do que sujou e outros prejuízos se houver. (Patrício, 2023, p. 269)

Uma postura do mesmo teor estava em vigor em 1849 e rezava:

13.º Impondo a pena de 1\$000 reis e reparação do damno a quem cair as portas em noite de São Martinho, ou riscar as paredes, ou lançar cacos, ou imundícies ás portas ou nas escadas de qualquer, ou praticar qualquer desatino que ofenda a moral, ou perturbe o socego publico. (Silva, 1869, p. 140)

A existência desta postura no Código de 1922 e das transgressões autuadas em 1931 parecem indicar uma sobrevivência de uma prática grupal em celebração do São Martinho, que veio a desaparecer nas fontes escritas posteriores e da memória oral local. De acordo com os registos de 1931, foram autuados pelo zelador do concelho três homens solteiros, cada um com a sua profissão manual: dois corticeiros e um carpinteiro. Coloca-se a hipótese de esta ser uma reminiscência do Entrudo medieval, um ciclo festivo longo que se iniciava no dia 1 de Novembro, até aos dias que antecedem a Quaresma, como observou Pedro Gomes Barbosa (2016, p. 20-22). O que é certo é que os seus protagonistas, em Sines, eram jovens solteiros, com pouca consideração social, cujo comportamento foi prontamente sancionado.

A área mais representada é a da propriedade rural (33%), nomeadamente as infracções relativas à pastagem sem autorização em propriedades alheias e propriedade municipal, ou o abandono de animais mortos na via pública, sem enterro apropriado. A segunda área mais representativa refere-se à segurança individual e a comodidades públicas (21%): circulação de carros e de bicicletas, circulação na via pública, estacionamento ou registo de canídeos. Os restantes autos de transgressão, com excepção de quatro infracções que não estavam previstas no Código de Posturas e foram reguladas em regulamentos avulsos (caça<sup>52</sup>, cobrança do imposto *ad valorem*<sup>53</sup>,

---

<sup>52</sup> Por exemplo, Arquivo Municipal [Sines]. (1931). Câmara Municipal de Sines, Autos de Transgressão, maço 15, fl.103.

<sup>53</sup> Imposto permitido pela Lei n.º 698, de 6 de Junho de 1917, a qual autorizou a Câmara Municipal do Sines «a lançar o imposto de 1 por cento sôbre o valor das mercadorias a exportar pelo pôrto de Sines, quando produzidas ou manufacturadas naquele concelho». Em 1920, a Câmara Municipal de Sines solicitou que a autorização fosse alargada a todas as mercadorias exportadas. Arquivo Municipal de Sines (1920). Câmara Municipal de Sines. Actas da Câmara

descanso semanal<sup>54</sup>), ou que, pelo contrário, eram da competência do Governador Civil, nomeadamente o licenciamento de bailes<sup>55</sup>.

Daqui decorre que as edificações urbanas não eram objecto de fiscalização sistemática. A informalidade nos procedimentos verifica-se também nos próprios autos de transgressão. Não é de estranhar que as licenças não se conservassem nos processos de obra. Porventura, as licenças de utilização, tal como estava previsto no caso das licenças de construção, seriam dadas ao proprietário. No requerimento para a emissão de licença registava-se a data da autorização em sessão da câmara e a nota do pagamento da taxa. Estas informações eram registadas a tinta vermelha. Dado que as licenças estavam numeradas, deve ter existido um livro de registo.

No entanto, apenas se conservou um livro com esta intenção, entre 1914 e 1929<sup>56</sup>. Os registos não continham apenas licenças concernentes às edificações urbanas (licença de habitabilidade, licença de edificação e obras particulares), mas também ocupação de via pública, apascentação de gado nos baldios municipais, licença comercial, licenças para vendedores ambulantes. Cada registo, independentemente do objectivo do documento, continha um número de ordem, data, nome dos requerentes, morada, prazo da licença, objecto da licença, observações. Não se conservaram outros livros com este propósito no Arquivo Municipal.

Entre 1922 e 1950 surgiram outras tipologias, quer fossem ou não exigidas pelas posturas, como a planta, o projecto, a memória descritiva, a planta de localização, pareceres de arquitectos e do sub-delegado de saúde. Muitas vezes existe somente um *croquis* em papel vegetal, mas há também exemplos de projectos mais complexos, como o referente ao projecto do bairro dos operários da Júdice Fialho, entregue para licenciamento municipal em 1929<sup>57</sup>.

---

Municipal de Sines, livro 16, fl. 102v-104. Após autorização superior, o imposto foi então alargado, de acordo com o edital de 16 de Fevereiro de 1921. Por exemplo, Arquivo Municipal [Sines]. (1928). Câmara Municipal de Sines, Autos de Transgressão, maço 12, fl.58.

<sup>54</sup> O regulamento de Descanso Semanal foi aprovado na reunião de 7 de Julho de 1931. Arquivo Municipal [Sines]. (1931). Câmara Municipal de Sines, Actas da Câmara Municipal de Sines, livro 19, fl. 28-30. O auto de transgressão, único identificado nesta amostragem, encontra-se em Arquivo Municipal [Sines]. (1931). Câmara Municipal de Sines, Autos de Transgressão, maço 15, fl.88.

<sup>55</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1950). Câmara Municipal de Sines, Autos de Transgressão, maço 23, processo 3.

<sup>56</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1914-1929). Câmara Municipal de Sines. Licenciamento Relativo a Actividades Económicas e de Lazer, livro 1.

<sup>57</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1929). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 205.

É possível que muitos dos elementos, como aliás se previa na postura, nomeadamente a licença de obra e o projecto, fossem devolvidos ao requerente, que deveria conservá-los junto da obra. No que respeita às licenças de habitabilidade, a Câmara Municipal não conservou nenhum exemplar no processo de obra até à década de 70 do século XX. Na folha de rosto do requerimento que deu origem à emissão da licença da habitualidade, um averbamento a esferográfica encarnada informava sobre a acta da câmara que aprovava a emissão, o número da licença, a data e a guia de receita paga. Entre os anos 70 e 90 do século XX conservaram-se os triplicados das licenças emitidas<sup>58</sup>.

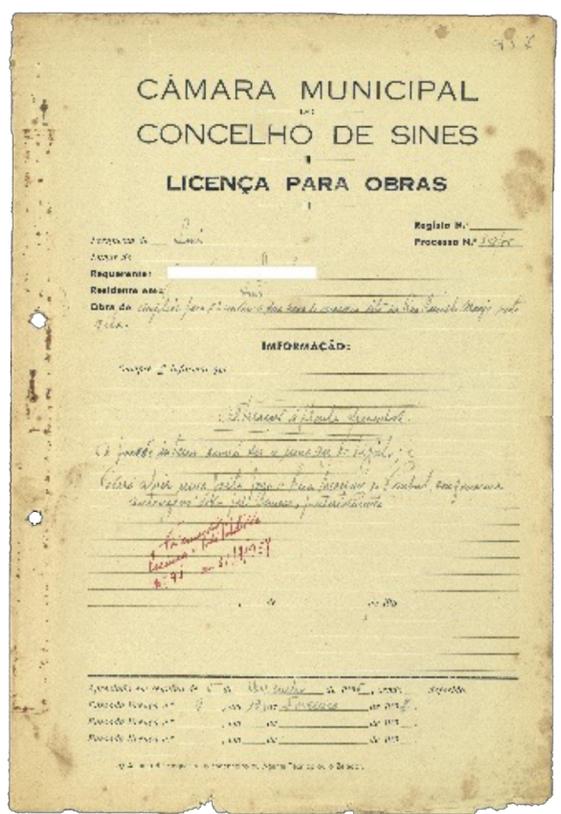


Figura 3 – Folha de rosto do requerimento n.º 848, de 1955, incluído no processo 294/57. A atribuição da licença está assim averbada: «Foi concedida a licença de habitabilidade n.º 51 em 31/7/957». Arquivo Municipal [Sines]. (1957). Câmara Municipal de Sines, Processo de Obras Particulares 294/57.

<sup>58</sup> Conservaram-se as seguintes cadernetas de licenças de habitabilidade: 1975/1988 (caixa 35); 1989/1995 (caixa 36); 1994/1997 (caixa 37). Arquivo Municipal [Sines]. (1975-1997). Câmara Municipal de Sines, cadernetas de licenças de habitabilidade, três caixas.

Deste modo, a documentação conservada no Arquivo Municipal de Sines, nomeadamente os requerimentos da colecção acumulada entre 1914 e 1984, não é, no que respeita aos edifícios do actual Centro Histórico, o ponto de partida da história de um edifício, como o são os processos de obras particulares em Lisboa, por exemplo. Dado que não se exigiu uma licença de construção até 1922, quando o Código das Posturas, no seu artigo 81º, assim o indicou, a maior parte dos mesmos refere-se a alterações e a ampliações. Apesar da sua obrigatoriedade, a licença era apenas exigida para a frontaria, e não se requeria licença de utilização. Apenas as construções novas dispõem de evidências registadas, que permitem a reconstituição da sua história. Os edifícios do actual centro histórico raramente têm informação anterior a 1914, ano da restauração do concelho. Por outro lado, em relação à freguesia de Porto Côvo, à data integrada na de Sines, o primeiro requerimento da colecção data de 1957<sup>59</sup>, quando se procurou autorização para a instalação de uma moagem de ramas, o que provavelmente se relaciona com o desenvolvimento turístico da localidade (Patrício, 2013).

Como se depreende do número de autos de transgressão, e do número de entidades envolvidas, a Câmara Municipal dispunha de recursos humanos para a fiscalização do cumprimento das posturas. No entanto, não dispunha de recursos humanos com conhecimentos de urbanismo e de licenciamento de obras particulares. Veja-se, por exemplo, como a elaboração do primeiro plano de urbanização exigiu um concurso externo e a contratação de engenheiros e arquitectos de Lisboa para essa tarefa. Eram esses «urbanistas» os consultados pelo Município, após a postura de 1950 e do RGEU, para darem parecer aos requerimentos para o licenciamento de construções novas ou de modificações nas existentes<sup>60</sup>.

## Conclusão

A área de gestão urbanística neste período manteve-se muito informal, dependente de um conjunto exíguo de recursos da edilidade, especialmente devotada à estética do edificado, ainda com reminiscências da Época

---

<sup>59</sup> Arquivo Municipal [Sines]. (1957). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 755.

<sup>60</sup> Foi o que aconteceu quando a empresa Angocongo quis fazer uma urbanização em Porto Côvo, em 1965, e o despacho foi «A parecer do urbanista», à data o arquitecto João Fernando Martínez dos Santos. Arquivo Municipal [Sines]. (1965). Câmara Municipal de Sines, Instrumento de Descrição Documental n.º 25, requerimento n.º 978.

Moderna. Durante o Liberalismo, a anexação do concelho ao de Santiago do Cacém torna o estudo mais complexo, e exige o cruzamento de vários fundos arquivísticos. Após a restauração do concelho em 1914, e até 1951, o licenciamento de obras particulares começou a ser mais regulado e a serem exigidos projectos e licenças de obras e de utilização, embora o enfoque estivesse na estética do edificado e na harmonia do conjunto.

A inexistência de processos de obras particulares neste período, substituídos por requerimentos com os seus anexos, organizados por ano, é o testemunho da pouca complexidade desta área da actuação municipal. Apesar de se prever a emissão de licença de habitabilidade na postura de 1950, o documento efectivamente exigido era a licença de construção. No que respeita aos documentos gráficos, apesar de já se prever a entrega do alçado nas posturas de 1922 (artigo 81º), a consulta dos documentos produzidos permite concluir que o documento ou não foi sempre entregue, ou não se conservou no Arquivo Municipal.

Esta informalidade comprova-se pela quase inexistência de fiscalização do cumprimento das posturas que regulavam a edificação urbana. A fiscalização incidia antes sobre a «Propriedade Rural» e a «Segurança individual e comodidades públicas», na designação do Código das Posturas de 1922, que juntas, de acordo com a amostragem realizada a partir dos autos de 1922, 1928, 1931 e 1950, incidiam em 54% do total das infracções. Já as «Edificações, reedificações e estética» correspondiam somente a cinco infracções (2%), sendo que apenas duas delas diziam directamente respeito a obras particulares.

Verificou-se, portanto, dada esta informalidade da gestão urbanística, que, no período considerado, ainda não existem processos de obras particulares no Arquivo Municipal de Sines, antes colecções de requerimentos com documentos gráficos e textuais anexos, organizados cronologicamente. São, de facto, documentos de arquitectura, mas não processos de obras particulares, pois não foram organizados como tal pelo seu produtor, a Câmara Municipal de Sines. A unidade de informação processo de obra particular, enquanto conjunto documental constituído por várias agregações, relacionado com um edifício, que documenta a vida de um imóvel desde a sua construção até à sua demolição, apenas começou a aplicar-se plenamente, em Sines, a partir de 1971.

Esta circunstância condiciona a gestão urbanística actual, dado que não existem elementos probatórios e informativos para uma parte importante do edificado no território do município, especialmente aquele erigido até 1951. A informalidade registada na Época Moderna tardou a inverter-se no século XX, e por acção externa do Gabinete da Área de Sines, o que traz

consequências à integridade dos processos sobreviventes e põe em causa, várias vezes, a prova de actos e factos em relação a obras particulares por parte dos munícipes.

Esta informalidade resulta não da inexistência de recursos humanos para a fiscalização, mas antes da dificuldade em fiscalizar uma área técnica que exigia conhecimentos específicos, que apenas após os anos 70 do século XX, em virtude do desenvolvimento urbano causado pelo Complexo Industrial, a Câmara Municipal de Sines obteve, através da contratação de recursos humanos. A documentação produzida até 1951, por conseguinte, não se traduziu em processos de obras particulares, mas antes em colecções anuais de requerimentos e documentos anexos que incluíam os pedidos de reconstrução, alteração e construções novas, o que distingue o caso de Sines no que concerne à unidade de informação processos de obras particulares.

## Referências

- Almeida, A. (Org.) (2003). Estética. In A. Almeida, (Ed.), *Dicionário escolar de filosofia*. (1.ª ed.). Plátano Editora.
- Barbosa, P. G. (2016). Carnaval e outras festas na Idade Média. Algumas notas. In C. G. da Silva (Ed.), *XVIII Encontro Túrres Vetras: Carnaval: história e identidade*. (pp. 19–27). Câmara Municipal de Torres Vedras e Colibri.
- Batista, P. (2009). A gestão da série macroprocessos de obras particulares do Município de Lisboa. *Páginas a&b*, 4(1), 35–63.
- Batista, P. (2011). La serie documental «Expedientes de obras particulares» en el município de Lisboa. Análises de su sistema de Gestión. *Anales de Documentación*, 14(1), 1–23. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21973>.
- Batista, P. (2021, Setembro 25-27). A organização e a descrição dos processos de obra particulares no Município de Lisboa. [Comunicação]. In *Proceedings of The International Congress on Architectural Archives "Professional Experiences in a Cultural Diversity"*, Braga, (pp. 77–85). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>.
- Bellotto, H. L. (2004). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2.ª ed. Revista e ampliada. FGV Editora.
- Brito, V. (2001). Os processos de obra no município de Lisboa: origem documental, estrutura tipológica e classificação patrimonial. *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, 5, 265–285.
- Calmeiro, M. R. (2013). A paisagem urbana oitocentista: embelezamento e política urbana na renovação da imagem de Coimbra. *CEM. Cultura, Espaço & Memória, Revista do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»*. «Paisagem», 4, 71–90. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12826.pdf>
- Chaves, M. J., & Lourenço, A. (2016). *Ficha Técnica 1- Elaboração de relatórios de documentação acumulada*. [https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2017/08/FT1\\_RADA.pdf](https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2017/08/FT1_RADA.pdf)

- Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de Maio de 1878 precedido do decreto de 13 de Outubro de 1910 e com o parecer da Comissão da Administração Pública [1911]. Magalhães & Moniz, Limitada. <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/2193.pdf>
- Conde, M. C. A. (2015). *Preservação e conservação de desenhos técnicos: Subcoleção do Bairro do Caramão da Ajuda (1947-1983) (Arquivo da Divisão de Projectos de Equipamento da Câmara Municipal de Lisboa)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade NOVA de Lisboa]. Repositório da Universidade NOVA de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/15646>
- Cook, T. (1996). Building an Archives: Appraisal Theory for Architectural Records. *The American Archivist*, 59(2), 136–143. <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/59/2/136/23819/Building-an-Archives-Appraisal-Theory-for>
- Corujo, L. (2023). *Avaliação da informação de arquivo eletrónica*. Edições Colibri.
- Direcção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (2007). Orientações para a descrição arquivística. (2ª versão). Lisboa, DGARQ. [http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1\\_2\\_3.pdf](http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf)
- European Commission (2011). *MoReq2010 specification: Modular requirements for records system. Core services & plug-in modules*. DLM Forum. [https://www.moreq.info/files/moreq2010\\_vol1\\_v1\\_1\\_en.pdf](https://www.moreq.info/files/moreq2010_vol1_v1_1_en.pdf)
- Ferreira, M. C. B. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
- Ferreira, M. C. B. F. (2023). A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, (Extra 1), 53–85. [https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_extra2023\\_1\\_3](https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2023_1_3)
- Figueiredo, A. P. (2021, Setembro 25-27). Arquivo de património arquitetónico da DGPC. Partilha de conhecimento [Comunicação]. *Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: 'Professional Experiences in a Cultural Diversity'/International Congress on Architectural Archive: Section on Architectural Records of the International Council on Archives, Braga*, (pp. 129–132). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Franco, L. C. G. (2004). Archivos de arquitetura. *Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas*. 85, 155–159. <http://dx.doi.org/10.22201/ie.18703062e.2004.85.2417>
- Guarda, I. (2022). Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 31(2), 95–113. [https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_35\\_2\\_3](https://doi.org/10.14195/2182-7974_35_2_3)
- Heredia Herrera, A. (2007). En torno al tipo documental. *Arquivo & administração*, 6(2), 25–50. <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51509>
- Hildesheimer, F. (1986). *Le Traitement des archives des architectes. Étude de cas: la France*. PGI.86/WS/13. Unesco. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000070375\\_fre](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000070375_fre)
- International Council on Archives. Section on Architectural Records (2000). *A guide to the archival care of architectural records, 19th–20th centuries*. ICA. <https://www.ica.org/en/guide-archival-care-architectural-records-19th-20th-centuries>.
- Langhans, F.-P. (1938). *As Posturas: estudos de direito municipal*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Lathrop, A. K (1980). The Provenance and Preservation of Architectural Records. *The American Archivist*, 43(3), 325–335. <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/43/3/325/23054/The-Provenance-and-Preservation-of-Architectural>.

- Lira, J., Delecave, J., Próspero, V., & Fiammenghi, J. B. (2021). Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação. *Anais do Museu Paulista*, 29, 1–31. <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/48YSJ6D7zwhtXnqFqfh8wSy/?format=pdf&lang=pt>
- Lourenço, A., & Penteado, P. (Coord.). (2016). *Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA): documento metodológico*. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. [https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2016/03/ASIA\\_Doc-metodologico2016-03-10.pdf](https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2016/03/ASIA_Doc-metodologico2016-03-10.pdf)
- Lourenço, A., Melo, D., Neves, H., Ribeiro, M., Antónia, N., & Penteado, P. (2019). *Orientações para a aplicação da tabela de seleção derivada da lista consolidada*. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. [https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/10/Orientacoes\\_aplicacao\\_TS\\_20191002.pdf](https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/10/Orientacoes_aplicacao_TS_20191002.pdf)
- Marques, A. H. de O. (1991). O Estado e as leis. In A. H. de O. Marques, (Ed.), *Nova história de Portugal. Portugal da Monarquia para a República, Vol. XI*. (pp. 279–340). Editorial Presença.
- Marques, M. A. F. (2017). *Sines na Idade Média: da fundação do concelho ao foral manuelino*. Câmara Municipal de Sines.
- Parrela, I. D. (2013). Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. *Ciência da Informação*, 42(0), 107–116. <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1398/1576>
- Patrício, S. (2013). *O Património da educação*. Câmara Municipal de Sines. [http://www.sines.pt/uploads/document/file/1497/O\\_Patrim\\_nio\\_da\\_Educa\\_o.pdf](http://www.sines.pt/uploads/document/file/1497/O_Patrim_nio_da_Educa_o.pdf)
- Patrício, S. (2021). *Sistemas de Informação Locais: Sines 1655-1855*. Edições Colibri.
- Patrício, S. (2022). Gestão urbanística e obras particulares na Época Moderna: o caso de Sines. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 35(1), 59–79. [https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_35\\_1\\_2](https://doi.org/10.14195/2182-7974_35_1_2).
- Patrício, S. (2023). Posturas Municipais em Portugal e o exemplo do código das posturas de Sines na Primeira República: um contributo. *Mátria XXI: Revista do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão* 12, 229–274.
- Patrício, S., & Pereira, P. (2017). *Sines, a terra e o mar*. Câmara Municipal de Sines.
- Pereira, A. L., & Pita, J. R. (2011). A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal. In I. Vaquinhas, (Ed.), *História da Vida Privada em Portugal: a Época Contemporânea*. (pp. 92–116) Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Pinto, S. M. G (2016). *Veer e midir*. O licenciamento de obras particulares em Lisboa no período moderno. *Cuadernos de Historia del Derecho*, 23, 259–283.
- Pinto, S. M. G (2016.a). A regulação jurídica das fachadas em Portugal. *Revista de Estudios Historico-Juridicos*, 38, 149–177.
- Ribeiro, F., & Fernandes, M. E. M. (2001). *Universidade do Porto. Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- Rodrigues, A. C., & Viana, C. M. (2023). Documento de arquitetura: gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, (Extra 1), 107–138. [https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_extra2023\\_1\\_5](https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2023_1_5)
- Rousseau, J.-Y., & Couture, C. (1998). *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Tradução de Magda Bigotte Chorão e revisão científica de Pedro Penteado. Publicações Dom Quixote.

- Silva, A. M. e. (1869). *Annaes do Municipio de Sant'ago de Cacem*. (2.<sup>a</sup> ed.). Imprensa Nacional.
- Silva, A. M. da, Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (1998). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Edições Afrontamento.
- Silva, A. M. da, & Ribeiro, F. (2000). "A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica". *Páginas A&B: arquivos e bibliotecas*, (5), 57–113.
- Silva, C. G. da. (2019). Perspetivas de investigação em Ciência da Informação. In C. G. da Silva, *Investigação em Ciência da Informação*. Edições Colibri.
- Silva, R. H. (1997). *Lisboa Romântica. Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*. [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade NOVA de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/11507>
- Society OF American Archivists (2005-2023). Architectural record. In *Dictionnary of archives terminology*. Society of American Archivists. <https://dictionary.archivists.org/entry/architectural-record.html>
- Vieira, J. (2010). *Documentos e arquivos de arquitectura: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão*. Fundação Marques da Silva.



# Eticista digital: uma função emergente no campo da Informação

## Digital ethicist: an emerging role in the field of Information

MOISES ROCKEMBACH

Universidade de Coimbra

Professor, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

[moises.rockembach@uc.pt](mailto:moises.rockembach@uc.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9057-0602>

DAVID GEERTS

KU Leuven

Research Manager, KU Leuven Digital Society Institute

[david.geerts@kuleuven.be](mailto:david.geerts@kuleuven.be)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3933-9266>

Artigo entregue em: 22 de março de 2024

Artigo aprovado em: 6 de junho de 2024

### RESUMO

A ética digital constitui-se em uma função emergente nas organizações e requer a atenção de investigadores, decisores políticos, bem como profissionais da informação. Nesse sentido, o estudo aqui apresentado busca fornecer uma análise crítica das publicações sobre ética digital nos últimos 15 anos, além de pesquisa documental, com o objetivo de identificar questões relevantes e áreas onde a investigação e o desenvolvimento de práticas éticas são necessários. O estudo procura contribuir para a construção de abordagens éticas para as tecnologias digitais, uma vez que as mudanças tecnológicas continuam a ter um impacto cada vez mais significativo em nossas vidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética digital; profissionais da informação; proteção de dados; inteligência artificial.

**ABSTRACT**

Digital ethics constitutes an emerging function in organizations and requires the attention of researchers, policymakers, as well as information professionals. In this sense, the study presented here seeks to provide a critical analysis of publications on digital ethics in the last 15 years through documentary research, with the objective of identifying relevant issues and areas where research and development of ethical practices are necessary. The study aims to contribute to the construction of ethical approaches to digital technologies, as technological changes continue to have an increasingly significant impact on our lives.

**KEYWORDS:** Digital ethics; information professionals; data protection; artificial intelligence.

## Introdução

As mudanças trazidas pelas inovações tecnológicas têm impactado de maneira dupla a sociedade e, em particular, o mercado de trabalho, trazendo benefícios e desafios. O uso de dados como um recurso essencial por organizações públicas e privadas, tem levado os governos a regulamentar a utilização e processamento de dados pessoais. Em resposta a essa pressão, surgiu o Regulamento Geral de Proteção de Dados - RGPD (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2016). Da mesma forma, novas aplicações de Inteligência Artificial (IA) estão impulsionando governos a adotarem medidas regulatórias para lidar com as possíveis implicações éticas que essas plataformas podem ter, tais como as discussões sobre o *AI Act* (Comissão Europeia, 2021).

O aumento da complexidade na relação entre tecnologia e sociedade tem levantado o debate sobre a ética, e entender este campo como um domínio de estudo estabelecido ao longo da história é essencial antes de abordar a ética digital. A ética começou com os filósofos da Grécia Antiga, envolvendo o estudo dos princípios que regem o comportamento das pessoas com o objetivo de viver uma vida virtuosa e de bem-estar. Ao longo dos séculos, o campo se expandiu para incluir discussões contemporâneas sobre a aplicação da ética em vários contextos, desde ques-

tões médicas até problemas corporativos. Este caminho nos leva à ética digital, uma área emergente que trata de problemas éticos específicos que surgem com as tecnologias digitais, a internet e mais recentemente, a inteligência artificial.

Segundo Capurro (2009), a ética digital é o estudo das implicações éticas e sociais das tecnologias digitais e da internet, particularmente no que diz respeito ao seu impacto na sociedade e no meio ambiente. No contexto deste estudo, é fundamental estabelecer uma definição clara do termo 'ética digital'. Assim, podemos definir a ética digital como o conjunto de princípios éticos que orientam o design, o desenvolvimento, o uso e a aplicação de tecnologias digitais. Esta definição serve como base para nossa análise e discussão sobre como essas tecnologias impactam a sociedade e as questões éticas que elas suscitam. Nesse sentido, procuramos problematizar, perguntando, quais são os atuais desafios éticos enfrentados pela era digital e como isso se relaciona com a necessidade deeticistas digitais abordarem essas questões?

Para responder a esta pergunta, definimos como objetivos: (1) identificar as preocupações éticas mais prementes relacionadas à tecnologia digital, como privacidade de dados, vieses algorítmicos e de IA; (2) identificar diretrizes e regulamentos éticos atuais para enfrentar esses desafios; e (3) identificar o papel dos especialistas em ética digital (eticistas digitais) no desenvolvimento e implementação de práticas éticas para mitigar os desafios identificados.

O estudo aqui apresentado aplica revisão de literatura nas publicações sobre ética digital nos últimos 15 anos e pesquisa documental, apontando caminhos que profissionais da informação podem seguir na adoção de uma abordagem alinhada ao eticista digital. Isso é particularmente importante em um momento em que as tecnologias digitais se tornaram tão difundidas e têm um impacto significativo em nossas vidas.

Diversos novos problemas e dilemas éticos se impuseram nos últimos anos. A transparência algorítmica, discriminação e vieses algorítmicos (Lee, Resnick & Barton, 2019), problemas relacionados ao reconhecimento facial (Selinger & Leong, 2021), o fenômeno dos filtros bolha e a funcionalidade dos sistemas de recomendação (Pariser, 2011; Zuiderveen Borgesius, Trilling, Möller, Bodó, De Vreese & Helberger, 2016), rápida disseminação de notícias falsas (Mathiesen, 2019), estudos da pós-verdade como fenômeno informacional-cognitivo contemporâneo (Araújo, 2021), capitalismo de plataforma e monopólio tecnológico (Srnicek,

2017), o *privacy by design* (Melo, Rockembach & Silva, 2023) e o impacto das plataformas e da inteligência artificial no mercado de trabalho (Casilli & Posada, 2019; Webb, 2019; Eloundou, Manning, Mishkin & Rock, 2023) são alguns dos fatores que passaram a fazer parte da agenda da ética digital. Este estudo torna-se relevante para profissionais da informação, tomadores de decisão, investigadores e todos aqueles que estão interessados na promoção do uso responsável e ético das tecnologias digitais.

## Metodologia

Para a realização do estudo, utilizamos a base de dados *Dimensions*, que possibilitou a busca de artigos científicos utilizando as palavras-chave “digital ethics” no período de 2009 a 2023. Essa escolha temporal permitiu observar a evolução dos conceitos, tópicos, contextos e abordagens ao longo do tempo, permitindo também identificar as mudanças de enfoque na discussão sobre ética digital. Embora o conceito de ética e sua relação com a tecnologia possa ser representado por meio de vários termos comuns, como “ética e dados” ou “ética da informação”, optamos por focar em como a ética digital é representada na literatura, estreitando nossa busca para delimitações específicas de como a ética digital é vista nos artigos publicados. Nossa investigação foi fundamentada em uma abordagem teórica e exploratória, destinada a compreender o desenvolvimento, tendências e os desafios da ética digital.

A técnica de investigação documental foi escolhida por permitir uma compreensão das discussões teóricas e aplicadas no campo da ética digital. Esta abordagem facilita a identificação de tendências, padrões e lacunas na literatura existente, oferecendo um panorama dos principais desenvolvimentos e desafios éticos associados às tecnologias digitais.

A base de dados *Dimensions* foi escolhida para a revisão de literatura deste estudo devido à ampla cobertura de periódicos e publicações relevantes; além disso, essa base de dados oferece recursos avançados de busca, como a possibilidade de filtrar resultados por tipos de documento, ano de publicação e disciplina, tornando o processo de seleção de artigos mais preciso e eficiente. A plataforma também oferece a opção de salvar pesquisas, permitindo que a revisão de literatura seja atualizada ao longo do tempo e garantindo a inclusão das investigações mais recentes na área em novos estudos.

Para assegurar a validade e confiabilidade dos resultados, utilizamos critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos documentos, além disso, empregamos uma abordagem de triangulação de dados, comparando informações de diferentes autores e fontes para reduzir viés e corroborar as conclusões. As publicações foram selecionadas considerando apenas artigos e excluindo outros tipos de publicações disponíveis na base de dados *Dimensions*. O critério de inclusão considerou a língua inglesa e a disponibilidade do texto completo para acesso. Essa escolha auxiliou na padronização da seleção de fontes, bem como a garantia de reprodutibilidade científica em relação à leitura dos artigos e a disponibilidade do texto completo, o que permitiu uma análise mais aprofundada dos artigos selecionados.

Além disso, foram observados os principais regulamentos da União Europeia, especialmente o Regulamento Geral de Proteção de Dados e o *AI act*, bem como as recentes discussões envolvendo a ética digital e lacunas que precisam ser mais investigadas. Essas informações foram utilizadas para contextualizar os resultados encontrados e para fornecer um panorama mais abrangente sobre o tema da ética digital.

Por fim, relacionamos os resultados encontrados com o papel dos profissionais da informação e o conceito de eticista digital como uma vertente de especialização do conhecimento ético, com aplicações práticas nas organizações públicas e privadas. Essa relação permitiu uma reflexão sobre a importância da ética digital na sociedade contemporânea e o papel dos profissionais da informação nesse contexto.

## **A ética digital na literatura científica**

A busca a partir da revisão da literatura realizada na base de dados *Dimensions*, para examinar o tema da ética digital nos últimos 15 anos (2009-2023), resultou em 627 publicações sobre o tema. Ao aplicar o filtro para selecionar apenas artigos que contêm o termo “digital ethics” no título e/ou resumo, obtivemos um total de 273 artigos. Destes, excluímos 59 documentos que não estavam disponíveis em inglês ou que não permitiam acesso integral ao texto. Adicionalmente, removemos 2 documentos duplicados, resultando em um conjunto final de 212 artigos. A análise do Gráfico 1 revela um crescimento significativo na produção científica em ética digital, com o número de publicações mais que dobrando em 2023, em comparação ao ano anterior.

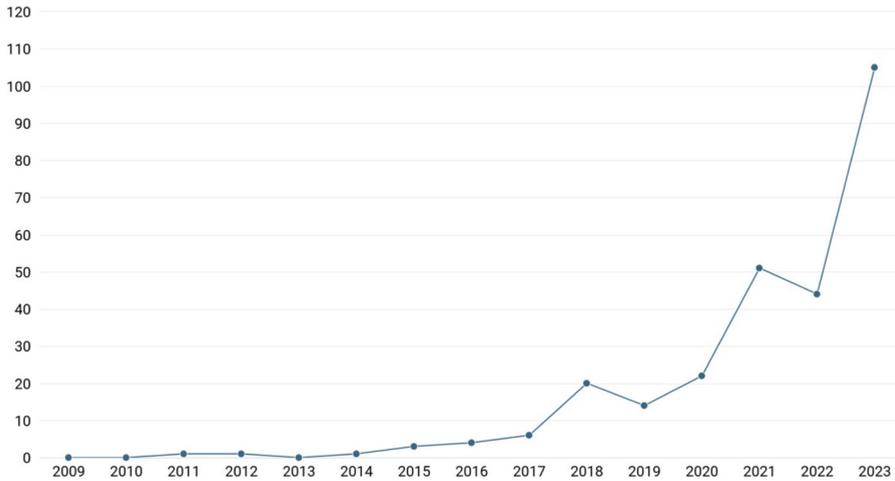


Gráfico 1 – Produção relacionada a ética digital na *Dimensions*. Fonte: elaborado pelos autores.

Pode-se observar que até 2013 a produção de publicações com a utilização do termo “digital ethics” no título ou resumo é praticamente nula, e que depois inicia-se um crescimento exponencial do uso do termo. De 2009 a 2013, temos somente dois artigos que utilizam o termo “digital ethics” no seu título ou no resumo. Encontramos uma publicação de 2011, que aborda a relação da ética digital com a literacia midiática e literacia informacional, citando um termo novo para a época, a “cidadania digital” (Gallagher & Stewart, 2011) e outra publicação de 2012, sobre o uso de *smartphones* no contexto chinês (Lind, Anyansi-Archibong & Akan, 2012).

As principais categorias enquanto campos de investigação são Filosofia e Estudos Religiosos (74 artigos), Ética Aplicada (56 artigos), Ciências da Informação e Computação (53 artigos), Educação (49 artigos) e Linguagem, Comunicação e Cultura (42 artigos), sendo que um artigo pode se encontrar em mais de um campo de investigação ao mesmo tempo. O campo específico de Biblioteconomia e Estudos de Informação aparece em 12º lugar, com 20 artigos no período. Isso não implica que artigos relacionados aos estudos informacionais estejam restritos exclusivamente a essa categoria. Dado o caráter multidisciplinar e interdisciplinar do campo, aspetos como a ética digital e a Ciência da Informação estão presentes em uma ampla gama de áreas do conhecimento.

Os artigos analisados em nosso estudo foram extraídos de uma variedade de periódicos acadêmicos, sendo que os cinco periódicos que registraram o maior número de publicações foram *Philosophy & Technology* (e-ISSN

2210-5441), AI & Society (e-ISSN 1435-5655), Ethics and Information Technology (e-ISSN 1572-8439), AI and Ethics (e-ISSN 2730-5961) e Minds and Machines (e-ISSN 1572-8641).

Cinco artigos no campo da ética digital possuem mais de 200 citações, sendo todos publicados a partir de 2018: *AI4People—An Ethical Framework for a Good AI Society: Opportunities, Risks, Principles, and Recommendations* (1023), *From What to How: An Initial Review of Publicly Available AI Ethics Tools, Methods and Research to Translate Principles into Practices* (359), *The Chinese approach to artificial intelligence: an analysis of policy, ethics, and regulation* (241), *Recommender systems and their ethical challenges* (222), *Translating Principles into Practices of Digital Ethics: Five Risks of Being Unethical* (219). Todos os artigos mais citados incluem Luciano Floridi como autor principal ou coautor, tornando-o o investigador mais influente no campo da ética digital (Floridi, Cows, Beltrametti, Chatila, Chazerand, Dignum, Luetge, Madelin, Pagallo, Rossi & Schafer, 2018; Morley, Floridi, Kinsey & Elhalal, 2020; Roberts, Cows, Morley, Taddeo, Wang & Floridi, 2021; Milano, Taddeo & Floridi, 2020; Floridi, 2021). A partir dos termos mais frequentes nos títulos das publicações sobre ética digital, foi possível produzir uma nuvem de palavras na qual podemos observar os temas mais discutidos.

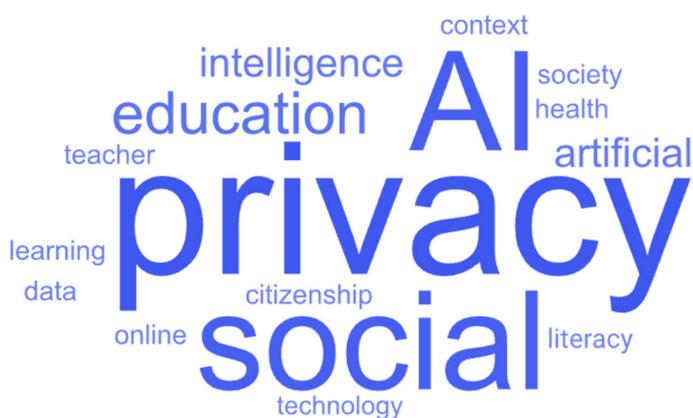


Figura 1 – Nuvem de palavras com os termos mais frequentes em artigos sobre ética digital.  
Fonte: elaborada pelos autores.

O trabalho anterior de Mahieu, Van Eck, Van Putten e van Den Hoven (2018) apresentou, a partir de uma análise cienciométrica baseada na base de dados Web of Science (WoS), alguns resultados relacionados à ética digital na

literatura, abrangendo publicações entre 2000 e 2016. Duas questões que apontamos na observação das publicações desse período são o caráter multidisciplinar da ética digital e o enfoque cada vez maior em questões técnicas.

A análise dos 212 artigos selecionados revela a existência de *clusters* temáticos que apontam para interesses de investigação que refletem os dilemas éticos e interesses do público em geral, bem como as discussões políticas em torno do tema da ética digital. Até o ano de 2018, as publicações enfatizavam principalmente a privacidade dos dados pessoais, seguindo a tendência regulatória do Regulamento Geral de Proteção de Dados, mas observa-se uma mudança de interesse em direção aos desafios e questões éticas relacionados à inteligência artificial. Diversas publicações cruzam mais de um tópico, relacionando a ética digital e questões tecnológicas. Entretanto, da totalidade das publicações, 12 adotam claramente um enfoque mais específico sobre a privacidade e proteção de dados, enquanto que 19 escolheram focar nas questões da ética digital e inteligência artificial. Uma questão atemporal parece ser a relação da educação e literacia digital com a ética digital, pois cobre todo o período de publicações, além de ter a maior quantidade de artigos com este enfoque específico, com 22 publicações.

Desta forma, analisamos as discussões da ética digital em torno da privacidade e proteção de dados, a inteligência artificial e a literacia digital na relação com a ética digital, destacando algumas das principais contribuições das publicações. Ainda trazemos considerações do papel do eticista digital neste processo.

## **Dilemas da ética digital**

Segundo Maggiolini (2014), a ética, em todas as suas formas, parte da premissa de que se trata da característica fundamental que distingue os humanos dos não humanos. É amplamente aceito que a liberdade, que se baseia em sua dimensão ética intrínseca e não na racionalidade, é restringida de várias maneiras, mas sempre existe e pode ser exercida. Sem liberdade, não podemos falar de ética, mas sim de determinismo e, portanto, não podemos falar de responsabilidade ou ética. Para investigar e adotar uma Ética Digital, é necessário propor um fundamento para ela. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) desempenham um papel vital e crescente na “civilização tecnológica” em que vivemos e exigem uma nova ética centrada no princípio da responsabilidade. No passado, era mais fácil ser ética e socialmente responsável porque as pessoas testemunhavam diretamente as

consequências de suas ações. Com a crescente complexidade dos fenômenos económicos e sociais e a emergência das TICs, surgem novos desafios e problemas ético-sociais de difícil resolução.

Um aspecto importante da ética digital que precisa ser examinado é a relação entre os esforços atuais na proteção de dados e outras questões éticas, como por exemplo a forma como são tratados dados coletados da web (Rockembach & Silva, 2021). É necessário trazer os princípios da ética digital para projetos práticos e incorporar aspectos de leis e regulamentos no dia a dia de governos e empresas. Mahieu et al. (2018) apresentam informações valiosas sobre o número de publicações sobre ética digital, os valores discutidos e os que não são discutidos. Muitos termos estão associados à ética digital, com exemplos incluindo ética informática, proteção de dados, ética digital, ética da informação, dados pessoais e privacidade. Outros termos que também são proeminentes incluem responsabilidade, autonomia, *big data*, integridade contextual, dignidade, gerenciamento de identidade, consentimento informado, especificação de propósito, segurança, vigilância digital, confiança e limitação de uso.

É evidente que a ética digital vai além da simples proteção de dados e privacidade, e que vários dilemas, seja no setor público ou privado, em órgãos governamentais ou empresas, exigem o desenvolvimento de um campo no qual os eticistas digitais possam desempenhar um papel significativo. A criação de diretrizes éticas pode auxiliar as organizações a atuarem de forma ética perante a sociedade e no desenvolvimento e entrega de produtos e serviços, bem como em suas interações com os cidadãos. Whiting e Katrina (2017) identificam quatro debates centrais que surgem nas discussões sobre ética digital: participação humana, abordagem de dilemas públicos e privados, obtenção de consentimento informado e determinação de níveis apropriados de anonimato. Esses autores veem a aplicação da ética como um processo.

A questão da transparência tem sido uma preocupação de longa data no campo da ética digital. O advento da internet na década de 1990 marcou o início das discussões éticas em torno de seu uso e desenvolvimento. À medida que novas tecnologias, como a coleta e armazenamento de grandes conjuntos de dados ou *big data* (Rockembach & Silva, 2018), o uso de *wearables* e inteligência artificial começam a surgir e evoluir, e o reconhecimento biométrico se torna mais prevalente, os desafios éticos que enfrentamos tornam-se cada vez mais complexos.

Algumas questões de ética digital mencionadas por Maggiolini (2014) são privacidade, propriedade intelectual, e-democracia e deslocalização, bem como governança da internet, guerra cibernética, ciberterrorismo e crimes

digitais. Além disso, Maggiolini cita outras questões éticas digitais menos discutidas, como a ética dos mecanismos de busca, o gerenciamento de transações financeiras de alta frequência (*High Frequency Trading-HFT*) e o problema da e-reputação.

O movimento de dados abertos e a ciência aberta também levam à reflexão sobre quais dados podem ser disponibilizados publicamente. Outra consideração importante é o desequilíbrio de poder entre quem detém os dados e quem usa as plataformas digitais. Questões relacionadas à plataformação (Van Dijck, Poell & De Waal, 2018) e ao desenvolvimento de produtos e serviços que levem em conta os princípios éticos devem ser abordadas com uma perspectiva interdisciplinar e devem incluir a diversidade entre os membros da equipe para garantir que as necessidades e perspectivas de diferentes grupos e minorias sejam consideradas.

Alguns fenômenos sociopolíticos influenciam os países europeus e outros países que se relacionam com a União Europeia (UE). O chamado *Efeito Bruxelas* é a capacidade da UE de regular o mercado global por meio da transmissão não intencional de regulamentos por meio das forças de mercado e do interesse próprio das corporações multinacionais. O *Efeito Bruxelas* pode assumir duas formas: *de facto* e *de jure*. *De facto* significa que as corporações multinacionais ajustam suas práticas globais para atender aos padrões regulatórios da UE, enquanto *de jure* significa que governos estrangeiros adotam regulamentações no estilo da UE. *De jure* se baseia em *de facto*, à medida que as multinacionais pressionam por regulamentações no estilo da UE em seus países de origem para nivelar o campo de jogo (Bradford, 2020).

Apesar de várias discussões sobre diretrizes e regulamentações éticas, podemos considerar como principais marcos o amplamente conhecido Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e as discussões sobre o *AI act* na União Europeia. O *AI Act* aborda os riscos tecnológicos, nomeadamente os relacionados a segurança nacional, ao impacto no mercado de trabalho e à disseminação de desinformação online. As críticas à disseminação de desinformação e discurso de ódio online culminaram na criação do movimento *Sleeping Giants*, que visa a desmonetização de sites e plataformas produtoras desses conteúdos nocivos (Bezerra & Borges, 2021). Outras discussões recentes reforçam os riscos no desenvolvimento da inteligência artificial sem uma devida regulamentação, como o "Pause Giant AI Experiments: An Open Letter" (Bengio et al., 2023) e a promoção de campanhas de conscientização pública abordando os riscos da IA a partir de uma abordagem multidisciplinar.

Ainda é possível observar que diversos trabalhos abordam a questão ética a partir da privacidade relacionada a área da saúde. Venegas, Brooks,

Myers, Storm e Fortuna (2022) mencionam que a baixa literacia em tecnologia, compreensão limitada da privacidade e falta de compreensão da ética da saúde mental digital são barreiras ao envolvimento do paciente nas questões envolvendo a ética digital. Jacquemard, Doherty e Fitzsimons (2020) constataram que as preocupações éticas relacionadas ao prontuário eletrónico podem ter implicações positivas e negativas, e que uma ampla variedade de atores com direitos e/ou responsabilidades em relação à adoção segura e ética da tecnologia está envolvida.

Já Pisoni e Taddeo (2022) focam nos desafios éticos do compartilhamento de dados e seu potencial no apoio à investigação biomédica, enfatizando a necessidade de equilibrar a proteção da privacidade dos titulares de dados e a segurança dos dados com o progresso científico e a necessidade de promover a saúde pública, usando a governança europeia para compartilhar dados genómicos como um estudo de caso. Krutzinna, Taddeo e Floridi (2019) defendem a necessidade de fomentar a doação póstuma de dados médicos para investigações científicas, apresentando dez argumentos para sustentar essa afirmação e identificando dois grandes riscos da doação de dados não regulamentada: danos a terceiros e falta de controle sobre o uso dos dados. O artigo rejeita o argumento de que a investigação médica baseada em registros deve prosseguir sem a necessidade de garantir o consentimento informado e, em vez disso, propõe uma abordagem voluntária e participativa para o uso de dados médicos pessoais.

Conceitos e diretrizes éticas não resistem sem uma crítica de sua aplicabilidade. Em um artigo provocativo, Munn (2022) defende a inutilidade da ética da IA, discutindo o fracasso dos princípios éticos da IA para mitigar os impactos negativos das tecnologias de IA e sugere abordagens como justiça da IA e, mais especificamente, questões que envolvem precisão, auditoria e governança.

Recentemente, o debate em torno da ética digital, tecnologia e comunicação, especialmente no que tange a crianças e jovens, tem ganhado destaque, refletindo preocupações sobre questões éticas, alfabetização digital e aspetos sociais. Esse foco em ética digital não apenas abrange a importância da inteligência digital, mas também toca em temas como problemas comunitários, desenvolvimento de currículo, preocupações com dados e aprendizagem (Zvereva, 2023; Shehata et al., 2023; Setiadi et al., 2023). O interesse crescente em alfabetização digital, uso ético da inteligência artificial, engajamento estudantil e investigação académica sobre o tema sublinha a necessidade de abordagens educacionais que integrem esses conceitos, visando preparar melhor os jovens para se adaptar no cenário digital complexo e em constante evolução.

## O papel do eticista digital nas organizações

Conforme indicado por um relatório do *Gartner Group* (Heizenberg, Judah & Duncan, 2022), dados e análises desempenham um papel central nas organizações modernas. Além das funções tradicionais, como cientistas de dados e analistas de negócios, o relatório identificou várias novas funções que estão surgindo em resposta à crescente importância da tomada de decisões baseada em dados. Uma dessas funções é o eticista digital, responsável por considerar as implicações éticas do uso de dados e garantir que os valores da organização sejam refletidos em suas atividades relacionadas a dados.

Um eticista digital é responsável por guiar uma organização na criação e implementação de tecnologias socialmente responsáveis. Este profissional garante que as leis nacionais e internacionais sobre tecnologia digital e inteligência artificial estejam em conformidade (Belle & Duysburgh, 2022). O eticista digital cria, implementa e traduz os padrões éticos e valores da empresa para o ambiente de trabalho com o objetivo de criar tecnologias que tenham um impacto positivo nas pessoas, na sociedade e no mundo. Este papel é essencial para colocar responsabilidade corporativa no centro das práticas organizacionais, mantendo um equilíbrio entre integridade ética e inovação tecnológica.

Ao refletir sobre a ética digital e os desafios informacionais, observamos uma convergência entre profissionais da informação e eticistas digitais. Nesse contexto, o conhecimento em gestão da informação e sistemas de informação assume um papel fundamental. A função do eticista digital é considerar as possíveis consequências, tanto positivas quanto negativas, do uso de dados e sistemas, além de avaliar se os benefícios se alinham com os valores da organização. Eles também precisam estar cientes de quaisquer consequências imprevistas que possam dar origem a percepções desequilibradas na vida dos indivíduos. Além disso, é responsabilidade do especialista em ética de dados educar todas as partes relevantes sobre questões éticas. Quando a inteligência artificial está envolvida, o papel do especialista em ética de dados torna-se mais técnico, particularmente no que diz respeito à IA explicável e à detecção de vies.

Da mesma forma que um *Data Protection Officer* (DPO) é o profissional responsável pela proteção de dados em uma organização, um eticista digital também pode auxiliar em todos os aspectos que possam envolver questões éticas que não estejam contempladas no Regulamento Geral de Proteção de Dados. O conhecimento de um eticista digital envolve uma variedade de campos de estudos, de forma interdisciplinar, encontrando um núcleo comum

na convergência entre tecnologia, filosofia e direito. Essa tríade, aliada a Ciência da Informação, portanto, com um entendimento dos fenômenos informacionais contemporâneos, é fundamental para a aplicação efetiva de teorias éticas no ambiente digital. E a medida que a Ciência da Informação se aproxima dos aspectos teórico-práticos das aplicações em Inteligência Artificial (Rockembach, 2021), torna-se igualmente essencial uma convergência entre a Ciência da Informação e a abordagem do eticista digital.

Segundo Belle e Duysburgh (2022), o eticista digital deve ter uma variedade de habilidades, incluindo:

- Conhecimento profundo da tecnologia que sua empresa usa, incluindo a compreensão das questões éticas que a envolvem
- Familiaridade com várias teorias e práticas éticas, incluindo ética de engenharia, ética na investigação, ética empresarial e ética profissional
- Capacidade de usar códigos éticos e ferramentas no processo de desenvolvimento
- Compreensão do processo de desenvolvimento de tecnologia
- Familiaridade com regulamentos, como o RGPD (e mais recentemente o *AI Act*)

Além dessas habilidades técnicas, um eticista digital também deve possuir habilidades gerais, como a capacidade de ser crítico e reflexivo, pensar globalmente e gerenciar projetos e pessoas. Eles devem ser comunicadores eficazes e capazes de levar as partes interessadas a um consenso. O uso de técnicas de avaliação de impacto e técnicas de investigação participativa também podem ser consideradas úteis, bem como a habilidade em organizar e facilitar treinamentos, workshops e outros eventos.

Metcalf, Moss e Boyd (2019) afirmam que muitas das abordagens organizacionais que tratam de preocupações éticas são projetadas para se adequar à lógica do sucesso de mercado e da meritocracia, o que pode levar à falta de reflexão sobre danos sociais e à cópia acrítica de soluções éticas em outras áreas. É importante que a ética digital seja vista nas práticas diárias das organizações e que a consciência ética seja incorporada ao trabalho para evitar essas armadilhas éticas.

Uma reflexão relevante que podemos fazer é sobre uma das principais questões éticas relacionadas à transformação digital, que é a coleta e o uso de dados pessoais. À medida que os cidadãos interagem com os serviços do governo local *online*, eles podem ser solicitados a fornecer informações confidenciais, como nome, endereço e número da segurança social. É essencial

que essas informações sejam tratadas com responsabilidade e segurança, para proteger os cidadãos contra roubo de identidade e outras formas de fraude *online*.

Outro ponto de reflexão diz respeito à acessibilidade dos serviços online. À medida que os países disponibilizam mais serviços *online*, é importante garantir que esses serviços sejam acessíveis a todos os membros da comunidade, independentemente de idade, habilidade ou nível de conhecimento tecnológico.

É possível identificar como uma das lacunas a falta de padronização e uniformidade nas ferramentas e estruturas de ética da IA em organizações, países e culturas. Estudos sobre ética intercultural podem propor diálogos interessantes entre diferentes realidades. Embora haja um número crescente de princípios e recomendações de ética da IA, eles geralmente são gerais e vagos, dificultando que as organizações os traduzam em diretrizes e práticas que se alinhem com seus contextos e valores específicos. Uma abordagem mais padronizada para as ferramentas e estruturas de ética da IA ajudaria a garantir que a IA seja desenvolvida e usada de maneira ética e responsável em diferentes ambientes.

A atenção insuficiente ao papel da alfabetização digital e da educação na promoção do comportamento digital ético é outra lacuna identificada nas publicações da área. Embora muitos estudos tenham se concentrado na identificação de desafios éticos e riscos associados às tecnologias digitais, menos atenção tem sido dada à compreensão de como os indivíduos podem desenvolver o conhecimento, as habilidades e os valores necessários para se envolver com as tecnologias digitais de maneira ética e responsável. É necessário promover ainda mais a alfabetização digital para aumentar a capacidade dos indivíduos de entender e agir sobre os complexos desafios éticos relacionados às tecnologias digitais.

## Conclusões

Abordamos os principais desafios éticos da era digital, destacando a importância dos eticistas digitais em identificar preocupações éticas, como privacidade de dados e vieses algorítmicos, orientar sobre regulamentos éticos e desempenhar um papel crucial no desenvolvimento de práticas éticas para superar esses desafios.

Nas conclusões do estudo, enfatizamos como os resultados alcançados estão diretamente alinhados com os objetivos específicos inicialmente pro-

postos. O primeiro objetivo foi identificar as preocupações éticas mais prementes na era digital, o que foi alcançado através da análise das discussões sobre privacidade de dados e vieses algorítmicos encontradas nos artigos revisados. O segundo objetivo, examinar as regulamentações e diretrizes éticas atuais, foi cumprido ao destacarmos questões de normas como o GDPR e debates sobre o *AI Act*. Por fim, o papel dos eticistas digitais, nosso terceiro objetivo, foi explorado, ilustrando sua importância crescente nas organizações para garantir a implementação de práticas éticas eficazes.

Para compreender completamente os desafios éticos que surgem na era da informação, foi essencial explicar e descrever os dilemas mencionados. Por exemplo, a privacidade de dados diz respeito à capacidade de controlar a exposição de informações pessoais. Esse direito fundamental está sendo ameaçado devido a coleta massiva de dados por organizações governamentais e empresariais. Outro significativo problema ético são os vieses algorítmicos, que dizem respeito às distorções sistemáticas presentes nos sistemas digitais, particularmente na inteligência artificial nos dias atuais. Esses vieses têm o potencial de perpetuar e agravar desigualdades sociais. Como pode ser observado, tais questões são discutidas na literatura que discute a importância de princípios morais sólidos para governar tecnologias emergentes e proteger as pessoas de transgressões sociais e morais.

Dilemas éticos digitais resultam da interação humana e da interação entre humanos e máquinas, nomeadamente no contexto das redes sociais e da crescente utilização da inteligência artificial, mas também no contexto da digitalização de processos, como na gestão pública ou na vigilância digital, seja por softwares, câmaras inteligentes e reconhecimento biométrico. A proliferação dessas tecnologias trouxe considerações éticas, incluindo o papel dos dados como base para o desenvolvimento de plataformas, aplicativos e sistemas inteligentes. É imperativo que o funcionamento destes processos seja pautado por princípios éticos de forma a mitigar potenciais impactos negativos na percepção dos utilizadores e cidadãos face às ferramentas e organizações responsáveis pela sua criação.

A ética digital é um campo em rápido crescimento que examina as implicações éticas do uso de tecnologias digitais. À medida que mais e mais aspectos de nossas vidas se entrelaçam com o mundo digital, é cada vez mais importante considerar as implicações éticas do uso dessas tecnologias. É crucial que consideremos as implicações éticas de nossa confiança nas tecnologias digitais e tomemos medidas para garantir seu uso responsável e justo.

De acordo com as conclusões da nossa investigação, existem algumas práticas relacionadas com a ética digital que se têm vindo a consolidar, nomea-

damente no domínio da proteção de dados pessoais. No entanto, um exame mais aprofundado é necessário para abordar completamente as várias questões em aberto em torno da ética digital, a natureza rápida da evolução tecnológica e dos debates éticos associados significa que alguns dos mais recentes desenvolvimentos podem não estar completamente refletidos nos artigos estudados.

O eticista digital desempenha um papel fundamental que vai além das obrigações de proteção de dados. Com um conhecimento profundo das tecnologias utilizadas pelas empresas e das questões éticas relacionadas, familiaridade com diversas teorias e práticas éticas, capacidade de utilizar códigos éticos e ferramentas durante o processo de desenvolvimento, o eticista digital promove uma abordagem ética abrangente, garantindo a integração de considerações éticas desde o início do desenvolvimento e lidando com questões complexas que podem não ser abordadas pelos regulamentos existentes.

Em termos regulatórios, o chamado “Brussels effect” não pode ser ignorado e pode produzir diversos impactos, como em relação à privacidade. As abordagens dos estados membros da UE à privacidade são amplamente afetadas pelo sistema regulatório usado pela União Europeia, o mesmo pode acontecer com a Inteligência Artificial e o *AI Act* da UE.

As conclusões deste estudo abriram caminho para várias questões de investigação futura, destacando-se uma investigação sobre o papel dos eticistas digitais em setores mais regulados, como as instituições governamentais, e menos regulamentados, como as *startups* de tecnologia, para entender como princípios éticos são aplicados em ambientes inovadores e ágeis.

Além disso, a atuação do eticista digital e a ética digital em todas as suas facetas apresenta oportunidades e desafios. Ao adotar novas tecnologias e colocar mais serviços online, os governos locais podem melhorar a eficiência e eficácia de seus serviços e atender melhor às necessidades de seus cidadãos. Ao mesmo tempo, devem estar atentos às implicações éticas e legais dessas mudanças e tomar medidas para garantir que os direitos e a privacidade dos cidadãos sejam protegidos. O potencial disruptivo da tecnologia precisa andar junto com formas éticas e sustentáveis perante a sociedade.

## Referências

- Araújo, C. A. Á. (2021). Pós-verdade: novo objeto de estudo para a Ciência da Informação. *Informação & Informação*, 26(1), 94–111.
- Belle, J. V., & Duysburgh, P. (2022). What does a Digital Ethicist do? [White paper]. <https://data-en-maatschappij.ai/en/publications/what-is-a-digital-ethicist>

- Bengio, Y., Russell, S., Musk, E., & Wozniak, S. (2023). *Pause Giant AI Experiments: An Open Letter*. Future of Life Institute; <https://futureoflife.org/open-letter/pause-giant-ai-experiments/>
- Bezerra, A. C., & Borges, J. (2021). Sleeping Giants: a ofensiva moral dos gigantes adormecidos contra o novo regime de desinformação: pt. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura-Eptic*, 23(1), 178–195.
- Bradford, A. (2020). *The Brussels effect: How the European Union rules the world*. Oxford University Press, USA.
- Capurro, R. (2009). Digital ethics. In *Global Forum on Civilization and Peace* (Vol. 1, pp. 207–216).
- Casilli, A., & Posada, J. (2019) *The platformization of labor and society. Society and the internet: How networks of information and communication are changing our lives*, 293–306.
- Comissão Europeia (2021). Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras harmonizadas sobre a inteligência artificial (Ato de Inteligência Artificial) e altera determinados atos legislativos da União (COM(2021) 206 final). *EUR-Lex*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex:52021PC0206>
- Eloundou, T., Manning, S., Mishkin, P., & Rock, D. (2023). GPTs are GPTs: An Early Look at the Labor Market Impact Potential of Large Language Models. *arXiv preprint arXiv:2303.10130*.
- Floridi, L., Cowls, J., Beltrametti, M., Chatila, R., Chazerand, P., Dignum, V., Luetge, C., Madelin, R., Pagallo, U., Rossi, F., & Schafer, B. (2018). AI4People - an ethical framework for a good AI society: opportunities, risks, principles, and recommendations. *Minds and Machines*, 28, 689–707.
- Floridi, L. (2021). Translating principles into practices of digital ethics: Five risks of being unethical. In: Floridi, L. (eds) *Ethics, Governance, and Policies in Artificial Intelligence. Philosophical Studies Series*, vol 144. Springer, Cham. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-81907-1\\_6](https://doi.org/10.1007/978-3-030-81907-1_6)
- Gallagher, F., & Stewart, K. (2011). Cable in the Classroom. *College & Undergraduate Libraries*, 18(1), 111–118.
- Heizenberg, J., Judah, S., & Duncan, A. D. (2022). *What are the essential roles for data and analytics?* Gartner. <https://www.gartner.com/en/doc/what-are-the-essential-roles-for-data-and-analytics>
- Jacquemard, T., Doherty, C. P., & Fitzsimons, M. B. (2020). Examination and diagnosis of electronic patient records and their associated ethics: a scoping literature review. *BMC Medical Ethics*, 21(1), 1–13.
- Krutzinna, J., Taddeo, M., & Floridi, L. (2019). Enabling posthumous medical data donation: an appeal for the ethical utilisation of personal health data. *Science and Engineering Ethics*, 25(5), 1357–1387.
- Lee, N. T., Resnick, P., & Barton, G. (2019). *Algorithmic bias detection and mitigation: Best practices and policies to reduce consumer harms*. Brookings Institute: Washington, DC, USA, 2.
- Lind, M., Anyansi-Archibong, C., & Akan, O. H. (2012). Perceptions of Productivity and Digital Ethics in Smartphone Use in a Chinese Context. *International Journal of Cyber Ethics in Education (IJCEE)*, 2(2), 34–43.

- Maggiolini, P. (2014). A deep study on the concept of digital ethics. *Revista de Administração de Empresas*, 54, 585-591
- Mahieu, R., van Eck, N. J., van Putten, D., & van Den Hoven, J. (2018). From dignity to security protocols: a scientometric analysis of digital ethics. *Ethics and Information Technology*, 20, 175–187.
- Mathiesen, K. (2019). Fake news and the limits of freedom of speech. In: *Media ethics, free speech, and the requirements of democracy* (pp. 161-179). Routledge publisher.
- Melo, J. F., Rockembach, M., & Silva, A. M. da. (2023). Ciência da Informação e privacy by design: aspectos éticos e possibilidades de pesquisa. *Logeion: Filosofia da Informação*. Vol. 9, n. 2 (mar./ago. 2023), pp. 124–143. <https://doi.org/10.21728/logeion.2023v9n2.p124-143>
- Metcalfe, J., Moss, E., & Boyd, D. (2019). Owning ethics: Corporate logics, silicon valley, and the institutionalization of ethics. *Social Research: An International Quarterly*, 86(2), 449–476.
- Milano, S., Taddeo, M., & Floridi, L. (2020). Recommender systems and their ethical challenges. *AI & Society*, 35, 957–967.
- Morley, J., Floridi, L., Kinsey, L., & Elhalal, A. (2020). From what to how: an initial review of publicly available AI ethics tools, methods and research to translate principles into practices. *Science and Engineering Ethics*, 26(4), 2141–2168.
- Munn, L. (2022). The uselessness of AI ethics. *AI and Ethics*, 1–9.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin UK.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2016). Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). *Jornal Oficial da União Europeia*, L 119, 1-88.
- Pisoni, G. B., & Taddeo, M. (2022). Apropos Data Sharing: Abandon the Distrust and Embrace the Opportunity. *DNA and Cell Biology*, 41(1), 11–15.
- Roberts, H., Cows, J., Morley, J., Taddeo, M., Wang, V., & Floridi, L. (2021). The Chinese approach to artificial intelligence: an analysis of policy, ethics, and regulation. *AI & Soc* 36, 59–77 (2021). <https://doi.org/10.1007/s00146-020-00992-2>
- Rockembach, M., & Silva, A. M. da. (2018). Epistemology and Ethics of big data. In *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age* (pp. 812–819). Ergon-Verlag.
- Rockembach, M., & Silva, A. M. da. (2021). Web Data and the Relationship Between the General Data Protection Regulation in Europe and Brazil. In *Handbook of Research on Digital Transformation and Challenges to Data Security and Privacy* (pp. 222–233). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-4201-9.ch013>
- Rockembach, M. (2021). Ciência da informação e inteligência artificial: um caminho para arquivos e bibliotecas inteligentes. In C. G. da Silva, J. Revez & L. Corujo (Eds.) *Congresso ISKO Espanha-Portugal (5.: 2021: Lisboa): Organização do conhecimento no horizonte 2030: desenvolvimento sustentável e saúde. Atas. [recurso eletrônico]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2021.*
- Selinger, E., & Leong, B. (2021). The ethics of facial recognition technology. In Carissa Véliz (ed.), *Oxford Handbook of Digital Ethics* (pp. 590-610), Oxford Handbooks, <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198857815.013.32>

- Setiadi, D., Nurhayati, S., Ansori, A., Zubaidi, M., & Amir, R. (2023). Youth's digital literacy in the context of community empowerment in an emerging society 5.0. *Society*, 11(1), 1–12.
- Sharon, T. (2021). Blind-sided by privacy? Digital contact tracing, the Apple/Google API and big tech's newfound role as a global health policy makers. *Ethics and Information Technology*, 23(Suppl 1), 45–57.
- Shehata, A., Khalaf, M. A., Al-Hijji, K., & Osman, N. E. (2023). Digital Ethics in Education: An Examination of Omani Information Studies Students' Ethical Competencies during E-Learning. *Journal of Education and E-Learning Research*, 10(3), 595–604.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. John Wiley & Sons.
- Van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.
- Venegas, M. D., Brooks, J. M., Myers, A. L., Storm, M., & Fortuna, K. L. (2022). Peer support specialists and service users' perspectives on privacy, confidentiality, and security of digital mental health. *IEEE Pervasive Computing*, 21(2), 41–50
- Webb, M. (2019). *The impact of artificial intelligence on the labor market*. SSRN. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3482150>
- Whiting, R., & Pritchard, K. (2017) Digital ethics. In: Cunliffe, A. and Cassell, C. and Grandy, G. (Eds.), *SAGE Handbook of Qualitative Business and Management Research Methods*. London, UK: Sage. ISBN 9781473926622.
- Zuiderveen Borgesius, F., Trilling, D., Möller, J., Bodó, B., De Vreese, C. H., & Helberger, N. (2016). Should we worry about filter bubbles?. Internet Policy Review. *Journal on Internet Regulation*, 5(1), 1-16
- Zvereva, E. (2023). Digital ethics in higher education: Modernizing moral values for effective communication in cyberspace. *Online Journal of Communication and Media Technologies*, 13(2), e202319.



# O arquivo do Pontifício e Real Colégio de São Pedro (1545-1834)

## The archive of the Pontifical and Royal College of St. Peter (1545-1834)

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA

Técnica Superior Aposentada de Arquivo

Arquivo da Universidade de Coimbra

[amaria.bandeira@uc.uc.pt](mailto:amaria.bandeira@uc.uc.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2883-8994>

Artigo entregue em: 29 de setembro de 2023

Artigo aprovado em: 21 de fevereiro de 2024

### RESUMO

O presente trabalho dá a conhecer a descrição arquivística do acervo documental do Pontifício e Real Colégio de São Pedro. Esta instituição que foi integrada na Universidade de Coimbra, a partir de 1572, passando a estar instalada junto dos Paços Reais, depois de sediada, desde a sua fundação, em 1545, na Rua da Sofia, deixou marcas em quem a frequentou e também na própria Universidade, onde vieram a lecionar alguns dos seus colegiais e outros foram seus Reitores. Que relações se estabeleceram com a Universidade, sabendo-se que o seu Reitor fazia visitas regulares ao Colégio? Quem eram os colegiais, porcionistas e familiares que o frequentaram? E que igrejas pertenceram ao seu padroado? Ao fazer o tratamento arquivístico do seu cartório, foram identificadas tipologias documentais que encerram informações diversas e vastas, as quais permitem responder a todas estas questões e a muitas outras, sobre

a vida interna do Colégio, sua forma de administração e património que possuía, até que foi extinto em 1834.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Universidade; Pontifício e Real Colégio de São Pedro; Colégio Universitário; Arquivística; instrumentos de descrição.

#### **ABSTRACT**

This paper provides an archival description of the documentary collection of the Pontifical and Royal College of St. Peter, institution that exists since 1545 and was integrated into the University of Coimbra in 1572. Those who attended it where students at the University where some of them became teachers and others became its Rectors. What relations were established with the University, given that its Rector made regular visits to the College? Who were the collegians, the *porcionistas* (those who payed a portion to live in the College) and family members who attended it? The archival treatment of the College's documents revealed diverse and vast information, about his internal life, its history and form of administration until the College was abolished in 1834.

**KEYWORDS:** University History; Pontifical and Royal College of St. Peter; University College; Archivist, instruments of description.

*"[...] S. Mag.<sup>de</sup> me fez esta mercê; assim pella grandeza della, como por esta nomeação ser sua inteiramente [...] sem duvida que tem VMs grande parte nella por eu ter sido filho desse Collegio e trazer as insignias delle de que sempre me honrei muito, e em todo o tempo reconhecerei a minha obrigação quando se offeressa occasião de poder servir ao Collegio [...]"*

(Lisboa, 24.10.1721)

Carta de Francisco Carneiro de Figueiroa dirigida ao Colégio, por ocasião da sua eleição para Reitor da Universidade.<sup>1</sup>

## **Apresentação**

O acervo documental do Colégio universitário que se divulga, com este trabalho, já há muito que é conhecido, tendo sido utilizado em trabalhos aca-

---

<sup>1</sup> Um excerto desta carta já foi dado a conhecer por Bandeira e Ramos (2003, p. 151). Inserida em cx. 12, n.º 286 (cota AUC – IV-1.ºE-7-3-98).

démicos ou biográficos, sobre as personalidades que o frequentaram<sup>2</sup>. Era um dos mais ilustres colégios de Coimbra, rivalizando com o Real Colégio de São Paulo, quer quanto à elite académica que o frequentava, quer quanto às influências que movia, entre o professorado da Universidade. Tão próximos estavam os seus edifícios que, ainda hoje, a pequena *Rua Entre Colégios*, ao marcar a toponímia na Alta de Coimbra e no coração da Universidade, atesta essa proximidade dos seus edifícios. Lembremos que, ainda hoje, também a Ala de São Pedro é um dos espaços mais emblemáticos do edifício que acomoda a Reitoria da Universidade, sendo, originalmente, a ala principal do Colégio.

Ao compulsar os documentos, produzidos no contexto da administração e vida ativa deste Colégio, sentimos estar a passar-nos por entre as mãos um longo período cronológico de quase trezentos anos e a responsabilidade de revivificar todos aqueles, cujos nomes se inscrevem na história da instituição, desde Sebastião Fernandes, o neveiro que nos meses de estio fornecia ao Colégio a neve, para refrescar bebidas e conservar alimentos, até ao ilustre D. Nuno Álvares Pereira de Melo, porcionista e colegial, que viria a ser Reitor da Universidade e que, mais tarde, em 19.05.1710, foi sagrado Bispo de Lamego, na própria Capela da Universidade.

A relação muito próxima que se manteve entre os seus colegas e a instituição em que viveram e estudaram perpassa nas cartas que endereçaram ao Colégio, anos depois de já lá não viverem. Podemos citar, a título de exemplo, precisamente, o que disse D. Nuno Álvares Pereira de Melo quando, em 22.09.1703, redigiu uma carta endereçada ao Colégio<sup>3</sup>. Entre outras palavras de afeto e particular veneração afirma, ao dar a notícia da sua nomeação para Reitor da Universidade: «*dou conta a V. M. para que conheção os termos a que chegou o efeito da sua boa educação que me deu esse Collegio, a que assistirei com muito boa vontade a tudo o que pertencer a esse Collegio...*». Assim se criavam laços quase filiais e os que haviam pertencido ao Colégio protegê-lo-iam, quando alcançavam lugares cimeiros na administração pública e eclesiástica ou, no caso presente, quando ocupavam o cargo de Reitor da Universidade.

Antes de apresentar a descrição arquivística deste subfundo e séries documentais que o integram, apresenta-se uma breve resenha histórica da Livraria do Colégio, hoje existente na Biblioteca Geral da Universidade de

---

<sup>2</sup> Entre as mais antigas obras que podemos apontar está a de Leal, 1733, mas refiram-se, também, Vasconcelos, 1987 e Oliveira, 1996.

<sup>3</sup> Carta inserida em cx. 12, doc. 302 (cota AUC - IV-1.ºE-7-3-98). Um excerto desta carta já foi dado a conhecer por Bandeira e Ramos (2003, p. 151).

Coimbra (BGUC) pois esta, junto com o acervo documental, que se conserva no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), constitui um património arquivístico e bibliográfico que perdurou e que, por si só, é um exemplo da rara sobrevivência de acervos, quase completos. Ambos permitem conhecer a vida interna da instituição e, no caso da Livraria, os interesses culturais e intelectuais dos colegiais e porcionistas que o frequentaram, espelhados na aquisição dos seus livros e formação do acervo bibliográfico.

## Acerca da Livraria do Colégio: fontes documentais

Destaque particular deve ser dado, ainda que em breve apresentação, à Livraria do Colégio, um caso bem emblemático, pois ela manteve-se de forma quase integral até aos nossos dias, formando um núcleo bibliográfico na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, instalado na Sala de São Pedro, com exceção do núcleo de livro antigo de obras de Direito, que foi integrado na Biblioteca da Faculdade de Direito<sup>4</sup>. Este acervo bibliográfico foi sendo adquirido ao longo dos tempos, como o atesta muita documentação, quer através de doações de espólios, quer em aquisições, das quais ficaram os testemunhos documentais, de recibos de despesa. O acervo bibliográfico foi integrado na BGUC por Decreto de 1901<sup>5</sup>.

Reportemo-nos às palavras Ângela Gama, na apresentação do *Catálogo da Biblioteca do Real Colégio de São Pedro de Coimbra*, quando diz:

“São conhecidos cinco catálogos da biblioteca do Colégio de São Pedro: quatro encontram-se incorporados no fundo de manuscritos da Biblioteca Geral: Ms. 2958-2961 e situam-se entre o fim do século XVIII e começo do século XIX; o quinto catálogo é constituído por verbetes, ordenados por ordem alfabética de autores e obras *anónimas*, feitos pelo amanuense da Biblioteca da Universidade António Mercês no ano de 1917”<sup>6</sup>.

A Biblioteca ou Livraria do Colégio foi sendo formada, desde os primórdios de vida da instituição, com doações e compras que ficaram registadas nas fontes documentais guardadas no cartório.

---

<sup>4</sup> A totalidade de obras existentes, seus autores e a diversidade de áreas de conhecimentos estão bem retratadas no catálogo deste acervo bibliográfico, em Gama, 1977.

<sup>5</sup> V. Gama, 1977, vol. 1, p. VII.

<sup>6</sup> Idem.

Algumas das mais antigas referências sobre aquisição de livros datam de 03.02.1622, com o registo de 100 mil réis que se deram ao livreiro (e impressor) Nicolau Carvalho “*de livros que se lhe compraram*” e outros registos, que totalizam 80 mil réis, por outros livros que lhe compraram (*Livro de despesa do Colégio*, 1619-1628, fls. 58, 58v, 87). Outros livreiros são mencionados no mesmo livro de despesas, como Pedro de Queirós e Pedro de Carvalho.

No séc. XVIII, devem citar-se os pagamentos feitos aos livreiros José Bernardo Girão e Jean-Pierre Aillaud (francês estabelecido em Coimbra) pelo fornecimento da *Encyclopédie methodique*, publicada em Paris, a partir de 1782 e até 1832. Em anos sucessivos, desde 1799 e até 1802, foram feitos pagamentos aos ditos livreiros, sendo o último registo de 24 mil réis, feito pelo Reitor do Colégio (*vide* cx.6 – n.º 50).

Uma menção à aquisição de livrarias particulares, por parte do Colégio, é a que consta na carta ou escritura de composição redigida em 14.09.1635, em Lisboa, assinada pelo doutor Francisco Vaz de Gouveia e o doutor Francisco Cardoso do Amaral, este último como procurador do Colégio de São Pedro (*vide* cx. 12 - n.º 37). Atendendo à dívida que o doutor Duarte Brandão, lente da Faculdade de Cânones, tinha para com o Colégio, proveniente da renda das casas em que habitara, todo o tempo que fora professor na Universidade (i.e. de 1616 a 1624), o Colégio aceitara como pagamento a sua livraria que estava em poder do doutor Marçal Casado Jácome, professor da Faculdade de Leis. Apesar de não ficarmos a conhecer a dimensão desta biblioteca particular e seus títulos, depreende-se que seria de alto valor, para poder pagar a dívida em questão. Existem na BGUC os Ms. 2071 e 2048 que são da autoria de doutor Duarte Brandão e que, certamente, também figuravam na sua livraria. Sendo cristão-novo, viu-se obrigado a fugir de Portugal, para evitar a perseguição da Inquisição, tendo lecionado a última aula, na Faculdade de Cânones, em setembro de 1624.

Uma outra alusão à aquisição de biblioteca particular é feita em 15.09.1635. Trata-se da compra da biblioteca do doutor João Carvalho, tendo sido pagos 1 550 réis, da arrematação dos livros (v. *Livro de despesa* (1635-1644), fl. inum.). No mesmo ano, em 14 de dezembro foram pagos 1 500 réis “*aos livreiros por passarem os livros que se arrematarão ao Collegio*”, depreendendo-se que terá sido um pagamento a livreiros que os analisaram e ordenaram para darem entrada na biblioteca do Colégio (*Idem*, fl. 8).

Outras referências a livrarias particulares podem ser colhidas, por exemplo, no *Livro de despesa ordinária* (1699-1740): 800 mil réis pelo pagamento duma livraria que se comprou em Braga, sem indicação do seu proprietário, em 21.12.1717 (*Idem*, fl. 78).

A menção de aquisição de livros é feita, algumas vezes, pela indicação dos autores, mas deturpando os seus nomes, de que é exemplo a despesa de 5 440 réis, usando a expressão: "*com que se compraraõ huns Nigros, e hum Theophilo Raynaldo para a Livraria do Collegio*" (20.08.1730), sendo esta uma alusão às obras do jurisconsulto italiano Antonio Maria de Nigris e ao teólogo jesuíta Théophile Raynaud<sup>7</sup>.

Quanto ao espaço que ocupava e seu mobiliário, a livraria (ou biblioteca) terá sofrido obras no início do séc. XVII, como o revelam os gastos registados em 1621 (*Livro de despesa do Colégio*, 1619-1628, fls. 55 a 56): "*10 mil reis que se deram ao Reitor Pedro Cabral para os gastos da livraria...*", com mais dois registos deste valor e ainda outros registos que totalizam 16 250 réis, para o Reitor "*correr com as obras da livraria*". Vem a propósito dizer que este Reitor Pedro Cabral é certamente o possuidor dos trinta livros que têm o pertence manuscrito "*P.º Cabral*" ou "*Dtor. P.º Cabral*" referidos no *Catálogo da Biblioteca*, uma vez que são todos do séc. XVI e início do séc. XVII, em datas contemporâneas da vida deste Reitor do Colégio<sup>8</sup>. Podemos confirmar a compra destes livros, de acordo com um recibo de 60 mil réis, datado de Coimbra, 20.06.1622, assinado por Bernardo Correia de Lacerda, irmão de Pedro Cabral, da sua livraria que o Colégio comprou: "*a conta da livraria do D.º Pedro Cabral meu irmão que lhe vendo...*"<sup>9</sup>.

O Colégio obteve, a pedido do seu Reitor, uma Carta de excomunhão, dada por António Albergati, Bispo de Bisceglie e coletor papal em Lisboa, datada de 14.11.1621, para todos os que tirassem algum livro da Livraria: "*posto que seja para as cellas dos suplicantes e com licença do Reitor do Collegio*" (cx. 1 (b), n.º 198).

Outros registos de despesas revelam uma reforma da Livraria no séc. XVIII. Atestam essas obras, diversas referências colhidas no *Livro de despesa ordinária* (1699-1740) e (1762-1788), como: a compra de duas moscóvias (ou seja, pele de couro da Rússia) adquiridas por 4 440 réis, para os tamboretos da livraria (12.05.1718); a compra de tamboretos da livraria (1719); a obra das bancadas da livraria e o pagamento de letras de bronze para as mesmas bancadas (1762); a compra de pranchas de pau Brasil para as estantes da livraria, mandadas vir do Porto e a compra de pinho de Flandres (1787), etc. Também as encadernações de volumes da

<sup>7</sup> A existência destes autores foi confirmada no *Catálogo da Biblioteca* (Gama, 1978, vol. 2).

<sup>8</sup> V. Gama, 1977, vol. 1, pp. 31, 32, 35, 43, 50, 53, 56, 79, 83, 84, 102, 109, 112, 119, 120, 139, 144, 156-159, 166, 216, 242, 244, 259, 277, 281, etc.

<sup>9</sup> O recibo de pagamento está inserido em cx.12- n.º 4 (cota AUC-IV-1.ºE-7-3-98).

livraria ficaram registadas no mesmo *Livro de despesas*, como é o caso de 24 800 réis: “para pagar encadernações de vários livros da livraria” (13.02.1719). Por sua vez, o *Livro de despesas de obras* (1702-1750) revela a obra das estantes da “*Livraria nova*”, em 1714 e 1715, feita pelo marceneiro Manuel Moreira que também foi o autor do retábulo da Capela. Em 1746 e anos seguintes decorrem novas obras para a Livraria considerada, outra vez, “*Livraria nova*”. Foi feito novo soalho e novas estantes, agora pelo mestre carpinteiro José Ferreira Quaresma, usando pinho de Flandres, madeira do Brasil e pau preto, a quem são feitos pagamentos a partir de 24.09.1746.

Um dos catálogos da biblioteca foi elaborado em 1762 e 1769, o que se deduz pela compra de seis mãos de papel “para o *Index novo da livraria*” (1763, fl. 18) e a compra de vinte mãos de papel “para o *borrão do Cathalogo*” (31.10.1769).

Dados específicos, sobre a construção de uma outra nova Biblioteca, começam a ser revelados nos registos de despesas ordinárias do Colégio, em 1790: «480\$000 que se deraõ ao Snr. Joaquim do Reis p.<sup>a</sup> principiar a obra da *Livraria*»<sup>10</sup>. Infelizmente, os *Livros de Capelas*, onde se assentavam as determinações internas, nada nos dizem sobre o início das obras da nova livraria, depois de consultados, para os anos de 1790 e seguintes.

Na BGUC, a Biblioteca da Sala de São Pedro está identificada com o seu mobiliário do séc. XVIII e como tendo cerca de 8 000 volumes, nas áreas de Teologia, Filosofia, História e Humanidades<sup>11</sup>. Mas o *Inventário e Auto de Posse do Colégio*, datado de 02.08.1834, revela que a Livraria tinha 7 382 volumes: “cujos constaõ do respetivo *Cathalogo* porem com algumas alteraçoes, por não se acharem exactos [...]”<sup>12</sup>.

Aquando da extinção do Colégio, segundo o supracitado inventário, a biblioteca (ou livraria) possuía 7 382 volumes. A partir de 1836, a biblioteca do Colégio passou a ser a livraria particular dos reitores da Universidade, mas parte do seu acervo, que dizia respeito a obras jurídicas, foi incorporado na Faculdade de Direito.

<sup>10</sup> V. *Livro de registo da despesa ordinária*, 1762-1802, fl. 17 (cota AUC-IV-1.ºE-7-3-43). A fl. 19 do referido livro ficou registada nova quantia, «para continuar a obra da *Livraria*» sem indicação precisa de data e o mesmo se diga a fl. 20v, com o registo de 600 mil réis, também para continuar a obra.

<sup>11</sup> Descrição em <https://www.uc.pt/bguc/SalaSaoPedro>

<sup>12</sup> V. *Inventário e Auto de Posse*, de 1834 (cota AUC-IV-1.ºE-7-5-9).

## Descrição arquivística do subfundo do Pontifício e Real Colégio de São Pedro

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP

**Título:** Pontifício e Real Colégio de São Pedro

**Datas de produção:** 1545-1834

**Datas de acumulação:** 1462-1834

**Nível de descrição:** Subfundo

**Dimensão e suporte:** 164 u.i. (cx., liv., pt.); perg., papel.

**Nome do produtor:** Pontifício e Real Colégio de São Pedro  
*Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra (F), Pontifício e Real Colégio de São Pedro (SF)*

### **História administrativa:**

Deve-se ao Dr. Rodrigo Lopes de Carvalho a fundação do Pontifício e Real Colégio de São Pedro que terá iniciado a sua atividade em 1545, destinando-se, primeiramente, a albergar 12 estudantes da Faculdade de Teologia e da Faculdade de Cânones, que fossem clérigos pobres. Nesse período inicial esteve localizado na Rua da Sofia, tendo sido inaugurado em 29 de junho de 1548, com a sagração da sua igreja. Essa referência está registada numa inscrição na base de um busto de São Pedro, patrono do colégio, que ainda hoje se encontra na Sala de São Pedro, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)<sup>13</sup>.

Anos mais tarde, em 1572, viria a ser transferido para próximo dos Paços Reais de Coimbra, em local doado pelo Rei D. Sebastião, passando então a ser destinado a colegas que seguissem a carreira académica, como professores.

O colégio recebeu, depois de instalado junto aos Paços Reais, grande parte dos professores que fizeram carreira docente na Universidade, os quais

---

<sup>13</sup> Como o dá a conhecer Vasconcelos, 1983, pp. 201-202.

ingressaram no colégio ainda durante a frequência dos seus cursos, na fase final destes, ou já como opositores a lugares de docência. Recebia opositores das Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, existindo um determinado número de becas para cada Faculdade. Depois da Reforma Pombalina, esse número foi alargado a mais becas para duas Faculdades, então criadas: Matemática e Filosofia.

O edifício confrontava com a Rua da Trindade e com a entrada principal para a Universidade, junto à Porta Férrea, memória que a toponímia fixou. Deve-se ao arquiteto Mateus do Couto o portal principal da entrada do Colégio, executado em pedra, em 1713, tendo sido, posteriormente, alterado e mudado do local inicial onde se encontrava, junto à Porta Férrea, para o local, onde hoje está, de acesso à Reitoria da Universidade<sup>14</sup>.

O portal do edifício do Colégio era rematado por um grande escudo heráldico oval, em que estava representada a tiara e um escudo bipartido onde se mostravam três faixas, da família italiana Ghislieri, a que pertencia o Papa São Pio V e na segunda metade estavam representadas seis flores de lis que eram usadas pelo Papa Paulo III, da família italiana Farnese. A estes dois Papas deve o Colégio a sua fundação e a sua reformação. Esta também é a razão de os seus colegas o designarem por Sacro e Pontifício Colégio, apesar de também ter o título de Colégio Real, devido a ter a proteção régia. No entanto, autores apologistas da supremacia do Real Colégio de São Paulo, negam esta proteção apostólica sobre o Colégio de São Pedro e também a proteção régia, que é incontestável<sup>15</sup>.

O acervo bibliográfico da Livraria manteve-se reunido até hoje, encontrando-se integrado na BGUC, ocupando parte das estantes originais. O Ms. 1094 da BGUC formado pelos *Estatutos* do Colégio, [ca. 1551], em latim, reserva o Cap. 56 à organização da biblioteca: *Da guarda da biblioteca e dos livros. Que se organizem tabelas donde constem os livros por ordem. E do castigo de quem tirar da biblioteca alguma coisa furtivamente*, em tradução do Doutor Fernando Taveira da Fonseca<sup>16</sup>. Esta biblioteca é de novo referida nos *Estatutos* do Colégio, aprovados por Decio Carafa, em 1600 (v. Tit. 18.º; *Caput unicum: Quo modo sit augmentanda Bibliotheca et conservanda?*)<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> Apesar de não ser correto incluir aqui dados sobre a instituição, após a sua extinção (1834), foi referida a localização atual do portal principal do Colégio, pela importância da sua origem.

<sup>15</sup> Almeida, 1732, pp. 50 e ss.

<sup>16</sup> Todo o capítulo dedicado à Biblioteca está traduzido e publicado em Amaral, 2014, p. 31. Era de suma importância cumprir o que estava determinado, para que ninguém introduzisse na Biblioteca qualquer lâmpada de azeite ou vela, de forma a evitar um incêndio.

<sup>17</sup> Volume que hoje se encontra na BGUC, Ms. 3086.

Quanto ao seu cartório, sabe-se que, originalmente, era apenas uma arca, de acordo com o *Livro de registo do inventário dos papéis do Colégio* (1576), mas também recebeu espaço apropriado, dentro do edifício e sofreu obras em 1769, com a colocação de novas portadas nas janelas e nova porta do cartório, sendo as obras da responsabilidade do arquiteto da Universidade, Manuel Alves Macombo, de acordo com o pagamento que lhe foi feito, em 17.03.1782, segundo o registo no *Livro de despesa ordinária* (1762-1788).

Os colegiais do Pontifício e Real Colégio de São Pedro usavam um uniforme, ou traje talar, designado por beca que, inicialmente, teve uma cor azul e, depois, passou a ser roxa. Por baixo desta beca, os colegiais vestiam uma loba de cor castanha escura. Nos tempos livres, tinham autorização para alguns divertimentos, como podemos deduzir pelo registo de compra de cartas de jogar que, com assiduidade, ficou registada para dias festivos: no entrudo (07.02.1717), em véspera de Santa Luzia (20.12.1717), no Natal (10.01.1719), segundo o *Livro de despesa ordinária* (1699-1740). Também jogavam a volta, a argolinha e o xadrez, como se depreende de um registo de 23.04.1569, no *Livro de visitas, apresentações e assento de capelas* (1564-1623) (fl. 10v).

O ingresso de colegiais, porcionistas e familiares no Colégio só poderia fazer-se depois da aprovação de inquirições *de genere* e inquirições *de vita et moribus*, analisadas em reunião de capela. Estas inquirições eram feitas por colegiais, eleitos em capela, para se deslocarem aos locais de naturalidade dos candidatos ou de seus progenitores, sendo coadjuvados por um secretário, também eleito em capela.

O Colégio possuía propriedades em diversos locais do país, nomeadamente alguns bens que estavam anexados às igrejas de Santa Maria de Alijó (concelho de Alijó, distrito de Vila Real) e São Pedro de Goães (concelho de Vila Verde, distrito de Braga) que faziam parte do padroado do Colégio. Nestes locais havia ainda casa para celeiro, onde se recolhiam as rendas, e em Alijó havia ainda casa para armazém de vinhos. Refiram-se, concretamente, alguns lugares onde se situavam esses bens patrimoniais: Santa Eulália de Godinhaços, São Julião de Moreira do Lima, Santa Maria do Beiral do Lima, São Mamede de Troviscoso, no termo de Monção, São Martinho de Escariz, São Martinho de Rio Mau, São Miguel de Gondufe, São Paio de Arões, São Tiago de Arcozelo, São Tiago de Atiães, São Vicente de Fornelos, etc.

Entre os prédios urbanos, sítos em Coimbra, contam-se algumas casas na Rua do Norte, na Rua das Parreiras, as quais serviam para habitação dos criados dos colegiais, na Rua da Trindade. No termo da cidade, existia ainda a designada Quinta da Cheira, com caseiro, mas também utilizavam, certa-

mente por empréstimo, a Quinta da Alegria, a Quinta das Sete Fontes e a Quinta do Cidral, nas quais se davam por vezes festas e se ofereciam repastos.

Entre os restantes prédios, fora de Coimbra, constava o celeiro das rendas, em Goães e o celeiro das rendas e o armazém de vinhos, em Alijó.

Possuía capela, dentro do Colégio, que foi renovada diversas vezes. Está designada como *Capela Nova* em alguma documentação, como seja o *Livro de despesa ordinária* (1699-1740) no qual se referem as encomendas que vieram do Porto para a *Capela Nova*: bancos de moscóvia, imagens de santos, resplendores e coroa para as imagens (1714), douramento da capela, véus de cálice e damasco (1715), etc. Estava bem paramentada, como o provam os inventários feitos por ocasião da extinção do Colégio, em 1834, nos quais foram elencadas alfaias litúrgicas de prata e relicário com as relíquias de São Pedro, além de livros litúrgicos e paramentaria de seda, damasco e veludo, ou as armações para os dias de festa.

Entre o seu património existiam capitais mutuados, com aplicação em ações da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, assim como capitais legados em testamento, por antigos colegiais ou porcionistas que, desta forma, desejaram manifestar o seu apreço pela instituição e o quanto lhe ficaram a dever, enquanto ali residiram, em Coimbra. Mencione-se o caso de Pedro Aranha, com doação de 50 mil réis, em 1690; a doação de D. Filipa de Mendonça, da metade da despesa, das obras feitas no Colégio, para entrada de seu filho D. Manuel de Meneses, em 1693; o testamento de António Monteiro Paim, deixando um terço do seu legado ao Colégio; o legado de 400 mil réis, por José Xavier Teles, em 1819, etc.

As igrejas do padroado do Colégio foram-lhe anexadas por Bulas, de união perpétua, do Papa Paulo III, em 1545, no que toca à igreja de Goães e em 1549, no que toca à igreja de Alijó. Por Bula do Papa Gregório XIII, de 1574, foram confirmadas as anexações destas igrejas. Pertenciam ainda ao padroado do Colégio as igrejas de Santa Luzia da Amieiro, Santa Águeda de Carlão, São Tiago de Vila Chã e São João de Castedo (no concelho de Alijó). Eram feitas visitas a estas igrejas, das quais resultavam registos de capítulos de visitas (ou visitas) com menção do que era necessário cuidar, quanto a paramentos das mesmas igrejas e estado dos edifícios, comprometendo-se o Colégio à manutenção do estado de conservação de edifícios, casas de residência de párocos, assim como obras de retábulos e altar-mor das igrejas.

Diga-se, por exemplo, que à igreja de São Pedro de Goães estava anexada a Ermida ou Capela de Santo Tirso, a qual foi branqueada e ladrilhada em 1637. A referida Capela, com invocação de Nossa Senhora da Conceição, chegou a ser igreja paroquial de Santo Tirso e em visitação de

1744, ainda se ordenou que se consertassem os seus telhados e se caiasse, por dentro e por fora.

Possuía privilégios régios que lhe foram concedidos por D. João III, em 1549, para poderem cortar lenha nas matas do Botão e de Lagares (freguesia de Souselas, Coimbra). O Rei foi seu protetor, concedendo-lhe os mesmos privilégios que tinha a Universidade de Coimbra, na qual o Colégio estava incorporado, por Carta Régia do mesmo ano (1549), razão pela qual tomou também a designação de Colégio Real.

A administração da instituição era feita pelo Reitor do Colégio, eleito em capela, por voto secreto, em reunião e votação entre todos os colegiais, cargo do qual tomava posse, perante o Reitor da Universidade. As decisões colegiais eram tomadas em capela, designação dada a esses conciliábulos, por se reunirem, inicialmente, na Capela do Colégio.

Anualmente, a 31 de outubro, procedia-se à eleição de novo Reitor do Colégio, seguindo um ritual determinado pelos *Estatutos*. Primeiramente, assistiam à missa do Espírito Santo, comungando todos os colegiais, seguidamente era tirada a “*devassa de suborno*”, para averiguar se havia manipulação de votos e influência na eleição e, só depois, se procedia à eleição, por voto secreto. Na mesma reunião, em capela, em que era feita a eleição do Reitor, procedia-se, também à escolha dos oficiais do Colégio, como seja, o despenseiro, o procurador, o enfermeiro, o esmoler, o porteiro e o superintendente.

O Colégio estabelecia contrato com fornecedores, como, por exemplo, com carneiros, como Simão Dias (1622-1627) e com neveiros, como Sebastião Fernandes e Francisco Rodrigues (1632-1638). Também contratavam cozinheiros que eram sempre substituídos por outros cozinheiros de fora, quando estavam doentes, recebendo cuidados médicos, como o confirmam as despesas de pagamento a médicos e as despesas com medicamentos, de diversas boticas. O cozinheiro era coadjuvado por um ajudante, o chamado “*bicho*”, competindo-lhes todo o trabalho de confeção de alimentos e a responsabilidade do refeitório.

Possuía *Estatutos*, que regulamentavam a instituição, dos quais se conhece um exemplar, com iluminuras, aprovado e assinado, em 1600, pelo Coletor Apostólico em Portugal, Decio Carafa, hoje existente na BGUC (Ms. 3086). No acervo conservado no AUC apenas existe uma cópia, em latim, sem data, atribuível ao séc. XVIII, de *Novos Estatutos*, com ex-libris do Principal Castro, D. Francisco António Rafael de Castro, Reitor da Universidade, em 1786-1799. Sabe-se que em 20.9.1713 foi feito traslado e foi encadernado o “*Estatuto Novo*”, de acordo com o pagamento de 6 400 réis, registado no *Livro de despesa ordinária* (1762-1788, fl. 55).

O Reitor da Universidade visitava, regularmente, o Colégio, deixando instruções em cada “visitação”, relativas a tudo o que observara. Nos *Livros de visitas*, existentes apenas entre 1572-1773, ficavam todos esses registros, com indicação do que deveria ser reformulado, regularizado, etc.

O Decreto de 16.07.1834 determinou a sua extinção e incorporação do edifício na Universidade, segundo o inventário feito em 04.08.1834, por ocasião da posse do edifício e seus bens, pela Universidade. Nessa data de extinção viviam no edifício do Colégio de São Pedro os doutores Manuel António Coelho da Rocha, Basílio Alberto de Sousa Pinto (que viria a ser Reitor da Universidade) e Guilherme José António Dias Pegado. Só viria a ser, efetivamente, entregue à Universidade por Portaria de 27 de outubro de 1836.

### **História custodial e arquivística:**

O Decreto de 16 de julho de 1834, extinguiu o Colégio e incorporou-o na Universidade, que tomou posse do edifício, bem como de todos os seus bens de raiz e todos os bens móveis que lhe pertenciam, incluindo a sua biblioteca e o seu cartório. O mesmo acontecera já com o Real Colégio de São Paulo, que foi compreendido no mesmo decreto de extinção.

O cartório ou arquivo do Colégio recebeu tratamento documental em 1824, tendo sido elaborado um “Índice do Cartório” pelo colegial legista Dr. Miguel Gomes Soares que também já fora Reitor do Colégio. Tinha sido eleito bibliotecário, na eleição em Capela de 31.10.1823, de acordo com o registo de ata desse dia (*Livro de Capelas*, vol. 5, p. 124). A documentação avulsa encontra-se organizada de acordo com a disposição que, então, lhe foi atribuída, estando todos os documentos avulsos numerados, com indicação de localização em caixa e sua numeração, dentro desta. Estes dados encontram-se identificados no referido Índice e o seu cotejo, com a própria documentação avulsa, permitiu reconhecer que este é ainda um valioso instrumento de descrição documental. Terá sido redigido, então, para organização do cartório do Colégio, tendo sido elaboradas caixas de arquivo, com rótulo de título na lombada, com letras a dourado, nas quais permanece ainda hoje acondicionada a documentação avulsa.

Muito provavelmente, entre os anos de 1950 a 1970, no AUC, alguma documentação avulsa recebeu capas, com sumário datilografado e com atribuição de cota, de acordo com o que ficou registado no Índice do Cartório; o tipo de datilografia e a qualidade do papel utilizado nas capas são atribuíveis a um trabalho arquivístico dessa data.

Originalmente, sabe-se que existiu uma organização do cartório primitivo, revelada pela presença do *Livro de registo do inventário dos papéis do Colégio*, datado de 1576. Nessa data, o arquivo era apenas uma arca, como o revela o termo de abertura do volume "*Rol e inventario dos papeis que estavam na arca deste Collegio...*" mandado fazer pelo Reitor do Colégio, André Machado de Brito. Ali se mencionam, quanto a documentação avulsa: Bulas de anexação da igreja de Santa Maria de Alijó e da igreja de S. Pedro de Goães, bem como Alvarás e Provisões Régias de privilégios concedidos ao Colégio, como o de poder cortar lenha na mata do Botão, possuir bens de raiz, poder ter altar privativo, poder tirar inquirições, etc. Quanto a volumes, referem-se livros de receitas, livros de eleições, livros da despensa, livro de obrigações dos colegiais, etc. A perda documental fica, desde já, ilustrada com a inexistência, atualmente, desta última tipologia de volume, o de obrigações dos colegiais.

No entanto, esse *Inventário* tem escassas folhas escritas e destinava-se também ao assento das missas celebradas e ao registo de depósitos de dinheiro feito pelos opositores, para as despesas das suas inquirições, para serem colegiais. Podemos saber a decisão de compra do livro para redigir esse inventário, através do que ficou escrito no *Livro de despesa ordinária do Colégio* (1576-1584), p. 1, em novembro de 1576: "*hum cartapaceo para se fazer inventário dos papeis que avia na caixa [sic]*".

Não se conhece qualquer outro inventário posterior, a não ser passados três séculos. Apesar desse pequeno volume registar, em particular, documentação avulsa, constata-se que também já existiam séries documentais organizadas: livros de despesa, livros das eleições dos reitores e "*três livros velhos da despensa*" que já não existem. De facto, os volumes de despesas da cozinha ou os livros do comprador (que incluem a alimentação) apenas existem depois de 1576, confirmando a perda documental.

Constata-se o reaproveitamento de folhas de pergaminho de códices com texto em francês, certificando a forma como eram comprados, a peso, a livreiros, muitos códices desmembrados, com as mais diversas origens. Subentende-se que houve perda documental, como o caso de volumes da série *Livros de visitas* que apenas se inicia em 1572 e não inclui registos posteriores a 1784.

Quando se procedeu ao *Inventário e Auto de Posse do Colégio*, por parte da Universidade, em 1834, após a sua extinção, o Cartório foi identificado, referindo-se apenas que ali existiam Bulas, Estatutos, livro com relação dos colegiais, escrituras e outros títulos, mas sem quantificar a totalidade do acervo documental, remetendo para o *Índice do cartório do Colégio* (1824).

### **Âmbito e conteúdo:**

Inclui volumes e documentação avulsa, em cópias e em originais, que testemunham a formação e a administração do património, particularmente o que estava anexado às igrejas de São Pedro de Goães (freguesia do concelho de Amares, distrito de Braga) e de Santa Maria de Alijó (sede de concelho, distrito de Vila Real). Dá a conhecer os capítulos e registos de visitas (ou visitações) a estas igrejas, bem como certidões dos párocos sobre a execução de obras, podendo identificar todas as obras que foram sofrendo ao longo dos tempos, quer pelos registos lançados na série de *Livros de Visitações* ou em documentação avulsa, também com registos de capítulos de visitações e registos de obras, sua arrematação e despesas, organizada numa coleção de documentos, por Miguel Gomes Soares, em 1824, cuja estrutura se manteve (v. cx. 7 e cx. 8).

Os documentos régios e pontifícios revelam também a fundação e a confirmação de privilégios do Colégio, bem como a vida interna institucional, no que respeita a questões económicas e toda a sociabilidade interna de colegiais e suas relações com reitores e outros membros do colégio. Entre a documentação régia, cite-se a Carta Régia de D. João III, de 17.01.1749, pela qual fez a união e incorporação do Colégio na Universidade, tendo todos os privilégios dos estudantes da Universidade, todos os que nele estudavam e todos os que o serviam. Dá a conhecer privilégios, como o de cortar lenha nas matas régias de Botão e Lagares (na atual freguesia de Souselas e Botão, concelho de Coimbra), de acordo com a Carta Régia de D. João III, de 12.2.1545, concedida a pedido do Dr. Rui Lopes, por desejar fazer na cidade um colégio para clérigos pobres. Também a Provisão Régia de D. Sebastião, de 15.9.1564, concedeu licença ao Reitor do Colégio, para tirar inquirições dos opositores, em qualquer local do país.

Entre a documentação pontifícia, pode referir-se o Breve do Papa Paulo III, de 1.8.1545, sobre a união, temporária, da igreja de São Pedro de Goães, sendo reitor da igreja o Dr. Rodrigo Lopes de Carvalho, instituidor do Colégio ou, também, a Bula do Papa Clemente VIII, de 5.10.1599, de união perpétua ao Colégio dessa igreja ou, ainda, a Bula do Papa Paulo III, de 6.2.1549, com a união perpétua da igreja de Alijó ao Colégio.

A documentação judicial revela alguns litígios com rendeiros e foreiros, bem como devedores de dinheiro, recebido por empréstimo a juros.

Inclui processos de inquirições “*de genere*” e inquirições “*de vitae et moribus*” apresentados para ingresso no colégio, como colegiais, porcionistas ou familiares. Estes processos, cuja elaboração decorria nos locais de naturalidade dos antepassados, no caso dos processos de inquirições

"de genere" ou em Coimbra, no caso de processos "de vita et moribus", permitem conhecer a origem social e económica dos que entram no Colégio, bem como a sua proveniência geográfica. A atividade dos colegiais, porcionistas e familiares, quando ao serviço do Colégio, fica patenteada nos *Livros de Visitações* às igrejas do padroado do Colégio, bem como no *Livro de registo de ausências de colegiais e porcionistas*.

Inclui, ainda, *Livros de despesas gerais*, *Livros de despesa da fábrica*, *Livros de despesa da superintendência da cozinha*, *Livros de despesa com pagamento de ordenados* e *Livros de despesa de obras* que permitem conhecer a vida diária do Colégio, desde os aspetos económicos da sua sobrevivência quotidiana, quer quanto a questões de obras de manutenção do edifício e sustentação de todos os que trabalhavam na instituição, revelando os cargos e ofícios existentes: comprador, carneireiro, neveiro, caminheiro, boticário, cozinheiro, moços da cozinha, capelão, solicitador, serventes, aguadeira, lavadeira, barbeiro, etc. As informações que podem colher-se nestes registos levam-nos a conhecer hábitos e costumes de diferentes épocas, com destaque para as ofertas, como obséquio: quatro barris de lampreias que se mandaram a dois deputados da Mesa da Fazenda (3.04.1647), quatro caixas de diacidrão (doce feito a partir da casca da cidra) e outros doces que o Colégio mandou ao Conde de Portalegre (11.05.1647). Refiram-se também as ofertas de doces e despesas de doces, em dias de festas: oito tigelinhas de ovos moles e quatro arrâteis de doces, para um jantar que o Colégio deu no Cidral, ou seja a quinta do Cidral (18.05.1647), dois bolos de bacía, quando o Colégio deu de jantar no Cidral a Dom Manuel de Castro (12.02.1649), dois bolos de bacía, para o jantar que o Colégio deu na Quinta da Alegria, dia da Rainha Santa, uma porcelana de manjar branco e cinco arrâteis de abóbora coberta, para o mesmo jantar (12.02.1649). Igualmente, os hábitos sociais de festejos com jogos, luminárias, fogo e música, em dias marcantes são dados a conhecer com despesas, como aquela que se regista pela eleição do novo bispo do Porto, D. Francisco Pereira Pinto, o qual, diga-se, nunca chegaria a tomar posse do cargo: um alqueire de azeite para luminárias, despesas com as charamelas, dez dúzias de foguetes, oito rodas de fogo, uma dúzia de foguetes de lágrimas (6.11.1640). Também a chegada do novo Reitor da Universidade era sempre festejada e celebrada com luminárias, de que é exemplo a despesa de pagamento de cera das luminárias, quando veio o novo Reitor D. Francisco Carneiro de Figueiroa (26.12.1722) (com registo no *Livro de despesas ordinárias*, 1699-1740, fl. 99v). Da mesma forma, festejava-se o nascimento de infantes, podendo exemplificar-se com o nascimento do Infante D. Alexandre Francisco de Bragança (o último filho do

D. João V) e o pagamento de 480 réis pelas luminárias das festividades, em 6.10.1723 (*Idem*, fl. 104).

Os mesmos livros revelam os hábitos de pagamento de esmolas a religiosos franciscanos de Santo António dos Olivais, às religiosas do Louriçal e a pobres, com a celebração anual de um jantar para os pobres, em Sexta-Feira Santa, no qual se servia sempre bacalhau, milho, feijões, vinho e pão de centeio.

Dos fornecimentos de carne, sobretudo de carneiro, ficou testemunho nos dois volumes reservados para "*Registo do carneiro e do neveiro*" (1622-1626) e (1632-1638). Os primeiros enviavam ao Colégio os carneiros, como grande base da alimentação, no refeitório, quanto a carne consumida e os segundos enviavam a neve, para conservação dos alimentos e refrigeração de bebidas, a qual era fornecida a partir da serra da Lousã.

Os *Livros da superintendência da cozinha* e *Livros de despesa ordinária* são elucidativos das despesas de alimentação, da importância da cozinha, do seu cozinheiro e os serviçais ou moços da cozinha, particularmente o "bicho da cozinha". A título de exemplo, cite-se o pagamento "*a quem sangrou o cozinheiro e o bicho da cozinha*" (janeiro de 1713).

Os designados *Livros de Capelas* dão-nos a conhecer todas as decisões tomadas e a vida interna da instituição, num período cronológico ininterrupto, entre 1564 e 1826. Permitem conhecer todos os porcionistas, colegiais e familiares que entraram no Colégio e a aprovação das suas inquirições para ingresso. Da mesma forma que permitem conhecer todos os reitores da instituição e todos os que ocuparam cargos internos: vice-reitores, procuradores, superintendentes, etc.

Um detalhe particular da atividade do Colégio, exterior ao meio académico, é a forma como recebia, anualmente, na Semana Santa, diversos pobres para jantar. Também entregava esmolas a pobres, pelo Natal, e ainda uma esmola mensal, para a subsistência de presos pobres, a partir de 1825, neste caso a pedido do Juiz de Fora de Coimbra<sup>18</sup>. A tradição de apoio social, com entrega de esmolas, verifica-se em diversas situações, além das mencionadas, como seja aos religiosos do Convento de Santo António da Pedreira, a trabalhadores do Colégio, quando se encontravam já idosos e com dificuldades de sobrevivência, como a «*aguadeira velha*»<sup>19</sup>. Assim como o sustento a muitos estudantes universitários pobres era também garantido, em iniciativa particular do Colégio e tradição mantida ao longo do tempo, de

<sup>18</sup> V. *Livro de Capelas*, vol. 6, fl. 132 (cota AUC-IV-1.ºE-7-3-12).

<sup>19</sup> V. *Idem*, fl. 95.

que existem inúmeros testemunhos em documentação de tipologia diversa, como *Livros de Capelas* e *Livros de despesa ordinária*. Mesmo quando foi imposta ao Colégio, por Decreto de 1 de fevereiro de 1808, uma Contribuição Extraordinária de Guerra, por ocasião das Invasões Francesas, a instituição evitou fazê-lo e obteve autorização do General Junot. Argumentou, então, que era uma «*corporação secular e literaria que faz parte da Universidade nas Ciências Maiores...*» e que para os opositores à Universidade (ou seja, os candidatos a lentes) «*o abrigo dos Collegios era o principal meio da sua subsistência por não terem outros ordenados...*». Apesar da diminuição das suas rendas, continuou a contribuir para o Erário, fazendo uma prestação de seiscentos mil réis<sup>20</sup>. No entanto, deve dizer-se que esta prestação anual provinha da décima eclesiástica das igrejas do Colégio e era paga desde há longo tempo, como se constata pelas afirmações já feitas, em 1799<sup>21</sup>.

### **Sistema de organização:**

Uma organização definitiva do cartório foi-lhe atribuída em 1824, quando foi feito o tratamento documental e foi redigido o *Índice do Cartório*, pelo colegial legista Dr. Miguel Gomes Soares. Manteve-se esta organização atribuída à documentação avulsa, tendo sido criada uma coleção de *Documentos de doações, privilégios e confirmações*, em que ficaram inseridos esses documentos, citados no referido “Índice”. Manteve-se, igualmente, a numeração atribuída às caixas de arquivo, para a qual remete a identificação dos documentos, feita no supramencionado *Índice do Cartório*.

Atualmente, foram organizadas, além dessa coleção, 18 séries de acordo com a tipologia documental, na impossibilidade de atribuir uma classificação orgânico funcional, uma vez que existia, previamente, uma organização atribuída à documentação avulsa que não deveria ser desconsiderada. Deve dizer-se que alguns livros estavam fragmentados e se encontravam em caixas, tendo exigido uma atenção redobrada, para poderem ser organizados, pela análise da grafia e datas, podendo assim ser reconstituídos os volumes. É exemplo disso o *Livro de despesa do comprador* (1773-1783) que no final tem o assento da tomada de contas ao comprador, permitindo identificar a tipologia do volume. Uma vez que algumas u.i. que já tinham número identificador, como por exemplo a designação da cx. 5, já se encontravam muito sobrecarregadas, com demasiada documentação avulsa, foram criadas u.i. com a designação (a), como por exemplo cx. 5 (a), ou cx.1, cx. 1 (a) e cx. 1

---

<sup>20</sup> V. *Idem*, fl. 190v-191.

<sup>21</sup> V. *Idem*, fl. 180.

(b), para melhor acondicionamento e salvaguarda da documentação, ficando distribuída por estas u.i a documentação que, antes, apenas se encontrava numa só u.i., seguindo a ordenação numérica dos documentos.

Primeiramente, foi colocada a coleção, descrita a nível de série, intitulada *Documentos de doações, privilégios e administração*, seguida da série de *Estatutos* e, depois, foram ordenadas, cronologicamente, as restantes séries. No final, foi colocada uma pasta com fragmentos de documentos e alguma documentação avulsa que não foi possível inserir nas séries documentais. Conservou-se a numeração atribuída a caixas de acondicionamento, pois só assim o *Índice do Cartório* (1824) mantém a sua utilidade.

Apresenta-se, assim, a constituição das séries:

PT/AUC/UC/PRCSP/01 – Documentos de doações, privilégios e administração

PT/AUC/UC/PRCSP/02 – Estatutos

PT/AUC/UC/PRCSP/03 – Escrituras notariais diversas

PT/AUC/UC/PRCSP/04 – Processos de inquirições de porcionistas, colegiais e familiares

PT/AUC/UC/PRCSP/05 – Livros de Capelas

PT/AUC/UC/PRCSP/06 – Livros de despesa com os oficiais do Colégio

PT/AUC/UC/PRCSP/07 – Livros de receitas e contas dos Reitores do Colégio

PT/AUC/UC/PRCSP/08 – Livros de visitas

PT/AUC/UC/PRCSP/09 – Inventários e índices

PT/AUC/UC/PRCSP/10 – Livros de despesas

PT/AUC/UC/PRCSP/11 – Livros de despesa da superintendência da cozinha

PT/AUC/UC/PRCSP/12 – Livros de despesas de obras

PT/AUC/UC/PRCSP/13 – Correspondência recebida no Colégio

PT/AUC/UC/PRCSP/14 – Livros dos recibos do comprador

PT/AUC/UC/PRCSP/15 – Livros de registo de colegiaturas e familiaturas

PT/AUC/UC/PRCSP/16 – Livros das ausências dos colegiais e porcionistas

PT/AUC/UC/PRCSP/17 – Livros de registo do carneireiro e do neveiro

PT/AUC/UC/PRCSP/18 – Livros de receitas de foros e rendas

PT/AUC/UC/PRCSP/19 – Autos e tombos de demarcação e reconhecimento

**Idioma/escrita:**

Português, Latim, Italiano

### **Caraterísticas físicas:**

Encadernações gastas e desmembradas, com alguns cadernos soltos. Papel com algumas manchas de humidade, com acidez e oxidação pelo uso de tinta ferrogálica. Alguns volumes apresentam repasses de tinta, rasgões, picos de traça e galerias. Outros volumes não têm encadernações, as quais devem ter sido retiradas, por conterem fragmentos de pergaminhos de códices litúrgicos, num período em que esta foi uma prática no AUC, provavelmente nos anos 40, do séc. XX, para reunião de fragmentos de livros litúrgicos. Existem algumas situações, de apodrecimento do material de suporte, papel e pergaminho da encadernação, por excesso de humidade e fungos, de que é exemplo maior o *Livro da superintendência da cozinha* (1654-1659); ou, ainda, o apodrecimento de outro volume desta série (1587-1589), já sem encadernação e com perda de suporte e informação; ou, também, o *Livro das fábricas* [i. e. *Livro de despesa da fábrica do Colégio*] (1617-1618), com apodrecimento de material de suporte, por humidade; ou, também, o *Livro de receita de foros da renda de Alijó e despesa da mesma renda* (1641), com manchas e fungos, com perda de material de suporte e encadernação desmembrada e gasta; e também o *Livro de receita de foros das rendas de Oliveira de Frades* (1725-1728), com desgaste e apodrecimento de papel, sem encadernação, com manchas violáceas de fungos; e ainda o *Livro de salários dos ministros do Colégio* (1613-1635) com perda de encadernação, com fungos e manchas de humidade, com repasses de tinta e oxidação do papel pela tinta ferrogálica.

### **Instrumentos de descrição:**

*Índice do Cartório* (1824). *Catálogo das Inquirições* (2003). Inventário e descrição arquivística das séries.

### **Unidades de descrição relacionadas:**

Complementar:

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – *Universidade de Coimbra* (F). *Despesas com obras do edifício do Colégio* (DC), para sua posterior adaptação (1850-1879) – cota AUC-IV-1.ªE-7-5-56, 57 e 58. Estes documentos revelam apontamentos de obras e autos de arrematação de obras, nomeadamente a cantaria e caixilharia para as janelas e também a caiação, das paredes de frente para o pátio da Universidade.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – *Universidade de Coimbra* (F). *Autos de Posse do Real Colégio de São Pedro* (DC), inclui inventário de bens à data da sua extinção, quando era seu Reitor o Doutor Basílio Alberto de Sousa Pinto (1834) – cota: AUC-IV-1.ªE-7-3-9.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Universidade de Coimbra* (F). *Fragmentos de Códices em Pergaminho* (COL) – inclui fragmentos de pergaminho, retirados de códices litúrgico-musicais que foram reutilizados nas encadernações de alguns volumes – cota: AUC-IV-3.<sup>a</sup>- Gav. 44 e Gav. 45; V-3.<sup>a</sup>-Móv. 9 - Gav. 7.

Portugal, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – *Estatutos do Real Colégio de São Pedro* (Ms. 3086); *Repertório com os colegiais e porcionistas do Colégio, cargos e dignidades que tiveram* (Ms. 1093); *Estatutos do Colégio*, assinados pelo Bispo de Miranda, D. Rodrigo Lopes de Carvalho, fundador do Colégio (Ms. 1094) e ainda outros *Estatutos*, em latim, *Statuta Sacri, nec non Regalis Collegii Divi Petri* (Ms. 2821).

### **Nota de publicação:**

Almeida, D. F. de. (1732). *Dissertação Historica, Juridica, e Apologetica...* Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. [https://bibdigital.fd.uc.pt/H-F-3-17/H-F-3-17\\_item1/index.html](https://bibdigital.fd.uc.pt/H-F-3-17/H-F-3-17_item1/index.html)

Bandeira, A. M. L., & Ramos, J. de S. (2003). “Catálogo das inquirições do Real Colégio de S. Pedro da Universidade de Coimbra (1548-1824)”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 21-22(2001-2002), 147–293.

Leal, M. P. da S. (1733). *Discurso apologetico, critico, juridico e histórico: em que se mostra a verdade das doutrinas, factos e documentos, que affirmou e refferio na conta dos seus estudos [...] a respeito do Sacro, Pontificio e Real Collegio de S. Pedro [...]*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva.

[https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/9578/item2\\_index.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/9578/item2_index.html)

Oliveira, C. J. P. C. de. (1996). *O saber e poder: O Colégio Real de S. Pedro da Universidade de Coimbra (1700-1834)*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Vasconcelos, A. de. (1987). *Escritos Vários*. Reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues. Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. 1, 198–207.

### **Notas:**

Título formal.

### **Nota do arquivista:**

Descrição elaborada por Ana Maria Leitão Bandeira.

Nota a *Datas de acumulação*: O documento mais antigo, anterior à fundação do Colégio, é um empenhamento feito em Braga, de bens na fre-

guesia de Santa Maria do Beiral de Lima, pertencentes à igreja de Goães, a 28.12.1462, pelo Arcebispo Primaz, D. Fernando Guerra (cx. 2 (a), n.º 25). Outros documentos, anteriores à fundação do Colégio, datados de 1503 e 1524, reportam-se a bens do instituidor do Colégio e emprazamentos feitos por Sisto da Cunha, abade da igreja de São Pedro de Goães, estando confirmados pelo Arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, em 13.6.1503 (cx. 2, n.º 16) e pelo Cardeal Alpedrinha, em 17.7.1503, de uma propriedade na freguesia de Rio Mau.

Nota a *História administrativa*: A descrição do escudo heráldico do Colégio que se encontrava sobre o seu portal foi colhida em Vasconcelos (1987). Há autores que contradizem a proteção apostólica e régia sobre o Colégio, como Almeida (1732).

Foram consultadas as seguintes obras e fontes:

Almeida, D. F. de. (1732). *Dissertação Historica, Juridica, e Apologetica...* Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. [https://bibdigital.fd.uc.pt/H-F-3-17/H-F-3-17\\_item1/index.html](https://bibdigital.fd.uc.pt/H-F-3-17/H-F-3-17_item1/index.html)

Amaral, A. E. M. do. (Coord.). (2014). *Os livros em sua ordem: para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)* (pp. 30-31). Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0894-5>

Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra (1991). *A Velha Alta Desaparecida. Álbum comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*. Coimbra.

Braga, T. (1892). *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*. T. I. Typographia da Academia Real das Sciencias, 577–580.

Gama, Â. M. B. da. (Co-autor) (1977). *Catálogo da Biblioteca do «Real Colégio de São Pedro» de Coimbra*. Vol. 2 (1977 e 1978). Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Leal, M. P. da S. (1733). *Discurso apologetico, critico, juridico e historico: em que se mostra a verdade das doutrinas, factos e documentos, que affirmou e refferio na conta dos seus estudos [...] a respeito do Sacro, Pontificio e Real Collegio de S. Pedro [...]*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva. [https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/9578/item2\\_index.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/9578/item2_index.html)

Vasconcelos, A. de. (1987). *Escritos Vários*. Reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues. Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. 1, 198–207. Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra (F), «*Contas correntes dos bens dos extinctos Collegios de São Pedro e São*

Paulo, 1834» pp. 12–18 (DC) - inclui o *Inventário de móveis, direitos e aççõens, prédios rústicos e urbanos do Colégio de São Pedro*, assim como o *Auto de posse tomada em nome da Universidade do Colégio de São Pedro*, em 02.08.1834, pelo deputado da Junta da Fazenda da Universidade, por José Maria Pereira, feito por ordem do Vice-Reitor da Universidade, José Homem de Figueiredo Freire.

Nota a *História custodial e arquivística*: a identificação de algumas unidades de instalação das séries documentais de *Livros de despesa da superintendência da cozinha* e *Livros de receita e despesa* colocou dúvidas, pois muitos se assemelhavam quanto às informações registadas, mas foram reunidos, tendo em conta a identificação dos termos de abertura dos volumes, quando estes existiam ou os títulos registados na capa, quando também existiam. A decisão de colocar numa mesma série de *Livros de receita e despesa*, unidades de instalação que, à partida, aparentam ser de diferente tipologia, foi tomada para não levar à dispersão de muitas séries, quando havia livros que reuniam em si receitas e despesas, apenas receitas e apenas despesas e despesa da fábrica ou fábricas do Colégio. Refira-se, a título de exemplo o *Livro [de despesas] das fábricas do Colégio* (1617-1618) que assim é identificado, no título aposto no plano superior da encadernação, reunindo registos de despesas, semelhantes às que são lançadas em *Livro de despesa ordinária* ou apenas *Livro de despesa*.

Nota a *Idioma / Escrita*: algumas capas de pergaminho são fragmentos de códices em francês, certamente comprados a peso, a livreiros, para serem reutilizados nas encadernações. Refira-se, a título de exemplo, o *Livro de registo do carneireiro e do neveiro* (1632-1638) ou o *Livro de receita de foros da renda de Alijó* (1641-1643).

### **Regras ou convenções:**

Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. (2ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Direção Geral de Arquivos – Programa de Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2007). *Orientações para a descrição arquivística*. (2ª ed.). DGARQ.

### **Data de descrição:**

Data da elaboração: 2020-12; 1.ª Revisão: 2021-10; 2.ª Revisão: 2023-08.



Figura 1 – Portada do *Tombo de Goães* (1717), com desenho a sêpia e aguada, representado o Apóstolo São Pedro.

## Inventário e descrição arquivística das séries

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/01

**Título:** Documentos de doações, privilégios e administração

**Datas de produção:** 1545-1834

**Datas de acumulação:** 1462-1834

**Nível de descrição:** Coleção

**Dimensão e suporte:** 14 cx.; perg., papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui documentação de diversa tipologia, régia e pontifícia, retratando os privilégios concedidos ao Colégio, confirmando-os ou reconhecendo-os, bem como documentos relativos à sua administração, seus bens e igrejas do seu Padroado.

Entre essa documentação pontifícia, refiram-se as Bulas do Papa Paulo III, de 1545, com a anexação da igreja de São Pedro de Goães e sua união perpétua ao colégio e, do mesmo Papa, a Bula de 1549, de união perpétua da igreja de Santa Maria de Alijó (concelho de Alijó, distrito de Vila Real) ou, ainda, a Bula do Papa Gregório XIII, de 1574, com a confirmação dessas anexações. Ou também o Breve de confirmação da anexação da igreja de Goães (concelho de Amares, distrito de Braga), pelo Núncio Apostólico D. Aloísio Lipomano, de 01.08.1545.

Entre a documentação régia, refira-se, por exemplo, o Alvará de privilégio para o Colégio poder cortar lenha das matas régias de Botão e Lagares (freguesia de Souselas, Coimbra), datado de 12.02.1545, em que a instituição é ainda designada como "*Colégio de S. Pedro para clérigos pobres*" como, efetivamente, era identificado quando se destinava a clérigos pobres e estava edificado na Rua da Sofia. A documentação pontifícia e régia retrata também a anexação das igrejas de Santa Luzia da Amieira, Santa Águeda de Carlão, São Tiago de Vila Chã e São João de Castedo.

Inclui, também, documentação relativa a dispensa de renda, dispensa de idade, dispensa de consanguinidade de colegiais e porcionistas, para entrarem no colégio e ainda "*comutação de beca*" ou seja, por exemplo, a permuta de uma beca de Cânones, por uma beca de Leis.

Retrata a administração de bens em Alijó e Goães, relativos às suas respetivas igrejas, obras e capítulos de visitações. Contém certidões extraídas de Livros da Chancelaria Régia e assinadas pelo Guarda-Mor da Torre do Tombo, o Desembargador José de Seabra da Silva, sobre as igrejas do Colégio e licenças para possuir bens de raiz (cx. 2 (a), n.º 28).

Inclui, ainda, escrituras de obrigação, de sub-rogação, de permuta, de compra, etc., bem como documentação relativa à Quinta da Cheira, em

Coimbra, que era uma das quintas de recreio do Colégio e pertencera ao Colégio de Jesus de Coimbra e anteriormente, aos Cónegos da Sé de Coimbra, tendo estado na posse de Sebastião Stockamer, bedel da Universidade, e do doutor Tomás Rodrigues da Veiga (cx. 2 (a), n.º 35 a 61).

Permite conhecer alguns privilégios concedidos a colegiais, como, por exemplo a dispensa de número de porcionista no Colégio, de que é exemplo a "*dispensa de número*" concedida a D. Diogo Lobo, filho do Barão de Alvito, em 1636, ou a concedida a Simão da Cunha, filho de Pedro da Cunha, Trinchante-mor, dispensa para porcionista supranumerário, ou ainda a dispensa concedida a D. Sancho de Faro, filho do Conde D. Estêvão de Faro, também para porcionista supranumerário (cx. 6 (a)).

Reúne documentos anteriores à fundação do Colégio, nomeadamente carta de empraçamento, de 13.07.1503, em nome do Arcebispo Primaz de Braga, D. Jorge da Costa, confirmando outros documentos relativos a bens da igreja de Goães, na freguesia de Gondufe (cx. 2, n.º 16) e um outro empraçamento de bens, na freguesia de Santa Maria do Beiral de Lima, também pertencentes à mesma igreja, em 28.12.1462, pelo Arcebispo Primaz, D. Fernando Guerra (cx. 2 (a), n.º 25).

Engloba documentos relativos a legados de colegiais e porcionistas, como, por exemplo o Dr. José Pereira Dias, que deixou, em testamento, 60 000 réis ao Colégio. Em anexo a algumas escrituras relativas a obrigações de obras, encontram-se apontamentos sobre obras, contas e recibos das mesmas (cx. 8, n.º 65). No que toca à administração das igrejas do Padroado do Colégio, permite conhecer os artistas que construíram ou reedificaram igrejas e capelas anexas, residências paroquiais e outros edificadados. Refiram-se alguns artistas que trabalharam na igreja de Alijó, sobretudo na reedificação da sua capela-mor, com o trabalho do mestre de obras e arquiteto Francisco Correia de Matos, de Vila Real, em 1796 (cx. 8, n.º 11 e n.º 14). Junto com escrituras de obrigação, encontram-se também inventários de paramentos, alfaias de culto e livros litúrgicos das referidas igrejas, como a igreja de São Pedro de Goães, com inventário em 3.7.1637 (cx. 8, n.º 3). Assim como registos de visitasões a igrejas do Colégio e decisões tomadas.

Engloba, ainda, correspondência de antigos colegiais dirigida ao Colégio, participando as suas nomeações para cargos público, como, por exemplo o Dr. Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, quando, em 1826, foi nomeado para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, oferecendo os seus serviços ao colégio a que pertencera (cx.8).

Dá a conhecer dos documentos de despesa de impressão e encadernação da obra *Apologia do Colégio de São Pedro*. Trata-se, efetivamente, do livro de Leal (1733) impresso em Lisboa, na oficina de José António da Silva. A documentação

revela também as despesas com o impressor e com o abridor de estampas utilizadas nesta obra, Jacobus Harrewyn, pela interpretação da sua assinatura no pagamento que lhe foi feito em 04.07.1733 e em outro registo de despesas de gravuras, raro testemunho da presença deste artista flamengo, em Lisboa (cx. 8, n.º 70).

Abarca documentação relativa a outros colégios, como o Colégio de São Paulo e Colégio de São Miguel e de Todos os Santos, redigida para conhecimento histórico dessas instituições, tendo sido obtidas cópias de originais existentes na Torre do Tombo e no Mosteiro de Santa Cruz. Esta documentação já se encontrava no cartório do Colégio e foi identificada pelo colegial Miguel Gomes Soares (que viria a ser Reitor do Colégio) quando elaborou, em 1824, o *Índice do Cartório* (cx. 6, n.º 47 e n.º 48).

A ordenação da documentação é feita de acordo com o citado *Índice* (1824), razão pela qual não há ordem cronológica, mas sim temática e nem sempre seguida, uniformemente. O conhecimento global do conteúdo da coleção pode ser feito pela consulta do supracitado *Índice* pois a documentação está identificada por número de caixa e número de ordem dentro de cada caixa. As referências que foram colocadas, após o título de cada u.i., correspondem a esse *Índice* que serve de idd para esta coleção documental.

Nota a *Dimensão e suporte*: esta coleção, descrita a nível de série, *Documentos de doações, privilégios e confirmações* contém, entre a sua documentação avulsa, 198 pergaminhos.

<b>Descrição</b>	<b>Datas</b>	<b>u.i.</b>	<b>Cotas</b>
Documentos de dispensa de renda e de idade, comutação de beca	1588-1758	cx. 1	IV-1.ªE-7-5-1
Documentos de dispensa de renda e de consanguinidade, etc.	1564-1759	cx. 1 (a)	IV-1.ªE-7-5-2
Documentos de dispensa de renda, de consanguinidade, prorrogação de beca	1585-1739	cx. 1 (b)	IV-1.ªE-7-5-3
Documentos de doações, privilégios e confirmações	1503-1600	cx. 2	IV-1.ªE-7-5-4
Documentos de doações, privilégios e confirmações	1462-1806	cx. 2 (a)	IV-1.ªE-7-5-5
Documentos de doações, privilégios e administração	1561-1823	cx. 6	IV-1.ªE-7-5-6
Documentos de doações, privilégios e administração	1574-1827	cx. 6 (a)	IV-1.ªE-7-5-7
Documentos de administração, visitas a igrejas e obras	1575-1773	cx. 7	IV-1.ªE-7-5-8



**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/02

**Título:** Estatutos

**Datas de produção:** [17--]

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 1 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui apenas um volume de *Estatutos*, com texto em latim, *Statuta Sacri, nec non Regalis Collegii Divi Petri*, sem data, tratando-se de uma cópia do volume original que se encontra na BGUC (Ms. 3068).

Inclui também, nas folhas finais do volume, uma cópia do *Livro 4.º das visitas novas deste Collegio de São Pedro depois da reformação*, de 1572 a 1624, e ainda cópias de termos de juramento dos Visitadores.

As decisões, tomadas em visitasções, pode dizer-se que complementavam o que estava instituído nos Estatutos do Colégio como, por exemplo, o que diz respeito ao comportamento estudantil. Na visitação de 0.6.04.1589 diz-se, concretamente, que o Reitor “*tenha particular cuidado em castigar qualquer colegial, e pessoa do Collegio que lhe não tiver acatamento, e obediência devida [...] sendo caso grave dará conta disso ao Senhor Reitor da Universidade*”, atestando a dependência hierárquica do Colégio, perante a Universidade. Na mesma data, se reforçava a prática comum de os alunos mais modernos terem reverência perante os colegiais mais antigos, castigando os que infringirem a regra.

Engloba decisões sobre o comportamento no Refeitório, onde deveria haver uma lição, ao jantar e ceia, e se “*tenha silencio perpetuo*”. Também se tomam decisões sobre a proibição do uso de espadas e outras armas, por parte dos colegiais, porcionistas e familiares. Abarca também decisões sobre a lavadeira da Colégio e de que forma se dará para lavar a roupa de cada colegial, registando-se ainda decisões sobre as mulheres que podem vir à portaria do Colégio.

Engloba, no final do volume, cópia do juramento do Vice-reitor da Universidade, Doutor Gabriel da Costa, visitador do Colégio, em 08.03.1605.

Descrição	Datas	u.i.	Cotas
Livro de Estatutos	[17--]	liv.	IV-1.ªE- 7 - 3 -1

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/03

**Título:** Escrituras notariais diversas

**Datas de produção:** 1530-1825

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 5 cx.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui escrituras notariais de diversa tipologia, sendo maioritariamente emprazamentos, arrendamentos e fianças. Inclui também escrituras de obrigação e escrituras de arrematação. Quanto a estas últimas, podem citar-se a arrematação da obra da capela mor e sacristia da igreja do padroado do Colégio, de São João Batista de Castedo, por Vicente Figueiró, pedreiro da Galiza, em 1807, ou a obra do retábulo da mesma igreja, pelo mestre entalhador José Martins Pereira, de Favaios, em 1813. Este entalhador também arrematou a obra de carpintaria da casa de residência de Santa Águeda de Carlão, em 1816. Inclui também a escritura da obra de carpintaria da residência paroquial de Vila Chã, com Joaquim Pereira, carpinteiro de Alijó, em 1813, bem como certidões de párocos que confirmam a arrematação de diversas obras nas igrejas de Castedo, Amieiro, Vila Chã, Alijó e Carlão, em 1815-1816.

Engloba, quanto a escrituras de emprazamento, aquelas que dizem respeito a propriedades e casais pertencentes ao património da igreja de Goães, do padroado do Colégio, desde 1546 a 1795 e bens nas freguesias de São Miguel de Gondufe, São Martinho de Escariz e São Martinho de Rio Mau (cx. 3). Alguns desses emprazamentos reúnem escrituras de vedoria dos prazos, nas freguesias de São Tiago de Rio Mau, Santa Marinha de Anais, Santa Eulália de Godinhaços, etc. Engloba, também, autos de posse, após a escritura de emprazamento, escrituras de compra e venda e autos de vedoria, maioritariamente nas freguesias de Santa Maria de Alijó e São Pedro de Goães (cx. 5 (a)).

Engloba, ainda, escrituras de contrato e distrato de empréstimo de dinheiro a juros, bem como escrituras de fiança dos rendeiros, da renda de Alijó. Quanto a escrituras em Coimbra, refira-se que a Quinta da Cheira fora comprada a um criado do Marquês de Pombal, sabendo-se que pertencera em 1564 ao bedel da Universidade, Sebastião Stockamer e, depois, ao Doutor Tomás Rodrigues da Veiga. A mesma quinta será arrendada pelo Colégio, em 1819 (cx. 11 - n.º 17) a José Rodrigues Loureiro e depois, em 1825, a Manuel de Paiva (cx. 11 - n.º 96). Deve referir-se que estão também incluídos documentos de despesas e alguma correspondência.

Foram retiradas do acervo da coleção de *Documentos de doações, privilégios e administração* as caixas 3, 4, 5 e 11, por se verificar que toda a sua documentação constituía uma série de *Escrituras notariais diversas*. Manteve-se esta numeração de caixas, para poder ser utilizado o *Índice* elaborado em 1824.

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Escrituras notariais diversas	1535-1824	cx. 3	IV-1.ºE-7-3-2
Escrituras notariais diversas	1546-1818	cx. 4	IV-1.ºE-7-3-3
Escrituras notariais diversas	1530-1795	cx. 5	IV-1.ºE-7-3-4
Escrituras notariais diversas	1548-1763	cx. 5 (a)	IV-1.ºE-7-3-5
Escrituras notariais diversas	1581-1816	cx. 11	IV-1.ºE-7-3-6

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/04

**Título:** Processos de inquirições de porcionistas, colegiais e familiares

**Datas de produção:** 1548-1824

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 16 cx.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui os processos de inquirição para entrada de porcionistas, colegiais e familiares no Real Colégio de São Pedro. As inquirições são de natureza diversa, nomeadamente: inquirições *de genere* (i.e. de limpeza de sangue), inquirições *de vita et moribus* (i.e. de comportamento e costumes) e inquirições para justificação (i.e. justificação de fraternidade). Neste último caso, trata-se da necessidade de justificar a fraternidade, com algum colegial, porcionista ou familiar que já tivesse sido aprovado, para entrar no Colégio, não sendo necessário que corresse uma inquirição de forma completa. Estes processos eram lidos e aprovados em capela, pelo Reitor e demais colegiais, tendo sido, anteriormente, nomeados os inquiridores e secretários de cada inquirição, que se deslocavam aos locais do país onde corriam essas inquirições. Foram ordenadas, segundo a numeração aposta no verso de cada processo, com indicação do número da caixa e número de ordem, dentro de cada caixa, de acordo com a organização atribuída em 1824, tendo sido preservada, por necessidade de manter a informação que consta no *Índice do Cartório*.

Os processos de inquirição de justificação de fraternidade pretendem, apenas, abreviar a candidatura a colegiais ou a porcionistas, pois provam a fraternidade com outro colegial já admitido no Colégio. Refiram-se os casos de José César de Meneses (1701) que prova ser irmão de Rodrigo César de Meneses, antigo porcionista. Ou ainda o caso de José de Vasconcelos e Sousa (1685), provando ser irmão de João de Vasconcelos e Sousa, igualmente já aceite como porcionista (ambos os processos citados *in* cx. 22). Por vezes, não é usada a terminologia “justificações de fraternidade”, mas apenas inquirições para provar que “*he irmão inteiro*” como, por exemplo, a inquirição de D. Vasco Lobo (1649), filho dos Barões de Alvito, irmão do colegial

D. Diogo Lobo da Silveira (1639) e, por sua vez, a sua avó materna, a Condessa da Vidigueira, D. Leonor Coutinho era irmã do porcionista do Colégio, Álvaro Pires de Távora; e o seu avô materno, o Conde Almirante, D. Francisco da Gama, fora Vice-Rei da Índia (cx. 27, n.º 40).

Retrata os formulários de inquirição e as testemunhas que são ouvidas, as quais, por vezes, representam as melhores casas nobres do país, como no caso de Domingos de Vasconcelos, neto dos Condes de Castelo Melhor, pretendente a porcionista do Colégio, com justificação de fraternidade com José Joaquim de Vasconcelos que também fora porcionista (1731). Foram testemunhas da inquirição o Conde da Ericeira, o Marquês de Alegrete, o Conde de Tarouca, o Conde de Vila Nova, o Marquês de Valença, o Marquês de Marialva, o Marquês de Abrantes e o Marquês de Cascais (cx. 27, n.º 44)

Inclui inquirições que são, simultaneamente, *de genere* e *de vita et moribus*, como a de D. Gaspar Moscoso da Silva (1701) filho dos Condes de Santa Cruz (cx.27, n.º 28) ou a de D. Vasco da Câmara (1724) filho dos Condes da Ribeira Grande (cx. 28, n.º 23).

<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>u.i.</b>	<b>Cotas</b>
Processos de inquirições	1580-1738	cx.13	IV-1.ªE-7-4-18
Processos de inquirições	1593-1752	cx.14	IV-1.ªE-7-4-19
Processos de inquirições	1577-1728	cx.15	IV-1.ªE-7-4-20
Processos de inquirições	1577-1758	cx.16	IV-1.ªE-7-4-21
Processos de inquirições	1577-1822	cx.17	IV-1.ªE-7-4-22
Processos de inquirições	1574-1756	cx.18	IV-1.ªE-7-4-23
Processos de inquirições	1569-1806	cx.19	IV-1.ªE-7-4-24
Processos de inquirições	1591-1773	cx.20	IV-1.ªE-7-4-25
Processos de inquirições	1564-1758	cx.21	IV-1.ªE-7-4-26
Processos de inquirições	1569-1761	cx.22	IV-1.ªE-7-4-27
Processos de inquirições	1565-1824	cx.23	IV-1.ªE-7-4-28
Processos de inquirições	1603-1824	cx.24	IV-1.ªE-7-4-29
Processos de inquirições	1585-1788	cx.25	IV-1.ªE-7-4-30
Processos de inquirições	1602-1798	cx.26	IV-1.ªE-7-4-31
Processos de inquirições	1548-1787	cx.27	IV-1.ªE-7-4-32
Processos de inquirições	1590-1758	cx.28	IV-1.ªE-7-4-33

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/05

**Título:** Livros de Capelas

**Datas de produção:** 1563-1826

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 6 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui registo das reuniões em Capela, de onde advém a designação de *Livros de Capelas*, para tomada de todas as decisões respeitantes à administração do Colégio, bem como a apresentação e aprovação de colegiaturas e familiaturas. Registam-se ainda os termos de eleição de reitores, de vice-reitores e de colegiais. O vol. 1 poderá ser considerado um livro de tipologia mista, uma vez que inclui ainda o registo de *Provimto de colegiaturas e familiaturas* (1576-1606).

Inclui também informação sobre decisões para aquisição de livros para a Biblioteca, como a que foi registada em 09.05.1786, tendo sido encarregado o seu bibliotecário, João de Magalhães e Avelar, de elaborar um catálogo dos livros necessários que foi transmitido, em diversas cópias mandadas remeter aos livreiros de Lisboa, para se efetuarem as compras de livros.

Engloba todas as decisões administrativas relativas à vida interna da instituição, a análise, apreciação e aceitação das inquirições apresentadas para candidatura a lugares de colegiais, porcionistas e familiares. Em Capela era lida a correspondência que chegava ao Colégio, com pedidos de lugares para porcionistas. Podem citar-se, como exemplo, a carta do Marquês de Pombal, lida em Capela de 07.10.1771, pedindo um lugar de porcionista para seu filho José Francisco de Carvalho Daun (v. *Livro de Capelas*, vol. 6, fl. 56); ou o pedido feito pelo Conde de Resende, em carta lida em Capela de 18.11.1772, para um lugar de porcionista, a atribuir a seu filho D. Francisco de Castro, sobrinho do Cardeal da Cunha "*especial protetor do Colégio*", o qual "*não devia ter inquirições nem outras algumas diligências*" para a sua entrada no Colégio (*Livro de Capelas*, vol. 6, fl. 58). Apresenta também renúncia a colegiaturas, por desistência, já depois de ocuparem lugares ou terem sido aprovados.

Engloba, ainda, as decisões de visitas às igrejas do Colégio e nomeação de quem acompanhava os visitantes.

A eleição do Reitor era feita segundo um ritual apropriado, ouvindo a missa do Espírito Santo, antes de proceder a votação, sendo também tirada "*devassa de suborno*" para se averiguar se haveria influências para votação.

O *Livro de Capelas*, vol. 6 (1737-1826) inclui o registo de Provisões e Cartas Régias recebidas no Colégio, maioritariamente, relativas à entrada de porcionistas e colegiais, bem como o aumento do número de becas no Colégio e provimento de colegiaturas.

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Livro de Capelas, vol. 1	1563-1623	liv.	IV-1.ªE-7-3-7
Livro de Capelas, vol. 2	1567-1619	liv.	IV-1.ªE-7-3-8
Livro de Capelas, vol. 3	1619-1635	liv.	IV-1.ªE-7-3-9
Livro de Capelas, vol. 4	1635-1665	liv.	IV-1.ªE-7-3-10
Livro de Capelas, vol. 5	1666-1737	liv.	IV-1.ªE-7-3-11
Livro de Capelas, vol. 6	1737-1826	liv.	IV-1.ªE-7-3-12

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/06

**Título:** Livros de despesa com os oficiais do Colégio

**Datas de produção:** 1569-1776

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 5 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de pagamento de ordenados a funcionários do Colégio, como seja: comprador, cozinheiro, "o bicho" (ajudante da cozinha), familiar da portaria, moço da sacristia, lavadeira, aguadeira, capelão, barbeiro, médico, sangrador, etc. Alguns volumes têm, originalmente, o título: *Livro dos salários dos ministros do Colégio* e a uniformização para o título atribuído a esta série *Livros de despesa com os oficiais do Colégio* decorreu da necessidade de juntar volumes que, apesar de terem diferentes títulos, têm o mesmo conteúdo de informação.

O volume mais antigo (1569-1588) contém o registo de entrada ao serviço em cada um dos cargos, as obrigações de cada cargo e pagamentos recebidos. A título de exemplo, refira-se para o comprador, a obrigação de lhe ser pago o ordenado em dinheiro e também um ferragoulo, um gibão, camisas, calções e chapéu. No caso dos familiares, aceites em candidatura, refere-se a data de sua eleição e aprovação, bem como o tempo que serviriam. Este volume inclui termos de admissão e eleição de familiares, bem como termos de obrigação de oficiais e servidores: lavadeira, amassadeira, comprador, médico, moço da sacristia, moço da portaria, etc. Foi uniformizado o título dos volumes, pois, por exemplo, este livro tem no seu termo de abertura: *Livro dos concertos e pagas que se fazem com os servidores e oficiais do colégio*. A indicação de "concertos" reporta-se a acertos feitos entre o Colégio e alguns dos oficiais que se ausentavam, ou acertos para receber vencimentos e roupa dada pelo Colégio.

Entre os médicos que prestaram serviço no Colégio, que eram professores na Faculdade de Medicina, citem-se os nomes de: Manuel de Abreu

(1635-1642), Tomás Serrão de Brito (1635-1642), António Pacheco Fabião (1648-1657), José de Magalhães (1662), Sebastião Jorge (1659), António Mourão Toscano (1662-1666), etc.

Inclui também o registo do pagamento das becas aos colegiais (1635-1694), com particular indicação: “*recebi da minha beca*” ou “*recebi da minha loba*”, encerrando com a data e assinatura.

Inclui, ainda, o *Livro das becas que os colegiais recebem* (1635-1776) que permite conhecer todos os nomes dos colegiais, sequencialmente, num largo período cronológico. Este volume revela os nomes de todos os colegiais, e suas assinaturas, quando declaram o valor das becas recebidas, das mãos do Reitor do Colégio, bem como o valor das lobas. Ao receber o quantitativo da beca, o colegial faz o juramento de que mandara celebrar “*as missas do Estatuto*”, ou seja, de acordo com os Estatutos do Colégio.

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Livro de termos de obrigação de oficiais, servidores e familiares do Colégio e seus pagamentos	1569-1588	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-13
Livro de despesa de pagamentos aos servidores e oficiais do Colégio e pagamento de becas	1592-1613	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-14
Livro dos salários dos ministros do Colégio e pagamento de becas	1613-1635	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-15
Livro dos salários dos ministros do Colégio	1635-1694	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-16
Livro das becas que os colegiais recebem	1635-1776	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-17

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/07

**Título:** Livros das receitas e contas dos Reitores do Colégio

**Datas de produção:** 1569-1802

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 7 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de receitas diversas, nomeadamente, a retoma do dinheiro que fora emprestado, o dinheiro da renda dos bens da igreja de Alijó e da igreja de Goães, dívidas de rendeiros, receita de venda de cereais, recebidos como pagamento de foros, etc. Inclui, também, a receita das quantias pagas, individualmente, pelos porcionistas do Colégio. Inclui, ainda, o registo do dinheiro que existe na arca, “*na bolsa do Colégio*”, cada vez que toma posse novo Reitor, ao qual era entregue o dinheiro encontrado na arca.

Reúne, ainda, o registo da receita dos gastos das inquirições, pagas pelos candidatos a colegiaturas, bem como o pagamento do “*jantar da sua entrância*”, como ocorre com António da Câmara, em 20.11.1582.

O segundo volume engloba o registo de dinheiro saído da arca, para pagamentos diversos (1585-1589), como aquele que é feito a pedreiros, carpinteiros, etc. Apresenta também o pagamento a “*charamelas*”, compra de louça para a cozinha, velas de cera, lenha, sal, candeias, etc.

Engloba, ainda, os registos de tomada de contas dos reitores (1719-1802), particularizando as contas tomadas à superintendência, à esmolaria, aos ordenados de serventes, nas “*fábricas do Colégio*”, ou seja, na administração da cozinha, nas despesas de ordinárias e nos livros de recibos dos Reitores, etc., permitindo conhecer a forma como era feita a administração económica. Aliás, em cada tomada de contas registada neste livro é feito um elenco dos livros consultados: livros de recibos dos Reitores, livros de despesa ordinária, livros de ordenados de serventes, livros da superintendência, de esmolaria e fábrica, e ainda pagamento de becas, conferindo as despesas com as receitas. Atente-se na particularidade do registo da tomada de contas ao Reitor cessante, Doutor Gaspar Barreto, feita em 06.11.1584, (*Livro de receita do dinheiro*, 1569-1584, fl. 46-46v), referindo a forma como se processou esta tomada de contas, conferindo os livros de receita e despesa, os livros do refeitório e da fábrica, confirmando todas as séries documentais reveladoras da vida económica e administrativa do Colégio, pelo novo reitor Tomás Barreto e pelo conselheiros Gabriel da Costa e Heitor de Valadares Sottomaior.

<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>u.i.</b>	<b>Cotas</b>
Livro da receita do dinheiro que os Reitores recebem e se mete na arca	1569-1584	liv.	IV-1.ªE-7-3-18
Livro da receita do dinheiro que os Reitores recebem e se mete na arca	1584-1589	liv.	IV-1.ªE-7-3-19
Livro da receita do dinheiro que os Reitores recebem e se mete na arca	1592-1617	liv.	IV-1.ªE-7-3-20
Livro das contas tomadas aos Reitores, Vice-Reitores, colegiais, porcionistas e familiares	1593-1718	liv.	IV-1.ªE-7-3-21
Livro da receita do dinheiro que os Reitores recebem e se mete na arca	1617-1657	liv.	IV-1.ªE-7-3-22
Livro da receita do dinheiro que os Reitores recebem e se mete na arca	1657-1775	liv.	IV-1.ªE-7-3-23
Livro das contas dos Reitores	1719-1802	liv.	IV-1.ªE-7-3-24

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/08

**Título:** Livros de visitasões

**Datas de produção:** 1572-1826

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 6 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Engloba os registos das visitasões feitas pelos Reitores da Universidade ao Colégio, com todas as determinações que estes deixaram, após observação do edifício, seu estado de conservação e sua administração pelo Reitor e colegiais. O *Livro quarto das visitasões novas deste Colégio de São Pedro depois da reformação* (1572-1624), em cópia, está encadernado com o volume de *Estatutos* do Colégio, iniciando com a visitação em 29.10.1572, pelo Reitor da Universidade, D. Jerónimo de Meneses, sendo Reitor do Colégio João de Alcobia.

Engloba, sobretudo, os registos das visitasões às igrejas do padroado do Colégio: Santa Maria de Alijó, São Pedro de Goães, Santa Luzia da Amieira, Santa Águeda de Carlão, São Tiago de Vila Chã e São João de Castedo. Existem também registos de visitasões na coleção de *Documentos de doações, privilégios e confirmações*, nomeadamente a visitação feita, em 1631, por D. Álvaro da Costa, por ordem da Mesa da Consciência (cx. 6 (a)). Permite conhecer a forma como se realizavam as visitasões às igrejas do padroado do Colégio, sempre presididas por um colegial nomeado para o efeito, em Capela do Colégio, assistindo à visitação o prior de cada igreja e outras testemunhas. Refira-se o exemplo do volume que inclui visitasões a diversas igrejas (1727-1748) que se inicia com a visitação à igreja matriz de Santa Maria de Alijó, feita pelo colegial Doutor Pedro de Vilas Boas e Sampaio, lente da Faculdade de Leis, tendo assistido à visitação o reitor da mesma igreja. Regista-se a visitação à capela-mor, sacristia, capelas anexas, verifica-se o livro da fábrica da igreja, livro de visitas do arcebispado, paramentos e alfaias de culto e as casas de residência do reitor. Assinalaram-se inventários atualizados, pelo referido visitador, em 03.12.1727, relativos às igrejas de Santa Maria de Alijó, São João Batista de Castedo, Santa Luzia do Amieiro, Santa Águeda de Carlão e São Tiago de Vila Chã, incluindo paramentaria, alfaias de culto e livros.

Um outro volume (1752-1773) apresenta termo de abertura pelo colegial Jacinto de Queirós Botelho de Vasconcelos, como visitador das igrejas da comenda de Alijó, apresentando termo de encerramento pelo beneficiado Manuel Lourenço Pinto que também rubricou e numerou a folhas do volume.

Nele surgem, ainda, como visitantes, Bernardo Pinto Ribeiro Seixas (1760) e Baltasar Peixoto de Barros (1763).

Engloba volume (1756-1784) com termo de abertura do colégio do Colégio, Jacinto de Queirós Botelho de Vasconcelos, datado de Vila Real (5.11.1756) e termo de encerramento, feito por seu mandado, pelo beneficiado Manuel Lourenço Pinto, pároco de Santa Ana de Riba Longa, que também fez a numeração de fólhos e os rubricou. Contém o registo das visitas feitas pelo supracitado colégio, por mandado do Colégio, às igrejas de São Tiago de Vila Chã (ou também designada São Tiago da Montanha de Vila Chã), Santa Águeda de Carlão, Santa Luzia do Amieiro, São João Batista de Castedo e Santa Maria de Alijó. Nas citadas visitas ficaram anotadas todas as obras a fazer, incluindo também o inventário de paramentos, alfaias de culto, imagens, retábulos, etc. Inclui, também, o registo de visita às casas de residência dos párocos das ditas igrejas, casa das tulhas e casas de receita das rendas, constatando tudo o que nelas existia, bem como os registos de receitas e despesas das rendas e fábricas das mesmas igrejas.

<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>u.i.</b>	<b>Cotas</b>
Livro quarto "das visitas novas deste Colégio de São Pedro"	1572-1624	liv.	IV-1.ªE-7-3-1
Livro de visitas às igrejas do Colégio: Santa Maria de Alijó e São Pedro de Goães	1637-1747	liv.	IV-1.ªE-7-3-25
Livro de visitas às igrejas do Colégio: Santa Maria de Alijó, Santa Luzia de Amieiro, Santa Águeda de Carlão, São Tiago de Vila Chã e São João de Castedo	1727-1748	liv.	IV-1.ªE-7-3-26
Livro de visitas e inventário das igrejas do Colégio: Santa Luzia do Amieiro	1752-1773	liv.	IV-1.ªE-7-3-27
Livro de visitas e inventário dos bens da Capela-mor, sacristia e casas de residência da Igreja de Santa Águeda de Carlão	1752-1774	liv.	IV-1.ªE-7-3-28
Livro de visitas às igrejas do Colégio: Santa Maria de Alijó, Santa Luzia de Amieiro, Santa Águeda de Carlão, São Tiago de Vila Chã e São João de Castedo	1752-1784	liv.	IV-1.ªE-7-3-29



Figura 3 – Selo de chapa do Colégio, com representação das suas armas, onde pode ser vista a tiara pontifícia e as chaves cruzadas, com uma bordadura em que se lê SIGILLUM SACRI DIVI PETRI COLLEGII, aposto em carta do seu Reitor, Bernardo António de Melo Osório, de 1731.05.14 (cx. 1 (b), n.º 213).

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/09

**Título:** Inventários e índices

**Datas de produção:** 1576-1825

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 4 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo dos bens móveis existentes na Capela e no refeitório do Colégio, seguindo esta ordem de registo, ao longo dos anos.

Registaram-se as imagens de arte sacra, bem como painéis, relicários, pratas, com indicação de toda a prataria, seja de resplendores, cruzes, cálices, galhetas, castiçais, etc. Também a paramentaria foi elencada, com todos os frontais de altar e vestimentas de tela, damasco, etc. Há ainda as bolsas, véus e palas, as alvas e toalhas de altar e toalhas de água às mãos, os amitos, corporais e sanguinhos.

Em cada ano em que foi redigido um inventário, ficou referido o nome do familiar responsável por todos os objetos da capela. Regista, quanto ao inventário do refeitório (1787-1823), o familiar responsável pelo mesmo, bem como o elenco de peças existentes: toalhas de mesa, guardanapos, toalhas

de mãos, bacias de estanho que servem nas mesas, talheres, candeeiros, almotolias, etc. Inventariam-se também os frascos de estanho e de vidro, pratinhos de copos e copos de cristal para água e para vinho, garrafas, etc.

Por fim, refiram-se também os utensílios de cozinha, entregues ao mestre cozinheiro, podendo conhecer-se alguns nomes dos que exerceram o ofício: João Rodrigues (1721), Nicolau Clemente (1722-23), Lourenço Francisco (1724-1732), etc. Quanto às peças de cozinha ficaram elencadas: as painéis de cobre, as torteiras, as frigideiras, as chocolateiras, os espetos, “cão de ferro”, balança, raladores, espumadeiras, trempes, cutelos, almotolias, etc.

O volume mais antigo de inventário do cartório do Colégio, sendo Reitor André Machado de Brito, inclui também o registo das missas celebradas que foram pagas (1576-1580). Certamente, terá havido outros registos de documentos, posteriores a este inventário do séc. XVI e anterior ao inventário do cartório de 1824. Esta opinião pode ser sustentada pela referência à feitura de um cartório (certamente um armário com gavetas) para guardar as inquirições *de genere*, elaboradas para ingresso de colegiais e porcionistas no Colégio. Foi em 1636 que se localizaram os registos de pagamento de 6 000 réis a Samuel Tibau, “*por conta do cartório que fez para as inquirições*” e também do mesmo ano é o registo de 12 000 réis “*que se ficaram a dever a Samuel Tibau do cartório que fez ao Collegio*” (*Livro de despesa*, 1635-1644, fl. 15 e 16v). Diga-se que este artista, Samuel Tibau, de origem francesa, devia ser um artífice de elevada qualidade, pois já fizera diversos trabalhos para o Mosteiro de Santa Cruz e para a Sé Catedral de Coimbra e viria também a fazer obra de marcenaria para o convento de São Domingos de Coimbra. Engloba inventário ou índice do Cartório elaborado em 1824 pelo colegial Dr. Miguel Gomes Soares, que deve ser utilizado para consulta da coleção de *Documentos de fundação, privilégios e administração do Colégio*. A criação desta coleção resulta, precisamente, de todos os elementos fornecidos por esse índice e da forma como, no próprio Colégio, foi organizada esta documentação avulsa. Refira-se que toda ela apresenta numeração da caixa em que se insere e número de ordem do documento, dentro de cada caixa.

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Livro de inventário dos papéis que estavam na arca	1576-1577	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-30
Livro de inventário do refeitório	1787-1823	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-31
Livro de inventário da Capela do Colégio	1787-1825	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-32
Índice do Cartório do Colégio	1824	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-33

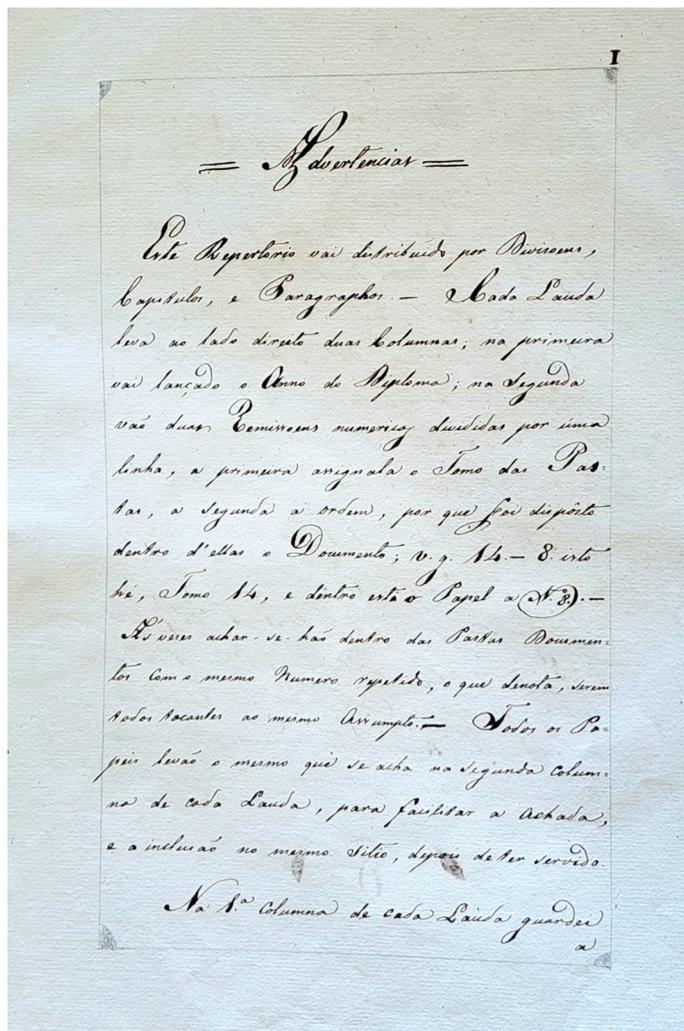


Figura 4 – Índice do Cartório (1824) elaborado pelo colegial Dr. Miguel Gomes Soares. As Advertências (fl.1) revelam a forma de redação do índice que, por sua vez, reflete a organização do cartório.

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/10

**Título:** Livros de despesas

**Datas de produção:** 1576-1834

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 22 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui livros de registo de despesas da fábrica do Colégio e livros de despesas ordinárias, sendo estas designações atribuídas nos próprios volumes.

Apesar de poderem ser consideradas tipologias diferentes, foram reunidos os volumes numa mesma série, pois em diversas situações as tipologias passam a ser uniformes, juntando num só volume cada um destes registos. O *Livro de despesas* (1593-1617) inclui no final, em registo invertido, receitas de inquirições e receita de rendas de Alijó (1589-1592).

Englobam despesas para o pagamento de processos judiciais (pagamento de certidões, agravos, traslados de certidões, etc.), despesas para pagamento de obras e materiais, como a compra de cal, compra de madeiras, pagamentos a pintores, para pintar o corredor debaixo do Colégio, em 30.08.1635, a compra da biblioteca do Dr. João Carvalho (1 550 réis, da arrematação dos seus livros, em 15.09.1635), para pagar ao carreiro que tirou o entulho que saiu do corredor que ladrilharam, em 24.09.1635, etc.

Registam-se, também, as despesas por arrendamento de "*genellas da praça da festa do Corpo de Deus*", em 2.11.1635, etc. Inclui, ainda, os registos de despesa com a aquisição de papel, tinta, penas, tinteiros e garrafas (certamente para guardar a tinta), materiais relativos à escrita e escrituração no Colégio.

Inclui, também, a despesa de aquisição de utensílios para a cozinha, como alguidares vidrados, louça de Lisboa, colheres de pau, painéis grandes, tigelas ou, ainda, "*sete pratos para pobres*" reveladores das esmolos, em alimentos que eram distribuídos na cozinha do Colégio. Não deixa de ser curiosa a referência ao gasto com pregos e um cadeado para a cozinha, feito em 20.10.1628, mostrando a necessidade de pôr em recato alguns alimentos. E mais curiosa, ainda, a referência à aquisição de "*dois baralhos de cartas*" registada em 22.07.1629.

O *Livro de despesa* (1635-1644) engloba o registo das contas pelos reitores do Colégio: Pedro Ribeiro do Lago, João Diogo Brito Caldeira, Francisco Baía Teixeira, (1640-1644). O *Livro de despesa da fábrica* do Colégio, da esmolaria e superintendência (1743-1834), com termo de abertura por António Bernardo de Almeida, Reitor do Colégio, inclui os recibos do superintendente, do esmoler e do comprador e também as contas, tomadas pelos Reitores, da superintendência e da fábrica do Colégio. Também o *Livro de despesa ordinária* (1637-1649) apresenta, no final, em registo invertido, recibos do superintendente (1644-1649), revelando uma tipologia de livros mistos que, por vezes, era produzida. Engloba um volume que regista as esmolos dadas pelo Colégio (1648-1717), que pode ser considerado um livro misto pois tem, primeiramente, o registo de despesas e, depois de invertido, o registo da esmolaria do Colégio. Entre as esmolos concedidas figuram: o Convento de Santo António da Pedreira (ou Capuchos da Pedreira), a pobres, a confrarias, a

soldados, a viajantes ("*pobres passageiros*"), aos frades de Santa Cristina, a doentes, à Confraria de São Brás, ao Convento de São Francisco da Ponte, etc.

Engoba os *Livros de despesa da fábrica* ou "*fábricas*" do Colégio, com termo de abertura pelo Reitor do Colégio, como António Valério de Mendonça Galvão (1720-1733), sendo o termo de encerramento, a rubrica e numeração de fólios por Manuel Nobre Pereira, vice-Reitor. Este volume inclui a tipologia de despesas gerais feitas pelo Colégio, com uma diversidade de registos, com destaque para: aquisição de lenha, carvão, louça para a cozinha e demais utensílios como cântaros, tigelas, frascos, etc. Mas também apresenta a aquisição de velas, vinho, milho, transportes, como o aluguel de bestas de carga e carros, despesa com o barqueiro, unguentos e óleos da botica, despesas com a engomadeira da roupa da Capela, como toalhas de altar e corporais, ou ainda pagamentos ao barbeiro, à aguadeira, etc. Apresenta registo, periódico, de tomada de contas "ao comprador da despesa da fábrica". Engloba, também, volumes como o *Livro da despesa das fábricas* (1617-1618), com registo de despesas de aquisição de alimentos: lampreias, pescadas, nozes, carne de vaca, queijos, etc., mas também carvão, lenha, cera, papel, ferramentas e ainda registo de esmolas e vestuário, como sapatos, meias e registo de despesas de obras, como consertar o corredor ou consertar uma cela, despesas ao pedreiro e ao carpinteiro, etc. As despesas de obras no Colégio estão representadas em diversos livros, como a despesa das cadeiras e retábulo da Capela, e seu pagamento ao mestre Simão da Mota, em 23.12.1609 e também o registo de pagamento de "pães de ouro" para o retábulo, em 28.04.1610 ou, ainda, o pagamento ao pintor Ascenso Fernandes por estofar e acabar de dourar o retábulo, em 26.06.1611, sendo Reitor Miguel Soares Pereira (livro de 1609-1614). Ou, um outro exemplo, como o caso do *Livro da despesa da fábrica* (1822-1834) com o termo de abertura redigido pelo Reitor Miguel Gomes Soares e o termo de encerramento pelo secretário do Colégio, João Pedro Correia de Campos, que também rubrica e numera a sua foliação.

Os volumes de *despesa ordinária*, como o de 1762-1788, apresentam termo de abertura do Reitor do Colégio, Estanislau da Cunha Coelho e termo de encerramento pelo colegial Manuel António Cabral que também faz a rubrica e foliação do volume. Dão a conhecer, com assiduidade, a compra de cartas de jogar, em dias festivos: "*160 rs de cartas de jogar nos dias de entrudo*" (7.2.1717), "*240 rs para cartas de jogar em véspera de Santa Luzia*" (20.12.1717), "*180 rs de cartas para jogar na Festa do Natal*" (10.1.1719), de acordo com o *Livro de despesa ordinária* (1637-1649) e (1699-1740). Permitem conhecer, ininterruptamente, as despesas com gastos de alimentação e com

obras, com a diversa aquisição de materiais, para intervenção no Colégio e outros edifícios, como a Quinta da Cheira, a Igreja de Alijó, etc. Podem também conhecer-se os gastos de esmolaria, desde as esmolas concedidas a pobres, a doentes, à aguadeira e à pastora do Colégio, aos padres do Convento da Estrela, aos religiosos de Santo António dos Olivais e Santo António da Pedreira, a soldados presos, a peregrinos para Santiago de Compostela, aos 12 pobres que se juntam no refeitório, em sexta feira da Paixão, etc.

<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>u.i.</b>	<b>Cotas</b>
Livro da despesa ordinária	1576-1584	liv.	IV-1.ºE-7-3-34
Livro da despesa ordinária	1609-1614	liv.	IV-1.ºE-7-3-35
Livro de despesa	1619-1628	liv.	IV-1.ºE-7-3-36
Livro de despesa	1635-1644	liv.	IV-1.ºE-7-3-37
Livro da despesa ordinária e recibos do superintendente	1637-1649	liv.	IV-1.ºE-7-3-38
Livro da despesa ordinária	1699-1740	liv.	IV-1.ºE-7-3-39
Livro da despesa ordinária	1740-1760	liv.	IV-1.ºE-7-3-40
Livro da despesa ordinária	1762-1788	liv.	IV-1.ºE-7-3-41
Livro da despesa ordinária	1762-1802	liv.	IV-1.ºE-7-3-42
Livro da despesa ordinária	1810-1815	liv.	IV-1.ºE-7-3-43
Livro da despesa da fábrica	1593-1617	liv.	IV-1.ºE-7-3-44
Livro da despesa da fábrica	1599-1604	liv.	IV-1.ºE-7-3-45
Livro da despesa da fábrica	1605-1614	liv.	IV-1.ºE-7-3-46
Livro da despesa da fábrica	1617-1618	liv.	IV-1.ºE-7-3-47
Livro da despesa da fábrica	1628-1630	liv.	IV-1.ºE-7-3-48
Livro de despesa da fábrica	1630-1631	liv.	IV-1.ºE-7-3-49
Livro da despesa da fábrica e registo de esmolas	1640-1648	liv.	IV-1.ºE-7-3-50
Livro da despesa ordinária e registo de esmolas	1648-1717	liv.	IV-1.ºE-7-3-51
Livro da despesa da fábrica	1720-1733	liv.	IV-1.ºE-7-3-52
Livro da despesa da fábrica, da esmolaria e da superintendência	1743-1834	liv.	IV-1.ºE-7-3-53
Livro da despesa da fábrica	1793-1809	liv.	IV-1.ºE-7-3-54
Livro da despesa da fábrica	1822-1834	liv.	IV-1.ºE-7-3-55



Figura 5 – Selo de chapa, com as armas do Colégio, aposto em procuração redigida pelo Reitor do Real Colégio de São Pedro, António Hortênsio Mendes Cardoso, o seu secretário António da Cunha e Sousa e o colegial João Pedro Correia de Campos (1821.04.16) - (cx. 12, n.º 70).

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/11

**Título:** Livros de despesa da superintendência da cozinha

**Datas de produção:** 1581-1825

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 37 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo das despesas diárias na cozinha do Colégio, com indicação dos alimentos adquiridos, ao longo de todos os meses do ano. Inclui, por vezes, a referência a despesas do refeitório do Colégio. O volume mais antigo (1581-1585) não utiliza, ainda, a designação de livro da superintendência da cozinha, mas contém registos de despesa do refeitório, com despesas de alimentação, como acontece com os restantes volumes desta série. O seu termo de abertura é claro: *Livro da despesa do refeitório sendo Reitor o Senhor Doutor Pero de Alpoim*.

A designação de superintendência não é usada de forma constante, em todos os livros. Mas, mesmo os volumes que não a referem no título, incluem-na, na aprovação final de contas como, por exemplo: *"tomaram-se as contas ao superintendente Vicente Caldeira de Brito"* (1592-1594).

Inclui o registo de aquisição dos alimentos, para confeção na cozinha do Colégio, podendo referir-se a carne de vaca, porco e carneiro, as galinhas e os frangos, o peru, as galinhas e as perdizes, os coelhos, o arroz, as especiarias, como cravo, canela, os legumes como a couve, espinafres, as leguminosas, como as favas, lentilhas e o grão, etc. Refiram-se também os ovos e uma diversidade de peixes: linguado, sável, lampreia, solha, sargo, robalo, pescada, etc.

Também dá a conhecer a aquisição de alguns produtos confeccionados, como as seguintes doçarias: marmelada, manjar branco ou tigeladas de manjar branco, certamente adquiridas em conventos femininos da cidade. Ou ainda os doces confeccionados na cozinha, como "*tigelinhas de ovos*", "*uma porcelana de ovos doces*", "*hum bolo de bacia*", "*tigelinhas de ovos moles*", etc.

Os volumes contêm também, geralmente, nos meses de maio, julho ou setembro, a tomada de contas ao superintendente, registando-se o que recebera para despesas e o que gastara. O nome de cada superintendente, que era um cargo ocupado por um colegial, fica sempre registado, assinando, no final da tomada de contas como, por exemplo: D. Miguel de Portugal (1620), D. Pedro de Meneses (1621), os doutores Estêvão de Miranda e António Leitão Homem (1624 e 1625), etc.

O *Livro de despesa da superintendência da cozinha* (1630, janeiro a julho) apresenta alguns recibos do superintendente Diogo de Figueiredo. Igualmente, um outro *Livro de despesa da superintendência da cozinha* (1625) poderia ser considerado um livro misto, pois apresenta, no final, de forma invertida, registos de entregas de neve, pelo neveiro, registos de entregas do carneiro, despesas de cavalgadas e de caminhos.

Integra volumes sem data, mas que podem ser atribuídos à primeira metade do séc. XVII, pois é superintendente o doutor Homem Leitão que exerceu o cargo em 1624, 1625 e seguintes anos. Em volumes mais recentes, como 1820-1825, registam-se apenas os alimentos adquiridos ou gastos, em cada dia, sem referência a ser livro da superintendência da cozinha. A tomada de contas é muito mais breve, do que em datas anteriores, referindo, apenas: "*vistas e aprovadas em capella de 7 de julho de 1825*" e a assinatura do vice-reitor.

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Livro de despesa do refeitório	1581-1585	liv.	IV-1.ªE-7-3-56
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1581-1592	liv.	IV-1.ªE-7-3-57

Livro de despesa da superintendência da cozinha	1587-1589	liv.	IV-1.ªE-7-3-58
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1589-1592	liv.	IV-1.ªE-7-3-59
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1592-1594	liv.	IV-1.ªE-7-3-60
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1594-1595	liv.	IV-1.ªE-7-3-61
Livro de despesa da superintendência da cozinha	[16--]	liv.	IV-1.ªE-7-3-62
Livro de despesa da superintendência da cozinha	[16--]	liv.	IV-1.ªE-7-3-63
Livro de despesa da superintendência da cozinha	[16--]	liv.	IV-1.ªE-7-3-64
Livro de despesa da superintendência da cozinha	[16--]	liv.	IV-1.ªE-7-3-65
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1619-1625	liv.	IV-1.ªE-7-3-66
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1625	liv.	IV-1.ªE-7-3-67
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1625-1630	liv.	IV-1.ªE-7-3-68
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1626	liv.	IV-1.ªE-7-3-69
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1626-1627	liv.	IV-1.ªE-7-3-70
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1628	liv.	IV-1.ªE-7-3-71
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1629	liv.	IV-1.ªE-7-3-72
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1630 (jan-jun)	liv.	IV-1.ªE-7-3-73
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1630 (jun-dez)	liv.	IV-1.ªE-7-3-74
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1630-1631	liv.	IV-1.ªE-7-3-75
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1633-1634	liv.	IV-1.ªE-7-3-76
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1635-1641	liv.	IV-1.ªE-7-3-77

Livro de despesa da superintendência da cozinha	1652-1653	liv.	IV-1.ªE-7-3-78
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1653-1658	liv.	IV-1.ªE-7-3-79
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1654-1659	liv.	IV-1.ªE-7-3-80
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1656-1661	liv.	IV-1.ªE-7-3-81
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1664-1675	liv.	IV-1.ªE-7-3-82
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1678-1688	liv.	IV-1.ªE-7-3-83
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1685-1693	liv.	IV-1.ªE-7-3-84
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1738-1760	liv.	IV-1.ªE-7-3-85
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1762-1763	liv.	IV-1.ªE-7-3-86
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1787-1791	liv.	IV-1.ªE-7-3-87
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1794-1798	liv.	IV-1.ªE-7-3-88
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1795-1809	liv.	IV-1.ªE-7-3-89
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1798-1803	liv.	IV-1.ªE-7-3-90
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1803-1808	liv.	IV-1.ªE-7-3-91
Livro de despesa da superintendência da cozinha	1820-1825	liv.	IV-1.ªE-7-3-92

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/12

**Título:** Livros de despesas de obras

**Datas de produção:** 1582-1750

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 4 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de despesas, com obras de reedificação ou pequenos reparos em divisões do Colégio e, também, registos de despesas, com obras nas igrejas de Alijó e Goães, do padroado do Colégio.

O primeiro volume desta série (1582-1584) relata o empréstimo de 50 mil réis, feito em 1582, pela Universidade de Coimbra ao Reitor do Colégio, Gaspar Barreto, para execução de obras, particularmente para a varanda do edifício. Engloba volumes com termo de abertura feito pelo Reitor do Colégio, de que é exemplo o que é assinado por João de Soveral Machado (1687-1693), incluindo despesas de obras e contas tomadas a Sebastião Gomes, o responsável pelas obras, abarcando as férias dos trabalhadores, os materiais para obras, os carreiros com pedra de Ançã e Outil, o azulejador, etc. Inclui volume de recibos de despesas das obras, assinados por Sebastião Gomes, responsável pelas obras, sempre que recebia dinheiro para gastos das obras (1687-1690).

No reitorado de António Valério de Mendonça Galvão foi feito um livro de despesas (1702-1750) que retrata obras do telhado, com a despesa de “telha que trouxe de dois milheiros”, em 21.10.1702, revelando os cuidados com o restauro do edifício, tal como continua a verificar-se, com o registo do pagamento “Ao mestre que fez a planta para se forrar a casa grande”, em 19.04.1703. Nos reitorados seguintes, continuaram a ser apontadas as despesas de obras, sem especificar em que parte do edifício decorreram. Inclui, para 1714 e 1715, novas obras, durante o reitorado de Manuel Borges de Cerqueira, que abarcam a Livraria e a Capela: “Do carpenteyro que abriu o taboado para a Cappella” ou “De desmanchar a estante da Livraria e tirar o forro della, e fazer o altar, e desmanchar o retabolo” (fl. 39v). Terá sido Manuel Moreira o artista que trabalhou no retábulo, pois é a este que se pagam 48 mil réis entre junho e novembro de 1714 (fl. 41). Ao mesmo artista, marceneiro, continua a pagar-se, em maio de 1715: “o retabolo da Capella” (fl.47v). Podemos saber que foi autor das estantes da Livraria, como se deduz do texto: “A Manoel Moreira [...] a conta da obra das estantes” [138 720 réis] (fl. 45) e ainda “A Manoel Moreyra [...] do ajuste das estantes da Livraria nova [...]” (fl. 45v). Engloba, também, referência à despesa feita em 1723, de 720 réis pagos ao carpinteiro Domingos Rodrigues, por fazer dois tabuleiros grandes, para as ocasiões em que era preciso “conduzir o jantar às quintas” (fl. 53v), revelando a tradição das refeições fora do Colégio, em ocasiões especiais, como pela Páscoa. Revela a obra da Livraria nova, quanto à data em que começaram as obras do soalho, em 19.11.1746 (fl. 74v), a compra de madeira do Brasil e pau-preto e os pagamentos ao mestre João Ferreira Quaresma: “por conta da obra das estantes”, em 24.09.1746 (fl. 73v-74).

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Livro de despesas de obras	1582-1584	liv.	IV-1.ªE-7-3-93
Livro de despesas de obras	1687-1693	liv.	IV-1.ªE-7-3-94
Livro de recibos de despesas de obras	1687-1690	liv.	IV-1.ªE-7-3-95
Livro de despesas de obras	1702-1750	liv.	IV-1.ªE-7-3-96

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/13

**Título:** Correspondência recebida

**Datas de produção:** 1588 - 1826

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 1 cx.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui cartas endereçadas ao reitor do Colégio, de diversas proveniências, mas, maioritariamente, das famílias dos colegiais e porcionistas, solicitando a entrada de seus filhos no Colégio. A carta mais antiga, de 28.12.1588, redigida em Madrid, pelo Bispo D. Jorge de Ataíde, capelão-mor, pedia que seus sobrinhos, filhos de sua irmã D. Joana de Ataíde e D. Nuno Manuel, ingressassem como porcionistas (cx.12, n.º 80). Também o Marquês de Castelo Rodrigo, D. Cristóvão de Moura, fez o mesmo pedido para seu primo Álvaro Pires de Távora, em 12.7.1608 (cx.12, n.º 39). Cite-se ainda o pedido de Diogo de Mendonça Corte Real, em 27.11.1728, para a atribuição duma beca a D. Manuel de Almeida, filho de D. Lourenço de Almeida, pedindo em nome deste, por se encontrar "*governando as Minas*" ou seja, governador de Minas Gerais (Brasil) (cx. 12, n.º 204).

A epistolografia feminina está também representada, nos casos em que são as mães a solicitar a entrada de seus filhos, no Colégio. São exemplares de referência as cartas da Condessa de Santa Cruz, em 1701, pedindo uma beca de porcionista para seu filho D. Gaspar, ou a carta da Baronesa-Condessa D. Bernarda Caetana Lobo a pedir, em 1719, uma beca de porcionista para seu filho D. Cristóvão José Lobo (cx.12, n.º 191) ou também de D. Maria Madalena de Portugal, pedindo, nesse mesmo ano, uma beca de porcionista para seu filho José Joaquim de Valadares. Podem citar-se outros exemplos, como o da Condessa de Rio Maior, na ausência de seu marido, o 2.º Conde de Rio Maior, D. António de Saldanha Oliveira Zuzarte Figueira e Sousa, então no Brasil, tutora de seus cunhados Francisco de Paula e Domingos Vicente de Saldanha de Oliveira, solicitando em 13.09.1817 que sejam recebidos como candidatos a duas becas de porcionistas (cx. 12, n.º 259). Também a Marquesa de Arronches (D. Mariana Luísa Francisca de Sousa Tavares

Mascarenhas da Silva) pedia, em 06.10.1736, que seu neto D. João Carlos de Ligne fosse recebido como porcionista, no Colégio (cx. 12, n.º 254).

Inclui, também, cartas para manifestar a renúncia de voto, na aprovação de becas, por se encontrarem ausentes do Colégio, como é o caso de Manuel Brás Anjo, nas cartas redigidas de Estremoz, sua terra natal, em 1718 e 1719 (cx. 12, n.º 260, 263 e 281).

Por sua vez, outras cartas revelam a entrada para cargos religiosos e civis, depois de saírem do Colégio, como D. Carlos de Lencastre, de 07.04.1647, noticiando que concorrera para uma conezia na Sé de Lisboa (cx.12, n.º 76) ou Luís Salgado de Abreu, em 1654, agradecendo as felicitações pelo seu despacho para a Mesa da Consciência (cx.12, n.º 243); o mesmo fez Roque Ribeiro de Abreu, em 1703, participando o seu despacho para a Mesa da Consciência (cx.12, n.º 270). Engloba correspondência em que se noticiam outras nomeações para cargos e títulos, como D. Nuno Álvares Pereira de Melo que, em 29.09.1703, envia ao Colégio a notícia da sua eleição para Reitor da Universidade, colocando-se ao dispor do Colégio para, em suas palavras, o "*poder servir*" (cx. 12, n.º 252). Refira-se que seu pai, o 1.º Duque de Cadaval, com o mesmo nome, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, escreve também, em 12.05.1703, manifestando o seu agradecimento por o Colégio ter intercedido na eleição de seu filho, para Reitor da Universidade (cx. 12, n.º 253). Abarca, neste contexto de influências, o Marquês de Marialva, ao solicitar a eleição de seu sobrinho Álvaro Pires de Castro, em carta de 1703 (cx.12 n.º 179). Entre a correspondência de signatários nobres podem citar-se, ainda, o Conde da Ericeira (D. Luís Carlos Xavier de Meneses), o Conde de Vila Verde, o Visconde de Balsemão (D. Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho), o Marquês de Angeja (D. Pedro de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa e o seu sucessor D. João de Noronha Camões de Albuquerque Sousa Moniz), o Marquês de Cascais (D. Luís de Castro Noronha Ataíde e Sousa), o Marquês de Gouveia (D. José Mascarenhas da Silva e Lencastre), o Marquês de Távora e o Marquês de Valença (cx. 12, n.º 114, 187, 205, 213, 245, 254 a 257).

Abarca, também, exemplos de epistolografia de dignitários da Igreja, estando representados Frei Luís da Silva Teles, Bispo da Guarda, D. Jorge de Ataíde, Bispo Capelão-Mor, D. Simão da Gama, Bispo do Algarve e Arcebispo de Évora, D. José de Lencastre, Bispo de Leiria, D. António Pereira da Silva, Bispo de Elvas, D. Francisco de Lemos, Bispo de Coimbra, D. João de Sousa, Arcebispo de Braga, os Núncios Apostólicos, Decio Carafa e Filippo Acciaioli, etc.

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Correspondência recebida	1588-1826	cx. 12	IV-1.ºE-7-3-97

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/14

**Título:** Livros dos recibos do comprador

**Datas de produção:** 1594-1831

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 22 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui o registo de todas as despesas feitas pelo comprador do Colégio, com indicação dos produtos adquiridos: alimentação, utensílios, despesa com aguadeiras, com a padeira, com criados, etc. Inclui, também, o registo das quantias entregues ao comprador, para "*gastos da superintendência*", com assinatura do mesmo, ao receber o dinheiro. Estes volumes são, originalmente, designados por livros de assentos do comprador ou recibos do comprador. Abarca um livro misto, com recibos do comprador e do carneiro (1600-1602).

Permite conhecer os nomes dos compradores do Colégio, como Francisco Rodrigues (1691-1694; 1696-1707-1710), Pedro Rodrigues (1695-1696), António Ferreira que não saberia assinar, pois está sempre uma cruz em lugar da sua assinatura (1707), Manuel da Costa (1724-1726), António Seco (1726-1727), António Velho da Costa (1727), etc.

Os volumes apresentam termos de abertura e de encerramento, geralmente com o nome do Reitor, como Roque Ribeiro de Abreu (1691) ou Vice-Reitor, como Manuel Gomes de Carvalho (1724). Refira-se que este último livro está rubricado e foliado por Lucas Seabra da Silva que também assina o termo de encerramento do volume. Apesar de não haver uniformidade nos termos de abertura, aquele que nos revela melhor a tipologia documental é o que apresenta o seguinte termo de abertura *Livro que há de servir dos assentos de recibo e contas que os compradores do Collegio fizerem com os senhores superintendentes* (1665-1691). Inclui também livros com despesas de alimentos, em registos diários. Refira-se que estas despesas mencionam também alimentos para "*mesa gente fora pobre*" ou "*mesa gente pobre*" que incluem, geralmente, ovos e pães, revelando a alimentação distribuída para pobres que acorriam ao Colégio, como é o caso de 30 de março de 1630 em que são dados 71 ovos e 44 pães para a referida mesa. Inclui a verificação de contas "*tomadas ao comprador*", com aprovação do Reitor do Colégio,

como pode constatar-se, por exemplo, num dos volumes (1773-1783) que difere da tipologia dos restantes, pelo seu grande formato, com assinatura do Reitor D. Gabriel de Vilas Boas Palmeiro, em 1783. Refira-se que este volume foi reconstituído, reunindo fragmentos dispersos por três caixas.

<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>u.i.</b>	<b>Cotas</b>
Livro de despesa do comprador e fornecimentos do carneiro	1594-1595	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-98
Livro de recibos do comprador e do carneiro	1600-1602	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-99
Livro dos recibos do comprador	1602-1605	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-100
Livro dos recibos do comprador	1609-1614	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-101
Livro dos recibos do comprador	1619-1623	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-102
Livro dos recibos do comprador	1624-1627	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-103
Livro de despesa do comprador	1625-1626	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-104
Livro dos recibos do comprador	1630-1632	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-105
Livro dos recibos do comprador	1636-1640	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-106
Livro dos recibos do comprador	1643-1648	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-107
Livro dos recibos do comprador	1645-1646	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-108
Livro dos recibos do comprador	1647-1648	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-109
Livro dos recibos do comprador	1656-1659	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-110
Livro dos recibos do comprador	1656-1664	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-111
Livro dos recibos do comprador	1665-1691	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-112
Livro dos recibos do comprador	1691-1710	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-113
Livro dos recibos do comprador	1710-1724	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-3-114
Livro dos recibos do comprador	1724-1735	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-4-1
Livro dos recibos do comprador	1735-1744	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-4-2
Livro de despesa do comprador	1773-1783	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-4-3
Livro de despesa do comprador	1791-1795	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-4-4
Livro de despesa do comprador	1802-1831	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-4-5

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/15

**Título:** Livros de registo de colegiaturas e familiaturas

**Datas de produção:** 1600-1826

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 4 liv.; papel.

### **Âmbito e conteúdo:**

Inclui livros com os registos das decisões tomadas em capela, para apreciação das candidaturas a porcionistas, colegiais e familiares, com indicação das vagas de cada beca no colégio e inquirições dos candidatos às mesmas. Inclui também as decisões sobre aprovação das inquirições apresentadas e votações sobre a sua provação, quer se trate de inquirições "de genere" ou inquirições "de vita et moribus".

Todos os registos das deliberações em capela apresentam as assinaturas dos colegiais presentes à aprovação de decisões sob a presidência do Reitor do Colégio. Permitem conhecer todos os nomes de reitores do colégio e datas em que presidiram aos seus destinos. Refiram-se, por exemplo, os seguintes nomes: Pedro da Costa (1600-1608), D. Francisco de Meneses (1608), Miguel Soares Pereira (1611-1618), Simão Torresão Coelho (1622-1623, 1626), D. Miguel de Portugal (1623-1624), D. Pedro de Meneses (1623), Marçal Casado Jácome (1624, 1629), Cristóvão de Távora (1628), D. Leão de Noronha (1634-1635), D. Jerónimo Mascarenhas (1636), Cristóvão Pinto de Paiva (1637), D. João de Portugal (1638). Manuel de Almeida Castelo Branco (1639), Pedro Ribeiro do Lago (1648-1650), Diogo Álvares Mourão (1653-1655), José de Sousa de Morais (1681), Manuel da Gama Lobo (1696), Francisco Carneiro de Figueiroa (1703), etc. Verificam-se algumas interrupções, na sequência cronológica dos registos, nomeadamente, com ausência de registos entre 1657 e 1680 e na sequência dos anos de 1683 a 1695.

Engloba o "*Livro das colegiaturas, entrada de colegiais e atribuição de becas*" (1712-1778), com termo de abertura de João da Costa Leitão, Reitor do Colégio, com folhas numeradas e rubricadas pelo Dr. Manuel Galvão de Castelo Branco, colegial que também redigiu o termo de encerramento. Apresenta os registos de entrada, por ordem alfabética de colegiais, com data de tomada de posse das respetivas becas. Inclui dados biográficos sobre cada colegial, com indicação de cargos exercidos e datas de falecimento. Refiram-se, por exemplo, os dados biográficos do Dr. Manuel Ferreira de Amorim que tomou posse de uma colegiatura de Leis, em 19.06.1740 e veio a falecer, no Colégio, como lente proprietário da cadeira de Véspera, da Faculdade de Leis. Regista, ainda, as comutações de becas, como, por exemplo, o caso do Dr. Manuel Nobre Pereira que tomou posse de uma beca de Teologia, em 22.04.1706, "*dispensada e comutada para a Faculdade de Cânones*". Ou, ainda, o exemplo do Dr. António Velho da Costa, opositor legista que tomou posse de uma beca de Leis, em 01.11.1728 e que foi reconduzido, em

14.02.1730, na beca de Leis, em que estava Carlos Custódio, por seu falecimento, em 26.10.1729. Contém, ainda, o “*Livro de registo de becas e familiaturas*” (1792-1826) que regista, maioritariamente, as oposições a familiaturas, com o nome de todos os que foram aceites por familiares, com data da reunião em capela, em que o seu nome foi aceite. Cada candidato a familiar dá indicação da sua naturalidade, bem como os nomes de seus pais e avós, paternos e maternos. O volume, com termo de abertura de Inácio Roberto de Vasconcelos Bettencourt, Reitor do Colégio, está rubricado e numerado em todas as folhas por João de Magalhães e Avelar, colegial. Inclui, apenas, uma candidatura a uma beca de colegial, por parte de João Fortunato Ramos dos Santos, em 1806, natural de Vitória, capitania do Espírito Santo, Brasil, doutorado na Faculdade de Leis, em 1796.

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Livro de inquirições dos opositores a becas do Colégio	1600-1738	liv.	IV-1. <sup>ª</sup> E-7-4-6
Livro de apresentação a colegiaturas e familiaturas	1623-1790	liv.	IV-1. <sup>ª</sup> E-7-4-7
Livro das colegiaturas, entrada de colegiais e atribuição de becas	1712-1778	liv.	IV-1. <sup>ª</sup> E-7-4-8
Livro de registo de becas e familiaturas	1792-1826	liv.	IV-1. <sup>ª</sup> E-7-4-9

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/16

**Título:** Livros das ausências dos colegiais e porcionistas

**Datas de produção:** 1607-1771

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 2 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

O registo das ausências dos porcionistas está feito em livro próprio (1607-1673), com registos maioritariamente feitos pelo secretário do colégio, Manuel Álvares de Carvalho. Inclui também a data de ingresso dos porcionistas. As ausências são por vezes justificadas, como, por exemplo: “*o porcionista D. Simão da Gama veyo a 22 de outubro no anno de 1660 para 1661 saiu para fora a ser opositor a huma colegiatura em 29 de novembro de 1660*”.

Entre os registos de ausências figuram, também, sem qualquer indicação de separação de assunto, registos de entrada de moços da

cozinha, do cozinheiro, bem como registo de moços da porta, com indicação de pagamentos que lhes foram feitos. Refiram-se os casos registados para os anos de 1610 a 1613. Entre os cozinheiros podem citar-se: Agostinho Fernandes, castelhano, que entrou a servir o Colégio em 05.01.1612, pelo preço de 20 mil réis anuais e *"de comer a porção ordinária do collegio"*. Ou ainda o cozinheiro Luís de Melo que entrou a servir em 10.02.1613, pelo preço de 14 mil réis e a porção ordinária.

Inclui também, este mesmo volume, alguns registos de ausências de colegiais (1624-1630), com indicação da razão de suas ausências: visitação à igreja de Alijó e suas anexas, saída para arrendamento das *"sãojoaneiras"*, saída para tirar inquirições, etc.

Engloba o mesmo volume uma *Lembrança do tempo em que entram os servidores do Collegio* (1607-1672) com indicação do nome de porteiros, apenas com indicação do nome próprio, como Francisco, em 1607, Inácio, em 1609, António, em 1611; o nome dos carneiros, que tinham a obrigação de fornecer carneiros ao Colégio, com indicação do termo de obrigação redigido para o efeito, como o caso de Simão Fernandes, o *"senteo"* de alcunha, com quem foi feita obrigação em 8 de julho. Regista-se também o nome de compradores do colégio, como João de Milão, com a data em que foi recebido e salário auferido, em 10.02.1611; a lavadeira, como Catarina Francisca, que entrou a servir, em 14.05.1614, etc.

Abrange livros com termo de abertura e de encerramento, como, por exemplo o volume de 1723-1771, com termo de abertura pelo reitor do Colégio Pedro de Vilas Boas e Sampaio, sendo o termo de encerramento, bem como a foliação e rubrica de folhas, feita por Carlos Custódio. No entanto, apenas estão escritas sete folhas deste volume, com registo de justificações de ausências de colegiais, por visitas a igrejas e por inquirições, mas também, o interessante registo dos seguintes cumprimentos: João Teixeira de Carvalho esteve ausente, por ter acompanhado Manuel Ferraz Gramosa, em nome do Colégio, a *"beijar a mão a sua Magestade"*, após o atentado ao Rei D. José, com registo de 04.11.1760; a ausência de Bernardo António Carneiro, por ter sido encarregado pelo Colégio para ir cumprimentar o Marquês de Pombal e seu filho José Francisco Daun de Carvalho, que tinha sido porcionista, por ocasião da sua nomeação como Conde da Redinha e de seu casamento, sem indicação de data mas, certamente, de 1776.

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Livro das ausências dos porcionistas e colegiais	1607-1673	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-4-10
Livro das ausências dos colegiais em serviço do Colégio	1723-1776	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-4-11

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/17

**Título:** Livros de registo do carneireiro e neveiro

**Datas de produção:** 1622-1638

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 2 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui um volume de registo de despesas do carneireiro Simão Dias (1622-1626), com fornecimentos feitos para o Colégio e com tomadas de contas, periodicamente, pelos Reitores do Colégio, Simão Torresão Coelho, Álvaro Casado Jácome, Paulo de Carvalho, etc.; apresenta apenas dois registos do neveiro e fornecimento de “*neve limpa*”, não datados. Inclui, também, um volume que dá a conhecer o fornecimento feito pelo carneireiro e pelo neveiro do Colégio, revelando aqueles com quem a instituição tinha contratos de fornecimento dos carneiros e da neve. Quanto à neve, certamente trazida dos poços de neve da serra Lousã, ficou registado, em alguns casos que era “*neve limpa*”, fornecida em arrobas, nos meses de verão, mas, por vezes, indicando fornecimentos já em maio. Refira-se, por exemplo, para 26.05.1633 “*começou o neveiro a trazer a neve e trouxe nesse dia cinco arrobas e doze arrates*”. Dá a conhecer os nomes dos neveiros Sebastião Fernandes e Francisco Rodrigues.

Quanto ao fornecedor dos carneiros, o designado carneireiro, podem também ser conhecidos os nomes de Simão Dias, António Simões e Manuel da Cruz. Os pagamentos ao carneireiro e ao neveiro eram feitos pelo próprio Reitor do Colégio ou pelo seu Vice-Reitor. Refira-se que existem alguns registos de despesas com o neveiro lançados, de forma avulsa, em *Livros de despesa da superintendência da cozinha*, como a despesa de arrobas de neve e também palha, certamente, para o seu acondicionamento (1628).

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Livro de registo do carneireiro e neveiro	1622-1626	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-4-12
Livro de registo do carneireiro e neveiro	1632-1638	liv.	IV-1. <sup>a</sup> E-7-4-13

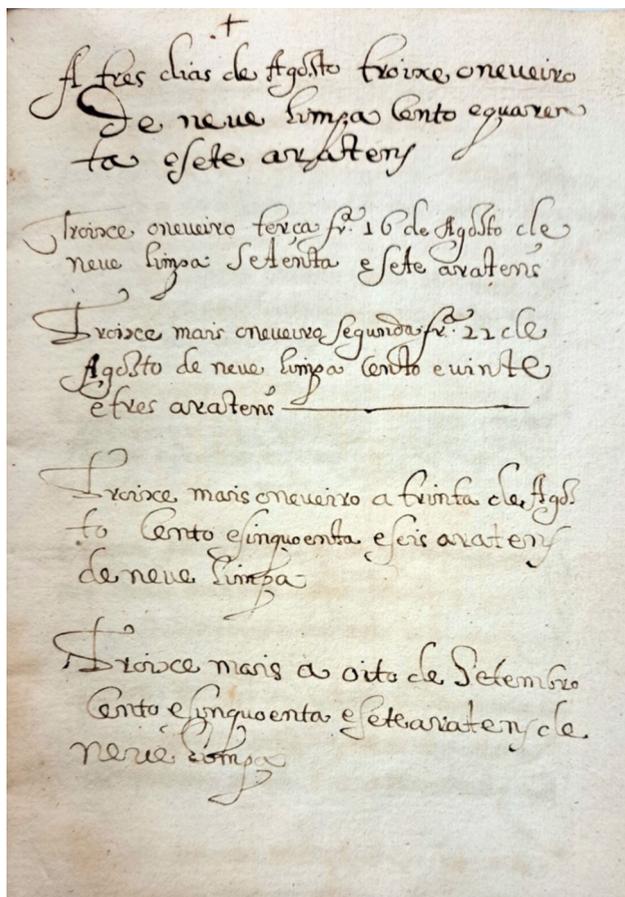


Figura 6 – Registo de fornecimento de neve limpa, para o Colégio, feito pelo neveiro, nos dias 3, 16, 22 e 30 de agosto e no dia 8 de setembro de 1633. Apesar de neste registo não figurar o nome do neveiro será, certamente, Sebastião Fernandes que aparece em anos seguintes.

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/18

**Título:** Livro de receitas de foros e rendas

**Datas de produção:** 1641-1728

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 4 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Engloba o registo de rendas e foros recebidos, relativos aos diversos prazos do colégio, com indicação de datas de pagamentos e nomes de foreiros e rendeiros.

Engloba, ainda, os quantitativos totais de cereais e produtos pagos: feijões, trigo, castanhas, linho, pão, vinho, etc. Inclui um volume (1641-1643) só com receita das rendas de Alijó, que também apresenta despesas com a recolha dos pagamentos em cereais e tomadas de contas, pelo Reitor do Colégio, João de Brito Caldeira, com indicação do que se colheu, do que ficou na tulha e do que se vendeu, assim como as despesas da medição do pão, despesas de tecido para ensacar o cereal, despesas com cavalgaduras, para ir fazer recolha de rendas, despesas com alimentação de quem foi recolher as rendas (sardinhas, presunto, azeite, etc.). Um outro volume (1724-1726) apenas regista as receitas de foros em Campia (freguesia do concelho de Vouzela), com indicação de todas as localidades dos rendeiros: Cambarinho, Rebordinho, Alvitelhe, Cercosa, Crasto, etc., e também em Destriz e suas cercanias. Os foros são pagos em linho, vinho, corazil (parte do porco) e dinheiro. Inclui a receita de rendas de Cambra (hoje faz parte da União de Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, do concelho de Vouzela), em volume (1724) de difícil leitura, pelo mau estado de conservação.

Descrição	Data	u.i.	Cotas
Livro de receita de foros e despesas da renda de Alijó	1641-1643	liv.	IV-1.ªE-7-4-14
Livro de receita de foros de Campia	1724-1726	liv.	IV-1.ªE-7-4-15
Livro de receita de foros de Cambra	1724- [17--]	liv.	IV-1.ªE-7-4-16
Livro de receita de foros da renda de Oliveira de Frades	1725-1728	liv.	IV-1.ªE-7-4-17

**Código de referência:** PT/AUC/UC/PRCSP/19

**Título:** Autos e tombo de demarcação e reconhecimento

**Datas de produção:** 1717

**Nível de descrição:** Série

**Dimensão e suporte:** 1 liv.; papel.

**Âmbito e conteúdo:**

Inclui volume, de grande dimensão (42 cm X 31 cm), com termo de abertura e de encerramento pelo Juiz do tombo, Dr. João Esteves de Carvalho, Desembargador da Relação e Procurador Geral da Mitra Primaz, em Braga,

06.11.1717, com folha de rosto apresentando um belo desenho a sépia, com efígie de São Pedro, como letras capitais decoradas, em todo o volume.

Permite conhecer as propriedades da igreja de São Pedro de Goães, no antigo concelho de Vila Verde e atualmente no concelho de Amares, distrito de Braga, através dos autos de medição e demarcação. Apresenta também autos de reconhecimentos de prazos e casais anexados à referida igreja.

Inclui também a demarcação dos limites da freguesia de São Pedro de Goães e freguesias circunvizinhas.

<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>u.i.</b>	<b>Cotas</b>
Tombo da igreja de São Pedro de Goães	1717	liv.	IV-1.ªE-7-4-34

## **Conclusão**

O que presidiu à publicação deste trabalho foi, essencialmente, dotar os leitores e investigadores de um instrumento de descrição documental que permitisse o acesso à documentação de forma perceptível, mais rápida e estruturada. Ao longo do tratamento arquivístico do acervo, constatou-se a especificidade e exigência de trabalhos como este. Quer pelo largo período cronológico que abarca, de quase três séculos de existência, exigindo uma atenção, dedicação e perspicácia que nem sempre se conseguem conciliar. A diversidade de letras exige, por sua vez, uma atenta leitura paleográfica, a identificação de volumes truncados e seus fragmentos impôs uma redobrada atenção, para identificar documentos dispersos e saber quais eram os que podiam integrar os volumes que estavam incompletos. Por outro lado, o reconhecimento de anteriores tratamentos arquivísticos exigiu uma paciente sensatez, nas decisões a tomar, quanto a conseguir integrar o que foi feito, apesar de não o ter sido segundo cânones atuais de descrição arquivística. A crescer a tudo isto, estes trabalhos nem sempre podem ser feitos em exclusividade de tempo, estando sujeitos a paragens e retomas de trabalho. Ao manusear documentação que já antes fora identificada por cartorários, como o colegial Miguel Gomes Soares que, em 1824, redigiu um valioso índice (ainda hoje muito útil), pudemos entrar nesse grupo dos que se embrenharam na vida da instituição, passando a conhecê-la melhor, como se observássemos através da lanterna mágica, a projeção de imagens da sua vida passada, espelhada em documentos que encerram a sua história. Procurámos conceder a este acervo, no âmbito das tarefas de descrição arquivística do AUC, o apropriado instrumento de descrição documental, apesar da cons-

ciência dos limites e condicionalismos que um trabalho desta natureza coloca, pela diversidade de tipologias documentais, pelo largo âmbito cronológico, por já ter sofrido tratamentos documentais. O trabalho que agora se disponibiliza permitirá avançar com outros estudos sobre este Colégio, nas mais diversas áreas de investigação, seja sobre história da arte, devido aos abundantes testemunhos de obras no Colégio e igrejas do seu Padroado, seja sobre as personalidades que o frequentaram.

## Bibliografia

- Almeida, D. F. de. (1732). *Dissertação Historica, Juridica, e Apologetica...* Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. [https://bibdigital.fd.uc.pt/H-F-3-17/H-F-3-17\\_item1/index.html](https://bibdigital.fd.uc.pt/H-F-3-17/H-F-3-17_item1/index.html)
- Amaral, A. E. M. do. (Coord.). (2014). *Os livros em sua ordem: para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0894-5>
- Bandeira, A. M. L., & Ramos, J. de S. (2003). "Catálogo das inquirições do Real Colégio de S. Pedro da Universidade de Coimbra (1548-1824)". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 21–22(2001-2002), 147–293.
- Braga, T. (1892). *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. T. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 577–580.
- Gama, Â. M. B. da. (Co-autor) (1977). *Catálogo da Biblioteca do «Real Colégio de São Pedro de Coimbra»*. Vol. 2 (1977 e 1978). Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Leal, M. P. da S. (1733). *Discurso apologetico, critico, juridico e histórico: em que se mostra a verdade das doutrinas, factos e documentos, que affirmou e refferio na conta dos seus estudos [...] a respeito do Sacro, Pontificio e Real Collegio de S. Pedro [...]*. Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva. [https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/9578/item2\\_index.html](https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/9578/item2_index.html)
- Oliveira, C. J. P. C. de. (1996). *O saber e poder: o Colégio Real de S. Pedro da Universidade de Coimbra (1700-1834)*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Vasconcelos, A. de. (1987). *Escritos Vários*. Reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues. Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. 1, 198–207.



# Os inventários de extinção dos conventos em 1834: uma tentativa de reconstituição de dois cartórios de instituições religiosas de cariz beneditino – Rendufe e Tomar

## The extinction inventories of convents in 1834: an attempt to reconstruct two archives of Benedictine religious institutions - Rendufe and Tomar

MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA

Investigadora FLUP/CITCEM

[mjpinho@letras.up.pt](mailto:mjpinho@letras.up.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9104-5241>

JOANA LENCART

Investigadora FLUP/CITCEM

[jlencart@letras.up.pt](mailto:jlencart@letras.up.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9104-5241>

Artigo entregue em: 18 de dezembro de 2023

Artigo aprovado em: 22 de janeiro de 2024

### RESUMO

Em 1834, pelo Decreto de 30 de maio e no âmbito da reforma geral eclesiástica empreendida por Joaquim António de Aguiar, Ministro e Secretário de Estado, e executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios,

hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as femininas sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo.

Os processos de extinção das casas religiosas implicaram a elaboração de centenas de inventários que atualmente se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este manancial de informação permite a realização de inúmeros estudos de arquivística, de história e de história de arte em associação com estudos económicos e sociológicos. Neste estudo em concreto propomo-nos focar nos inventários do mosteiro de Santo André de Rendufe e do Convento de Cristo em Tomar. O facto de ambas as instituições terem um cariz beneditino (no primeiro caso de monges negros e, no segundo, de freires da Ordem de Cister), mas estarem localizados em distintos locais do reino, permitirá ensaiar comparações, propor hipóteses e aventar conclusões que nos possam ajudar a compreender melhor a forma como foram conduzidos os referidos processos de extinção das casas religiosas e de arrecadação dos seus cartórios e espólios documentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inventários; Arquivos; Documentos; Santo André de Rendufe; Convento de Cristo de Tomar.

#### **ABSTRACT**

In 1834, by Decree of 30 May and as part of the general ecclesiastical reform undertaken by Joaquim António de Aguiar, Minister and Secretary of State, and carried out by the Commission for the General Reform of the Clergy (1833-1837), all convents, monasteries, colleges, hospices and religious houses of all religious orders were extinguished, with the female houses remaining subject to their respective bishops until the death of the last nun, the date of their definitive closure.

The process of extinction of religious houses involved the drawing up of hundreds of inventories currently in the Torre do Tombo National Archive. This wealth of information makes it possible to carry out countless archival, history, and art history studies associated with economic and sociological studies. In this study, we intend to focus on the inventories of the Santo André de Rendufe monastery and the Convent of Christ in Tomar. The fact that both institutions have a Benedictine character (in the first case, black monks and in the second, friars of the Cistercian Order) but are located in different places in the kingdom will allow us to make comparisons, propose hypotheses and draw conclusions that may help us to

understand better how the above-mentioned processes of extinction of religious houses and the collection of their archives and documentary collections were conducted.

**KEYWORDS:** Inventories; Archives; Documents; Santo André de Rendufe; Convento de Cristo de Tomar.

## Introdução

Pelo Decreto de 30 de maio de 1834, e no âmbito da reforma geral eclesiástica empreendida por Joaquim António de Aguiar, Ministro e Secretário de Estado, e executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as femininas sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, a qual ditaria o encerramento definitivo da instituição<sup>1</sup>.

À data da extinção das Ordens Religiosas, havia em Portugal 563 casas religiosas, conventos, mosteiros e congregações. Os processos de extinção dessas instituições encontram-se, atualmente, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. No total, entre 1834 e 1919, foram redigidos 454 processos relativos a casas religiosas masculinas<sup>2</sup> e, entre 1834 e 1961, elaboraram-se 124 processos respeitantes a casas religiosas femininas<sup>3</sup>.

Estes processos incluíram a produção de inventários dos bens móveis, imóveis (também designados por bens de “mão-morta”) e semoventes dessas instituições que, a partir desse momento, passaram a constituir os denominados “bens nacionais”. Através destes documentos é possível constatar que menos de metade, muito concretamente 243, tinham livrarias (sendo inventariados mais de 150 000 livros), bem como quadros, objetos do quotidiano e outros bens. Está ainda por apurar o número de casas de

---

\* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04059/2020, acessível em: <https://sciproj.ptcris.pt/157505UID>, DOI: <http://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>. Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto “A reconstrução de arquivos monásticos do Norte de Portugal (da Idade Média ao século XIX)”, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência EXPL/HAR-HIS/0535/2021 e com o identificador DOI <http://doi.org/10.54499/EXPL/HAR-HIS/0535/2021>.

1 Sobre este processo veja-se, entre outros, Barata, 2003, pp. 23-32; Campos & Roque, 2016, pp. 16-22; Oliveira, 2015, pp. 17-20.

2 Veja-se: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224337>.

3 Veja-se: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224345>.

religiosas cujos cartórios foram inventariados aquando do respetivo processo de encerramento.

O complexo procedimento de arrecadação dos cartórios e das bibliotecas religiosas conventuais originou a entrada, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e noutras instituições públicas, de numerosas listas e inventários e de extensas relações de livros, de documentos, de papéis avulsos e de vários objetos pertencentes às ditas casas religiosas. Na Biblioteca Nacional existem numerosos instrumentos de descrição com expressa menção a livros e documentos avulsos dos extintos conventos, entrados tanto nessa instituição pública como no Arquivo da Torre do Tombo. A título de exemplo, refira-se uma “Lista de documentos provenientes de cartórios de diversos conventos transferidos do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos para a Torre do Tombo”, datada de 22 de junho de 1837<sup>4</sup>.

Este manancial de informação permite a realização de inúmeros estudos de arquivística, de história custodial e de história da arte concomitantes com estudos económicos e sociológicos, entre outros. Neste trabalho propomo-nos estudar os inventários de extinção onde se descrevem os cartórios de duas instituições – o convento de Cristo em Tomar e o mosteiro de Santo André de Rendufe (diocese de Braga) –, com o intuito de proceder a uma reconstrução desses mesmos cartórios à data da exclausuração das Ordens Religiosas. O facto de serem instituições de distintos locais do reino permitirá ensaiar comparações, propor hipóteses e aventar conclusões que nos possam esclarecer um pouco mais sobre como foi conduzido o processo de extinção das casas religiosas e, muito concretamente, o de arrecadação dos seus cartórios.

## **A extinção das Ordens Religiosas e a arrecadação dos cartórios e livrarias**

A extinção das Ordens Religiosas em Portugal, comumente datada de maio de 1834, foi um processo longo que teve início ainda na segunda metade do século XVIII, com a supressão dos Jesuítas no reino, e a primeira tentativa de extinção dos beneditinos intentada pelo Marquês de Pombal no triénio de 1773-1775 (Oliveira, 2015, p. 17; Silva, 2000). Já nos inícios do século XIX, o decreto de 1823, assinado por José da Silva Carvalho, com as *Instruções para os inventários das casas religiosas* fez das livrarias objeto de regulamentação legislativa. Segundo o artigo nº 10, estava previsto um

---

<sup>4</sup> Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), MSS. 215, nº 17b (cf. Barata, 2003, p. 262).

modelo específico para a descrição das bibliotecas eclesiásticas, ficando as comissões incumbidas de relatar o número de volumes existentes, o estado de conservação dos livros e as eventuais perdas (Giurgevich & Leitão, 2016, p. XXXIX). Por sua vez, a 5 de agosto de 1833, D. Pedro IV decretou o encerramento de todas as instituições religiosas masculinas que, à data, tivessem um número reduzido de religiosos.

Na realidade, o referido decreto de extinção de maio de 1834 veio apenas legitimar um processo que já se havia iniciado muito antes e que ditou a arrecadação para a Biblioteca Pública (mais tarde Biblioteca Nacional), em Lisboa, de livrarias e cartórios dos conventos entretanto extintos.

A preocupação do poder político centrava-se, essencialmente, em conhecer, avaliar e incorporar no Estado os proventos económicos das Ordens Religiosas. Aliás, logo após expulsar os Jesuítas do reino, em 1759, o Marquês de Pombal mandou anexar os seus bens na Fazenda Nacional. Quanto às suas livrarias mandou distribuir por instituições públicas os exemplares confiscados.

Não obstante o cerne da questão ser o ataque às instituições eclesiásticas e ao património imobiliário e rendimentos das mesmas, “a solução de extinção comportou várias outras dimensões, entre as quais a dos bens bibliográficos e arquivísticos [...] havendo que proceder à respectiva arrecadação e posterior distribuição” (Barata, 2003, p. 26). Na realidade, o decreto de 28 de maio de 1834 não faz qualquer alusão ao procedimento de arrecadação das bibliotecas ou cartórios conventuais. A primeira referência a esta classe de bens aparece nas *Instruções para o cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834*, enviadas pelo Tesouro Público aos prefeitos das províncias do reino, nas quais se define que se deveria “proceder, com audiência de um fiscal, à formalização dos inventários, classificando: [...] livrarias e manuscritos” (Barata, 2003, p. 26). Uns dias depois, a 20 de junho, foi editada uma portaria com as instruções para a arrecadação dos bens pertencentes às casas religiosas extintas, obrigando à redação de inventários. Refira-se ainda que, a 14 de julho desse mesmo ano, foi promulgada uma adenda ao decreto de 30 de maio, segundo a qual se esclarece que também as Ordens Militares seriam extintas, aplicando-se as mesmas disposições<sup>5</sup>.

O processo de recolha dos cartórios e bibliotecas conventuais deveria passar por três fases distintas: a arrecadação, a organização e a distribuição. No entanto, e tendo em conta a cronologia das incorporações, constatamos que as fases desse processo ocorreram em simultâneo, gerando o caos nas instituições recetoras. Relativamente aos conventos do sexo masculino, foi

---

<sup>5</sup> *Collecção de decretos e regulamentos*, 1834, pp. 192, 217 e 270.

estabelecido o princípio de que a documentação de natureza histórica deveria ir para o Arquivo Nacional, a de natureza literária para a Biblioteca Nacional e a de natureza financeira para o Tesouro Público (Lencart, 2018, p. 377). Esta distribuição provocou nova dispersão documental, novo caos.

A título de exemplo, a 29 de novembro de 1833 foi ordenado que a Biblioteca Pública recebesse 28 caixotes de impressos e manuscritos da livraria do mosteiro de Alcobaça, mas três meses depois os ditos caixotes continuavam no porto de Peniche à espera de serem embarcados (Barata, 2003, p. 28). Os referidos caixotes demoraram meses a ser entregues no destino e não chegaram todos ao mesmo tempo. Por outro lado, data de 17 de março de 1834 a portaria que ordenou a entrega à Casa Pia de Lisboa da livraria do mosteiro de Belém com a incumbência da sua guarda e conservação (Barata, 2003, p. 30). Esta situação é mais uma prova da referida dispersão: em vez de ficarem à guarda da Biblioteca Pública estes exemplares seguiram para outra instituição.

Ainda se procedia à arrecadação dos cartórios e livrarias quando a Biblioteca Nacional começou a fazer a gestão dos espólios bibliográficos que lhe foram entregues. Nesse sentido, decidiu encetar contactos para proceder à troca de livros com outras entidades. Paralelamente, procedeu à venda de obras, algumas de valor assinalável, o que constituiu um expediente financeiro para a referida instituição. Por outro lado, e na senda do que ficara preconizado na portaria régia de criação do *Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos*, datada de 16 de outubro de 1834, a Biblioteca Nacional procedeu também à distribuição de livros por bibliotecas e arquivos públicos, nomeadamente os distritais, e também por igrejas paroquiais (Lencart, 2018, p. 380). Esta gestão dos acervos contribuiu, também ela, para a dispersão bibliográfica e documental.

A referida portaria definiu o convento de S. Francisco da Cidade, em Lisboa, como sendo, doravante, o local de depósito das livrarias dos extintos conventos. Inicialmente com um âmbito geográfico delimitado – a província da Estremadura – rapidamente se alargou. Em março de 1835, uma nova portaria conferiu-lhe jurisdição sobre o restante território nacional (Barata, 2003, pp. 30-32). Esta decisão implicou novas deslocações e transferências de livros e de papéis.

O processo de arrecadação dos cartórios e livrarias dos conventos foi absolutamente caótico e totalmente irresponsável do ponto de vista arquivístico. Durante anos, muitos documentos ficaram empilhados e a saque e não houve qualquer respeito pela integridade dos arquivos, resultando em desagregações irreparáveis e em misturas indevidas de documentação de

distintas proveniências (Ribeiro, 2003, pp. 284-285). A ineficácia da arrecadação começou logo na pessoa designada para elaborar os inventários, pois nem todos os concelhos tinham bibliógrafos competentes para desempenhar tal tarefa, a que se somava a ausência de recursos, materiais e financeiros, a nível local, para tal encargo e ainda a dispersão e a amplitude geográfica dos lugares onde era necessário proceder à respetiva arrecadação. A estes fatores juntava-se ainda a falta de vontade para proceder a tais arrematações, já que eram um género de bens frequentemente desvalorizado, “livros velhos de religião”, que não mereciam as despesas de arrecadação nem de inventariação, nem as inerentes à deslocação, transporte e estadia dos funcionários (Barata, 2003, pp. 95-97).

A portaria de 11 de setembro de 1857 ordenou a entrega no Arquivo Nacional dos documentos anteriores a 1280 existentes nos cartórios das mitras, cabidos, conventos e colegiadas. Alguns anos depois, o decreto de 2 de outubro de 1862 estabelecia a transferência, para o referido Arquivo, da documentação conservada nos arquivos de todas as igrejas e corporações religiosas (Ribeiro, 2003, p. 409).

A partir desse momento estes cartórios foram sujeitos a mudanças sucessivas de lugar, redistribuições dos acervos por diferentes entidades detentoras, e reorganizações arbitrárias que deturparam a ordem primitiva dos documentos (Ribeiro, 2003, p. 341). Foi decidido que os documentos avulsos à guarda do Arquivo Nacional seriam divididos em duas partes: os do século XVI em diante manter-se-iam nos núcleos das casas a que pertenciam; os anteriores ao século XVI seriam reunidos na então designada *Colecção Especial*, agrupando os documentos cronologicamente, em três séries (Costa, 1980-1983, pp. 535-536<sup>6</sup>).

Apesar de todo este cenário, a verdade é que o desaparecimento de livros, documentos e objetos artísticos pertencentes aos antigos conventos não se pode atribuir exclusivamente ao processo decorrente do decreto de extinção das Ordens Religiosas, radicando, mais remotamente, nas invasões francesas, no abandono dos conventos e em causas naturais como inundações e incêndios. Por exemplo, a terceira invasão francesa foi particularmente aniquiladora do património do convento de Tomar, como se pode perceber

---

<sup>6</sup> Segundo Avelino de Jesus da Costa, as três séries eram: a) Bulas, breves e miscelânea eclesiástica em 27 cxs. com 2204 docs.; b) Diplomas reais, de infantes, cardeais, bispos, etc., em 50 cxs. com 10478 docs.; e c) Miscelânea, constituída por documentos particulares e eclesiásticos do século X ao XVII, guardados em 109 cxs. Esta arrumação foi desastrosa porque com a retirada dos documentos dos núcleos de proveniência muitas vezes se perdeu a referência e a ligação aos mosteiros a que pertenciam (Costa, 1980-1983, pp. 535-536).

pela leitura do relato sobre os prejuízos causados por esta campanha, redigido em agosto de 1811<sup>7</sup>. As tropas francesas terão permanecido no convento durante cinco meses e o volumoso número de informações que o dito inventário fornece permite avaliar os avultados prejuízos causados nas instalações, bens e propriedades do convento. Também o mosteiro de Santo André de Rendufe sentiu os efeitos das invasões francesas. Neste período, e em determinadas ocasiões, o mosteiro serviu de fortificação para o abastecimento das tropas, traduzindo-se em gastos extraordinários (Encabo y Valenciano, 1993, p. 25).

Manuel Rodrigues da Silva Abreu, responsável pela organização das livrarias e cartórios dos extintos conventos de Braga, e no contexto deste processo, afirmava: “Todos sabem que muitos dos frades, quando expulsos, levarão dos seus conventos os livros que puderão levar (...) e houve em 1834, por falta de providencias convenientes, huma escandalosa facilidade de entrar gente infiel nesses depositos” (cf. Barata, 2004, p. 327), vendendo os livros ou simplesmente guardando-os nas suas residências. A esta situação aliam-se as destruições por causas naturais. De facto, o mesmo responsável afirmava em 1841, e ainda relativamente a Braga, “que tambem o rigor da estação, em hum dos invernos passados, nos arruinou de todo 90 volumes ensopados em chuva, no convento da Costa, sem fallar nos que, por igual motivo, devem ter se tambem arruinado na livraria de Refoios de Basto, e talvez em muitas outras” (cf. Barata, 2004, p. 330). Provavelmente, e acrescentamos nós, em Rendufe também.

Todo o quadro apresentado mostra de forma bastante clara o complexo processo em que decorreu a desamortização, a inventariação e a arrecadação dos bens dos extintos conventos, em particular dos seus cartórios e livrarias, e sobretudo a partir da década de 30 do século XIX, e que causou graves perdas documentais e bibliográficas, entre outros, nos acervos das instituições aqui em estudo.

## **Rendufe e Tomar: breve contextualização histórica**

Ainda que de forma muito resumida, importa aqui apresentar a história das duas instituições em que focamos o nosso estudo: o mosteiro de Santo André de Rendufe e o Convento de Cristo em Tomar.

---

<sup>7</sup> Publ. Branco, 1989, pp. 34-42.

O cenóbio rendufense foi fundado em finais do século XI, em data anterior a 1090, pelo nobre Egas Pais de Penegate, seguindo provavelmente os costumes monásticos cluniacenses e a liturgia romana (Sousa, 2016, p. 69). Desde cedo, o mosteiro de Rendufe beneficiou de privilégios e doações de autoridades civis e de poderosos senhores laicos (Mattoso, 2002, p. 128). Segundo as *Inquirições* de 1220, o mosteiro era já detentor de um importante património concentrado sobretudo na região de Entre Homem e Cávado (Sousa, 2016, p. 69). Pelo menos desde meados do século XIII existiria em Rendufe um *scriptorium* capaz de redigir documentos, como se constata por uma doação cujo original ainda hoje se conserva<sup>8</sup>. À decadência das ordens religiosas na centúria de Trezentos seguiu-se, nas centúrias seguintes, a administração por abades comendatários que muito lesaram o património e a comunidade monástica de Rendufe. Em meados do século XVI, a instituição da Congregação Beneditina veio proceder à reforma dos mosteiros beneditinos em Portugal. Por ocasião da redação da *Benedictina Lusitana*, em meados de Seiscentos, Frei Leão de São Tomás reiterava que o mosteiro de Rendufe tinha propriedades que beneficiavam a comunidade, com uma grande igreja reformada e edifícios anexos acrescentados no século XVIII (São Tomás, 1644, p. 329). Em finais de Seiscentos começou a funcionar no mosteiro o Colégio de Filosofia que contou com alunos ilustres, como o Cardeal Saraiva<sup>9</sup>. Entre 1784 e 1786 foi construída a casa do cartório, e entre 1796 e 1798 colocou-se um novo soalho na livraria (Fontes, 2010, pp. XI-XII).

Na sequência do decreto de extinção das ordens religiosas, de 1834, a igreja do mosteiro ficou adstrita ao culto paroquial, bem como a ala poente do mesmo, com a portaria, o refeitório e a hospedaria e o compartimento maior da cozinha, para apoio desse mesmo culto. Em anos posteriores, a propriedade e os edifícios foram vendidos em hasta pública (Fontes, 2010, pp. XIV-XV).

Atualmente, o que resta do cartório rendufense encontra-se, maioritariamente, no Arquivo Distrital de Braga, nomeadamente um elevado número de livros datados do século XVI em diante. A documentação avulsa resume-se a algumas dezenas de instrumentos balizados entre 1533 e 1823

---

<sup>8</sup> Trata-se de uma carta de doação de dezembro de 1259, feita no mosteiro de Rendufe, na qual D. Sancha Martins doa ao bispo D. Julião e à Sé do Porto todos os direitos de padroado que possuía na igreja de Campanhã, tendo o documento sido validado com o selo do abade de Rendufe e testemunhado por um monge deste mesmo mosteiro (Arquivo Distrital do Porto, Cartório do Cabido, Pergaminhos Vários, 1658, fl. 5, publicado em *Censual do Cabido: Cartulário Medieval da Sé do Porto. 2024*, doc. 104).

<sup>9</sup> Sobre este ilustre erudito veja-se Ramos, 1972 e Cardoso, 1995.

(Mattoso, 2002, p. 121). Também no mosteiro de Singeverga foram identificados alguns livros e pergaminhos “falsos” (Mattoso, 2002, p. 122, nt. 335). No Arquivo Nacional da Torre do Tombo encontra-se o inventário de extinção<sup>10</sup>, e no Arquivo Municipal de Amares conserva-se documentação posterior a 1834, relativa ao processo de venda das diversas partes que constituíam o antigo cenóbio beneditino, como a casa dos criados, o claustro e o varandão (Oliveira, 2015, pp. 41-82).

Vejam agora o caso do Convento de Cristo, em Tomar. Para tal, precisamos de recuar à presença Templária no reino<sup>11</sup>. O início da construção do edifício remonta ao ano de 1160 e prolongou-se até finais do século XVII. O castelo de Tomar foi fundado por D. Gualdim Pais num território que Afonso Henriques doara aos freires Templários. Pouco depois, o complexo conventual já incluía a casa do mestre e o oratório dos freires: a designada charola. O arquivo conventual permaneceu em Tomar até à supressão da Ordem do Templo decretada por Clemente V em 1312. Até 1319, data da criação da Ordem de Cristo e herdeira patrimonial dos Templários, não temos notícias sobre o que terá acontecido ao arquivo da Ordem do Templo<sup>12</sup>. Numa primeira fase, poderá ter sido integrado no arquivo régio, mas aquando da criação da sede conventual da Ordem de Cristo em Castro Marim, é possível que a documentação, ou parte dela, também tenha sido transferida para a nova sede no Algarve. Em meados do século XIV, a sede conventual da *Ordo Militiae Jesu Christo* regressa ao convento de Tomar. Estes processos implicaram, obrigatoriamente, dispersão e perda documental. Nos inícios do século XV, em 1419, a associação do Infante D. Henrique à governação da Ordem de Cristo ditou a união desta ordem religioso-militar à Coroa e, mais tarde, com D. Manuel, ao próprio monarca. O vasto património imóvel e as rendas que auferia contribuíram muito para a riqueza da instituição, construindo imponentes dependências no convento de que o *ex-libris* é a janela manuelina, na sala do capítulo. Saíram do *scriptorium* de Tomar peças únicas como os dois grandiosos volumes do *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo*, da autoria do cronista da Ordem Pedro Álvares Seco, de meados do século XVI<sup>13</sup>. Em abril de 1581 reuniram-se no convento de Cristo as cortes de Tomar que aclamaram Filipe II como rei de Portugal, dando início à união ibérica.

---

<sup>10</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Ministério das Finanças, Mosteiro de Santo André de Rendufe*, cx. 2248.

<sup>11</sup> Sobre a Ordem do Templo em Portugal veja-se Costa, 2019.

<sup>12</sup> Sobre a Ordem de Cristo em Portugal veja-se Silva, 1997, pp. 5-126 e Silva, 2002.

<sup>13</sup> Sobre este cronista veja-se: Lencart, 2022.

A documentação medieval respeitante ao convento de Tomar e às Ordens do Templo e de Cristo é ainda muito numerosa e encontra-se atualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em vários fundos<sup>14</sup>.

## Os inventários dos cartórios de Rendufe e Tomar

Pelo decreto de maio de 1834 foram extintos 563 conventos de 38 congregações religiosas, dos quais 34 eram beneditinos (Barata, 2003, p. 377), estando nestes incluído o de Santo André de Rendufe<sup>15</sup>. O inventário de extinção deste mosteiro<sup>16</sup>, iniciado a 28 de maio desse mesmo ano pela livraria<sup>17</sup>, é muito lacónico no que respeita à documentação medieval do cartório, tendo este sido inventariado alguns dias depois a 17 de junho. Contudo, um outro inventário, não datado, mas que acreditamos ser dos inícios do século XIX, contém um grande manancial de informação relativa a essa documentação. De facto, este inventário tem como título “Index de todos os papeis do cartório do mosteiro de Rendufe, pertencente ao Depósito”<sup>18</sup>, e, logo no primeiro fólio, apresenta-se como “Index de todos os papeis que estão nas gavetas do cartório deste mosteiro de Rendufe”. Através deste instrumento de gestão arquivística é possível verificar que, ao todo, foram inventariadas 89 gavetas, das quais sete estavam vazias, perfazendo um total de 82 gavetas com documentos. Dentro delas encontravam-se 74 maços de pergaminhos e papéis e um número não contabilizável de instrumentos avulsos. No total foram sumariados 574 documentos, no entanto, sabemos que seriam bastantes mais, dado que, por vezes, os itens são descritos como “massos” e “papeis”, ou seja, sem indicar um número concreto de atos escritos. Destes 574 documentos inventariados, 121 eram pergamináceos, o que perfaz cerca de 21% do total. Este conjunto docu-

---

<sup>14</sup> Veja-se ANTT, *Ordem de Cristo Convento de Tomar* (<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251169>).

<sup>15</sup> Os mosteiros beneditinos, fundados entre o século VIII e finais do século XVI, localizavam-se sobretudo a norte do rio Douro. Em 1834, localizavam-se no distrito do Porto nove mosteiros, sete no de Braga (incluindo aqui o de Santo André de Rendufe) e seis no de Viana do Castelo (Barata, 2003, Anexo 1, pp. 356-376).

<sup>16</sup> ANTT, *Ministério das Finanças, Mosteiro de Santo André de Rendufe*, cx. 2248. Sobre este processo veja-se também Oliveira, 2015, pp. 23-25.

<sup>17</sup> No inventário da biblioteca de Rendufe foram contabilizados cerca de 1300 livros ao longo de 36 fólhos (Giurgevich & Leitão, 2016, p. 13).

<sup>18</sup> Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Mosteiro de Santo André de Rendufe*, livro 1 (PT/UM-ADB/MON/MSAR/0001).

mental formaria uma grande parte do núcleo medieval do arquivo monástico aquando da sua inventariação nos inícios do século XIX. No entanto, poucos anos depois, parece ter desaparecido.

Com efeito, quando os responsáveis por inventariar o cartório chegaram a Rendufe, em maio de 1834, encontraram somente livros de prazos, livros de recibo e um “tombo velho”<sup>19</sup>. Ou seja, das gavetas e do seu conteúdo o silêncio é total, ou quase, porque ao registarem os bens móveis do convento assinalaram 28 gavetas de madeira de castanho “que em outro tempo foram de guardar os papeis do cartório e se acham inutilizadas”<sup>20</sup>. Resumindo, das 89 gavetas onde se guardavam os pergaminhos e os papéis do cenóbio nos inícios do século XIX, em 1834 restavam somente 28, e “inutilizadas”. Perguntamos por isso: onde estavam ou para onde foram as largas centenas de documentos que pouco tempo antes se guardavam no cartório do mosteiro? Para já esta questão ficará sem resposta.

Poucos meses depois da elaboração do inventário de Rendufe, chegaria a vez do Convento de Cristo. Assim, em outubro de 1834, um funcionário da Fazenda Nacional, acompanhado por um outro do concelho de Tomar e na presença do subprior do convento, deu início à inventariação do cartório da instituição. O documento então produzido apresenta uma extensa relação dos documentos, dos tombos e das obras existentes no convento. A mesma fonte revela também que a arrecadação da livraria começou em 1835<sup>21</sup> e que em 1837, mais concretamente a 10 de novembro, por portaria do governo, os tombos e demais documentos relativos aos bens do extinto Convento de Tomar foram mandados da Torre do Tombo para o Tesouro Público (Lencart, 2018, p. 376). Em 1843, segundo o relatório de José Feliciano de Castilho, já tinha entrado no arquivo da Torre do Tombo o cartório dessa mesma instituição (Lencart, 2022, p. 189).

A documentação proveniente do mestrado da Ordem de Cristo foi entregue à Direção Geral do Próprios Nacionais e remetida, posteriormente, à Torre do Tombo, em fases sucessivas (Lencart, 2018, p. 385), encontrando-se atualmente em vários fundos e coleções do Arquivo Nacional<sup>22</sup>. Também

<sup>19</sup> ANTT, *Ministério das Finanças, Mosteiro de Santo André de Rendufe*, cx. 2248, fl. 66.

<sup>20</sup> ANTT, *Ministério das Finanças, Mosteiro de Santo André de Rendufe*, cx. 2248, fls. 52-52v.

<sup>21</sup> BNP, MSS. 225, nº 236.

<sup>22</sup> Em especial em ANTT, *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar* (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251169>), em ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens* (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223364>) e em ANTT, *Gavetas, Gaveta 7* (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185799>) e Farinha & Jara, 1997, pp. 63-68, 196-211 e 223-304.

na Biblioteca Nacional se encontram vários livros provenientes do convento de Tomar. Localizaram-se ainda outros na Arquivo Distrital de Santarém e na Biblioteca Nacional de Espanha (Lencart, 2018, pp. 385-387). De momento foi impossível localizar mais documentação avulsa pertencente ao cartório do antigo convento, mas é possível que esta se possa ainda hoje encontrar em outros arquivos distritais.

Bastante provável é o facto de que durante este processo de transladação de documentação entre o convento de Tomar, o Tesouro Público, a Fazenda Nacional e o Arquivo da Torre do Tombo, muita dela se tenha perdido, deteriorado e/ou extraviado.

Na Torre do Tombo, no fundo *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, encontra-se o inventário de extinção do convento de Cristo<sup>23</sup>, cuja redação se iniciou logo em julho de 1834. A leitura deste inventário sugere um cartório e livraria organizados, com diversos livros, antigos e recentes, escrituras avulsas, maços, papéis e cadernos.

Contabilizámos 364 livros sobretudo respeitantes à gestão corrente e patrimonial do convento, mas também alguns sobre a normativa da Ordem e outros de caráter institucional. Entre esses livros, contabilizam-se “doze livros dos Vizitadores da Ordem”, “cincoenta e hum livros das escrituras antigas e modernas” e “quarenta e tres livros de diferentes autores, pequenos e velhos”<sup>24</sup>. Desses 364 livros, 221 são tombos das comendas<sup>25</sup>, a grande maioria dos quais ainda se encontra no arquivo nacional (Farinha & Jara, 1997, pp. 247-280). O relator do inventário identificou os livros e tombos do cronista da Ordem de Cristo, Pedro Álvares Seco (redigidos na segunda metade do século XVI), livros de receitas e despesas, e muitos outros que é possível identificar atualmente no arquivo da Torre do Tombo.

Na maioria das vezes o escrivão não indica a data dos volumes inventariados. No entanto, registam-se algumas exceções, sobretudo para crono-

---

<sup>23</sup> ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, cx. 2255: inventário do cartório do convento de Cristo feito pelo escrivão José de Almeida Xavier na companhia do Dr. António Peixoto de Almeida, provedor do concelho, e do Dr. José António Ferreira dos Reis, fiscal da Fazenda Nacional, sendo presente o subprior do convento, Frei João de Barros e Vasconcelos. Este inventário é longo e descreve, além dos livros e papéis do cartório, os objetos de ouro e prata, os paramentos, as imagens da igreja e convento e ainda objetos do quotidiano dos monges no refeitório, cozinha, enfermaria, hospedaria, entre outros (Lencart, 2018, p. 382, nt. 2253).

<sup>24</sup> ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, cx. 2255, fls. 92r-97v.

<sup>25</sup> O escrivão identificou quatro tombos de comendas de Tomar, 39 da diocese de Braga, 11 do patriarcado, 35 da diocese de Viseu, nove da do Porto, sete da diocese da Guarda, outros sete da diocese de Lamego, oito da de Miranda, 11 da de Évora e 12 da diocese de Coimbra (ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, cx. 2255, fls. 94r-97v).

logias mais tardias. É o caso do “Livro das Coleções das Leys de 1761 the 1769”, do “Livro do Cofre de 1802, e 1803”, dos “Quatro tomos dos Diarios das Cortes de 1828”, mas, pelo referido inventário, sabemos que também ainda se conservava no cartório um exemplar das “Definições feitas no Capitulo Geral anno de 1503”, impressas no ano seguinte<sup>26</sup>.

Pelo elenco de obras, parece-nos que foram listadas, no inventário do cartório, obras que pertenceriam à livraria do convento, como por exemplo: o “Livro do Concilio Tridentino”, “Quinze livros da Bibliotheca dos Pregadores em francez truncados”, “Quarenta e tres livros de diferentes autores, pequenos e velhos”, “Oito livros comentarios da Bibliotheca em folio”, “Livro do Dicionario da Biblia”, “Tres livros de moral truncados”, “Livro da Biblia Sagrada”, “Livro do Verdadeiro Methodo d’Estudar”, entre outros<sup>27</sup>. De facto, este inventário não contém uma listagem específica da livraria do convento nem qualquer referência específica à mesma. Esta constatação leva-nos a duas suposições: a) ou o cartório e a livraria estariam na mesma divisão do convento e foram inventariados juntos; b) ou a livraria não foi inventariada, sendo apenas elencados alguns livros que, por algum motivo, se encontravam nesse momento no cartório conventual<sup>28</sup>.

Quanto à documentação avulsa, é mais difícil de contabilizar uma vez que, frequentemente, se referem maços, autos, mandatos, despachos, cartas e escrituras sem se indicar o número de documentos em concreto. Todavia, mesmo incorrendo numa contabilização por defeito, foi possível calcular um total de 374 instrumentos avulsos. No caso dos avulsos, e em comparação com as descrições dos livros e tomos, o escrivão foi um pouco mais específico, datando com maior detalhe alguns deles. A título exemplificativo, pelo inventário de 1834 ficamos a saber que se conservava no cartório de Tomar uma “copia do alvara de 29 de Março de 1333 de merce”<sup>29</sup>, para além de dois alvarás de 1523

<sup>26</sup> Na Biblioteca Nacional de Portugal há dois exemplares impressos da edição de 1504 (BNP, Reservados 126 V. e BNP, Reservados 127 V).

<sup>27</sup> ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, cx. 2255, fls. 93r-94r.

<sup>28</sup> Também na secção do inventário relativa aos paramentos do convento se encontram listados alguns livros litúrgicos e do ofício divino, como por exemplo: “hum cerimonial destinado para quando entrão e profecão os Freires, e quando se armão os cavaleiros e se lhe decta o habito”, um cerimonial dos bispos, um livro referido como “Latim de Bauldre”, um pontifical romano, um ritual romano, dez processionários de enterros, quatro livros de cantar a Paixão, um livro de *cantuxão*, duas “artes de cantuxão de Mafra em quatro tomos”, seis livros grande novos de coro e dois usados e ainda dois jogos de breviários de quatro tomos cada um e muito usados (ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, cx. 2255, fl. s/nº.). Esta situação reforça a ideia de que existiam livros noutras divisões do convento para além dos expectáveis cartório e livraria.

<sup>29</sup> ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, cx. 2255, fl. 101v. Na margem ao lado deste item registou-se ainda frente “NB”.

(de 26 de novembro e de 2 de dezembro) e de uma carta régia de dezembro mesmo ano, não se referindo, nestes casos, o assunto que versavam<sup>30</sup>.

Apesar de não datada, destaque-se a “copia da instituição e mais papeis tendente á capella de dom Martim Gil”. D. Martim Gil fora mordomo da rainha D. Isabel e instituiu uma capela na igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar, a 5 de junho de 1293, tendo doado vários bens a D. Lourenço Martins Mestre dos Templários. Atualmente, ainda se conserva na Torre do Tombo a escritura de instituição desta capela<sup>31</sup>, além de estar copiada em meia dúzia de livros quinhentistas do convento. O escrivão deste inventário de 1834 reporta-se, também, à existência de numerosas escrituras relativas às sete capelas instituídas na igreja de Santa Maria dos Olivais, em Tomar<sup>32</sup>. No século XVI foi redigido o *Tombo das Capelas que se cantavam no convento de Tomar*<sup>33</sup> e que o inventariante ainda sinalizou em 1834, designando-o por “Livro das capellas”<sup>34</sup>.

Assinale-se, ainda, no inventário de extinção, os “cincoenta e hum livros das escripturas antigas e modernas”<sup>35</sup> onde, podemos supor, estariam guardadas e copiadas dezenas ou mesmo centenas de documentos medievais (designados por “antigos”). Por sua vez o “Livro do registo do Archivo” e o “Livro do registo geral do Archivo”, não datados, seriam inventários do cartório conventual anteriores a 1834.

O inventário de extinção do convento de Tomar falha por não dar qualquer indicação sobre a localização original dos livros e escrituras no cartório. Em momento algum o escrivão faz referência a móveis, estantes, prateleiras ou demais mobiliário que pudesse acolher essa documentação<sup>36</sup>. Quando finalmente chegou ao Arquivo Nacional, todo esse espólio documental foi constituído em séries que, tanto quanto é possível apurar, pouco ou nada refletem a organização original do convento<sup>37</sup>. A verdade é que, apesar

---

30 ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, cx. 2255, fl. 101v.

31 ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar, Documentos particulares*, mc. 1, n.º 29.

32 No século XIII foi instituída uma capela por D. Estêvão Peres Espinel e outra por D. Martim Gil; no século XV pelo infante D. Henrique e por Afonso Eanes; e, no século XVI, por Fr. Gaspar Jusarte, Leonor Gonçalves, Fr. Nuno Gonçalves, Inês de Roges e D. Diogo da Gama. A documentação avulsa original relativa a estas capelas ainda se pode hoje identificar no Arquivo Nacional.

33 ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 3.

34 ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, cx. 2255, fl. 92v.

35 ANTT, *Ministério das Finanças, Convento de Cristo de Tomar*, cx. 2255, fl. 92v.

36 No referido inventário de extinção, há um inventário da “Casa do cartorio” onde são referidos alguns móveis, mas sem qualquer associação a livros.

37 No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no fundo *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, há um maço com inventários, listas, catálogo, índices e relações de livros do convento de Tomar que se reportam aos séculos XVII e XVIII (ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, mc. 74).

desta eventual reorganização, os livros e os documentos do convento de Tomar não se perderam com a exclausuração, contrariamente ao que parece ter sucedido com a documentação do cartório de Santo André de Rendufe. Antes pelo contrário: os fundos documentais do Convento de Cristo terão seguido os trâmites ordenados nas já referidas *Instruções para o cumprimento do Decreto de 30 de maio de 1834*.

## Reflexões finais

Os cartórios das duas instituições religiosas em análise, apesar de terem passado por processos semelhantes, tiveram desfechos bastante diferentes. Em relação ao Convento de Tomar podemos aventar algumas explicações para a conservação de numerosa documentação proveniente desta instituição, e da Ordem de Cristo em geral, tanto no Arquivo da Torre do Tombo como na Biblioteca Nacional: a proximidade do convento à capital, o modo de arrecadação bem organizado, ou ainda o facto de o administrador dos conventos das três Ordens Militares ser o próprio rei, o que obrigaria a uma vigilância mais apertada do processo. O mesmo não podemos dizer relativamente ao mosteiro de Santo André de Rendufe, o que nos levou a levantar várias questões: o que terá acontecido à documentação do cartório de Rendufe entre os inícios do século XIX e a redação do inventário de extinção? Terá sido levada pelos seus abades para fora do mosteiro com o intuito de a “esconder” /proteger /guardar face à adversa conjuntura que se desenhou desde finais do século XVIII, como aconteceu no mosteiro de Refojos de Basto<sup>38</sup>? Terá sido destruída? Estas são interrogações a que ainda esperamos dar resposta.

De uma forma global, pela análise destes dois casos provamos que, apesar da muita legislação emanada a partir da década de 1830 relativa à extinção das casas conventuais masculinas e à forma como se deveria proceder à inventariação, arrecadação, incorporação e até venda dos bens dessas instituições, a verdade é que cada casa foi um caso. Ou seja, por um lado a

---

<sup>38</sup> De facto, em março de 1834, poucos dias antes da comissão inventariante chegar ao mosteiro beneditino de S. Miguel de Refojos (em Cabeceiras de Basto) para fazer o respetivo inventário, o abade fez sair da instituição, num carro de bois, seis caixões com bens do mosteiro, incluindo dezenas de documentos do cartório que, em julho do mesmo ano, acabariam por ser encontrados, numa casa a alguns quilómetros do mosteiro, e inventariados (Cunha & Silva, 2022, pp. 57-58). De salientar que o mosteiro de S. Miguel de Refojos, também ele de monges negros, dista apenas cerca de 50 quilómetros de Santo André de Rendufe.

forma de cumprir os mandatos régios, por parte dos oficiais responsáveis, nem sempre foi a mesma, existindo exemplos de algum desleixo e/ou incúria. Por outro, prevendo o desfecho trágico que se vinha a desenhar desde a expulsão dos Jesuítas, alguns responsáveis pelos mosteiros precaveram-se, fazendo sair das instituições alguns dos seus bens mais valiosos, entre eles livros e documentos, ainda antes da ordem régia que impôs a extinção das instituições religiosas, incluindo as Ordens Militares. No entanto, noutros casos o processo foi relativamente bem-sucedido o que permite que, ainda hoje, tenhamos a possibilidade de consultar e estudar muita da documentação medieval e moderna outrora à guarda dos conventos portugueses.

## Referências Bibliográficas

- Barata, P. J. S. (2003). *Os Livros e o Liberalismo – da livraria conventual à Biblioteca Pública*. Biblioteca Nacional.
- Barata, P. J. S. (2004). Roubos, extravios e descaminhos nas livrarias conventuais portuguesas após a extinção das Ordens Religiosas: um quadro impressionante. *Lusitania Sacra*, 16, 319–343. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2004.7077>
- Branco, M. S. C. (1989). Inventário dos prejuízos causados no Convento de Cristo, em Tomar, durante a 3ª invasão francesa. *Boletim Informativo e Cultural da Câmara Municipal de Tomar*, 13, 33–44.
- Campos, F. M. G. de, & Roque, M. I. (2016). Inventariar, arrecadar, distribuir: a formação de um novo paradigma para os bens patrimoniais religiosos no contexto das desamortizações oitocentistas [ed. Especial]. *ARTISON*, 3, 16–22.
- Cardoso, A. B. (1995). *Ler na livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- Censual do Cabido: Cartulário Medieval da Sé do Porto. Edição crítica* (2024). Estudo, transcrição e índices de M. J. O. Silva, & J. Lencart. CEHR/UCP [no prelo].
- Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a regência até á sua entrada em Lisboa* (1834). Segunda Série. Imprensa Nacional.
- Costa, A. de J. da. (1980-1983). Arquivos Eclesiásticos. In J.A.A.B. de Andrade (Ed.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. (pp. 515–553). Editorial Resistência.
- Costa, P. P. (2019). *Templários em Portugal: homens de religião e de guerra*. Manuscrito.
- Cunha, M. C., & Silva, M. J. O. e. (2022). A cultura beneditina do cartório: princípios, objetivos e condições materiais de funcionalidade. In P. V. B. Tavares, F. Oliveira, & A. Carneiro (Coords.), *Atas do V Seminário Internacional “Ora et Labora” Refojos de Basto: Leituras, Textos e Autores Beneditinos*. (pp. 53–74). Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto.
- Encabo y Valenciano, C. (1993). *O mosteiro de Rendufe: propriedade e produção agrícola: 1629-1674 e 1713-1822*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Farinha, M. do C., & JARA, A. A. (1997). *Mesa da Consciência e Ordens: inventário*. IAN/TT.
- Fontes, L. (2010). Mosteiro de Santo André de Rendufe (Rendufe, Amares). Análise de paramentos e evolução arquitectónica do edificado. Estudo prévio. *Memórias* (6). Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10716>
- Giurgevich, L., & Leitão, H. (2016). *Clavis bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (1796-1950)* (1996). Biblioteca Nacional.
- Legislação Régia*. Assembleia da República. (2023). <https://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/Default.aspx?ts=1>
- Lencart, J. (2018). *Pedro Álvares Seco: a retroprojeção da memória da Ordem de Cristo no século XVI*. [Tese de doutoramento não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lencart, J. (2022). *A Ordem do Templo e a Ordem de Cristo na Obra de Pedro Álvares Seco no Século XVI*. Ed. Zéfiro.
- Mattoso, J. (2002). O mosteiro de Rendufe (1090-1570). *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Círculo de Leitores.
- Oliveira, P. (2015). *O processo de extinção e venda do mosteiro de Santo André de Rendufe*. Associação Amigos do Mosteiro de Rendufe.
- Ramos, L. A. de O. (1972). *O Cardeal Saraiva*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centro de Estudos Humanísticos.
- Ribeiro, F. (2003). *O Acesso à Informação nos Arquivos*. FCG/FCT.
- São Tomás, Fr. L. de. (1644, ed. 1974). *Benedictina Lusitana*. Notas críticas de José Mattoso (Vol. 2). IMCM.
- Silva, A. M. da. (2000). Extinção das Ordens Religiosas. In C. M. de Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. (Vol. 2, pp. 232–236). Círculo de Leitores.
- Silva, I. L. M. de S. (1997). A Ordem de Cristo sob o Mestrado de D. Lopo Dias de Sousa. In *As Ordens Militares no Reinado de D. João I*. L. A. da Fonseca (Ed.), *Militarium Ordinum Analecta*. (Vol. 1, pp. 5–126). Fundação Eng.º António de Almeida. <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-1>
- Silva, I. L. M. de S. (2002). *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. In L. A. da Fonseca (Ed.), *Militarium Ordinum Analecta*. (Vol. 6). Fundação Eng.º António de Almeida. <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-6>
- Sousa, B. V. e. (Ed.). (2016). *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento*. *Guia Histórico*. 3ª ed. Livros Horizonte.

# Um Debate a três conceitos: Preservação, Restauro e Conservação

## A Debate on Three Concepts: Preservation, Restoration and Conservation

TOMÁS CUNHA

Investigador da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

tomccunha@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9493-9817>

Artigo entregue em: 2 de junho de 2023

Artigo aprovado em: 27 de julho 2023

### RESUMO

Neste trabalho tentámos fazer uma análise e história dos conceitos de preservação, restauração e conservação. Abordámos de forma muito resumida as abordagens paradigmáticas à volta dos termos, começando com a sua etimologia, mas situadas no debate desde o século XIX até aos dias de hoje. O nosso objetivo geral é de demonstrar o desenvolvimento da discussão acerca do conceito ao longo do tempo. Desenvolvemos uma revisão de literatura com base em pesquisa nas bases de dados científicas e artigos académicos. A título conclusivo observamos que existem problemas de tradução e adaptação dos conceitos analisados em diferentes contextos linguísticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conceitos; Conservação; Etimologia; Preservação; Património Cultural; Património Histórico; Restauro.

## **ABSTRACT**

In this essay, one tries to formulate an analysis and history of the concepts of preservation, restoration, and conservation. We address very briefly the paradigmatic approaches around the terms, starting with their etymology, but situated in the debate from the nineteenth century to the present day. Our main objective is to demonstrate the development of the discussion about these concepts over time. We developed a literature review based on research in scientific databases and academic articles. In conclusion, we observed that there are issues with the translation and adaptation of the concepts analyzed in different linguistic contexts.

**KEYWORDS:** Concepts; Conservation; Cultural Heritage; Etymology; Historical Heritage; Preservation; Restoration.

## **Introdução**

Os conceitos de preservação, restauro e conservação surgem próximos, na forma de operar na área e origem. Propomos fazer uma genealogia dos conceitos e consequente debate, desenvolvendo as suas diferenças paradigmáticas. O interesse é de apreender na história o debate à volta desses conceitos. Tentamos estudar estes caminhos de forma a questionar se a maneira de pensarmos e traduzirmos as próprias ideias poderão gerar diferentes resultados na teoria e pensamento da área.

## **Metodologia**

O objetivo geral deste estudo é de tentar demonstrar como se desenvolveu a discussão à volta destes conceitos. Começámos com a pergunta de partida «qual o caminho ao nível de significado e debate destes três conceitos?», sendo que os seus objetivos mais específicos seriam de apresentar diversas leituras paradigmáticas dessa área, mas também demonstrar se houve em algum dos casos modificações de significância. A natureza do estudo é qualitativa, o paradigma no qual operamos é de influência pós-estruturalista. Elaborámos aqui um ensaio e utilizamos como método uma revisão de literatura sobre estas matérias.

A pesquisa iniciou-se através da leitura de uma listagem bibliográfica relativa a uma das unidades curriculares no nosso percurso académico,

contendo alguns artigos que influenciaram o desenvolvimento da investigação das suas fontes. Em 15/11/2022, utilizámos a base de dados, *Web-of-Science*, pesquisando «Conservation Restoration», com a consciência de haver um debate terminológico, filtrámos na categoria por Humanidades Multidisciplinares, obtendo 34 resultados, dos quais retirámos apenas um que nos pareceu mais relevante para formular uma “genealogia” dos conceitos a partir das suas fontes.

Em 28/11/2022, pesquisámos no *Google académico* «conservação património histórico», buscando eventual produção em português sobre conservação no contexto em que a investigámos (ignorando ciência ambiental, biologia, e outras áreas das ciências empíricas). Retirámos um artigo dos 64100 que obtivemos como resultados. No mesmo dia e motor de busca procurámos «Cesare Brandi Phenomenology», retirando 1 artigo dos 382 resultados.

Procurando em 29/11/2022 na *Web-of-Science* «Gustavo Giovannoni» obtivemos 14 resultados relevantes dos quais retirámos um. No *Google académico* buscámos «Luca Beltrami restauro», especificando por haver outro académico do mesmo nome, dos 2810 resultados retirámos um. Na mesma base pesquisámos «conservation post-modern», obtendo 34000 resultados, retirando 1.

Fomos também pesquisando ao longo da sua feitura, e nas fontes dos artigos já retirados, para além de livros que seriam “históricos” neste debate, sendo estes o sustento maioritário da nossa investigação.

## De que ideias falamos?

Preservação, do latim *preservare*, da junção de *pre* (antes) + *servare* – (salvar, manter) (Harper, 2022b). A ideia de manter algo seguro, de o guardar de algo antes do seu estrago. Poderíamos até partir do princípio significar «não deixar que houvesse dano», ou «não alterar um objeto de forma danosa». Muñoz-Viñas define-o como:

[...] to keep something as it is, without changing it in any way: retaining its shape, status, ownership, use, etc. This general meaning is maintained when speaking of heritage preservation, which could be provisionally defined as ‘the activity that avoids alterations of something over time’. (Muñoz-Viñas, 2005, pp. 15-16)

Restauro, do latim *restaurare* da junção de *re* (de volta) + *staurare* – (não confirmado nesta expressão, mas também presente em *instaurare* – de estabelecer; renovar, etc. – da raiz de *sta* significando fazer ou manter algo firme, ou estável) (Harper, 2022c). A ideia seria o reestabelecimento do objeto, implicando o seu declínio anterior.

Conservação, do latim *conservationem* (nominativo *conservatio*) de “manter intacto, guardar, preservar”. Possivelmente utilizando prefixo intensivo *com* (do latim *cum* como “junto” “com” algo) + *servare* (Harper, 2022a). Denotámos a parecência com o primeiro termo analisado apenas notório na alteração de prefixo, sendo que ao conservador não seria explícito que tivesse de tomar medidas prévias, ou de se preparar de outra forma, que o preservador teria de fazer.

## Como se pensaram?

Para se chegar até nós objetos de passados distantes, é natural que várias formas de conservação tivessem existido antes, mas o escopo da prática passa a ser alargado e a aumentar a sua importância. Muitos destes trabalhos anteriores não vistos como esforços desse género, mas apenas como limpeza, manutenção ou reparo. Houve, excepcionalmente, certos pensadores antes do século XIX que já teriam uma visão de património justificando uma aproximação ao conceito como pensado hoje, como Pietro Edwards (Conti, 2007, p. 188; Muñoz-Viñas, 2005, pp. 1-2). Edwards formula o *Capitolato* em 1777, uma série de regras revolucionárias na altura para o que chamamos hoje «conservação».

O mundo transformou-se; o iluminismo gerou a ideia de que o acesso universal à arte era desejável, no seu fim estaríamos no século XIX já com o romantismo na sua exaltação da figura do artista, já para não falar do fenómeno dos nacionalismos e uma visão de património e grandes obras de cânones nacionais. Aqui se insere todo o debate de conservação com Ruskin em 1849 com a sua publicação das *Seven Lamps of Architecture* (Ruskin, 1903) abordando toda a arquitetura no prisma de sete diferentes valores. Ruskin, antitético ao próprio conceito de «Restauro», defende, no fundo, que os edifícios deveriam ter a possibilidade de não serem transformados para pior. Como pensador aponta para uma visão de conservação talvez perene, de conservação como não alteração. Esta alteração estender-se-ia até ao combate ao próprio restauro “abusivo”, defendendo um certo “direito à ruína”. O pensamento anti-industrial e crítico de Ruskin é influente até

literariamente na sua influência na *Magnum Opus* de Proust, *Em Busca do Tempo Perdido* (Bastianelli, 2020). Ironicamente, esse «tempo perdido», a obsessão com a personagem por Ruskin e o seu pensamento, a réplica da organização da obra em si como catedral (nas suas autorreplicações espelhadas ao longo dos vários tomos), evidenciam muito o peso da memória, mas também a beleza do próprio declínio.

Temos, do outro lado da barricada, uma definição do esforço que seria o restauro que Ruskin estaria a combater. Viollet-le-Duc na sua definição de dicionário define-o como um trabalho e uma expressão modernos, não significaria manter, reparar ou reconstruir um objeto, mas sim reestabelecê-lo a um estado completo que pode até nunca ter existido (Viollet-le-Duc, 1866). Viollet-le-Duc aponta para outra terminologia de forma a demonstrar que «restauro» seria um conceito único, que não seria equiparável ao significado de «*reficere*», «*instaurare*» ou «*renovare*». Aqui restaurar não significa recuperar um objeto ou torná-lo novo outra vez (Conti, 2007, p. 1)<sup>1</sup>. Se a ruína do objeto poderá ser boa para Ruskin, o estado presente de um objeto nunca é suficiente para esta visão inspirada por Orígenes, isto porque possivelmente é mais relevante um retorno a um estado anterior de perfeição do que até o estado original do mesmo:

[...] a concept which is even now central to the vision of restoration and its aims, and which is as deeply rooted in the Biblical tradition of the garden of Eden as it is in the myth of the Golden Age: the return to a primitive state which is better than the present one. (Conti, 2007, p. 1)

Estamos perante duas atitudes filosoficamente opostas. Se por um lado Ruskin é um pensador que espera o declínio do objeto e preferiria até a não-intervenção, valorizando as marcas de tempo como um sinal de beleza, o ponto de vista de Viollet-le-Duc lembra uma visão platónica na busca de uma forma ideal e mais que perfeita de um objeto. Resultando deste debate irreconciliável deu-se também a entrada em cena das ciências sociais para atingir uma resolução. Camillo Boito formula a ideia de monumento como documento de forma a ser “filologicamente fiel” ao documento sem alterar o conteúdo (Muñoz-Viñas, 2005, p. 5).

---

<sup>1</sup> Uma ideia que apesar de possuir interesse filosófico, não parece ser apoiada pela origem do próprio termo como visto no trabalho de Harper (2022c).

De certa forma, estes três autores serão as grandes correntes tradicionais do debate, mas curiosamente todas partilham uma mesma visão do «real» e de valorização:

Os três teóricos investigaram o objeto patrimonial a partir da sua dimensão objetiva, material; entendendo que a verdade da matéria resultava do seu valor estético, de antiguidade ou histórico, respectivamente. Eles consideraram que o significado dizia respeito à preservação das construções que materializassem os valores de sua relevância àquele momento e ao seu futuro, construindo um modo de intervenção no objeto patrimonial que podemos dividir entre preservação e restauração. (Hidaka, 2009, p. 16)

William Morris segue o seu mentor ideológico, Ruskin, na formulação de uma teoria anti-restauro (Luso et al., 2004, p. 37). Para além destes pensadores houve também na mesma altura outros com posições intermédias estabelecendo um equilíbrio como, por exemplo, Gustavo Giovannoni, que direciona os seus esforços também para uma conservação urbanista (Zucconi, 2014), ou Luca Beltrami (Muñoz-Viñas, 2005, p. 6).

Tivemos de aguardar até 1963 para a publicação de uma nova visão, de Cesare Brandi, sob a forma do seu texto *Teoria del restauro* (Brandi, 2022). Volta a colocar ênfase no valor artístico do objeto a ser “salvo”. Notamos a influência do surgimento da fenomenologia nas suas obras (Meraz, 2019).

A notar uma diferenciação terminológica: o anglo-saxónico Ruskin falava em conservação, o francês Viollet-le-Duc e o italiano Brandi falam em restauro. Na escolha terminológica somos confrontados com o problema da Torre de Babel: em línguas românicas, «conservação» no sentido abrangente pode ser traduzido como «*restauro*» (em italiano), «*restauración*» (castelhano) ou «*restauration*» (francês), fazendo com que traduções dos conceitos sejam imprecisas. Não ajuda o facto de se usar como sinónimos «conservação», «preservação» e «restauro» para significar o mesmo quando elas poderiam significar instâncias diferentes (Muñoz-Viñas, 2005, pp. 14-15).

A visão contemporânea, mas algo distante de Brandi, está ligada às ciências empíricas, e chamava-se a «nova conservação científica». Pode-se tecer a crítica de uma tal concentração no seu elemento mais empírico, focando-se nas técnicas, que menospreza a teoria, de tal forma que não seria propriamente caracterizado como tal. Pode ser visto, no entanto, que em países de matriz anglo-saxónica acabaram por aceitar mais entusiasticamente este paradigma, enquanto países de matriz latina (mediterrânicos e

latino-americanos) gravitaram para uma perspetiva de base do valor artístico dos objetos. É também o caso que a partir dos anos 80 do século XX passa a haver uma nova série de ideias baseadas em perspetivas pós-modernas, no entanto elas não tomaram nenhuma forma sistémica e são fragmentadas (Muñoz-Viñas, 2005, pp. 6-7). Apesar disso, colocam importantes críticas acerca do que significa conservar, preservar e restaurar hoje, problematizando os conceitos basilares da área e apontando novas formas de os teorizar (Orbaşli, 2017).

## O debate do futuro?

Será importante ter em conta a realidade linguística onde opera este tipo de investigação. De forma a fazê-lo justamente e a melhorar o protocolo da investigação seria necessário quicá ser tido nos conceitos noutros contextos linguísticos não abordados aqui, e continuamente adicionar ao debate à volta dos conceitos em questão, para ver que outras mudanças etimológicas possam ocorrer. Nesse sentido também ver nesses diferentes universos como é que estes adotam institucional e filosoficamente estas ideias. Novas questões aqui se prendem para investigadores: se quisermos adicionar novas leituras, corremos o risco de maior confusão conceptual, mas ao mesmo tempo excluiríamos grande parte do mundo se não o fizéssemos. Nesse caso, como integrar justamente e funcionalmente? Deveremos ampliar a pluralidade de leituras ou trabalhar para um entendimento coeso? Valerá a pena uniformizar? O que se ganha ou perde nesse processo? Acharíamos também relevante adicionar ao leque conceptual o conceito de «curadoria» pela sua proximidade na área, e a sua interessante e multidisciplinar história. Para investigação futura, faz também sentido uma abordagem que incida sobre a modificação destes conceitos na era digital e informática, e se o acelerar tecnológico nos fez olhar para estas ideias de outra forma, ou se novos conceitos imperam nos dias de hoje.

## Conclusão

Sabemos que conceitos e palavras não são estanques, as ideias podem fluir e alterar-se no tempo. Aquilo que era a origem das palavras, vimos a sua transformação, desde a sua significação primeira até ao que o que os próprios “tempos” pedem, como no caso do conceito de «preservação» na sua origem do latim implicando a não alteração (pelo menos danosa) do objeto até à

tentativa de alteração até à criação de um objeto idealizado. Vimos que no centro do problema está também uma questão linguística e de tradução, que em certos países os conceitos são utilizados, mesmo pelos teóricos, como se estes significassem a mesma ideia. Para além disso vimos também o debate de uma primeira geração com Ruskin, Viollet-le-Duc, e Boito até à visão fenomenológica de Brandi, passando depois pela introdução das ciências sociais, mas também mais tardiamente das «*hard sciences*», e atualmente o desenvolvimento de visões pós-modernas, mas ainda por se estabelecer e sistematizar na área. Talvez uma das conclusões de maior interesse é a forma como apreendem e adotam os próprios conceitos, faz com que os diferentes paradigmas se estabeleçam, demonstrado no facto de países de matriz anglo-saxónica e outros de matriz latina chegam a resultados diferentes.

## Referências Bibliográficas

- Bastianelli, J. (2020). Repenser le patrimoine, hier et aujourd'hui. Le génie de John Ruskin. *Cahiers Victoriens et Édouardiens*. <https://doi.org/10.4000/cve.7573>
- Brandi, C. (2022). *Teoria del restauro*. La nave di Teseo.
- Conti, A. (2007). *A History of the Restoration and Conservation of Works of Art*. Elsevier.
- Harper, D. (2022a). *Conservation* [Dictionary]. Online Etymology Dictionary. <https://www.etymonline.com/word/conservation>
- Harper, D. (2022b). *Preserve* [Dictionary]. Online Etymology Dictionary. <https://www.etymonline.com/word/preserve>
- Harper, D. (2022c). *Restoration* [Dictionary]. Online Etymology Dictionary. <https://www.etymonline.com/word/restoration>
- Hidaka, L. T. F. (2009). Da verdade dos objetos à significação dos sujeitos: O desafio contemporâneo de conservação do património histórico. *Revista Impeto*, 2, 15–17.
- Luso, E. C. P., Lourenço, P. B., & Almeida, M. G. de. (2004). Breve história da teoria da conservação e do restauro. *Engenharia Civil*, 20, 31–44.
- Meraz, F. (2019). Cesare Brandi (1906 to 1988): His concept of restoration and the dilemma of architecture. *Conversaciones*, 7, 160–170.
- Muñoz-Viñas, S. (2005). *Contemporary Theory of Conservation*. Elsevier Butterworth Heinemann.
- Orbaşli, A. (2017). Conservation theory in the twenty-first century: Slow evolution or a paradigm shift? *Journal of Architectural Conservation*, 23(3), 157–170. <https://doi.org/10.1080/13556207.2017.1368187>
- Ruskin, J. (1903). *The Seven Lamps of Architecture*. George Allen.
- Viollet-le-Duc, E. (1866). *Dictionnaire raisonné de l'Architecture française du XIe au XVIe siècle*.
- Zucconi, G. (2014). Gustavo Giovannoni: A Theory and a Practice of Urban Conservation. *Change Over Time*, 4(1), 76–91.

## Recensões críticas



# Kingston, R. (2011). The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive. *Libraries & the Cultural Record*, 46(1), 1–25.

PEDRO DIOGO PEREIRA CÂMARA

Mestrando em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa  
pedroschool@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5533-3687>

“The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive”, da autoria do Professor Doutor Ralph Kingston, artigo publicado pela célebre revista científica norte-americana, *Libraries & the Cultural Record*, reúne importantes considerações acerca do desenvolvimento das práticas arquivísticas modernas inerentes à Revolução Francesa, bem como da sua tese referente às preocupações materiais dos revolucionários franceses, movidos por um notável sentido de necessidade imediata de natureza apolítica, adotando-se uma abordagem inovadora no tocante à problematização da conceção de Arquivo enquanto *lieu de mémoire* e do conceito de *respect des fonds*.

Antes de mais, importa tecer breves anotações acerca do percurso académico do autor do texto historiográfico. Neste sentido, Ralph Kingston, doutorado pela University of London (UCL), é Professor Associado e Investigador no Departamento de História da Auburn University. Dedicado ao estudo da História Cultural e dos Movimentos Sociais, com especial preponderância para a Revolução Francesa, Ralph Kingston conta com uma prolífera bibliografia, destacando-se, a título de exemplo, *Bureaucrats and Bourgeois Society: Office Politics and Individual Credit in France, 1789-1848* (Kingston, 2012) e “Trading places: Accumulation as mediation in French ministry map depots, 1798-1810” (Kingston, 2014). Desta forma, o seu contributo tem sido, verdadeiramente, singular no que concerne ao campo

científico da *Material History*, sendo a sua investigação basilar para a compreensão das especificidades do caso francês.

Interessa considerar as problemáticas e objetivos adjacentes ao respetivo texto, atendendo, por sua vez, à sua utilidade para o campo historiográfico das Mentalidades e Cultura Contemporânea e da Arquivística Histórica. Como já fora referido, “The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive” materializa uma reflexão deveras interessante no que diz respeito à interpretação das características fundamentais da organização e preservação documental, inserida num contexto particular, neste caso, a Revolução Francesa, procurando-se compreender que “the development of modern archival practices during (...) the French Revolution was determined not only by concepts of law (...) but also by material concerns” (Kingston, 2011, p. 2). De uma forma ímpar, Kingston promove uma argumentação profunda e multifacetada dos processos e dinâmicas que acabaram por sustentar um conjunto diversificado de procedimentos e técnicas arquivísticas, herdeiras do período revolucionário, que viriam a ser determinantes para a evolução da gestão, tratamento e conservação de documentação. Num registo problematizante, o autor congrega uma parte assinalável das suas teses a respeito desta matéria, retratada ao longo da sua carreira académica.

Na verdade, Ralph Kingston propõe-se a escrutinar o valor dos Arquivos do Antigo Regime, as políticas implementadas no rescaldo do Termidor, a memória do Novo Regime e os princípios e critérios prático-materiais que justificariam uma série de ações desencadeadas pelos revolucionários, no sentido de compreender “the fashioning of the archive as a *lieu de mémoire*” (Idem, p. 19). De facto, a iniciativa do investigador norte-americano constituiu-se um contributo distinto para a academia, assumindo-se como um aprofundamento e reflexão em torno dos conceitos fundamentais da Arquivística, em grande medida, produtos da Revolução. No cômputo geral, é privilegiada uma exposição clara dos conteúdos apresentados, sem nunca descurar a complexidade e amplitude interpretativa da temática.

O artigo em análise, “The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive” encontra-se organizado em cinco partes distintas, sendo o primeiro instante destinado à introdução da problemática central e dos objetivos primordiais do texto historiográfico mediante uma breve sistematização dos conteúdos a aprofundar. No fundo, o autor procede a um levantamento do estado de arte, estabelecendo o ponto de partida da sua argumentação, sustentada nos princípios da materialidade histórica que motivaram muitos dos comportamentos e *modus operandi* revelados pelas arquivísticas franceses durante as múltiplas etapas da Revolução. Neste sentido, o Professor Associado

da Auburn Universidade advoga que “historians of vandalism and conservation during the French Revolution have treated the archive as an idea (...) and have largely ignored its material history” (Idem, p. 2). Segundamente, com o claro propósito de compreender o valor dos Arquivos do Antigo Regime e as motivações do descarte documental, Ralph Kingston alerta para o facto da esmagadora maioria dos Historiadores do século XX, à semelhança do que ocorreria em plena Terceira República Francesa, defenderem que a noção de vandalismo acabaria por ser mais determinante do que os respetivos detalhes da destruição. De resto, apenas estudos pontuais de natureza empírica têm contribuído, positivamente, para a constituição de informações adicionais em matéria de atos de “vandalismo”, designação que o autor tende a questionar de forma crítica.

Vários episódios de destruição de documentação nos momentos iniciais da Revolução Francesa encontram-se reportados na vasta bibliografia e passíveis de investigação em virtude do acesso a periódicos e legislação da época, destacando-se a queima cerimonial de títulos feudais na comuna de Alais, em outubro de 1793, sob o eco “Vive la République”, bem como o célebre processo de seleção e consequente eliminação de registos e estatutos nobiliárquicos, na sequência da proposta de Lei apresentada por Nicolas de Condorcet e aprovada pela Assembleia Legislativa, tendo em vista “the anniversary of the abolition of nobility” (Idem, p. 4).

Ainda no tocante ao capítulo do valor dos Arquivos de Antigo Regime, Ralph Kingston remete para a primeira medida levada a cabo pelos revolucionários no domínio arquivístico, da qual registos cujos efeitos tivessem expirado seriam removidos dos respetivos depósitos e vendidos, atendendo ao lucrativo e proveitoso negócio do papel, considerado material de imensa necessidade em meados de 1794. Note-se que, perante as ordens emanadas pela Assembleia, os arquivistas tenderam a valorizar o presente, descurando o passado, na medida em que “their «vandalism» extended only to documents they believed no longer had practical use” (Idem, p. 4). Deste modo e no seguimento da tese advogada por Kingston, o número assinalável de acervos documentais e o excesso de documentação eram entendidos como um mero peso material e não, necessariamente, um fardo da História e do próprio passado. Consubstancia-se, portanto, a ideia de que uma parte deveras considerável dos documentos correspondentes a Arquivos do Antigo Regime, destruídos no período da Revolução Francesa, associa-se a questões pendentes da materialidade e às dificuldades logísticas. Portanto, sugere-se que o debate em torno do termo “vandalismo” deverá ter como mote e sobretudo presente “the financial, logistic, and administrative difficulties posed by the inheritance of large numbers of Old Regime depots” (Idem, p. 7).

Já num terceiro momento, o Investigador do Departamento de História da Auburn University explicita as políticas e práticas arquivísticas consagradas no pós-Termidor, mediante a ação da *Agence Temporaire des Titres*, órgão nacional independente, constituído e decretado no famoso diploma aprovado no Ano II, 7 Messidor. A criação do órgão supramencionado, à semelhança das restantes iniciativas plasmadas no decreto 7 Messidor, visava responder às sérias dificuldades e contradições impostas por um outro conjunto de leis, ainda implementadas na época de Maximilien de Robespierre. Na prática, os oficiais da *Agence Temporaire des Titres*, alertados para a necessidade imperiosa de evitar “atos de vandalismo bárbaro”, mesmo que tal motivasse conflitos de interesse com o Novo Regime, acabariam por ser bem-sucedidos quanto ao tratamento da “majority of the contents of Paris’s many archival depots (...) as well as many of the papers seized from émigrés” (Idem, p. 7).

Concomitantemente, é de notabilizar a resolução do órgão acima mencionado, referente à obrigatoriedade de serem disponibilizados, com alguma frequência, relatórios extensivos acerca do alcance, natureza e destino final da documentação, através de um sistema de classificação baseado nos *papiers au rebut*, *papiers à anéantir* e *papiers à conserver*. No entanto, Ralph Kingston sublinha que parte dos responsáveis pela *Agence Temporaire des Titres* ignorava, não raras vezes, o valor contemporâneo da documentação que catalogava, sendo esta composta por historiadores do Antigo Regime e oficiais que entendiam “«historical monuments» primarily of their connection to historical individuals or political causes célèbres” (Idem, p. 9). Apesar de tudo isto, é comumente atribuído um papel significativo ao Pós-Termidor e à própria *triage des titres* naquilo que diz respeito ao lançamento das bases da nova política de conservação documental.

Numa quarta etapa da sua argumentação, Kingston aborda a questão da memória do Novo Regime redirecionada para a administração revolucionária e o respetivo tratamento arquivístico da documentação do Antigo Regime. Na verdade, um dos mais complexos desafios em matéria de Arquivo, na sequência da Revolução Francesa, constituiu-se a necessidade de conciliar, com o devido aproveitamento, os destroços relativos ao Antigo Regime e as práticas inovadoras levadas a cabo pelo mais recente. No cômputo geral, tornar os documentos do regime anterior exequíveis e ao dispor dos revolucionários (Idem, p. 10). A este respeito, o autor apresenta o exemplo paradigmático do Comité de Segurança Pública, uma vez que, em 1794, fora ordenada a produção de um relatório das relações comerciais e diplomáticas estabelecidas entre a França e os mais próximos parceiros externos, concentrando-se em três cronologias distintas: 1648-1748, 1748-1788 e documen-

tação emitida a partir de 1793. Efetivamente, o Comité de Segurança Pública encarava o Arquivo “as a source of «facts», a guide to best practice when negotiating” (Idem, p. 11), pelo que muitos dos princípios ideológicos revolucionários acabaram por se conciliar à cultura político-diplomática europeia vigente, ainda percursora de grande parte dos preceitos do Antigo Regime.

Além do mais, Kingston propõe o caso do Ministério do Interior e o interesse demonstrado em registos administrativos e processuais afetos a instituições do Antigo Regime, conjugável com a construção de uma memória por parte dos Ministros revolucionários, entre os quais Jean-Antoine Chaptal. Destaque-se que o interesse supramencionado se materializou numa reclassificação dos Arquivos, de enorme utilidade para o Novo Regime, permitindo a comparação direta com os resultados obtidos pela administração antecedente, bem como a programação de linhas governativas baseadas em experiências prévias.

No entanto, as dificuldades de ordem prático-material inerentes a este projeto foram imediatas. De resto, a desordem, a inexistência de índices, devidamente preparados, a falta de espaço e de mão de obra qualificada comprometiam o sucesso da operação. Perante isto, os arquivistas “were forced to find more space or to make room in the depot they already used” (Idem, p. 11), sacrificando, não raras vezes, documentos tidos como redundantes. Neste sentido, Ralph Kingston advoga que estes episódios de destruição e descarte documental fundam um momento de rutura na História da Arquivística, na medida em que os arquivistas do Ministério “weighed New Regime documents as well as Old for destruction, agonizing over the possibility of a *fleuve d’oubli* sweeping through their records” (Idem, p. 13).

Por último, com o intuito de reforçar a sua tese acerca dos aspetos materiais, o autor norte-americano estabelece um quadro evolutivo do conceito de *respect des fonds*. Deste modo, alerta para a circunstância de a receção e o tratamento dos Arquivos ministeriais pelo Império Napoleónico introduzir uma mudança deveras significativa no tocante à prática arquivística, já que o respeito pela ordem original passaria, cada vez mais, a traduzir-se numa política regularizada. De facto, este elemento facilitaria o acesso à informação da documentação oriunda dos vários Ministérios, entre os quais o Ministério do Interior. Concomitante e progressivamente, os arquivistas franceses reconheciam a extrema importância da integridade dos respetivos Arquivos, pelo que uma circular expressa a 16 de abril de 1841 “ordered archivists in the Hôtel Soubise to organize their papers in *fonds* (...) subdivided by subject and ordered alphabetically, territorially, and by date” (Idem, p. 16).

Terminada a sua argumentação, Ralph Kingston conclui que a constituição do Arquivo moderno é fruto do desejo da administração revolucionária em documentar a sua própria memória e não de uma reinvenção da Memória Nacional, tendo em vista fins políticos. Por outro lado, defende que os Historiadores da atualidade tendem a descurar, por completo, os aspetos materiais aquando do estudo das ações dos arquivistas e das respetivas motivações para a destruição ou conservação de títulos. No fundo, torna-se fulcral considerar que muitas dessas decisões justificam-se por princípios práticos (falta de espaço) e não por fundamentos ideológico-doutrinários.

Em suma, “The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive” assume-se uma notável iniciativa do Professor Doutor Ralph Kingston, revelando-se um importante contributo para a História dos Arquivos e, de um modo geral, para o estudo das Mentalidades e Cultura Contemporânea. Pertinentemente estruturado e marcado por uma organização dos conteúdos clara e oportuna, o artigo analisado viabiliza um exercício de reflexão aprofundado e rigoroso acerca da materialidade dos Arquivos modernos, partindo de considerações das práticas do Antigo e Novo Regime, num contexto primordial da evolução da Arquivística, isto é, a Revolução Francesa.

## Referências Bibliográficas

- Kingston, R. (2011). The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive. *Libraries & the Cultural Record*, 46(1), 1–25.
- Kingston, R. (2012). *Bureaucrats and Bourgeois Society: Office Politics and Individual Credit in France, 1789-1848*. Palgrave Macmillan.
- Kingston, R. (2014). Trading places: Accumulation as mediation in French ministry map depots, 1798-1810. *History of Science*, 52(3), 247–276.

## Vaquinhas, N. (Ed.). (2020). *Atas do III Encontro de História de Loulé. Câmara Municipal de Loulé. Arquivo Municipal.*

CARLOS GUARDADO DA SILVA

Professor Associado com Agregação

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

[carlosguardado@edu.ulisboa.pt](mailto:carlosguardado@edu.ulisboa.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>

Quando da realização da sexta edição dos Encontros de História de Loulé, em 2024, foram apresentadas as *Atas do III Encontro de História de Loulé*, testemunho de que este evento, criado em 2017, veio para ficar, justificando-se pela participação massiva, quer em termos de autores e comunicações, quer em termos de público, bem como pela qualidade científica dos estudos reunidos em livro por cada edição. Os Encontros de História de Loulé contribuem, deste modo, para a construção da memória louletana e a *inventio* da sua identidade, no intuito da renovação do conhecimento sobre Loulé – o território e as suas gentes – registado em livro, permitindo que seja objeto de difusão, mesmo para aqueles que não tiveram a oportunidade de participar neles, bem como para a construção de uma nova história local de Loulé. Pela sua qualidade e pela regularidade, esta é uma iniciativa louvável que deve ser reconhecida à Câmara Municipal de Loulé e ao seu Presidente, Vítor Aleixo, uma vez que, ao promoverem-na, reconhecem que a cultura e a valorização da memória e da identidade locais são elementos diferenciadores de cada território. Naturalmente, é também obrigatória uma palavra de reconhecimento à estrutura camarária que mantém viva esta organização, bem como ao Doutor Nelson Vaquinhas, o mentor da iniciativa e o coordenador da edição das *Atas do III Encontro de História de Loulé*, que coloca o seu conhecimento sobre o meio académico e dos seus protagonistas ao serviço do Município de Loulé.

O volume de *Atas do III Encontro de História de Loulé*, que resulta do evento que teve lugar em 31 de agosto e 1 de setembro de 2019, e que

data de 2020, foi apresentado em 2024 em virtude da COVID-19. A obra mantém fundamentalmente os ingredientes dos números anteriores, com o mesmo formato, uma dimensão sensivelmente idêntica – aqui 17 autores e 16 textos, em 277 p., numa edição da Câmara Municipal de Loulé, através do Arquivo Municipal.

Também, apresenta uma cronologia ampla e transversal, do período romano até ao século XX. Todavia, não é este o critério para a organização dos textos, ainda que se pressinta alguma ordenação cronológica, dentro dos tópicos/temas propostos para cada uma das cinco secções (que não se repetem de livro para livro), cada uma com três estudos, exceto a quarta com quatro textos, designadamente: Arquivos e Memórias; Território e Economia; Ensino e religião; Administração e poderes; Indivíduos e instituições.

Este é um Encontro que não privilegia docentes e investigadores de uma instituição académica, mas que procura congregiar todos, independentemente da sua filiação e do seu grau de formação, que se debrucem ou queiram debruçar sobre o estudo da história de Loulé. De igual modo, procura captar quer jovens aprendizes de historiador, que têm aqui a oportunidade de publicar um dos seus primeiros trabalhos, se não o primeiro, mas também historiadores consagrados, com uma carreira feita e firmados, quer no panorama nacional quer no panorama internacional, ainda que falemos de autores portugueses. E sem desprimor para os demais, permitam-nos citar aqui alguns nomes, por ordem alfabética – de António Rei, Catarina Viegas, Luís Miguel Duarte, Maria da Graça Ventura, Maria do Rosário Morujão e Irene Vaquinhas – garantes, à partida, da qualidade do livro, que constitui as *Atas do III Encontro de História de Loulé*, e da representação das Academias do Algarve, de Évora, Lisboa, Coimbra e Porto, isto é, de todo o país – uma parceria com as instituições de ensino superior, renovada anualmente.

Façamos agora uma abordagem de granularidade mais fina, descendo a cada secção e artigo. Após a apresentação do livro pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, surge a 1ª secção – **Arquivos e Memória**:

No 1º texto desta secção – “A Academia das Ciências de Lisboa, Fr. Joaquim de Santo Agostinho e os arquivos do Algarve no fim do século XVIII: o caso de Loulé” (pp. 7-25), de Maria do Rosário Barbosa Morujão, a autora parte da correspondência dos sócios da Academia encarregados dessas visitas, que António Baião publicou em 1934, e destaca o papel de Frei Joaquim de Santo Agostinho nas visitas aos arquivos do Algarve, em 1790-92 (p. 11), ao serviço da Academia Real das Ciências de Lisboa, durante a qual transcreveu 52 documentos da Câmara de Loulé, cujas referências – com data, sumário, fonte e cota – são indicadas em apêndice (pp. 17-22),

com uma cronologia entre o século XIV e 1707, contribuindo para promover o acesso ao património arquivístico de Loulé, através dos documentos transcritos por Fr. Joaquim de Santo Agostinho, de valor acrescido, uma vez que não se conhecem os originais destes diplomas. Fr. Joaquim de Santo Agostinho não era um louletano, mas nascera em Tavira em 1767, tendo falecido em 1845, quando era abade da igreja de Santiago de Lustosa, no concelho de Lousada. Um estudo que reclama, agora como complemento, a transcrição dos documentos.

O segundo texto, de Elsa Santos Alípio, tem por título “José Mendes Cabeçadas Júnior: um percurso em defesa da República. Espólio e memórias de um louletano” (19 ago. 1883 – 11 jun. 1965) (pp. 27-56). Um estudo que parte do espólio de Mendes Cabeçadas, no Museu da Presidência da República, para procurar um esboço biográfico de um dos protagonistas da Revolução do 5 de Outubro de 1910, ao lado de Machado dos Santos, e Tito de Morais<sup>1</sup>, um dos fundadores da ASP, mas também mote para entender o papel da maçonaria na implantação do regime republicano, que seria anunciado na manhã de 5 de outubro por José Relvas e Eusébio Leão, membros do Partido Republicano, nas varandas do Paço do Concelho de Lisboa, com o anúncio da constituição do Governo Provisório, ainda que Mendes Cabeçadas só entre para a maçonaria em 4 de abril de 1911. Este foi um dos deputados às Constituintes, pelo Círculo de Silves, que aprovaram a nova Constituição. No fundo, este é um estudo biográfico, no sentido moderno ou científico do termo que, a partir de uma figura, procura estudar um tempo e um lugar, privilegiando-se, a partir desta figura louletana, conhecer a 1.ª República e Portugal. Uma figura que acabaria por ocupar, na sequência do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, entre 31 de maio e 18 de junho, os cargos de Presidente da República, Chefe do Governo e representante do Parlamento (p. 41). Um tempo que se prolonga pelas décadas de 30 a 50, na oposição ao Estado Novo (pela via legal, que defendia, distinta da via insurrecional defendida pelos comunistas), tendo sido, em 1947, preso e reformado compulsivamente, o mesmo destino que teriam outros militares e professores universitários e médicos, de que o exemplo mais conhecido é Francisco Pulido Valente.

O terceiro texto desta secção deve-se a Susana Cunha, arquivista do Arquivo fotográfico de Évora, que desenvolve a sua tese de Doutoramento em CI na Universidade de Coimbra, um texto sobre um fotógrafo louletano em Évora, David Freitas (Loulé, 1902 - Elvas, 1910) (pp. 57-67), com enfoque

---

<sup>1</sup> Também foi membro da Aliança Republicano-Socialista (p. 45).

na sua coleção no Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Évora, objeto de aquisição em 2000. Um louletano que criara uma narrativa visual de Évora entre as décadas de 40 e 70 do século XX, mas que inclui fotos de outros concelhos alentejanos e algarvios, como é o caso de Loulé aqui em destaque, e o levantamento de Bens Culturais Móveis e Imóveis realizado, com Túlio Espanca, para o Inventário Artístico do Distrito de Évora, entre 1966 e 1978.

No âmbito da segunda secção – **Território e economia** – outros três artigos, com uma cronologia do romano à baixa Idade Média. O primeiro estudo é de Rui Roberto de Almeida, do Museu Municipal de Loulé, criado em 1985, e de Catarina Viegas, ambos do UNIARQ, testemunho de que o Encontro é também um incentivo à promoção da investigação por parte de investigadores locais, sobre “O sítio romano de Loulé Velho e o paleoestuário da Ribeira de Carcavai...” (pp. 69-88), no âmbito do LORIVAI, projeto iniciado em 2018)...”, sítio que se situa entre os séculos I e VII d.C., em Quarteira, que os trabalhos arqueológicos levados a cabo nos últimos 50 anos permitiram identificar *cetariae*, isto é, estruturas de produção de preparados de peixe, bem como outras estruturas associadas à produção de vinho ou azeite e uma necrópole. Um artigo que nos oferece uma síntese da história da própria descoberta e interpretação do sítio no contexto da romanização do Algarve, que integrava a província da Lusitânia. Um estudo que recorda um outro de Isabel Luzia, de 2004, sobre “O sítio arqueológico de Loulé”, publicado em *al-'Ulyā* 10 (pp. 43-131), que continua a constituir a mais completa síntese sobre o sítio.

Segue-se um texto de António Rei, autor medievalista, que se tem dedicado aos estudos árabo-islâmicos do *Gharb al-Andalus*, sobre “Produções agrícolas, alimentação e cura em *al-'Uliyā* / Loulé, entre os séculos VIII-XIII” (pp. 89-100), que procura identificar as principais produções agrícolas de *al-'Uliyā* na Alta Idade Média, ou seja, parte da sua cobertura vegetal, e o seu reflexo na alimentação e na saúde, a partir dos estudos arqueobotânicos. Um estudo que pode ser, também, um contributo para o estudo da toponímia medieval, árabe e moçárabe, de Loulé. Assim, alguém lhe queira dar continuidade.

A fechar a segunda secção, o estudo sobre “O livro de pagamento da fruta de Loulé (século XV): continuar as perguntas” (pp. 101-110), de Luís Miguel Duarte, a quem muito o município deve, quer pelos seus estudos historiográficos sobre o território, ao longo de décadas, quer pela transcrição das Actas de Vereação dos séculos XIV e XV. Um estudo na sequência de outros, designadamente em torno do *Livro da Repartição da fruta* (de 1450),

sobre contratos-promessa, que permite defender que Loulé precisa de um trabalho de fundo – conjunto de estudos, exposição e catálogo, sobre o abastecimento da vila, vila condal desde 1471 (p. 188, em favor de D. Henrique de Meneses), a exemplo do trabalho desenvolvido para Lisboa, dado à estampa em 2019, sob o título *Pão, carne e água: Memórias de Lisboa Medieval*, que a documentação medieval de Loulé permite, como poucas urbes em Portugal, assim como nós coordenámos, para Torres Vedras, o livro *O Abastecimento da cidade: mercado alimentar*, em 2021, na sequência do Encontro *Turres Veteras* em maio de 2020, porém sem a riqueza da documentação medieval de Loulé. Sobre este estudo em torno do “Livro do pagamento da fruta” efetivamente vendida, Luís Miguel Duarte, na sequência dos estudos de Maria Valentina Ferreira e Manuela Santos Silva, destaca as uvas passas e os frutos secos do Algarve, relevantes no comércio externo português, bem como o vime e o esparto para o fabrico de seiras e cestos, que guardariam a fruta com destino ao norte da Europa. Um estudo, ainda, que nos oferece mais perguntas do que respostas, como nos habituara Luís Miguel Duarte, e por isso é muito mais instigante.

A terceira secção, sob o título **Ensino e religião**, com quatro textos, começa com o estudo “Os professores da Universidade de Coimbra naturais de Loulé (séculos XIX e XX)” (pp. 111-124), de Irene Vaquinhas, em que se identificam professores da academia coimbrã naturais de Loulé, os seus percursos biográficos, académicos e profissionais, desde a reforma pombalina, de 1772, até à implantação da 1.ª República, em 1910. A partir destes exemplos, a autora procura responder quem eram os professores da Universidade de Coimbra, as suas origens sociais e geográficas, bem como as suas habilitações académicas. No distrito de Faro, Irene Vaquinhas identifica 9 docentes, no período em estudo, dos concelhos de Loulé e Tavira, natural quando se afirmara o pendor regionalista da Universidade de Coimbra, como assim permanece hoje relativamente a todas as universidades portuguesas. De Loulé, identificou três docentes, eventualmente merecedores, se ainda não são, do seu registo na toponímia: Mariano José de Sarre e Almeida (1744-1807), secular, professor da Faculdade de Teologia; João Baptista de Barros (1782-?), professor da Faculdade de Medicina (autor da obra *Operações cirúrgicas e arte obstétrica*) e Francisco Augusto Correia Barata (1847-1950), professor da Faculdade de Filosofia (pp. 118-121), um defensor do positivismo.

Segue-se o estudo “Alfabetização e trajetórias escolares a Sul: o caso de Loulé (Séculos XIX e XX)” (pp. 125-144), designadamente entre as décadas de 1870 e 1940, de Fernando Luís Gameiro, que apresenta a evolução das taxas de analfabetismo no país, aproximando-se de 50% da população

alfabetizada em meados do século XX, revelando, face a outros países, se ignorarmos a Escandinávia, a Escócia e a Suíça, um atraso de cerca de meio século. Os índices de alfabetização diminuem à medida que se distanciam da localização da escola, sendo naturalmente superiores em contexto urbano, mas com níveis de assiduidade sempre baixos. Escolas gratuitas, insuficientes, pouco frequentadas, e as práticas religiosas quase ausentes da população parecem explicar o contexto.

Depois, um estudo de Catarina Almeida Calado, intitulado “A extinção das casas religiosas de Loulé: inventariação, avaliação e destino dos seus bens” (pp. 145-160), quando Loulé dispunha de quatro casas religiosas. A concretização da extinção, e conseqüente incorporação dos bens na Fazenda Pública, que ocorreria em 1834 na sequência da publicação do decreto de 30 de maio, que determinou a extinção das Casas masculinas, enquanto as femininas seriam encerradas com a morte da última freira: Um hospício e três conventos, dois masculinos e um feminino: O Hospício de Nossa Senhora dos Pobres, de Agostinhos Descalços, depois o Convento do Espírito Santo das freiras Franciscanas Concecionistas e, por último, o Convento de Nossa Senhora da Graça de Frades Eremitas de Santo Agostinho, de onde provém o quadro a óleo sobre madeira de São Gonçalo de Lagos (e sobre o qual existe um trabalho recente de João Miguel Simões, publicado pelas Edições Colibri, em 2008), e o Convento de Santo António, pertencente aos Capuchos da Província da Piedade. Destes, a autora faz, ainda, um breve historial.

A fechar esta secção, o estudo “Administração pública paroquial louletana na Monarquia liberal: A origem geográfica do clero paroquial de Loulé (1850-1910)” (pp. 161-180), que Sérgio Ribeiro Pinto conclui ser maioritariamente do concelho. Todavia, uma distinção se imporia aqui, não a simbiose entre paróquia e freguesia, que nunca esteve presente no Estado Liberal. Pois, desde 1831 em Lisboa, e 1836 no País, com o *Código Administrativo*, a paróquia é a instituição eclesiástica e a freguesia, a assembleia de crentes reunida em torno do mesmo patrono, bem como o território físico, sob a influência da paróquia. Também outra distinção se impõe entre a paróquia e a Junta da Paróquia, muitas vezes designada de paróquia civil, é certo presidida pelo pároco, mas em que se distinguem as funções de pároco das funções de presidente da Junta da Paróquia da freguesia X, sendo a freguesia o território, dependendo a Junta da Paróquia do Administrador do Concelho, e não da Câmara Municipal, e a quem o seu presidente, que era o pároco, tinha de reportar diversa informação, definida no *Código Administrativo* de 1836, que aquele, por seu turno, transmitiria ao Governador Civil. Por isso, os documentos se referem à *Junta da Paróquia da freguesia...*

A quarta secção – **Administração e poderes** – começa com o estudo “Loulé e o seu almoxarifado na primeira metade de quinhentos”, de Saúl António Gomes (pp. 181-197), um dos cinco almoxarifados medievais do Algarve a par de Faro, Lagos, Silves e Tavira. Instituição constituída pelo almoxarife, oficial régio, de tradição hispano-muçulmana, responsável pela recolha dos direitos e receitas gerais da Coroa, designadamente as sisas, que remontam a D. Fernando, os direitos reais alfandegários, das portagens e dos reguengos (p. 181). Ou seja, competia-lhe a burocracia relativa à fiscalidade pública sobre o território, como a medição e o tombamento das propriedades a fim de garantir os direitos reais, e dependia do Contador e, este, por sua vez, do Vedor-Mor da Fazenda Real, na dependência direta do monarca. Abaixo, restavam os mordomos e porteiros locais. Para Loulé, conhecemos a existência de almoxarifado desde o século XIII, mais precisamente desde 1286, ocupando então o cargo Paio Miguel (p. 186).

Segue-se um estudo de Paulo Morgado e Cunha, “Participação cívica e poder em Loulé na Idade Média” (pp. 199-209). O autor, partindo das atas de vereação de Loulé e dos Capítulos de Cortes, procura compreender a participação da população na vida e no poder públicos, alargando, para o que é tradicional nos estudos medievais, o conceito de cidadania.

A fechar esta secção, o estudo “Loulé, um condado fugaz: O Condes de Loulé (1471-1534)” (pp. 211-225), de Marco Alexandre Ribeiro. Um estudo sobre o título de conde, mas sobretudo um estudo de natureza genealógica, uma vez que o título se manteve na mesma família, Meneses, entre 1471 e 1534: D. Henrique de Meneses, sucedendo-lhe sua filha D. Beatriz de Meneses (a partir de 1480 com a morte do pai), que casaria com D. Francisco Coutinho, conde de Marialva, passando, depois, o título à filha D. Guiomar Coutinho, entrando este importante património na órbita da Casa Real por casamento com D. Fernando, sexto filho de D. Manuel, a que se junta o título de duque da Guarda e Senhor de Trancoso.

Entremos na última secção – **Indivíduos e instituições** – com três textos, o primeiro deles de Carla Vieira, intitulado “Dúvidas de sague: para um estudo da actuação inquisitorial sobre suspeitos de judaísmo em Loulé no século XVII” (pp. 227-244), que incide sobre a “vaga repressiva sobre a vila de Loulé nos anos 30 da centúria de seiscentos”, implicando questões em torno da limpeza de sangue, práticas de Judaísmo e conflitos entre famílias cristãs-novas e famílias cristãs-velhas.

Segue-se um texto de Maria da Graça Ventura, “Francisco Barreto, natural de Quarteira, general da Armada do Callao (Lima, Peru)” (pp. 245-256), sobre alguém que foi alcaide-mor e capitão-mor da cidade de Faro,

tendo sido nomeado lugar-tenente de capitão-geral de mar e terra do Porto de Callao pelo vice-rei do Peru (vice-reinado do Peru que existia desde 1542, que incluía toda a América do sul hispânica). No fundo, o exemplo de um comerciante de sucesso nas relações comerciais no contexto da colonização hispano-americana.

A fechar a secção, mas também o livro de *Atas*, o texto “A comunicação política da Intendência Geral da Polícia para o sul do país [instituição criada em 1760]: o caso de Loulé nos finais do Antigo Regime” (pp. 257-277), de Maria Luísa Gama. Aqui a autora avança sobre a criminalidade e o controlo social em Loulé em finais do século XVIII, destacando-se o banditismo e o contrabando (p. 263). Mas, para além da criminalidade e do controlo social, há uma preocupação com a economia e a população e um enfoque nas políticas camarárias em torno da higiene e da saúde pública.

Estes são ingredientes suficientes para a sua leitura, uma leitura por quem se interessa pela história de Loulé, e mais especificamente pelo seu Arquivo Municipal, constituindo a série de *Atas* destes Encontros, a revista *al-'Ulyā*, bem como outras publicações de história publicadas e promovidas pelo Município de Loulé, entre as quais os *Cadernos do Arquivo*, um exemplo que se destaca no país, de como se preserva a memória, constrói a identidade local e se valoriza o território e as suas gentes. Só isto seria interessante e suficiente. Mas temos de acrescentar mais, porque o que aqui se publica, de que as *Atas* do *III Volume de História de Loulé* são um exemplo, interessam ao Algarve e ao país. Estes resultados são *per se* excelentes, mas temos de sublinhar o que se pode fazer com os mesmos – a transferência de conhecimento para outros formatos, suportes e objetivos, Museus e outros Serviços de Memória, como o Arquivo Municipal e a Biblioteca Municipal, e Centros Interpretativos em torno do património material e imaterial do território municipal, na valorização da sua história e identidade, na elaboração de guias e roteiros, no suporte a eventos, ou no estudo e na recuperação de edifícios e de sítios urbanos ou rurais... Só possível com esta valorização e promoção de estudos de história – mas que ultrapassam a própria história, num diálogo interdisciplinar, que abrange a Arte, a Arqueologia, a Arquitetura, a Paleografia, entre outras áreas científicas – com a qualidade dos estudos que aqui se apresentam.



**BAUC VOL. 37-1, 2024**

**NOTA DE APRESENTAÇÃO**

**ESTUDOS**

A demografia do Porto no início da Idade Moderna  
Fabiano Ferramosca

As evidências documentais da gestão urbanística em Portugal:  
o caso de Sines (1914-1951)  
Sandra Patrício

eticista digital: uma função emergente no campo da Informação  
Moises Rockembach e David Geerts

O arquivo do Pontifício e Real Colégio de São Pedro (1545-1834)  
Ana Maria Leitão Bandeira

Os inventários de extinção dos conventos em 1834:  
uma tentativa de reconstituição de dois cartórios de instituições religiosas  
de cariz beneditino – Rendufe e Tomar  
Maria João Oliveira e Silva e Joana Lencart

Um Debate a três conceitos: Preservação, Restauro e Conservação  
Tomás Cunha

**RECENSÕES CRÍTICAS**

Kingston, R. (2011). The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive. *Libraries & the Cultural Record*, 46(1), 1-25.  
Pedro Diogo Pereira Câmara

Vaquinhas, N. (Ed.). (2020). *Atas do III Encontro de História de Loulé*.  
Câmara Municipal de Loulé. Arquivo Municipal.  
Carlos Guardado da Silva

**ISSN**

0872-5632

2182-7974

**MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA**

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>